

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**JOSILENE CAVALCANTE CORRÊA**

**TERRITORIALIDADES E RESISTÊNCIAS DA COMUNIDADE DE  
PESCADORES DE UBU E PARATI AO POLO INDUSTRIAL DE  
ANCHIETA, ES**

**VITÓRIA  
2013**

**JOSILENE CAVALCANTE CORRÊA**

**TERRITORIALIDADES E RESISTÊNCIAS DA COMUNIDADE DE  
PESCADORES DE UBU E PARATI AO POLO INDUSTRIAL DE  
ANCHIETA, ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli

Área de concentração: Natureza, Produção do Espaço e Território.

**VITÓRIA**

**2013**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

C824t      Correa, Josilene Cavalcante, 1978-  
            Territorialidades e resistências da comunidade de pescadores de  
            Ubu e Parati ao polo industrial de Anchieta (ES) / Josilene Cavalcante  
            Correa. – 2013.  
            236 f. : il.

            Orientador: Cláudio Luiz Zanotelli.  
            Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do  
            Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

            1. Companhia Vale do Rio Doce. 2. SAMARCO Mineração, S.A. 3.  
            Pescadores. 4. Identidade. 5. Indústrias – Localização - Anchieta (ES).  
            6. Território. I. Zanotelli, Cláudio Luiz, 1959-. II. Universidade Federal  
            do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

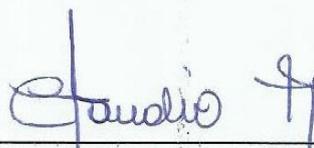
---

# “TERRITORIALIDADES E RESISTÊNCIAS DA COMUNIDADE DE PESCADORES DE UBU E PARATI AO POLO INDUSTRIAL DE ANCHIETA”

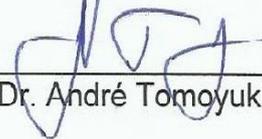
**JOSILENE CAVALCANTE CORRÊA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

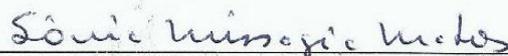
Aprovada em 25 de Outubro de 2013 por:



Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli - Orientador - UFES



Prof. Dr. André Tomoyuki - UFES



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sonia Missagia de Matos - UFES



Prof. Dr. Anderson Pereira Portugal - UFU

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador Prof. Cláudio Luiz Zanotelli por aceitar me orientar e pela boa dose de paciência.

Ao Sr. Adilson Ramos Neves (Sr. Russo) pela abertura e disponibilidade em me conduzir ao mundo do pescador, compartilhando suas histórias de vida e me possibilitando acessar e usufruir de tantas outras.

A Lucia Helena Pazzini de Souza pelo apoio fundamental antes mesmo do início dessa caminhada ao longo do Mestrado.

Aos professores Luis Carlos Tosta dos Reis, Eneida Maria Souza Mendonça, Maria Inês Faé, Celeste Ciccarone e Antonio Carlos Queiroz Ó Filho, os quais deixaram contribuições que certamente foram além do campo intelectual.

À Nadja e Regina por terem compreendido minha necessidade e concedido meu afastamento do trabalho.

À super secretária Izadora, que com sua serenidade e competência cativa a todos.

Ao Fabrício Holanda do Nascimento pelo imprescindível auxílio na confecção do material cartográfico, além do companheirismo.

Aos colegas Ana Luiza Santos Alves, Douglas Rafael Salaroli, Beatriz Mauro Zandonadi, Elaine Cristina Rossi, Flávio Hertel Magris, Lívia Barraque Barbosa, Luciana Schaeffer, Maria da Penha dos Santos, Miquelina Aparecida Deína, Pedro Henrique Gomide Lucci, Reginaldo Alex Calçavara, Rodrigo Huebra Martins, pela oportunidade de compartilhar as alegrias e agruras dos desafios da pós-graduação.

A todos aqueles que mesmo de longe sonharam e realizaram mais este objetivo comigo.

Dedico aos pescadores e pescadoras de todo o Brasil que lutam pelos simples direito de continuar sendo trabalhadores e independentes.

À minha mãe Marlene pelo apoio incansável, ao meu esposo Ricardo e às minhas meninas Thainá, Camyla e Gabriela pela compreensão das ausências e ajuda indispensável.

A igualdade humana é aparentemente uma daquelas coisas que tem que ser aceita. Este é um primeiro princípio. Quanto à pergunta, o que fundamenta a igualdade? A resposta deve ser: não pode ser um outro princípio humanamente concebido. Este deve ser algo que não pertença a esse mundo-religião.

(6 de agosto de 2010 Yi-Fu Tuan)

Tradução da autora

## RESUMO

A pesquisa trata dos embates sócioambientais que envolvem a Comunidade de Pescadores de Ubu e Parati, a partir das recentes dinâmicas territorializantes decorrentes do processo de expansão do polo siderúrgico, petrolífero e portuário do município de Anchieta, litoral sul do Espírito Santo. Por meio da história oral temática, buscou-se compreender a problemática relativa à redução dos territórios de pesca artesanal e a consequente redução das condições de sobrevivência dessa atividade tradicional, comprometendo também a manutenção da identidade e práticas culturais dos pescadores, em função do avanço dos empreendimentos industriais. Por outro lado, a redução da qualidade de vida do espaço do habitar dos pescadores e suas ações de resistência são vistas à luz das discussões em torno da justiça ambiental e do perfil de “desenvolvimento” que atinge o lugar. De uma maneira geral, identificou-se em Ubu e Parati uma trama complexa de sujeitos públicos e privados que fazem uso da multiterritorialidade para destituir o lugar das territorialidades dos povos originários e em seguida dominar o território cobiçado.

Palavras-chave: Pescadores de Ubu e Parati. Polo industrial de Anchieta. Território. Identidade. Multiterritorialidade.

## **ABSTRACT**

The research investigates the social-ecological conflicts that cover the Ubu e Parati Fishermen Community, since the lately happening dynamic territorials raised by the process of industrial and oil pole increasing in the city of Anchieta, in the southern coastline of Espírito Santo state. Going through the thematic stories retold by the Community individuals, we aimed the comprehension on the reasons why the fishing territories have been decreasing and its consequent reduction of surviving management conditions for its traditional work, besides this, the threatening the fishermen territorial identity and cultural practices are also affected by the enterprises advancement. Likewise, the lowering life quality at the fishermen space of living and their resistance invite us to debate about environmental justice and the “development” that was planned to this place. In general, it is realized that there is a complex web of public and private individuals who manage to use the multiterritoriality (HAEBART, 2004a; 2004b) playing down their original territorialities and the fishermen’s local managing power, for dominating the craved territory.

Keywords: Ubu and Parati fishermen. Industrial Pole of Anchieta. Territory. Identity. Multiterritoriality.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização do polo industrial de Anchieta.....	02
Mapa 02 – Área de exclusão do terminal portuário da Samarco.....	90
Mapa 03 – Região Metropolitana Expandida da Grande Vitória .....	96
Mapa 04 – Empreendimentos existentes e projetados em Anchieta.....	103
Mapa 05 – Evolução do processo de ocupação da Região de Ubu e Parati (1970 e 2008).....	122
Mapa 06 – Áreas afetadas pelo polo industrial de Anchieta.....	140
Mapa 07 – Projetos da Associação de Pescadores de Ubu e Parati.....	166
Mapa 08 – Lances de pesca “repartidos” e “livres” da Comunidade de Pescadores de Ubu e Parati.....	184
Mapa 09 – Lances de pesca dos Pescadores de Ubu e Parati na praia do Além.....	187
Mapa 10 – Impactos da 7ª atividade de dragagem do porto de Ubu.....	196
Mapa 11 – Síntese das paisagens dos lances de pesca da Praia de Tiquiçaba, Lagoa Azul e Ouriços.....	210

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 01 – Outdoor da Samarco em comemoração aos 415 anos da cidade de Anchieta.....	16
Foto 02 – Outdoor da Samarco em comemoração às festas de final de ano .....	16
Foto 03 – Vista panorâmica da praia de Ubu a partir do hotel Pontal de Ubu.....	80
Foto 04 – Hotel Pontal de Ubu visto a partir do sopé da colina onde habitavam alguns pescadores.....	81
Foto 05 – Ruínas de antiga moradia de pescador.....	81
Foto 06 – Vista panorâmica da enseada de Ubu (1980).....	124
Foto 07 – Vista panorâmica da praia de Ubu e hotel Pontal de Ubu.....	124
Foto 08 – Rua Mário Pereira das Neves, principal rua de Ubu, paralela à costa.....	125
Foto 09 – Trecho que interliga as localidades de Ubu e Parati, chamada de “biboca” pelos moradores.....	126
Foto 10 – Entrada da localidade de Parati, com acesso pela Rua Mário Pereira das Neves.....	126
Foto 11 – Faixa de propaganda da celebração dos “Passos de Anchieta” na Rua Manoel Miranda Garcia, entrada de Parati.....	127
Foto 12 – Casa feita de “batinga”.....	131
Foto 13 – Antiga área de onde se retirava a “batinga” e que hoje é área privada de acesso ao hotel ponta de Ubu.....	132
Foto 14 – Morro de onde se retirava a “batinga” para construções das casas dos pescadores de Ubu e Parati.....	132
Foto 15 – Casa para alugar.....	135
Foto 16 – Imóvel à venda em Ubu.....	135
Foto 17 – Casa de pescador em área de expansão em Ubu.....	135
Foto 18 – Casa de pescador em área de expansão em Ubu.....	135
Foto 19–Quadra de esporte em Parati e Centro de Convivência.....	137

Foto 20 – Academia popular em Parati e casa à venda.....	137
Foto 21 -Escola municipal em Ubu.....	137
Foto 22 – Estação de abastecimento de água da CESAN em Ubu.....	137
Foto 23- Os impactos da poluição do ar no espaço de habitação dos moradores da região de Ubu e Parati.....	143
Foto 24 – Trabalho da pesca artesanal aprendido em família.....	149
Foto 25 – Barco de aproximadamente 3,5 metros de comprimento amarrado a um barco a motor de aproximadamente 8,5 metros.....	156
Foto 26–Rede de espera em primeiro plano e rede de fundo em segundo plano.....	156
Foto 27–Instrumento de captura de polvo denominado “pote” .....	157
Foto28–Instrumento usado na captura de iscas para pesca denominado de “gaiola” ou “covo”.....	157
Foto 29–Balde e “cavadeira” .....	157
Foto 30–“Garatéia” e cordas .....	157
Foto 31–Barco de remo e rede de pesca expostos na calçada da praia de Ubu.....	167
Foto 32–Barcos de remo estacionados na calçada da praia de Ubu.....	167
Foto 33– Fachada do Mercado de Peixe.....	168
Foto 34–Obra inacabada do mercado de Peixe.....	168
Foto 35 – Associação de Pescadores de Ubu e Parati se reúne para discutir proposta de compensação por meio de projeto de maricultura....	169
Foto 36–Reunião convocada pela APUP para assinatura do Projeto de Lei de Renda Básica ao Pescador Artesanal.....	172
Foto 37–Campo de Futebol em Ubu em obras.....	175
Foto 38–Lance 1 e Lance 2 respectivamente denominados de Tiquiçaba e Fora da Tiquiçaba.....	186
Foto 39–Pés cobertos de pó de minério durante atividade de campo na praia de Tiquiçaba.....	190
Foto 40–Exemplar de flora do lugar denominada popularmente de “cardo” pelos moradores do lugar.....	191

Foto 41– Grande quantidade de sururu morto trazido às areias do mar de Ubu após atividades executadas por grandes empresas .....	192
Foto 42– Placa informativa dos trabalhos de instalação do gasoduto na praia de Tiquiçaba.....	193
Foto 43 – Placa identificando a presença do gasoduto em Ubu.....	193
Foto 44–Área de reprodução do sururu afetada pelas atividades de dragagem e instalação de gasoduto .....	194
Foto 45– Lance 3 denominado Lagoa Azul e referencial paisagístico de auxílio na definição dos pontos de pesca.....	198
Foto 46–Separação entre a Lagoa azul e a praia da Lagoa Azul, observando-se do continente para o mar .....	199
Foto 47–Crianças e adulto brincando da Lagoa Azul.....	199
Foto 48–Morros de areia existentes antes da instalação da empresa Samarco.....	200
Foto 49– Lance 4 denominado de Ouriços e tanque da Petrobras .....	203
Foto 50– Lance 5 denominado de Cabeço do Baiacu, Porto de Ubu e paisagens de serras.....	204
Foto 51– Lance 6 denominado de Baixa Grande de Ubu, berçário de reprodução de inúmeras espécies marinhas.....	205
Foto 52–Marcações no asfalto realizada pela Petrobras indicando lugar onde se pretende construir terminal portuário.....	206
Foto 53– Lance 6 denominado de Pedra do Medroso e ao fundo, o Monte Urubu.....	208
Foto 54– Lance 7 denominado de Baixa da Mupica e à esquerda, o Monte Aghá.....	208

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Brasão de armas de 1901.....	74
Imagem 02 – Brasão atual do município de Anchieta.....	74
Imagem 03 – Colégio para moças D. Maria Mattos.....	76
Imagem 04 – Localização da antiga região habitada por pescadores, próxima ao hotel Pontal de Ubu.....	80
Imagem 05–Multiterritorialidades nos territórios de moradia e trabalho dos pescadores de Ubu e Parati no final do século XX.....	92
Imagem 06– Agentes formadores dos territórios-redes dos empreendedores industriais do polo industrial de Anchieta.....	118
Imagem 07– Agentes formadores dos Territórios-redes dos pescadores de Ubu e Parati.....	119
Imagem 08–Classificação da região de estudo considerando as Partículas Totais em Suspensão no ano de 2012.....	142
Imagem 09– Rede territorial dos pescadores de Ubu e Parati até o início dos anos de 1970.....	177
Imagem 10– Desenho elaborado a partir das histórias orais de descrição do ritual de “furar a lagoa”.....	202
Imagem 11 - Momento em que abre-se o canal de contato entre o mar e a Lagoa Azul.....	202

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01–Quantidade total de entrevistados durante a pesquisa.....	24
Tabela 02–Quantidade total de pescadores de Ubu e Parati entrevistados, por localidade.....	25
Tabela 03–Quantidade total de pescadores de Ubu e Parati entrevistados, por gênero.....	25
Tabela 04–Dados comparativos do número de domicílios em 1970 e 2010.....	130
Tabela 05–Situação de ocupação dos domicílios em Ubu e Parati.....	130
Tabela 06–Tempo de moradia em Ubu ou Parati .....	133
Tabela 07–Origem dos pais e avós dos entrevistados.....	133
Tabela 08–Situação dos entrevistados quanto à moradia.....	136
Tabela 09–Reclamações dos pescadores quanto à atuação das grandes empresas, exceto questões financeiras.....	141
Tabela 10–Dependência econômica dos pescadores de Ubu e Parati em relação à atividade da pesca.....	145
Tabela 11–Atividades profissionais dos familiares dos pescadores.....	145
Tabela 12–Incentivo à sucessão quanto a trabalho da pesca.....	146
Tabela 13–Renda mensal familiar dos pescadores.....	146
Tabela 14–Forma de aprendizado do trabalho da pesca.....	150
Tabela 15–Situação dos pescadores em relação à embarcação.....	158
Tabela 16–Principais instrumentos de trabalho.....	158
Tabela 17–Nível de escolaridade dos pescadores de Ubu e Parati.....	161

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Cronograma das atividades de campo.....	27
Quadro 02 – Visitantes em Anchieta no século XIX.....	71
Quadro 03 – Dados do censo demográfico dos séculos XVIII e início do século XIX.....	72
Quadro 04 - Alterações dos nomes atribuídos ao município de Anchieta..	74
Quadro 05 – Histórico das indústrias e infra-estrutura da Samarco (1972-2012).....	85
Quadro 06 – Dois grandes paradigmas presentes no território dos pescadores de Ubu e Parati.....	93
Quadro 07– Balanço anual das vendas e lucros da Vale S.A.....	107
Quadro 08– Balanço anual das vendas e lucros da Petrobras.....	115
Quadro 09– Principais instrumentos de trabalho usados na pesca artesanal de Ubu e Parati.....	155
Quadro 10– Composição da carteira do BNDESPar.....	160
Quadro 11– Cronologia dos eventos marcantes na Comunidade de Pescadores de Ubu e Parati.....	180

## LISTA DE SIGLAS

AAE - Avaliação Ambiental Estratégica  
AGB/ES - Associação de Geógrafos Brasileiros-Seção Vitória/ES  
APUP - Associação de Pescadores de UBU e Parati  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNDESPar – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações S.A.  
CESAN– Companhia Espírito Santense de Saneamento  
CSU - Companhia Siderúrgica UBU  
CSV – Companhia Siderúrgica Vitória  
DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo  
EFVM - Estrada de Ferro Vitória- Minas  
EMESCAM - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória  
ES 2025 - Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025  
FAPES - Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo  
Findes - Federação das Indústrias do Espírito Santo  
GAMA – Grupo de Apoio ao Meio Ambiente de Anchieta  
GPS – Global Positioning System  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação  
IEMA - Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo  
PDM - Plano Diretor Municipal de Anchieta  
RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental  
RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória  
SI – Sistema Internacional de Unidades  
UTG - Unidade de Tratamento de Gás Sul Capixaba

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS.....</b>	<b>14</b>
1.1 A ESCOLHA DO TEMA .....	14
1.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E ANÁLISE DOCUMENTAL.....	17
1.3 ENTREVISTAS, HISTÓRIA ORAL, QUESTIONÁRIOS E CAMPO	21
<b>2 TERRITÓRIOS “TRADICIONAIS” X TERRITÓRIOS DAS EMPRESAS E DO ESTADO.....</b>	<b>36</b>
2.1 TERRITÓRIO E IDENTIDADE.....	38
2.2 (DES)TERRITORILIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO.....	46
2.3 TERRITÓRIOS MÚLTIPLOS.....	50
2.4 OS “DESENVOLVIMENTISMOS”.....	55
<b>3 ANCHIETA NO CENÁRIO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>64</b>
3.1 ESBOÇO DA FORMAÇÃO HISTÓRICO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO.....	64
3.1.1 1º período - Aldeamento e posterior fundação como vila em 1565 sob o domínio dos jesuítas (século XV ao XVIII).....	65
3.1.2 2º período – Crescimento da atividade portuária no século XIX até os anos de 1950.....	71
3.1.3 3º período – Inserção no circuito do turismo a partir dos anos de 1950.....	77
3.1.4 4º período - Implantação de polo industrial e portuário dos anos de 1970.....	83
3.2 A POLÍTICA ESTADUAL PARA ANCHIETA NOS ANOS 2000 NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESPÍRITO SANTO 2025.....	94
3.2.1 Expansão da Samarco.....	106
3.2.2 Companhia Siderúrgica Ubu (CSU) e Superporto da Vale.....	110
3.2.3 Unidade de Tratamento de Gás (UTG-Sul) e Terminal Marítimo da Petrobras .....	114

<b>4 A COMUNIDADE DE PESCADORES DE UBU E PARATI.....</b>	<b>121</b>
4.1 O LUGAR DO HABITAR E DO ESPECULAR.....	129
4.2O LUGAR DO TRABALHO.....	145
4.3 O LUGAR DOS CONFLITOS.....	179
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>211</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>215</b>
<b>7 ANEXOS.....</b>	<b>233</b>

## INTRODUÇÃO

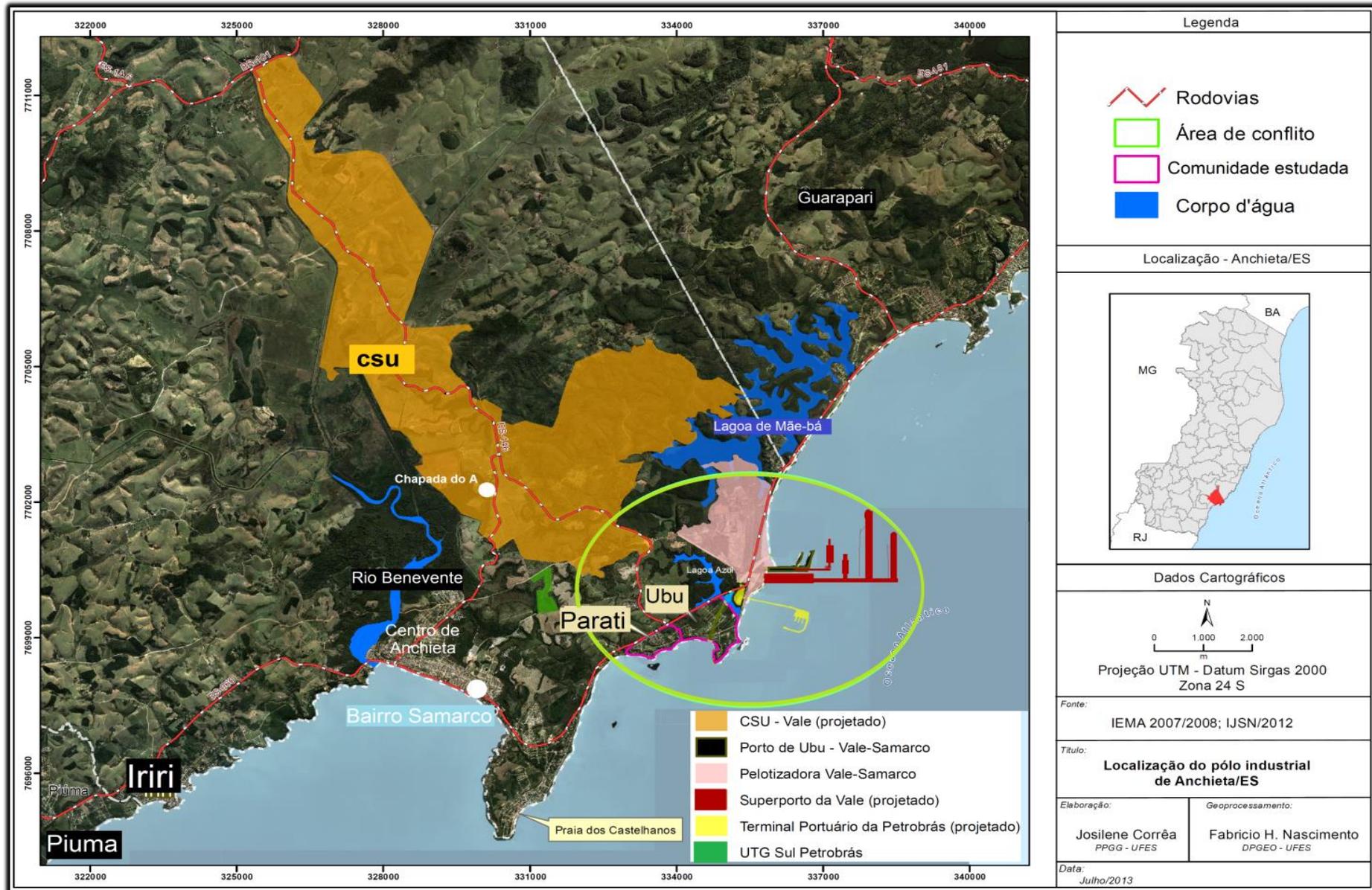
O presente trabalho investiga os embates sócioambientais que envolvem a Comunidade de Pescadores de Ubu e Parati, a partir das novas dinâmicas territoriais, decorrentes do processo de expansão do polo industrial e de serviços do município de Anchieta (Mapa 1), litoral sul do Espírito Santo. Esta comunidade de pescadores artesanais tem sido atravessada por uma dinâmica reterritorializante, motivando-a no sentido de contestar e resistir às ações restritivas e destrutivas do lugar que ocupam há gerações com suas práticas tradicionais de trabalho.

O território historicamente apropriado por estes pescadores tem sido intensamente afetado pelo avanço do projeto de adensamento e construção de novas cadeias produtivas sendo uma, de base minero – siderúrgica e portuária sob o comando da empresa Vale, e a outra de base petrolífera - portuária liderada pela empresa Petrobras. A ampliação do Polo está inscrita no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025<sup>1</sup>, também conhecido como ES-2025. O referido projeto de construção de novas cadeias produtivas está associado a novas perspectivas de gestão e rearranjo territorial logístico que transpõem os limites da área física imediata do Polo e do próprio município de Anchieta, estando os territórios de pesca da Comunidade de Ubu e Parati localizados em um de seus nós logísticos.

O ES-2025, desenhado dentro da esfera do governo estadual e em íntima parceria com a esfera privada, formaliza a incorporação da já existente perspectiva de ampliação de polo siderúrgico, manifestado em um de seus projetos estruturantes, sendo este intitulado de *Implantação do Polo Siderúrgico em Anchieta*. Este projeto veio a ser preconizado inicialmente pela empresa chinesa Baosteel em 2007 em parceria com a empresa Vale, sob o nome de *Companhia Siderúrgica Vitória* (CSV). Todavia, o projeto inicial foi abortado em novembro de 2008 (ZANDONADI, 2008) e retomado em 2009 somente pela empresa Vale já sob o nome *Companhia Siderúrgica Ubu* (CSU), sendo novamente abandonado em janeiro de 2013.

---

<sup>1</sup> Lançado em 2006, o ES 2025 corresponde a um projeto de desenvolvimento econômico articulado entre a entidade empresarial denominada Espírito Santo em Ação e o poder público estadual. Elaborado no final do primeiro mandato do Governador Paulo Hartung este Plano consolida a participação da iniciativa privada na formulação de políticas públicas por meio de uma forte parceria com o Poder Executivo Estadual. (RAINHA, p. 119, 2012)



Mapa 1 - Localização do polo industrial de Anchieta (2013).  
Fonte: Elaborado por Josilene Corrêa e Fabrício Holanda (junho de 2013)

O ES-2025 deixa clara a expectativa para que o município reforçe e amplie a cadeia estadual produtiva siderúrgica e de petróleo e gás, compondo o escopo concernente à interiorização do “desenvolvimento”<sup>2</sup>, inserção regional e expansão urbana, sob o argumento da busca da redução das desigualdades e erradicação da pobreza, apesar das inúmeras controvérsias acerca dos impactos resultantes desse perfil de política pública inspirado em modelos mundialmente adotados de reprodução do capital (SANTOS, 2000b; OLIVEIRA, 2003 [1972]; PORTO-GONÇALVES, 2006). Tais projetos são reforçados por estudos indicativos de investimentos previstos no Espírito Santo, realizados pelo Instituto Jones dos Santos Neves desde 2000 (IJSN, 2010)<sup>3</sup>, estando o município de Anchieta, no topo da lista de investimentos.

Os rebatimentos desses projetos no lugar em foco fizeram - se mais contundentes em 2006, quando lá ocorreram novas intervenções diretas, a exemplo da instalação temporária da Plataforma Itapuã da empresa Petrobras, voltada para as atividades de sondagem geotécnica para a construção de terminal marítimo, ocasionando a restrição de uso de importante área de realização da pesca artesanal dos Pescadores de Ubu e Parati ao longo de 4 meses (Associação de Pescadores de UBU e Parati (APUP)<sup>4</sup>, 2009). Tal fato foi o estopim para uma série de debates e processos em busca de indenização pelos prejuízos causados.

A partir de 2007, as preocupações quanto a crescente desestruturação, redução e consequentes impactos sócioambientais sobre seus territórios de trabalho, motivaram os pescadores na elaboração de três projetos, visando aumentara sua

---

<sup>2</sup> No contexto acima citado, “desenvolvimento” está associado ao processo de industrialização, urbanização, mercantilização da natureza e culturas, cuja intenção primordial é o crescimento econômico. Por outro lado, esta pesquisa mostra – se crítica a esta concepção predominantemente econômica, usando como referência PORTO-GONÇAVES (2006), o qual reafirma a necessidade de se propor um modelo de desenvolvimento associado ao desafio ambiental, o que implica no combate a apropriação destrutiva dos recursos naturais, a padronização cultural, privatização dos territórios e políticas anti-democráticas. Este tema será melhor tratado no capítulo 2.

<sup>3</sup>O Instituto Jones dos Santos Neves é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, cuja finalidade é “produzir conhecimento e subsidiar políticas públicas através da elaboração e implementação de estudos, pesquisas, planos, projetos, programas de ação e organização de bases de dados estatísticos e geo-referenciados, nas esferas estadual, regional e municipal, voltados ao desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo, disponibilizando essas informações ao Estado e à sociedade” (IJSN, 2013).

<sup>4</sup> Registrada em 12 de junho de 2006, a Associação de Pescadores de Ubu e Parati – APUP foi criada para dar maior ênfase e direcionamento às demandas das referidas comunidades. Até então, estes pescadores estavam vinculados à Colônia de Pesca Z 4, localizada no Centro de Anchieta. Esta Associação dispõe de um link no site denominado Rede Comuna Verde. Este site é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da instituição de ensino superior EMESCAM Vitória-ES, e financiado pela FAPES a partir de 2008, intitulado “Impactos sócioambientais na saúde dos trabalhadores causados pela indústria de pelotização Samarco e aqueles que serão provocados pela extração de hidrocarbonetos no município de Anchieta-ES”. Este projeto esteve sob a coordenação dos professores doutores Maria Helena Rauta Ramos e Luiz Henrique Borges.

participação no circuito regional da economia e a melhoria do acesso à informação e à educação, na tentativa de se readaptar aos processos emergentes e obter alguma compensação pelas perdas já ocorridas.

O primeiro projeto correspondeu à construção de um atracadouro de barcos anexo a um mercado de peixe em Ubu, o segundo projeto referiu-se à concessão de instalação de um telecentro de inclusão digital em Parati e o terceiro foi relativo à elaboração de um projeto de lei municipal de renda mínima mensal para os pescadores artesanais atingidos pelos grandes projetos em Anchieta. Tais projetos encontraram barreiras quanto à localização geográfica, legislação ambiental, questões políticas e burocráticas, fazendo com que nenhum deles tenha sido de fato concretizado.

Esse breve relato sobre algumas “estratégias de sobrevivência” (Portuguez, 2010) idealizadas pelos pescadores nos remonta a questão em torno da “justiça sócioambiental” (ACSERALD et. ali, 2009), levando à reflexão acerca da equivalência existente entre poder econômico e proteção legal, pois aqueles que têm poucos recursos financeiros não têm apenas dificuldades de acessar o apoio de órgãos públicos para viabilizar projetos de base comunitária, mas também costumam ter seus direitos territoriais alijados em favor de vultosos projetos privados, mesmo que estes últimos degradem intensamente o meio sócioambiental.

Em 2009, as atividades de dragagem<sup>5</sup> realizadas para manutenção do Porto da empresa pelotizadora Samarco, também comprometeram ainda mais as atividades pesqueiras devido à perturbação do ambiente costeiro local e consequente afastamento e matança de peixes, mariscos, polvos, tartarugas, dentre outras espécies marinhas (APUP, 2009).

Outro fato marcante ocorrido em 2009, foi a construção do gasoduto que atravessou área de pesca artesanal na praia de Tiquiçaba<sup>6</sup> em Ubu. Esse gasoduto foi

---

<sup>5</sup> Histórico das dragagens realizadas no Porto de Ubu: 1976, 1985, 1992, 2001, 2007, 2009, 2013 (SAMARCO, 2013).

<sup>6</sup> A praia de Tiquiçaba teve seu nome alterado desde que a Petrobras aí realizou os levantamentos geotécnicos para instalação de terminal portuário de Ubu, passando a ser denominada de Praia do Além, nos mapas dos estudos. Para os pescadores, a enseada abrangia “três” praias, denominadas de Tiquiçaba, Lagoa Azul e

construído para transportar o gás produzido em plataformas de exploração de petróleo no litoral – sul do estado à Unidade de Tratamento de Gás Sul Capixaba (Cf. mapa 1 e 4), inaugurada em 26 de outubro de 2010 no município de Anchieta. Com a implantação do gasoduto, houve a destruição de área de produção do marisco conhecido como sururu, comprometendo drasticamente as atividades das marisqueiras<sup>7</sup> locais. Dentre as consequências, observou-se a formação de uma rede migratória intramunicipal das marisqueiras para Iriri, com o intuito de manter seu modo de trabalho e sua renda.

Ressalta – se, ainda, o fato de que no referido município, outras comunidades também têm vivenciado esta coexistência tensa com estas mesmas grandes empresas, ora disputando, ora negociando usos de espaços de interesses conflitantes, a exemplo dos moradores de Chapada do A e de Monteiro<sup>8</sup> (Cf. mapa 1), os quais lutam pelo direito de permanência em área antes destinada à implantação da Companhia Siderúrgica Ubu, e Comunidade de Mãe – Bá, comunidade que habita as proximidades da lagoa de mesmo nome, e que foi impactada pela poluição da lagoa desde que esta passou a funcionar como desaguadouro de efluentes da empresa Samarco, o que ao longo dos anos tornou o corpo aquífero impróprio para os usos tradicionais da população que habita seu entorno.

As tensões entre comunidades tradicionais e as grandes empresas em Anchieta têm sido recorrentes, quer seja pelo direito de permanência e de uso de solo urbano, rural e do espaço costeiro, quer seja pelo direito a qualidade do meio ambiente, questões estas que já foram apontadas em trabalhos da Associação de Geógrafos Brasileiros-AGB/Vitória (2012), Dornellas (2011), Coelho (2011) Barbosa (2010), Alvarenga (2010), Rauta Ramos et. ali (2009), Battestin (2009) e Vieira (2009),

---

Ouriços, pois as denominações correspondiam a construções simbólicas de referenciais usados no modo de distribuição do território pesqueiro na Comunidade.

<sup>7</sup> A coleta do sururu é uma atividade executada predominantemente pelas mulheres que compõem o grupo de pescadores artesanais. Salienta – se o fato de que, dentre elas, muitas são esposas de pescadores e também contribuem em etapas do trabalho da pesca realizada pelos maridos, além dos afazeres domésticos.

<sup>8</sup> As Comunidades de Chapada do A e de Monteiro caracterizam – se por serem Comunidades que se auto – declararam indígenas descendentes dos tupiniquins (MATTOS, 2009) e que vivem na área onde foi decretada a construção do Polo Industrial de Anchieta. Atualmente, estas estão submetidas ao processo de reconhecimento legal perante a FUNAI, resistindo diante às constantes ameaças de remanejamento por parte da empresa Vale.

Espírito Santo em Ação (2008) ao indicar os riscos e vulnerabilidades dos empreendimentos sobre seus habitantes originários<sup>9</sup>.

Sabe-se ainda que tal problemática não é pertinente apenas ao município em questão, evidenciando sua recorrência em diversos lugares do Brasil e do mundo, a exemplo da Associação Homens e Mulheres do Mar-AHOMAR, que luta contra os impactos sócioambientais gerados por grandes empreendimentos no setor petroquímico, dentre esses, a Petrobras (SOARES, 2012). Suas atividades também inviabilizam a pesca artesanal na Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro. Em decorrência dessa luta, 4 líderes da Associação já foram brutalmente assassinados desde 2009 (ALENCAR, 2012).

A ampla ação da empresa Vale também tem gerado inúmeros conflitos em vários pontos do mundo (DOSSIÊ..., 2010). Com empreendimentos em todos os continentes, a empresa vem colecionando protestos e insatisfação por parte de diversos grupos sociais atingidos, das mais variadas formas, pela atuação dessa instituição. O rebatimento das ações arbitrárias da empresa pode ser visto no surgimento, em 2009, de uma rede de articulação internacional denominada *Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale*, cujo ponto central consiste na reunião de comunidades afetadas, realizando denúncias e dando visibilidade aos impactos.

Foi diante da constatação dos sentimentos de insatisfação, de coação, de angústia e de incertezas, relatadas durante entrevistas exploratórias<sup>10</sup> com alguns membros de comunidades impactadas em Anchieta, que foi despertado o interesse pelo estudo dessas comunidades, mais especificamente da Comunidade de Pescadores de Ubu e Parati, ficando então evidente a ameaça de perda de mais territórios de pesca para as empresas multinacionais como a Vale e a Petrobras.

---

<sup>9</sup> Porto-Gonçalves (2006) ressalta o uso do termo “povo originário” em detrimento do termo “povo tradicional”, uma vez que o primeiro refere-se àqueles que habitam e/ou usufruem do lugar há gerações, estabelecendo laços sócio culturais peculiares ao meio que o circundam. Por outro lado, o uso da expressão “povo tradicional” remonta aos critérios impostos pelo mundo-moderno-colonial, e que classifica o “tradicional” numa escala de “inferioridade” ou “atrasada” em relação aos ditos “modernos”, ou seja, com forte base no pós-colonialismo.

<sup>10</sup> As entrevistas de caráter exploratório ocorreram no período de maio e junho de 2012 e foram de fundamental importância para uma aproximação inicial com o lugar, assim como na definição do recorte empírico para esta dissertação.

De uma maneira geral, identifica-se em Ubu e Parati uma dinâmica reterritorializante que, para ser compreendida, requer a incorporação de uma escala temporal e territorial que vai além dos limites geográficos do cotidiano, pois requer o reconhecimento de um encontro de diferentes histórias que se cruzam adversamente num mesmo lugar. Este encontro tem sido marcado pela ruptura de características espaciais até então existentes por meio da sobreposição de novos territórios prioritariamente funcionais (HAESBAERT, 2004a) e, conseqüentemente, outros atores disputando direitos de usos e domínios. O resultado corresponde a uma trama complexa de sujeitos públicos e privados que fazem uso do potencial multiterritorial para invalidar as territorialidades originárias, fragilizando o seu poder de gestão e uso do lugar.

Definitivamente, muitos têm sido os impactos locais decorrentes da expansão urbana-industrial no município, motivando os pescadores a iniciar um processo de luta pelos seus direitos por meio de formação de redes de mobilização políticas entre os membros da APUP e destes com membros de organizações sociais locais, acadêmicas e ambientais, que também tecem críticas ao modelo de desenvolvimento que foi prescrito ao município.

Com a organização formal do grupo de pescadores por meio da APUP, passou-se a buscar alternativas de ação jurídico – legal junto a Promotoria de Justiça de Anchieta e órgãos ambientais responsáveis pela defesa dos direitos civis e ambientais como um todo. Todavia, a resposta desses órgãos tem sido consideradas insatisfatórias pelos pescadores, o que para esta pesquisa, significou constante diálogo com Acserald et al. (2008; 2009) em torno dos debates sobre a justiça sócioambiental.

Neste caso em especial, há intenção de aproximar o saber científico às exigências de instrumentos úteis à luta social, ou como citam Acserald, Mello e Bezerra (2009, p.146), contribuir para: “[...] a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação sócioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado” e a “defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos”.

Observam-se também os efeitos das modificações das relações dos grupos com os lugares por terem suas fortes redes territoriais de trabalho e de pertencimento alteradas e continuamente ameaçadas. Tais mudanças puderam também ser compreendidas a partir do modo como ocorre o enlace entre o caráter material do território ao fator emotivo e simbólico descrito por Tuan (1974).

Apesar do marco cronológico abordar fatos marcantes ocorridos na segunda metade da década de 2000, foi fundamental incorporar uma breve análise histórica da formação territorial do município de Anchieta, desde o período colonial, para entendimento da constituição do panorama geográfico, político e social em que se apresenta na atualidade, oferecendo elementos para entender o processo de ocupação territorial da região de Ubu e Parati, pelos diferentes atores que ali têm vivido, interferido, interagido e se tensionado.

Além das já citadas grandes empresas, outros atores também têm compartilhado da rede territorial que enlaça as tradicionais áreas de pesca, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Tais dinâmicas decorrem das políticas de expansão do turismo e da especulação fundiária, despertando uma demanda pelo consumo do espaço, fato este que se rebate sobre a região habitada pelos pescadores, ocasionando atos de remoção de casas de pescadores que ocupavam locais de interesse de empreendedores do setor turístico. Há ainda os atritos decorrentes da sobreposição de usos de trechos da praia, onde os turistas dificultam ou prejudicam a realização da pesca artesanal.

Observa-se assim que velhos e novos empreendedores, com o total apoio do Governo do Estado, passam a ocupar parcelas, cada vez maiores, da orla litorânea-sul, confrontando-se diretamente com as territorialidades pré-existentes, dando início a inúmeros conflitos pelo direito de uso de área. Tais fatos vêm fortalecer a hipótese sobre o caráter político e multiterritorial de nosso recorte, assim como o surgimento de novas configurações territoriais e conseqüente complexificação dos conflitos pelo domínio e apropriação territorial de parcelas do município.

Tal parâmetro inicial apresentado remonta a um questionamento central e outros dois questionamentos intrínsecos ao primeiro, para melhor entendimento e debate do fato multiterritorial que é proposto.

*Como os territórios originais de trabalho e de viver da Comunidade de Pescadores de Ubu e Parati têm sido comprometidos a partir da definição de grandes eixos de expansão econômica traçados no plano estratégico empresarial de desenvolvimento do governo estadual Espírito Santo 2025?*

*De que maneira novos atores externos ao lugar se articulam para exercer um notável domínio territorial sobre a região, fazendo uso da condição multiterritorial obtida por meio de amplas articulações de redes de poder?*

*Quais as peculiaridades e contradições podem ser observadas diante das dinâmicas reterritorializantes e quais são seus efeitos na concepção de território por parte da Comunidade, no sentido de fundamentar práticas de resistência e desenvolvimento autônomo diante das evidentes práticas de injustiças sócioambientais?*

A hipótese inicial consistia na observação do fortalecimento de “velhos sujeitos”<sup>11</sup> industriais e a emergência de novos agentes empreendedores<sup>12</sup> legitimados pelo Estado e detentores de capital. Articulando-se em redes e mobilizando-se em diferentes esferas político-territoriais, eles se utilizam da condição multiterritorial que dispõem na obtenção de vantagens no estabelecimento de novos territórios de expansão produtiva. Com isso, estes agentes se territorializam (ou se reterritorializam) na conexão flexível de territórios de seu interesse, muitas vezes se sobrepondo à apropriação de áreas antes territorializadas efetivamente pelos pescadores até meados da segunda metade do século XX.

Este quadro nos dá indicações preliminares da necessidade de discorrer também sobre questões relacionadas à extração da renda da terra na Região Metropolitana Expandida da Grande Vitória (RMEGV) (ZANOTELLI et. Al., 2013)<sup>13</sup>, possibilitada

---

<sup>11</sup> Refiro – me à empresa Samarco que está aí localizada há 36 anos e que vem concretizando uma política de intensificação de suas atividades na última década, concretizando as tendências quanto às políticas de planejamento territorial preconizadas no Plano Diretor Municipal de Anchieta (Lei Complementar nº 13 de 2006), o qual amplia consideravelmente a área destinada à expansão do perímetro urbano municipal, que passou de 29.975.95 m<sup>2</sup> para 144.250.846.41 m<sup>2</sup> (BARBOSA, 2010, pág. 152-153).

<sup>12</sup> Refiro – me às empresas Vale e Petrobras, as quais passaram a atuar diretamente no município mais recentemente, a partir dos anos de 2000, ressaltando – se o fato de que a Samarco foi comprada pela empresa Vale em maio de 2000.

<sup>13</sup> Versão de artigo em revisão ainda não publicado, cujo título é “A renda da terra na Região Metropolitana de Vitória – ES – Brasil”.

pelas estratégias de expropriação coletiva e concentração fundiária para projetos diversos de reestruturação urbana, destacando-se àqueles voltados a formação de novas centralidades calcadas no apoio aos grandes empreendimentos industriais.

Dessa forma, novos circuitos de poder têm se estabelecido e também novas formas de “desterritorialização”, revelando uma nítida desconsideração para com a territorialidade do grupo que até então se apropriava do lugar. Com a reorganização do território múltiplo que aí se observa houve o estímulo em tentar compreender a correlação de forças entre os diferentes atores sociais na disputa em torno do direito de uso e ou permanência no lugar, uma vez que as ações têm alcançado níveis máximos de incompatibilidade de usos do mesmo, sem contar com a transferência do ônus ambiental aos pescadores, afetando inclusive os espaços onde habitam.

Neste sentido, ainda na etapa inicial da pesquisa, dedicou - se ao levantamento de material bibliográfico que abrangesse estudos, documentos, planos, projetos e noticiários que remetessem diretamente ao município de Anchieta. Mais que coletar dados preliminares, esta etapa foi importante para aproximação e delimitação empírica da área de estudo.

Num segundo momento, tratou-se de aproximar do grupo mais diretamente atingido, com o intuito de abrir um canal de diálogo e também de confiança, para troca de informações e prosseguimento da pesquisa, uma vez que um mínimo de proximidade era necessário para a obtenção de informações que não foram encontradas em registros escritos.

Passou-se a seguir, conhecer e identificar as práticas realizadas por estes pescadores, na obtenção dos processos e elementos que lhe atribuem a territorialidade, principalmente aqueles que circunscrevem as áreas em disputa, sendo a História Oral, aplicação de questionários e a cobertura fotográfica, recursos fundamentais nesta etapa, uma vez que o levantamento bibliográfico prévio mostrou – se insuficiente para os objetivos da pesquisa. Posteriormente, foi feito também o levantamento cartográfico das principais áreas de pesca sob risco de exclusão, e dos elementos simbólicos e identitários significativos presentes nas paisagens, do ponto de vista dos pescadores. Essa metodologia será mais detalhada no capítulo 1.

Entende-se que a noção de território é um conceito chave nesta problemática, conduzindo a uma discussão sobre este conceito no capítulo 2. Abordaremos sua relação com o tema das identidades étnico - culturais e a manifestação da experiência multiterritorial (HAESBAERT, 2004a; 2004b) derivada das novas dinâmicas territoriais de expansão de modelo de “desenvolvimento” sob o predomínio da lógica econômica moderna (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Ainda no capítulo 2, as discussões evocadas em torno da disputa pelo direito de uso do território convidam a incluir a discussão acerca dos princípios e práticas que apoiam movimentos em busca de justiça ambiental (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009) por meio da compreensão da interdependência que há entre a comunidade, o local de trabalho e a qualidade do meio ambiente.

Tratou-se da história do município no capítulo 3, de uma maneira abrangente, no sentido de entender as especificidades de sua formação sócioterritorial desde o período colonial, dispondo de pistas para entender sua configuração geográfica atual.

Após este resgate histórico-territorial da Comunidade, vamos confrontar a territorialidade construída pelos pescadores às territorialidades emergentes, a partir da inserção do município no cenário de desenvolvimento econômico industrial a partir dos anos de 1970, com ênfase nas mudanças a partir de 2006, onde outras grandes empresas ambicionam o domínio sobre parcelas do município de Anchieta, e dentre estas, as tradicionais áreas de pesca artesanal dos habitantes de Ubu e Parati. Ainda neste capítulo, é feita análise das estratégias de avanço do domínio territorial pelos empreendedores, apontando os principais vetores estratégicos e ações táticas contidas nas ações territorializantes.

Associando o contexto estadual e regional de desenvolvimento urbano, analisaremos o município de Anchieta a partir de sua atual condição geopolítica no contexto metropolitano, seus principais agentes e as redes de fluxos que aí permeiam, interferindo diretamente na gestão do desenvolvimento urbano local e regional para atendimento da demanda internacional de matérias-primas de baixo valor agregado.

No capítulo 4, foram apresentados os originais modos de uso e ocupação da região de Ubu e Parati pelos pescadores artesanais até o início dos anos de 1970, informações estas obtidas prioritariamente por meio de gravações de narrativas das pessoas que participam da Comunidade, além de questionários semi-estruturados, os quais serviram muito mais para a abertura de diálogo com os entrevistados do que fundamentalmente para a obtenção de dados estatísticos. Neste sentido, a pesquisa viu a possibilidade de realizar um levantamento inicial da rica e específica identidade desta comunidade de pescadores por meio do estudo do seu modo de habitar e trabalhar, bem como a identificação de elementos que justifiquem o sentimento topofílico (TUAN,(1980[1974]) que os unem aos lugares suscetíveis a perda do direito de apropriação.

No entanto, ressalta-se que essa etapa dos trabalhos de campo foi feita com muita tranquilidade, diferentemente da etapa de sistematização dos variados dados coletados. A dificuldade deu-se no momento da sua organização e incorporação ao texto, o que acabou exigindo outras leituras em paralelo, para que boa parte do material tivesse coesão com a problemática posta. A consequência desse desequilíbrio fez com que o tempo previsto para a finalização fosse ultrapassado.

Utilizou-se então, modos de representação espacial que trouxessem à tona a territorialidade histórica construída por estes pescadores locais que não dispõem de visibilidade alguma dentro dos planos e projetos de desenvolvimento urbano para o município de Anchieta. O pano de fundo para esta etapa foi a observação da paisagem e elementos constitutivos, apontando o cruzamento, a simultaneidade e divergências das dinâmicas que nela se materializam por meio dos diferentes atores, objetivos, escalas de atuação e estratégias de se “apoderar” do território.

Ainda no capítulo 4, tratou-se de traduzir os dados obtidos nos questionários em tabelas, disponibilizando parâmetros sobre o lugar onde vivem e para pontuar importantes mudanças ao longo das últimas 5 décadas, as quais direta ou indiretamente, têm interferido na dinâmica territorial da Comunidade.

Na conclusão, realizou-se a análise sucinta do que foi apresentado nos capítulos anteriores, objetiva-se fazer um balanço das atitudes e valores dos pescadores em

relação aos sujeitos que têm compartilhado dessa multiterritorialidade do lugar, propondo ainda temas de pesquisas que potencializem o acesso e uso da condição multiterritorial existente e, em contraposição à rede multiterritorial mobilizada pelos grandes empreendedores.

Nestes termos, diante das variadas concepções técnico – econômica, política, cultural e natural que compõem as redes territoriais do grupo estudado, procurou-se explicitar a emergência dessa multiterritorialidade espacial e descontínua dos jogos de poder e das complexidades que a cercam por meio da elaboração de ilustrações de interpretação da realidade em rede, avaliando as condições de práticas de resistência e autodesenvolvimento da Comunidade no enfrentamento às redes dos grandes empreendedores industriais.

Julga-se que os resultados desta pesquisa possam auxiliar os formuladores e gestores de políticas públicas, os movimentos sociais, as lideranças comunitárias, as mulheres e homens do mar e, principalmente os pescadores e pescadoras artesanais, na luta pelo respeito mínimo aos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição. Pretende-se, também, contribuir para ampliar o debate sobre um tema que indubitavelmente precisa ser muito discutido: o direito territorial dos povos originários, com todas as suas complexidades e especificidades.

# 1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS

## 1.1 A ESCOLHA DO TEMA

O processo de pesquisa aqui desenvolvido esteve longe de ser uma trajetória rígida de procedimentos e definição metodológica prévia à sua realização. Deixo claro o fato de que, como pesquisadora pouco (ou quase nada), tinha de conhecimento ou vivência junto ao grupo estudado. Na verdade, minha formação foi estruturada fundamentalmente na realidade Amazônica, pois foi em Belém o início de minha trajetória acadêmica. A migração para o Espírito Santo deve-se ao fato de eu ter um capixaba como cônjuge.

No início do curso de Mestrado já havia uma convicção acerca do recorte geográfico, que convergia para o município de Anchieta. O motivo devia-se ao fato que havia uma grande possibilidade de eu lá morar, em função da compra de um terreno grande o suficiente e a um custo compatível com nosso poder aquisitivo. Na ocasião da compra, em 1998, não morava sequer no Espírito Santo<sup>14</sup>. O processo de compra e financiamento foi intermediado por outro membro da família que morava no Espírito Santo.

Só no final do ano de 2004 é que mudei-me do Rio de Janeiro para o Espírito Santo, instalando-me na própria capital, pois aí dispunha de um pequeno terreno de família, onde construí uma primeira residência. A partir desta vinda ao estado deu – se início a um processo de “namoro” com o município de Anchieta, pois as expectativas de mudança para lá permaneciam. As visitas a esse município ficaram mais frequentes com o intuito de obter informações gerais sobre o lugar e para lá direcionar suas atividades de trabalho e estudo.

O terreno comprado localiza-se em Ubu nas proximidades da empresa Samarco, sendo possível até mesmo visualizá-la. Quando o terreno foi comprado, o discurso do marketing imobiliário concentrava-se no fato de ser um balneário turístico isolado, com belas praias e paisagens naturais. Este panorama do lugar é o que predomina

---

<sup>14</sup> Na verdade, o terreno no município de Anchieta foi adquirido pelo cônjuge da pesquisadora, muito antes do casamento que se realizou somente no ano de 2003.

no imaginário popular do turista e até mesmo de moradores do próprio município, além do fato de compartilhar do marketing turístico com outras praias mais próximas do centro de Anchieta, a exemplo da Praia dos Castelhanos e Praia de Iriri<sup>15</sup>.

Com as frequentes idas à Anchieta, passei a conhecer os problemas que vinham ocorrendo entre as empresas e moradores locais, especialmente pelo fato do terreno comprado localizar-se a poucos metros do presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati. Tal fato contribuiu para ser dado o pontapé inicial à pesquisa, despertando o interesse pelo estudo de caso, possibilitando também a redução gradual da “estranheza” entre pesquisadora e grupo pesquisado, sendo fundamental na obtenção de dados que só eles mesmos detinham, a exemplo das tradições vinculadas aos usos do território e modo de vida da geração atual e das passadas.

O diálogo iniciado com os pescadores e moradores locais também foi fundamental no processo de estruturação teórico–metodológica do projeto de pesquisa, o qual foi sendo concebido em paralelo às leituras bibliográficas e outras fontes de informações escritas, que eram acessadas, inclusive algumas cedidas pelos próprios sujeitos da pesquisa.

Ganhar a confiança do grupo a ser pesquisado também constituiu um desafio da pesquisa, uma vez que tem-se conhecimento de práticas de espionagem de líderes de movimentos sociais, por parte das empresas Vale e Petrobras. Em efeito, noticiários recentes têm revelado denúncias de espionagem, monitoramento e elaboração de dossiês pela empresa Vale, sobre lideranças políticas e organizações sociais que vêm exercendo seu poder de contestação (MEDEIROS, 2013c; 2013d), questionando e se opondo ao avanço dos grandes empreendimentos industriais, fato este também ressaltado por ocasião da banca de qualificação desta pesquisa.

As denúncias vêm causando sentimentos de receio e angústia por parte daqueles que questionam as ações depredadoras da referida empresa, motivando a geração

---

<sup>15</sup> Informações obtidas em Seminário Interno realizado em 2011, cujo título era “Transformações da paisagem urbana contemporânea em áreas de fronteira de expansão metropolitana no Espírito Santo e Rio de Janeiro”. Este projeto vem sendo desenvolvido no âmbito do Departamento de Pós – graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGAU, com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES, sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça, em parceria com a Universidade Federal Fluminense – UFF.

de processos formais encaminhados à Presidência da República, ao Ministério da Justiça, ao Ministério dos Direitos Humanos, à Procuradoria-Geral da República, à Procuradoria-Geral do Trabalho, à Direção-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), às presidências da Câmara e do Senado, e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (MEDEIROS, 2013a; 2013b). Dentre as diversas denúncias, os movimentos sociais do município de Anchieta são apontados como alvo dessas investigações (MEDEIROS, 2013a; 2013c).

Portanto, no contexto tanto pessoal quanto da inserção na experiência prática das lutas, é que há o despertar para a temática estudada, havendo uma grande preocupação em tornar visível o “des-envolvimento”<sup>16</sup> que os grandes empreendimentos têm ocasionado a estes moradores locais, fato este camuflado pelos outdoors e propagandas de pessoas “felizes e sorridentes” (Fotos 01 e 02), divulgados pela empresa Vale-Samarco. As imagens contrastam com a realidade observada ao longo dessa pesquisa.



Foto 01 – Outdoor da Samarco em comemoração aos 415 anos da cidade de Anchieta.

Fonte: trabalho de campo (30 de maio de 2012).



Foto 02 – Outdoor da Samarco em comemoração às festas de final de ano.

Fonte: trabalho de campo (21 de dezembro de 2012).

<sup>16</sup> O termo “des-envolvimento” é explicitado por Porto – Gonçalves (2006, p. 81); “des – envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com o seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza.”

Realizar esta pesquisa me levou, por outro lado, a reflexão acerca do papel do pesquisador e profissional que tem testemunhado e participado, ou não, decisivamente em inúmeros processos de planejamento, estudo e elaboração de diagnósticos e projetos que legitimam ações transformadoras nos territórios, tal como Martins (1996, p.26) ao relatar que: “nossa consciência de homens comuns e também a nossa consciência de intelectuais e especialistas se move no território dessa contradição”.

## 1.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E ANÁLISE DOCUMENTAL

De uma maneira abrangente, buscamos inicialmente realizar um levantamento bibliográfico sobre planos, projetos e documentos oficiais, especificamente voltados ao município de Anchieta, estendendo - se posteriormente a uma bibliografia com abrangência estadual, com o intuito de conhecer o papel do município, numa leitura macro-regional.

Nesse primeiro momento, a revisão bibliográfica consistiu na análise de documentos da administração pública municipal de Anchieta, mais especificamente o Plano Diretor Municipal de Anchieta (PDM - 2006)<sup>17</sup>, Agenda XXI (2006)<sup>18</sup>, Lei Orgânica do Município (05/04/1995) e de documentos do Governo do Estado, tal como o ES-2025 (ESPÍRITO SANTO, 2006) e órgãos públicos de pesquisa (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011), e de consultorias privadas tais como CEPEMAR (2008, 2009), SERENG (2008); FUTURA (2008). Estes documentos apresentam um panorama geral da estrutura sócioeconômica e ambiental do município na visão do poder público e privado, além de disporem de uma dimensão macrorregional do planejamento e desenvolvimento econômico do Governo do Estado do Espírito Santo. Estes materiais consultados serviram de base de análise especialmente no

---

<sup>17</sup> O Plano Diretor do Município de Anchieta foi instituído pela Lei Complementar nº 13 de 28 de novembro de 2006 e veio atender as especificações estabelecidas pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), no que refere – se a indicação de elaboração de Plano Diretor para municípios em vias de sediar grandes projetos industriais e seus consequentes grandes impactos, independentemente do município de Anchieta ter menos de 20.000 habitantes, mas atualmente, Anchieta já ultrapassou a margem dos 20.000 habitantes (IBGE, 2010).

<sup>18</sup> Estas agendas que se multiplicaram pelo país foram inspiradas pelo principal documento formulado durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano - Rio 92, intitulado de programa estratégico universal para alcançar o desenvolvimento sustentável no Século XXI. Constituiu num esforço de identificar e reduzir os impactos sócioambientais previsíveis, diante do acelerado processo de urbanização que acomete inúmeras cidades pelo mundo sem, no entanto, discutir o modelo político - econômico de produção e desenvolvimento, que predomina em inúmeros países.

capítulo 3, onde tratamos do contextualizar o município de Anchieta no cenário estadual de desenvolvimento.

É interessante observar que os documentos produzidos tanto por órgãos públicos de pesquisa quanto por órgãos privados compartilham das mesmas perspectivas de “desenvolvimento” para o estado, priorizando crescimento econômico-industrial enquanto modelo a ser seguido, convergindo num grande apoio às práticas de intervenções territoriais com vistas à expansão de grandes empreendimentos industriais integrados ao comércio mundial.

Partindo dessa análise inicial, incluiu-se bibliografia concernente a temáticas mais amplas consideradas fundamentais, tais como desenvolvimento e globalização (PORTO-GONÇALVES, 2006; DAVIS, 2006; SANTOS, 1994; 2000; OLIVEIRA, 2004 [1973]) e voltadas para o entendimento dos efeitos das redes comerciais que atuam em escala planetária e que repercutem negativamente em diferentes partes do mundo.

Mesmo que, eventualmente, os documentos oficiais apontem algumas desvantagens dos projetos de expansão industrial no campo ambiental e social, estas são logo minimizadas diante dos recorrentes argumentos da notável geração de emprego, renda e crescimento urbano que promoverão nas cidades que os receberão. Outro argumento bastante usado para justificar os impactos é de que estes correspondem ao preço do “desenvolvimento”, como se não existissem alternativas a este, ou seja, outros modos possíveis de experienciar e usufruir do mundo.

Neste ponto, utilizaram-se as teses de Portuguez (1998), Ferreira (2009) e artigo de Ciccarone (2008), com o intuito de mostrar o retrato atual de diferentes grupos étnicos do Espírito Santo (agricultores, quilombolas e indígenas respectivamente), contribuindo na metodologia de identificação de diferentes formas de apropriação material e subjetiva dos “territórios” e consequente representação simbólica e cultural dos “lugares”, fundamentado a elaboração de subsídios documentais na promoção de ações políticas pelo direito de autonomia e apropriação territorial.

No que tange apenas a territórios pesqueiros, os marcos teóricos geográficos que mais influenciaram nesse trabalho foram a tese de doutorado de Portuguesez (2010) ao tratar das perspectivas de desenvolvimento local de comunidades de pescadores em Linhares, litoral norte do Espírito Santo, além da dissertação de mestrado de Souza (2010), ao analisar as transformações da paisagem no bairro Praia do Suá, em Vitória, local este originalmente habitado por pescadores. Vale ressaltar a participação no II Seminário Nacional Espaços Costeiros ocorrido em Salvador (BA) em junho de 2013, onde o eixo *pesca e aquicultura* foi amplamente debatido por pescadores, acadêmicos e representantes do Estado e o V Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental ocorrido em agosto de 2013 na Serra (ES), onde representantes de grupos tradicionais, dentre eles pescadores, puderam expor o tratamento desigual que recebem frente às incursões dos promotores das políticas de base energética e mineral. Todas estas leituras desempenharam importante papel nas reflexões acerca da centralidade do papel do território nos conflitos vigentes.

Foi feita igualmente a análise de dissertações, teses e pesquisas que tenham o município em seu recorte de estudo, de forma direta (RAUTA et al, 2009; MATTOS, 2009; ALVARENGA (2010), BARBOSA (2010), COELHO, 2010; ou num contexto metropolitano (CAMPOS (2004); ZANOTELLI (2010); MENDONÇA e GOLTARA (2012).

Fez-se uma explicitação do binômio território e identidade (HAESBAERT, 2004a; 2004b), e seus desdobramentos conceituais, relativos às esferas de âmbito social, econômica, e ambiental, que participam e dão vida a multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004b; 2009) identificada no lugar.

Ao tratar mais especificamente dos sujeitos pesquisados, pretendeu-se colocar a questão territorial sobre bases simbólico-culturais, uma vez que as comunidades estudadas caracterizam-se por se auto-reconhecerem como grupos étnicos tradicionais, o que tem mostrado que a identidade é um importante fator de reflexão e, ao mesmo tempo, estratégico nas questões territoriais. Assim, a importância dos estudos culturais na Geografia (TUAN, 1980 [1974]; HAESBAERT, 1999; CORRÊA, 2007) deram subsídios teóricos para a pesquisa, associados a estudos mais

específicos da constituição histórica étnica-cultural dos habitantes do município de Anchieta, a exemplo de Mattos (2009).

A Geografia Humanística de Tuan (1980 [1974]) permitiu aproximar os laços entre meio ambiente e visão de mundo dos sujeitos de pesquisa, por meio da apreensão das formas de percepção, atitudes e valores do grupo estudado em relação ao meio ambiente.

Com isto, objetivou-se compreender como foi construído o elo afetivo entre essas pessoas e o lugar, suas prerrogativas, e a consequente precarização da qualidade de vida quando este laço territorial é rompido. Neste momento da pesquisa, decidiu-se realizar trabalho de campo para obtermos as coordenadas geográficas, com o uso de GPS<sup>19</sup> e imagens que contemplassem os referenciais paisagísticos destes pescadores, principalmente aqueles que servem de apoio às atividades da pesca. Este trabalho de campo ocorreu no período entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013 e será melhor detalhado no sub-item 1.3.

No início da do trabalho, pretendia-se realizar um breve releitura temporal retrocedendo à década de 1970, quando se concretiza o 1º grande empreendimento industrial no município, a instalação da empresa pelotizadora de minério de ferro Samarco, plantando a semente inicial das pretensões de “desenvolvimento” econômico para o lugar. Entretanto, ampliou-se este esboço de resgate temporal até o período colonial, trazendo as contribuições de Neves et. ali (1995) Gonçalves (1996), Mattos (2006) e Mendonça e Goltara (2012), sendo relevante conhecer a geografia histórica-urbana do lugar, o que nos forneceu pistas sobre o desenho territorial atual.

Durante a pesquisa, identificou-se que o projeto de expansão do polo industrial têm se concretizado mediante práticas de desrespeito aos direitos assegurados pela Constituição e à legislação de caráter ambiental. Nesta etapa, percebemos a necessidade de acessar a legislação e documentos relativos ao licenciamento, especialmente aqueles relativos aos órgãos públicos ambientais, a exemplo do

---

<sup>19</sup> GPS ou Global Position System é o aparelho utilizado na identificação de pontos de localização na superfície da Terra.

Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e Capitania dos Portos do Espírito Santos (CPES).

### 1.3 ENTREVISTAS, HISTÓRIA ORAL, QUESTIONÁRIOS E CAMPO

Nas etapas preliminares de definição da temática do trabalho, tivemos a oportunidade de realizar uma entrevista em 11 de junho de 2012 com um professor universitário<sup>20</sup> que compunha a equipe de consultoria privada responsável por parte dos estudos e planos (ESPIRITO SANTO EM AÇÃO / SERENG, 2008) exigidos no processo de licenciamento de implantação do Polo Industrial e de Serviços de Anchieta.

Nesta entrevista, objetivou-se tomar seu ponto de vista acerca da elaboração dos estudos sobre o polo, na qualidade de arquiteto-urbanista de uma das consultorias citadas. A partir desta entrevista obtivemos significativas indicações bibliográficas para o prosseguimento da pesquisa. As análises provenientes dos dados aí obtidos com esta entrevista estão incorporadas na dissertação, principalmente no sub-capítulo 3.2.

A carência de proximidade com os pescadores levou também a realizar entrevistas de caráter exploratório (maio e junho de 2012) com líderes de associações locais para melhor conhecimento da área de estudo e reafirmação de problemas empíricos identificados por meio de leituras prévias de fontes acadêmicas, leitura de jornais e sites que abordavam questões concernentes ao município de Anchieta.

Dentre essas fontes, destacamos o site da Rede Comuna Verde, o qual integra várias outras importantes associações de caráter comunitário e ambiental que juntas têm travado lutas contra ações abusivas dos empreendedores e contestando a negligência do poder público. Neste site, obtiveram-se informações prévias acerca dos grupos e áreas afetadas do município, dando um direcionamento inicial na seleção dos entrevistados. Assim, entrevistou-se, de maneira preliminar, membros

---

<sup>20</sup> A indicação da entrevista foi dada pelo Orientador desta pesquisa.

da Associação de Pescadores Artesanais de Ubu e Parati (APUP), membros da Associação de Moradores de Chapada do A e Monteiro e membros da Associação de Catadores de Caranguejos (ACATA), além de conversas informais com moradores com os quais se teve contato.

Os trabalhos de campo tiveram início em maio de 2012, já como consequência das entrevistas exploratórias, as quais foram decisivas na posterior definição do eixo da linha de pesquisa e escolha metodológica do corpo do trabalho, assim como na definição do perfil dos demais futuros entrevistados.

O resultado desse contato inicial permitiu não apenas nos aproximar do grupo estudado, mas também nos aproximar dos desafios por eles apresentados, ocasionando a reflexão acerca do papel da academia e nas possíveis contribuições que o resultado do trabalho poderia dispor para a Comunidade.

Após esses diálogos iniciais, foi possível direcionar a abordagem da pesquisa para a compreensão das transformações no lugar por meio dos indivíduos que nela viveram ou vivem, mostrando outras concepções a serem comparadas às retóricas presentes nos documentos oficiais do Governo e das empresas, sendo a História Oral, o recurso considerado pertinente à abordagem pretendida. Neste momento, havia a pretensão de se estudar as duas Comunidades (Chapada da A e Monteiro, e pescadores de Ubu e Parati).

Por conseguinte, na ocasião da banca de qualificação (31 de agosto de 2012), houve a orientação para que a pesquisa se concentrasse sobre uma Comunidade, sendo a sugestão acatada pela pesquisadora. A partir de então, direcionou-se a pesquisa para a Comunidade de Ubu e Parati.

Após entrevistas iniciais com o presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati, houve a necessidade de obtenção de mais detalhes sobre as práticas cotidianas de uso dos espaços de pesca pelos pescadores contemporâneos e pelos seus antepassados.

Neste contexto, naturalmente surgiram relatos sobre como dava-se o uso e a ocupação dessas áreas antes e depois da atuação dessas empresas no município, estabelecendo aí um limite temporal marcador do início dos impactos sociais, o qual remontou à década de 1970, mas com o foco principal de análise em torno do recorte que permeia as mudanças a partir de 2006.

A partir de então, percebeu-se que além de obter as versões dos pescadores sobre o uso e ocupação do lugar, tornou-se importante conhecer elementos identitários sobre seu modo de vida e de seus antepassados, justificando assim suas narrativas de afirmação sobre o direito de permanência do uso desses espaços, fundamentando então a opção pelo uso da História Oral para o prosseguimento da pesquisa, a qual será mais detalhada a diante.

Por conseguinte, tomamos por base a indicação metodológica de Alberti (2004) quanto a escolha dos entrevistados. Esta girou inicialmente em busca dos representantes formais destes pescadores, uma vez que estes compõem uma Associação nascida em função de conflitos territoriais com grandes empresas.

Posteriormente, estabeleceu-se como segundo critério pessoas mais velhas e aquelas que tivessem experiências significativas de participação ou interação de práticas de vivência e de tradição, ligadas ao trabalho da pesca artesanal. Portanto, seu papel estratégico, sua posição e vivência no grupo, passaram a ser critérios importantes nas próximas entrevistas que se seguiram. Como bem indica Alberti (2004, p. 32) os “informantes” selecionados tomados como unidades qualitativas dentro do grupo, passaram a justificar nossos investimentos na obtenção de suas entrevistas.

Buscou-se também por meio de um questionário semi-fechado, registrar e quantificar informações concernentes à família, trabalho e renda dos pescadores. Entretanto, sabe-se que a aplicação do questionário é voltada a análise qualitativa do grupo, limitando-se a disponibilizar alguns dados de indicações de tendências de comportamentos, reforçados pelos conteúdos das histórias orais, o que foi julgado ser suficiente para os objetivos deste trabalho. A intenção não é generalizar

opiniões, mas saber como está a relação de dependência econômica dos pescadores para com a área que está sob disputa.

Esta pesquisa constitui-se em um estudo de caso, no qual se buscou, também, assistir reuniões e eventos, o que se configurou como oportunidade de realização de observação participante<sup>21</sup>.

Esta prática ocorreu por meio de participação em 2 reuniões junto à Associação de Pescadores (18 de janeiro de 2013 e 6 de março de 2013), 1 reunião de articulação entre membros de associações ambientais e civis locais (14 de dezembro de 2012), 1 reunião junto a Samarco (12 de julho de 2013) e além de observação de práticas do trabalho da pesca, na ocasião dos trabalhos de campo. Nas duas primeiras ocasiões também houve a oportunidade de realizar gravações e imagens.

Retirou-se também, informações adquiridas em momentos de pura informalidade, ou até mesmo, no contato com pessoas que desconheciam por completo a pesquisa, mas que forneceram informações consideradas pertinentes aos questionamentos aqui feitos.

O intuito foi identificar possíveis versões distintas ou divergentes daquelas até então obtidas sistematicamente, enriquecendo a base de dados para análise.

A seguir apresentamos as tabelas com os números indicativos dos entrevistados, e da aplicação de questionários.

Tabela 01 - Quantidade total de entrevistados durante a pesquisa.

	<b>PARTICIPANTES</b>
Apenas entrevista	03
Entrevista e questionário	14
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>

Fonte: Questionários e entrevistas realizados para a esta dissertação (2012/2013).

<sup>21</sup> (...) uma metodologia, na qual o pesquisador se coloca no campo como uma antena de rádio, captando de forma sensível os elementos que interessam para sua proposta, interagindo com o grupo, vivendo com ele e influenciando e sendo influenciado. Uma relação humana, na qual a empatia é importante, mas o confronto, quando exigido, também o é, já que se torna o pressuposto para relações baseadas na autenticidade pessoal e não na representação de papéis. (FERNANDES, 2004 apud TURRA NETO, 2004, p.42, acesso em: 27 mai. 2013).

Foram assim realizadas 14 entrevistas por meio de história oral associadas a aplicação de questionário (Anexo 1) com pescadores de Ubu e Parati, mais 2 com representantes de outras associações do município, totalizando 16 entrevistas, além daquela realizada com o arquiteto-urbanista, totalizando 17 entrevistas.

Para a elaboração do questionário, o ponto de partida foram as questões norteadoras da problemática central. O que realmente se pretendeu foi, por meio dos fatos suscitados no questionário, estimular a memória dos entrevistados, obtendo-se assim suas narrativas de diferentes eventos. Tanto que muitas Histórias foram gravadas antes mesmo da aplicação do questionário ou depois de finalizá-lo.

A seguir apresentamos as tabelas com os números indicativos da aplicação dos questionários, localidade e gênero.

Tabela 02 - Quantidade total de pescadores de Ubu e Parati que responderam ao questionário e a entrevista<sup>22</sup>.

	<b>PARTICIPANTES</b>
Moradores de Ubu	08
Moradores de Parati	06
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

Tabela 03 - Quantidade total de pescadores de Ubu e Parati que responderam ao questionário e a entrevista, por gênero.

	<b>ENTREVISTADOS</b>
Homens	09
Mulheres	05
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

A partir das histórias colhidas obtiveram-se relatos sobre quando e como ocorreu a inserção dos empreendimentos e os impactos diretos por eles ocasionados nas áreas de trabalho desses pescadores. Ao mesmo tempo levantaram-se alguns dados quantitativos relevantes para a análise das transformações do modo de vida

<sup>22</sup> Inclui-se dentre os entrevistados o Presidente da Associação de Moradores de Ubu e Parati, sendo este o mesmo que auxiliou no contato com os pescadores a serem entrevistados.

das gerações passadas para a atual, assim como alguns pãrametros para avaliação das condições de moradia dos pescadores. Naturalmente, o diálogo por si só acabou direcionando para as estratégias de luta diante da disputa pela permanência do direito de uso dessas áreas, assim como, pelo direito ao ressarcimento dos prejuízos ocorridos.

Utilizou-se da Geografia Humanística de Tuan (1974) para nos aproximarmos dos laços entre meio ambiente e visão de mundo de nosso grupo estudado e realizar os trabalhos de campo para obtermos então, imagens que contemplassem os referenciais paisagísticos destes pescadores, principalmente aqueles que servem de apoio às atividades da pesca.

Assim o registro fotográfico e os vídeos tiveram a contribuição dos entrevistados. Ou seja, a partir do ponto de vista do entrevistado tornava-se mais consistente aquilo que mereceria ser registrado, seja por registro fotográfico, seja por registro audiovisual.

Os trabalhos de campo abrangendo entrevistas e registros fotográficos ocorreram nas datas dispostas no quadro abaixo (Quadro 1) e resultaram num acervo de aproximadamente 16 horas de gravações de voz e 191 imagens, dentre as quais, alguns vídeos de curta duração.

**Quadro 1 – Cronograma das atividades de campo.**

DATAS DOS TRABALHOS DE CAMPO	ENTREVISTAS PRELIMINARES	QUESTIONÁRIOS, ENTREVISTAS (HISTÓRIA ORAL)	COBERTURA FOTOGRÁFICA	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE
30/05/2012				
11/06/2012				
14/12/2012				
21/12/2012				
28/12/2012				
18/01/2013				
19/01/2013				
18/02/2013				
25/02/2013				
06/03/2013				
27/05/2013				
27/06/2013				
01/07/2013				
06/07/2013				
12/07/2013				

Fonte: Trabalho de campo realizado no período entre maio de 2012 e julho de 2013.

Turra Neto (2011) sugere uma ficha de identificação do entrevistado e diário de campo para relatar as condições da entrevista e, que num futuro, poderão ser importantes elementos para a análise qualitativa dos fatos, procurando aprofundar as informações, confirmar ou refutar hipóteses, assim como abrir para novas questões.

Optou-se também por adotar um formulário de consentimento informado onde a pesquisadora também se identifica e esclarece os objetivos das entrevistas.

Entretanto, escolheu-se mesclar a ficha de identificação do entrevistado junto ao formulário de consentimento (ANEXO II), assim seria possível obter em um só documento todas as informações que julgamos necessárias, tornando o trabalho mais eficiente. A ficha de identificação do entrevistado, o formulário de

consentimento informado, bem como o questionário, foram aplicados aos 14 pescadores.

Após este resumo sequencial das práticas metodológicas pertinentes a esta dissertação, nos deteremos a explicitar a base teórica que fundamenta a opção pelo uso da história Oral.

Meihy (2002) e Alberti (2004) ressaltam que por meio da História Oral, obtém-se uma pluralidade de documentos ricos para análise, enquanto Geertz (1978) atenta para o seu valor diante da interpretação das culturas e diferentes modos de vida. A utilidade dessa metodologia para a Ciência Geográfica tem se tornado frequente, uma vez que a própria execução da metodologia nos permite uma aproximação do grupo estudado, acessando conhecimentos e percepções extras, ampliando o acesso para além das informações produzidas e coletadas objetivamente numa entrevista tradicional (TURRA NETO, 2011, p. 342).

Cohen (1993) e Alberti (2004) informam em seus estudos sobre quando se fez, da História Oral, um novo paradigma voltado ao estudo dos marginalizados. Nos anos de 1960 há um retorno à subjetividade como tema de pesquisa nas Ciências Sociais aliado a um momento de efervescência de movimentos sociais de caráter diversos, estimulando a criação de um banco de dados de utilidade pública e acadêmica enquanto alternativa de produção de conhecimento além daquele considerado oficial.

Neste mesmo contexto histórico, Porto-Gonçalves (2006, p. 19) também eleva a importância dessa fonte de informações, destacando o fato de que no final dos anos 50 até 1969, há uma eclosão de inúmeros movimentos de libertação nacional, de jovens, operários, mulheres, negros, camponeses, ambientalistas, indígenas, dentre outros, que clamavam pelo direito ao ócio, pelo trabalho livre, pela liberdade, ou seja, se estabelece um ambiente próspero ao fortalecimento de metodologias de pesquisa de base democrática.

Junto à diversidade de questões suscitadas, nos anos de 1960, Porto – Gonçalves (2006, p. 61) também destaca a ampliação e multiplicação das questões ambientais

que são colocadas no centro das contradições do mundo – moderno colonial, questionando a ideia de desenvolvimento que nos afasta da natureza e nos conduz ao modo de vida urbano.

Tal fato pode ser observado na histórica desestruturação sócioterritorial de inúmeras populações originárias, quando no encontro com temporalidades distintas (MARTINS, 1996, p. 33) próprias da História da sociedade capitalista e moderna. Nesse movimento, há uma intensa e extensa rede de ocupação que flexibiliza as fronteiras pré – existentes, as quais cedem à inserção de novos agentes que se territorializam e passam a competir pelo mesmo lugar, tendendo muitas vezes a banir o outro, caso a coexistência seja incompatível.

Portanto, esse método tem reafirmado seu valor ao dar credibilidade à dimensão social dos eventos, da vida e do desempenho de boa parte de seus protagonistas, os quais em muitas ocasiões tiveram suas versões consideradas como suporte documental secundário.

É portanto neste terreno que inicia – se a sistematização desse modo de estudar acontecimentos históricos, modo este que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que testemunharam acontecimentos e conjunturas, tendo como referencial sua visão de mundo. Paralelamente, ao pesquisador é disponibilizado um recurso de aproximação com o grupo a ser estudado, ao mesmo tempo em que dispõe de melhores condições de se compreender as problemáticas relacionadas ao sujeito em foco.

Diante da realidade suscitada, observa – se outra finalidade do recurso que é a de registrar elementos da história de suscetíveis perdas, devido às mudanças drásticas das territorialidades existentes, como o que observamos neste caso estudado.

Passamos então a delimitar alguns conceitos propostos por Meihy (2002, p. 13) para orientação metodológica:

*História Oral* é uma prática de apreensão de narrativas que podem ser feitas pelo uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato. A formulação de documentos mediante registros eletrônicos é um dos objetivos da história oral que, contudo, podem e devem também ser analisados a fim de favorecer estudos de identidade e memória cultural.

Por este ângulo, tratou-se de organizar o equipamento necessário para a realização deste recurso, constituído basicamente de um gravador de voz para o registro das entrevistas e uma máquina digital fotográfica, a qual cumpriu além da função do registro fotográfico, algumas gravações em vídeo.

Alberti (2004, p. 79), ao tratar mais especificamente da entrevista, ressalta que é na sua realização “que se situa efetivamente o fazer da história oral”, devendo ter esta um papel de destaque na pesquisa, requerendo cuidado quanto à elaboração dos roteiros, e carta de cessão de direitos do depoimento, além de se ter ciência da especificidade da relação que se estabelece com os entrevistados.

Seguimos a orientação de Alberti (2004, p. 30), segundo o qual:

Deve ser importante, diante do tema e das questões que o pesquisador se coloca, estudar as versões que os entrevistados fornecem acerca do objeto de análise. Ou mais precisamente, tais versões devem ser, elas mesmas, objetos de análise. Assim, uma pesquisa de história oral pressupõe sempre a pertinência da pergunta “como os entrevistados vêem o tema em questão?” Ou: o que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado?

Do ponto de vista acadêmico, tomamos a história oral como recurso na obtenção de dados desconhecidos da pesquisadora. Por isso, optamos por trabalhar com a História Oral Temática, a qual consiste numa narrativa com certa carga objetiva permitindo-nos a associação de documentos pré-existentes aos diálogos que se sucederam por meio das entrevistas.

Atualmente, este instrumento de pesquisa tem dado lugar à busca do contato com uma pluralidade de experiências sociais, indispensáveis à proposta central desta pesquisa, que é mostrar a forma de como se dá a intersecção de territórios em áreas de pesca e quais têm sido seus efeitos, considerando as diferentes territorialidades aí presentes. Portanto, expor a visão desse grupo de pescadores é, no mínimo, um

compromisso democrático de se expor as práticas sócio culturais que o vinculam ao lugar.

Assim, conforme ressaltado por Haesbaert (1999, p. 178) o “território pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, “vivido”, que “simboliza” uma comunidade, até um recorte geográfico mais amplo e em tese mais abstrato, como o de Estado-Nação.” Nessa pesquisa, a pretensão da busca pela definição da identidade do grupo transpassa pelo território e dá sustento à sua condição étnica ao abordarmos seus valores, símbolos e práticas diversas.

Partilhou-se a perspectiva de Martins (1996) ao se posicionar à frente de um tempo histórico próprio das identidades diante de seu espaço simbólico socialmente produzido e em condições particulares. Na tentativa de mergulhar neste mundo, a história oral temática constitui – se em uma brecha em que o pesquisador se coloca, mesmo que temporariamente, no lugar do outro, almejando perceber a estrutura que sustenta a apropriação simbólica do território, ou como diria Viveiro de Castro (2002, p. 395) “a continuidade subjetiva” que os integra.

Seguindo no campo topofílico (TUAN, [1974]1980), é válido tomar o percurso sugerido por Tuan para que se alcance, teoricamente e fisicamente (por meio dos sentidos), compreensão do elo afetivo estabelecido entre a pessoa e o meio ambiente. O autor ainda afirma que no nível de atitudes e preferências do grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência do grupo no contexto de seu ambiente físico, ao mesmo tempo em que possibilita o confronto com aquilo que é trazido por intermédio da História Oral Temática.

Todavia, a posição dicotômica assumida do autor, ao separar o mundo humano do mundo não-humano, parece desviar da transformação que acontece quando esses elementos se defrontam e estabelecem novas relações sociais e de poder entre os sujeitos e destes para com os territórios. Mesmo assim, há indicações metodológicas consideráveis em sua obra, dentre as quais selecionamos o uso dos sentidos enquanto porta de entrada para o modo de perceber concretamente o mundo, ação esta que, mesmo numa leitura dicotômica, revelou uma postura minimamente

perspectiva e recíproca (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) entre o que se vê e o que é visto pelos pescadores.

Seguindo a indicação metodológica de Tuan (Op. cit., p.7), utilizou-se como combinação de recursos o sentido da visão e os relatos verbais, com o intuito de identificar os referenciais paisagísticos dos pescadores:

Dos cinco sentidos tradicionais, o homem depende mais conscientemente da visão do que dos demais sentidos para progredir no mundo. Ele é predominantemente um animal visual. Um mundo mais amplo se lhe abre e chega até ele através dos olhos, do que através dos sistemas sensoriais da audição, olfato, paladar e tato.

Sabe-se que a análise da percepção da paisagem, por si só, não é suficiente para a compreensão dos valores atribuídos ao lugar, mas aqui foi tomada como ponto de partida para se estudar o modo de ver o mundo dos sujeitos e os possíveis impactos dela sobre a comunidade, em particular para se verificar o comprometimento do acesso ao referencial paisagístico, por parte dos pescadores.

Como a dimensão do espaço vivido depende de elementos subjetivos tais como sentimentos de afinidade, laço de afetividade e formação cultural (TUAN, 1980 [1974]), buscou-se por meio das entrevistas captar elementos subjetivos para verificarmos se a paisagem também caracterizava outra forma de apropriação territorial, além daquela destinada ao trabalho da pesca.

Percebendo a complexidade que seria retratar a territorialidade dos pescadores sem uma boa proximidade empírica, além do desafio que é legitimar os direitos tradicionais sobre os recursos, procurou-se cartografar suas formas de uso do território, associando técnicas de representação tradicionais ao conhecimento espacial e ambientais das populações locais (ACSERALD, 2008).

Nesse sentido, a associação da História Oral a uma abordagem colaborativa ganha força, no sentido que dá luz a uma cartografia que se contrapõe a cartografia do Estado e das empresas. Estes últimos insistem em invisibilizar outros territórios, outras territorialidades, outras formas de pensar o mundo.

Turra Neto, (2011, pag. 343), a partir de suas experiências de uso do método de história oral, alerta para o fato de que os discursos apreendidos serão aqueles que ganham condições de emergência no percurso da pesquisa. São parciais, possíveis e resultam de um processo contingente e contextualizado de investigação, o qual é influenciado pelo caminho metodológico percorrido pelo pesquisador.

Como a história é sempre social (MEIHY, 2002), considera-se que o que foi narrado apresenta vínculo com a construção coletiva, portanto deve remeter à atenção quanto aquilo que reflete a individualidade ou a influência da coletividade; o que atribui significativo valor a cada interpretação relatada. Ou seja, deve-se ter claro que a subjetividade também apresenta seus limites, principalmente na escala individual.

Reconhecendo que a História Oral Temática possa conter esquecimentos, alterações e mentiras, compartilhamos do pensamento de Meihy (2002), ao não ser tomada como fonte de verdades absolutas, mas sim como uma reconstrução a partir do presente, cuja interpretação auxilia no esclarecimento acerca de importantes fatos do passado, resgatados da memória. Nesta etapa, consideramos fundamental conhecer a história urbana do município para termos um entendimento cronológico mais amplo do cenário em que o grupo se inseriu na história da cidade. Dessa forma, solidificamos os argumentos aqui descritos associando a História Oral a outras fontes documentais.

Os estudos de Tuan (1980 [1974]) também orientam no sentido de que além do estudo de eventos sucessivos, procuremos entender que a Geografia Histórica do lugar é a reconstrução na memória do grupo baseada na consciência de identidades que são aceitas atualmente. Portanto, para melhor entendermos o processo de ocupação da região que abrange as comunidades de Pescadores de Ubu e Parati também deve-se considerar a intencionalidade e a consciência dos fatos relatados.

Sugestões e indícios também foram usados para orientação, uma vez que não há um conjunto de regras fixas para a aplicação do método de História Oral, portanto ajustes foram realizados a cada obstáculo ou nova condição colocada. O resultado dessa experiência será evidenciado nos textos que se seguirão, especialmente no

capítulo 4. De uma maneira geral os diálogos com os pescadores de Ubu e Parati buscaram:

- Identificar um breve perfil sócioeconômico dos atores que congregam os pescadores artesanais;
- Pontuar historicamente as mudanças nas dinâmicas territoriais ocorridas nos últimos 50 anos, com maior ênfase aos últimos 7 anos;
- Cartografar os pontos de contato entre os territórios das empresas e os territórios dos pescadores;
- Analisar o desenrolar dos conflitos, as soluções encontradas e os impasses que permanecem.

Seguem abaixo os questionamentos norteadores na obtenção da história oral:

- Como realiza-se o trabalho da pesca entre os pescadores? O que é similar e divergente?
- Atualmente, como tem ocorrido a política de apropriação / divisão dos territórios da pesca nas áreas ainda disponíveis?
- Há outros atores que intervêm de maneira direta na área sob disputa além da Vale, Samarco e Petrobras?
- Quais alternativas de trabalho têm sido usadas quando há restrição temporária de uso das áreas pesqueiras?
- Quais aspectos paisagísticos serão comprometidos, caso venham a ser construídas as bases portuárias das empresas Petrobras e Vale, além da ampliação do Porto de Ubu, pertencente à empresa Samarco?
- Houve alterações nos hábitos de consumo alimentar, após a intensificação dos impactos? De que forma?
- Há quanto tempo as comunidades estão instaladas na área que habitam e como deu – se o processo de ocupação?

- O que sabem da vivência das gerações passadas em relação as formas de trabalho e sustento?
- Os mais jovens compartilham dos modos de trabalho desempenhados pelos mais velhos?
- Historicamente, como dava – se a rede de sociabilidade entre as duas comunidades Ubu e Parati antes da instituição da Associação que os une (APUP)?
- O trabalho da pesca era e é desempenhado de modo semelhante por ambas comunidades?
- Quando e como se apropriaram do território sob disputa? Quais são as demais formas de uso, além daquela dedicada à atividade da pesca?
- Houve mudanças na forma como era realizado o trabalho / sustento após a vinda da empresa Samarco e, posteriormente, da empresa Petrobras?
- Como tem – se dado a negociação por espaço entre os pescadores e empresas?

De uma maneira geral, todos os questionamentos apontados no roteiro das entrevistas em busca da História Oral Temática estavam subjetivamente presentes na observação participante, uma vez que entendemos que é um momento de ratificar e esclarecer elementos coletados nas entrevistas realizadas, fora do ambiente formal da entrevista, proporcionando a sistematização de informações ainda não esclarecidas diante a inquietação da pesquisadora.

## 2 TERRITÓRIO “TRADICIONAIS” X TERRITÓRIOS DAS EMPRESAS E DO ESTADO

A questão territorial é central para a problemática, uma vez que trata-se do direito de uso de um trecho de área costeira do litoral sul do Espírito Santo, por parte de um grupo de pescadores anchietenses que historicamente dele usufruem.

O conceito de território passa a ser o elemento teórico propulsor desta reflexão, uma vez que ele norteará a hipótese acerca do processo de multiterritorialidade que constituía Comunidade e, dentro desta, as reflexões sobre a experiência da luta contra a territorialização precária<sup>23</sup>.

Ambos os conceitos, a territorialização e a multiterritorialidade, têm sido aprofundados por Rogério Haesbaert desde o final da década de 90, a partir da inspiração e dos diálogos travados com outros grandes pensadores, não apenas geógrafos, mas também filósofos, sociólogos, antropólogos, economistas e cientistas políticos, além de outras contribuições de cientistas sociais que trataram diretamente ou indiretamente da temática territorial.

Para uma breve introdução, entende – se que abordar a multiterritorialidade para esta pesquisa coaduna como o nosso objetivo de contemplar a complexidade das dinâmicas e agentes territoriais na contemporaneidade, assim como ressaltar o seu potencial valor político, ampliando as condições de entendimento e de usos das forças presentes nas redes de poder que permeiam o espaço geográfico.

Por outro lado, abordar a multiterritorialidade nos remete a percepção dos múltiplos territórios aí presentes, assim como suas diferenças, contrastes e dinâmicas diversas. Nesta trajetória, percebe-se que as grandes alterações realizadas em territórios interseccionados têm ocasionado impactos recíprocos, promovendo situações conflituosas entre os diversos agentes que participam dessas territorialidades.

---

<sup>23</sup>Haesbaert (2004) propõe o termo “territorialização precária” ao invés de “desterritorialização”, pois o primeiro melhor traduziria o processo de estar inserido numa nova territorialidade em situação desfavorável sob vários aspectos.

Na prática, o que nos chama a atenção é o fato de constatarmos que quando estes conflitos são travados entre agentes de grande poder econômico e de baixo poder econômico, os primeiros acessam massivamente outras estratégias de caráter político, jurídico e científico, fazendo com que a legitimação do domínio territorial, por parte de grupos econômicos poderosos, torne-se fato constante. Este fato pode ser observado nos inúmeros casos de notória injustiça ambiental registrados por autores a exemplo de Porto-Gonçalves (2006), Acserald et al. (2009) e Böhm (2013)<sup>24</sup>.

Neste sentido, perceber a multiterritorialidade implica em identificar os territórios múltiplos, as territorialidades que os constituem, seus pontos de contato, os múltiplos agentes aí envolvidos, além das reterritorializações que porventura daí se originam. Entende-se assim que o valor dessa reflexão consiste num importante instrumento de luta, por disponibilizar condições de análise e uso de conhecimento espacial, na formulação de metodologias de combate àqueles que enriquecem e cada vez, mas empoderam, a partir dos usos eficazes que fazem da multiterritorialidade.

Nesta breve introdução do capítulo 2, percebe – se a necessidade de esclarecimento de contextualização acerca da evolução do conceito de território, a associação entre este e a identidade, além da noção do conceito de multiterritorialidade, sendo este último proposto por Haesbaert (2004), objetivando melhor dar conta da complexidade das redes territoriais na contemporaneidade, assim como ressaltar seu potencial caráter político, principalmente para aqueles que são propositalmente excluídos do processo de gestão e planejamento dos espaços que habitam e vivenciam.

---

<sup>24</sup> Palestra ministrada no dia 24 de maio de 2013 pela visitante Profa. Dra. Maria Laura Böhm, Pós-doutoranda pelo instituto de Ciências criminais da Universidade de Göttingen, Alemanha. A palestra intitulada “Empresas Multinacionais e Graves Violações de Direitos Humanos” foi organizada pelo Programa de Pós-graduação em Direito da UFES.

## 2.1 TERRITÓRIO E IDENTIDADE

O território, afirma Haesbaert (2004a, 95-96), “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e / ou ‘cultural – simbólica’”. O autor escreve que as dimensões materiais e simbólicas permeiam o conceito de território e que ambas carregam, junto com a ideia de poder, um forte elemento comum. Entretanto, observa – se que este poder pode ser exercido de diferentes maneiras, sob o predomínio do valor de uso e do valor de troca, ideia esta tomada de Lefebvre (LEFEBVRE, 1986 apud HAESBAERT, 2004b).

Dessa forma, entende-se que o referido poder vai além do tradicional “poder político”, pois ele remonta a um sentido mais concreto de domínio de propriedade para a função da troca, ou ainda para o seu “uso” não mercantil, a apropriação simbólica do espaço, constituída pelas práticas cotidianas daqueles que dele usufruem. Portanto, observa – se que heterogeneidade, multiplicidade e complexidade estão presentes na conotação simbólica do espaço e, por extensão, ao território, o que contrapõe – se ao território “unifuncional” essencial à expansão da mercantilização. Em efeito, o autor Lefebvre (1986: 411-412 apud HAESBAERT, 2004b) refere-se ao termo espaço, mas seu sentido da análise poderia se referir ao termo território aqui apontado pelo fato de que ele é composto a partir de processos de apropriação simbólica e material, começando pela apropriação da própria natureza e a dominação socioeconômica que nela se estabelece.

Há uma tradicional corrente crítica à expansão do caráter capitalista de dominação do espaço e do território, a exemplo de Harvey (1992 [1989]), Lefebvre (2001 [1973]) e Santos (2002 [1996]), os quais, nos seus respectivos contextos de análise apontam as contínuas e conflituosas práticas de produção do espaço realizadas pelos agentes do capital num movimento de expansão permanente de mercado, por meio do uso eficaz que fazem da logística espacial apoiada na tecnologia. Isto repercute na mobilidade sócioespacial oferecendo vantagens à capacidade de interagirmos à distância, possibilitando a união de forças políticas estratégicas em redes de apoio mútuo.

Da mesma maneira, Haesbaert (2004b, p.2) propõe que se entenda o espaço e o território e suas dinâmicas por meio dos sujeitos que participam efetivamente dos processos sociais de exercício de poder, comprovando a multiplicidade de suas manifestações, por meio de dinâmicas territorializantes e agentes envolvidos, a exemplo de grupos sociais, Estado, empresas, instituições como igreja, organizações não governamentais etc.

Tuan (1982 [1976], p.149), quanto ao território, incorpora o elemento humano e a produção subjetiva decorrente desta relação. O autor identifica que distintas sociedades e culturas manifestam diferentes razões pelas quais exercem o controle social sobre um território, revelando um caráter econômico e cultural, ou seja, a maneira pela qual se organizam, usam e atribuem significado ao lugar. Tuan (IBID) considera os diferentes territórios concebidos pelo homem a partir do nível de contato que se tem com estes, afinal “pequenos lugares podem ser conhecidos pela experiência direta incluindo o sentido de cheirar e tocar”. Neste sentido, a apropriação da natureza dá-se com o intuito de suprir as necessidades vitais correntes dos homens, mas também se intensifica no plano emocional, ao vivenciar os diversos eventos que ali se realizam, marcando profundamente o sentido do lugar.

Por outro lado, o mesmo autor reconhece que o meio simbólico, viabilizado pela educação e política, também pode gerar uma concepção de lugar que vai além da experiência direta da maioria das pessoas, tal como se observa na incorporação do conceito de Estado-Nação, o qual evoca um sentido muito eficaz da identidade, da soberania e da coletividade (ANDERSON, 2006 [1983]), mesmo prescindindo de relações concretas diretas com os demais sujeitos que dele participam. Um exemplo ilustrativo são as ações de fortalecimento da “identidade capixaba” enquanto tática útil à disseminação de supostos “ideais coletivos” nas políticas governamentais do estado, legitimando então os projetos das elites político-econômicas.

Em tempos de globalização, Haesbaert (1994, p. 182) também problematiza a predominância da ideia da identidade moderna atrelada ao Estado-Nação que

dissimula a considerável hibridez<sup>25</sup> dos espaços e as fragmentações dela resultantes. Apresenta-se aí um grande desafio ao entendimento do território, uma vez que se entende que ele contempla a funcionalidade enquanto recurso e locus para proteção, ou seja, fonte de matérias primas de importância variável, de acordo com o modelo de sociedade sob análise ou lugar de acolhimento diante do mundo informal.

Para a sociedade “moderna”, por exemplo, a exploração do petróleo e minério de ferro atribui ao território o sentido predominantemente de instrumento e recurso para obtenção de lucros, distinguindo-se, em intensidade, pelas Comunidades mais tradicionais, cujos territórios abarcam simultaneamente a base de recursos para sobreviver, o referencial simbólico - afetivo, o referencial identitário, além de possibilitar usos múltiplos e coletivos.

Portanto, uma reflexão mais profunda sobre o recurso econômico põe em evidência essas relações que o tornam “matéria essencial” à satisfação das necessidades humanas, ganhando vida pelas técnicas vigentes em cada momento da história. Reafirma-se assim, o caráter do território enquanto recurso, todavia sob ângulos distintos da forma de produção, predominando o caráter funcional e mercantil para os empreendedores industriais e o seu valor enquanto lugar de sobrevivências do cotidiano para os sujeitos cujos modos de vida não se inserem de modo contínuo ao chamado mundo globalizado.

Numa visão mais abrangente, Milton Santos também nos fala acerca do conceito multiescalar que envolve o território (SANTOS, 1994), quando diz que o território é compreendido entre o mundo e a sociedade local. O autor explicita o fato do território “transnacional” ser o de interesse das empresas, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e normas para servi-las, ocasionando profundas mudanças estruturais e ampliando as desigualdades entre os lugares por meio da fragilização das condições de resistência das territorialidades originárias.

---

<sup>25</sup> Hibridez, em Canclini (1997, apud HAESBAERT, 2004a) corresponde a uma trama cultural majoritariamente urbana, repleta de oferta simbólica heterogênea e renovada constantemente a partir das interações do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação. Incorporar este conceito significa tentar compreender as causas e os efeitos das quebra e da mescla dos novos sistemas culturais que são construídos.

Observa – se em muitos casos relativos a grupos étnicos minoritários que o sentido “funcional” do território equivale ao sentido “simbólico”, culminando numa interdependência total.

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (HAESBAERT, 1994, p. 172).

Para muitas sociedades originárias, predomina uma total coesão e coerência entre a base material do território enquanto abrigo e recurso ao mesmo tempo que sua apropriação é mediada por referências simbólicas que trabalham a favor da perpetuação de sua cultura. Nestas circunstâncias, a perda territorial configuraria na perda direta de sua identidade (HAESBAERT (2004b) apud BONNEMAISON&CAMBREZY, 1996), reafirmando a importância da identidade dos indivíduos e grupos em relação a uma parcela do espaço, chamando nossa atenção, enquanto pesquisadores, para a compreensão da política em torno das identidades culturais coletivas.

A relação entre identidade e território é ambígua, pois, mesmo quando uma pessoa sai de seu território, ela o carrega consigo, ou ainda, mesmo quando ainda está nele, ele pode submeter-se a uma dinâmica territorial completamente nova, tendo a sua territorialidade desestruturada.

Entender o papel político da identidade é fundamental para se entender aspectos geopolíticos, pois ela “pode ressurgir como uma forma, consciente ou não, de contraposição ao processo excludente engendrado pela globalização” (HAESBAERT, 1999, 170-171). O direito à diferença e às resistências, numa sociedade onde os valores e as relações estão sujeitos a se transformarem em mercadoria (FREIRE, 2009) pode encontrar um ponto de apoio na identidade. Por isso é importante agora o esclarecimento das noções de identidade social e identidade territorial e as complexidades que as envolvem no mundo contemporâneo.

Há ainda grupos identitários que distinguem-se das comunidades, os quais têm suas identidades mediadas pelo mercado. O território, portanto, é o do mercado e não do grupo, é o caso dos grupos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, o GLBT.

Haesbaert (1999) esclarece o fato de que nem toda identidade social fundamenta-se necessariamente numa fração do espaço geográfico. Entendendo melhor a noção de identidade, o mesmo autor explica (1999, p. 173):

A identidade, em primeiro lugar, pode tanto estar referida a pessoas, como a objetos, coisas. Em segundo lugar, ela implica uma relação de semelhança ou de igualdade. Este é talvez o seu maior paradoxo: encontrar a igualdade num “objeto” ou “pessoa”, ou seja, defini-la a partir de características que a revelem na sua totalidade, na sua “inteireza”, encontrar um significado, um sentido geral e comum. Esta busca do igual, do idêntico, pode ser trocada pela busca do “verdadeiro”, do “autêntico”, como se a verdade fosse uma e indivisível.

Nota-se o quanto é custoso definir a identidade de um indivíduo, sendo mais problemático ainda definir sua identidade envolvendo um grupo ou uma cultura<sup>26</sup>, pensamento este compartilhado por autores que caminham ao encontro da fonte das relações étnico-comunitárias.

O sentido de auto-atribuição enquanto grupo étnico específico foi abordado por autores clássicos das Ciências Sociais, tais como Barth (2000 [1969]) e Weber (2004 [1910]), ao desvendarem o sentido de escolha, na maioria das vezes política, que perpassa pelas fontes de ações comunitárias étnicas. A partir dos referido autores, percebe - se que os processos de constituição dos grupos étnicos e a natureza de suas fronteiras são mais problemáticos do que as diferenças que os qualificam pois, muitos “costumes” comuns têm relação com a adaptação às condições naturais e comportamentos repetidos dentro do círculo da vizinhança, tal como o fato de filho de pescador tornar-se também pescador. Portanto os espaços de referências identitárias são acionados para dar sentido a sua prática territorialista construída historicamente, no sentido de contrapor as novas territorialidades que se impõem.

---

<sup>26</sup> Entende-se cultura a partir de Freire (2009, p. 54) quando resume que “um conjunto de valores caracteriza modos de viver enquanto culturas próprias, singulares, isto é, fonte de onde nasce o diferente, de onde minam os folclores; uma prática cultural apoiada em determinismos tradicionais, em elementos (da moradia, da alimentação, do jeito de se vestir, do modo de se comportar, das relações, do modo de produzir, dos saberes e fazeres, etc.) legados do passado, que se enraízam, se fortalecem, criam e reproduzem identidades”.

Esta delimitação encontra respaldo quando disposições herdadas são sentidas subjetivamente como características comuns. Ou ainda quando certo destino político comum se liga a um contraste existente com outros de características acentuadamente distintas, compondo politicamente distintos grupos étnicos.

Haesbaert então conclui (1994, p. 174)

[...] por mais que se reconstrua simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui, de alguma forma, um componente estruturador da identidade [...] identificar, no âmbito humano-social, é sempre identificar-se *com*, ou seja, é sempre um processo *relacional*, dialógico, inserido numa relação social.

A multiplicidade contida nos atos de identificação também é algo a ser considerado, pois uma identidade é definida em relação a outras identidades “numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas”. Como exemplo, é apresentada a própria Comunidade em estudo, que pode se identificar em vários níveis: Pescadores de Ubu e Parati, Pescadores do Espírito Santo, ou ainda “Povo Tradicional”, conforme se auto-declararam em 26 de agosto de 2011 (LIGA BRASIL DE RESPONSABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL, 2011).

Algo fundamental no processo de classificação ou distinção, é que isso legitima um existir social onde aprofundar as diferenças passa a ser substancial para a afirmação do grupo cultural. Todavia, um outro desafio é lançado, pois o reconhecimento do “Outro” tem caminhado em paralelo ao processo de hierarquização baseada num parâmetro único de comparação, o que usualmente vê-se contido em práticas de *racismo ambiental*<sup>27</sup>.

Desse modo, entender a identidade social e a mediação do espaço na identidade sócioterritorial perpassa pelo entendimento do *símbolo* enquanto aquilo que mantém um relação com a coisa nomeada carregada de sentidos construídos a cada cotidiano vivido. Contudo, apresenta-se aí um outro desafio que é o de se fazer reconhecido, pois o que é objetivo parece ter um efeito mais visível e imediato.

<sup>27</sup> Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carnicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida. (HERCULANO, 2008, p. 16).

Dessa forma, um recorte espacial pode muito bem ser o elemento, o símbolo dessa identidade, aquilo que vai conectar os referenciais simbólicos e as práticas concretas.

A paisagem é uma forma de se evidenciar o território e tem nesta pesquisa uma posição relevante, a partir da leitura feita por TUAN (1980 [1974]) por meio do sentido da visão e das percepções por ela aguçadas. Por intermédio da paisagem abre-se uma porta para revelar os significados atribuídos ao lugar, bem como as atitudes diante dele.

A relação identidade-território também é reforçada por Tuan, ao apontar como resultado do contato sensorial, o envolvimento afetivo na relação homem X lugar. Mais que promover a topofilia, o acúmulo de experiências possibilitadas pelo uso dos sentidos levam o homem a obtenção e produção de conhecimento próprio, pela mediação do território.

Nessa mesma linha Portuguez (2010, p. 97 apud CARLOS, 1996) comenta:

El lugar es la base de la reproducción de la vida y puede ser analizado por la tríada habitante–identidad–lugar. Las relaciones que los individuos mantienen con los espacios habitados se expresan todos los días en los modos de uso, en las condiciones más banales, en lo secundario, en lo accidental. Esse le spacio pasible de ser sentido, pensado, apropiado y vivido a través del cuerpo.

Partindo desses pensamentos, tão preocupante quanto a perda do território é a maneira como o grupo pode vir a se territorializar no mesmo ou em outro lugar, sendo obrigado a inserir-se desprevenidamente no tempo implacável da modernidade<sup>28</sup>.

Partilha-se da ideia de que as identidades se situam num espaço historicamente produzido e que só dispõem de sentido mediante suas próprias cosmologias (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) nutridas pela apropriação simbólica com o território ou como propõe Massey (2009) ao sugerir o afastamento da visão tradicional que

---

<sup>28</sup>Latour (1994 [1991]) desvenda o conceito de modernidade, numa crítica ao predomínio do ponto de vista ocidental-europeu, desviando nossa atenção acerca das contradições presentes no seio dessa pretensa rede temporal, que camufla as diferenças e os fluxos que envolvem, aproximam e diferenciam os sujeitos.

impunha ao território uma rigidez têmporo – espacial que coloca a todos numa mesma trajetória com destino à modernidade.

Cada vez mais inseridos no processo globalizante, observa-se que as novas dinâmicas territoriais estão marcadas pela diluição das identidades ou pelas identidades de resistências, sendo estas últimas geralmente saudosistas. Há ainda as novas identidades pluriculturais, sendo muitas delas construídas pela subordinação de regiões, etnias e da própria natureza, no espaço do Estado-nação. Nesse momento, identidades são cruzadas e transportadas, concretizando em territórios não originários, a reprodução de práticas semelhantes ou ainda a combinação de novas práticas decorrentes do hibridismo cultural (CANCLINI, 1997).

No encontro dessas diferentes culturas pode-se perceber o que Haesbaert (2004a) chama de *território múltiplo* onde a globalização tem tido amplo papel na conexão dos lugares, tornando ainda mais complexo pontuar as possíveis identidades encontradas em um único lugar. Além disso, insere-se a questão ecológica bastante debatida em Porto-Gonçalves (2006), ao problematizar o fato que uma questão ambiental pode remeter diretamente a uma questão cultural, pela integração existente entre cultura e meios que a circundam, podendo tais circunstâncias serem encontradas na Comunidade aqui estudada.

As transformações que repercutem na relação sociedade e território são refletidas por Haesbaert (1999, p. 185).

Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o “apegar-se à terra”, a “reterritorialização” é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana mas também para a recriação de seus mitos.

Torna-se evidente que a fragmentação que tem atingido os grupos sócioterritorialmente mais estáveis, está fazendo com que seja mais espinhoso delimitar antigas e novas formas de identificação no território, pois suas fronteiras tem se tornado mais flexíveis, ficando mais suscetíveis a poderosos grupos econômicos que se aproveitam para penetrar e disseminar seus símbolos, desestabilizando a estrutura prévia existente.

As consequências dessa prática podem ser observadas num repetido discurso ouvido da maioria dos jovens descendentes de pescadores e dos seus próprios pais. Como já estão imersos em redes territoriais que permeiam entre o global e o local, explicitam por meio de suas falas a carência no sentido de ser “pescador” tal como eram seus ancestrais. Essa atitude acaba por contribuir para a segregação e fragilização da força dos signos que sustentam os argumentos da Comunidade pelo direito ao território, visto que a pesca não corresponde ao meio de vida projetado para o futuro dos mais jovens.

Finaliza-se colocando a seguinte questão: mais que determinar a identidade sócioterritorial de um grupo, é prioritário que se abra para diálogo e esclarecimento acerca das implicações que repercutem da flexibilização das fronteiras territoriais. Isto pode permitir compreender como os sujeitos economicamente poderosos e racistas, venham a se inserir na multiterritorialidade, com o propósito de tomar os territórios alheios.

## 2.2 (DES)TERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

Inicia-se este debate sistematizando o que entendemos pelo processo de desterritorialização, uma vez que Haesbaert (2009, p. 129) problematiza os discursos que correntemente reproduzem a ideia do fim dos territórios, das regiões e dos lugares, visão esta considerada bastante limitante, pois, nenhum homem prescinde de um território. As consequências da propagação da desterritorialização acabaram por dissociar, no plano teórico, a dependência mútua entre a sociedade e o espaço, além de projetar uma carga negativa no território, visto como obstáculo ao “progresso” e à mobilidade.

Nesses discursos equivocados, o processo de globalização teria um papel crucial, fazendo imperar um mundo desenraizado, cujos fluxos e redes das grandes corporações transnacionais estariam sobrepondo-se ao mundo mais “controlado” dos Estados – Nações e dos diferentes grupos culturais. As consequências poderiam ser vistas nos livres e contínuos fluxos de mercadoria, potentes o

suficiente para a superação das restrições estabelecidas pelo espaço e pelo tempo, e cada vez mais instrumentalizados pelo capital por meio da tecnologia e da ciência.

Não resta dúvida sobre o potencial de intervenção do capital que, por meio das redes, destrói aquilo que é visto como barreira ao fluxo produtivo e comercial, entretanto, deve haver um cuidado quanto às consequências das ações interventoras dos empreendimentos econômicos, pois seria muito limitada a visão de que nada restará daquilo que constituía anteriormente a territorialidade originária. Ou seja, o autor Haesbaert (2009, p. 130), faz perceber que por traz dos trabalhos que evocam a “destruição dos territórios”, encobre-se um conceito de território com sérias implicações políticas, desviando nosso olhar daquilo que não fora destruído, ou ainda, daquilo que ressurge sob novos parâmetros.

Esta pesquisa propõe-se então entender as dinâmicas dos pescadores de Ubu e Parati em seu cotidiano vivido (lugar) a partir das ações (des)reterritorializadoras de grandes empresas que também têm uma ação determinante no local, mas que, anteriormente, já se articularam na escala mundial-nacional-regional para analisar as condições de viabilidade dos empreendimentos e as condições necessárias para concretizá-los. Por conseguinte, as reações dos sujeitos locais também promovem a reformulação de suas redes e criação de novas, tornando a escala local insuficiente para continuar a leitura da Comunidade, mas essencial para a compreensão do território vivido e para as resistências às (des)reterritorializações.

De uma maneira geral, Haesbaert pontua os seguintes aspectos da desterritorialização, separadamente ressaltados em análises e pesquisas:

- Leitura econômica: superação dos entraves locais ou de localização proporcionando liberdade para que as empresas instalem-se onde lhe for mais conveniente. Acrescenta – se a isso o fator renda da terra, que possibilita a obtenção e reserva de espaço para a realização do capital e a união da soberania estatal ao capital privado, promovendo um fortalecimento recíproco.

- Leitura cartográfica: nesta abordagem, a superação da distância seria resolvida por meio do tempo, pois tudo estaria conectado numa simultaneidade, pelo menos no mundo virtual, onde há uma total desconsideração da realidade empírica que a cartografia oficial invisibiliza.
- Leitura técnica-funcional: enfatiza o domínio das relações imateriais, que prescindiria de bases materiais, a exemplo da livre circulação financeira pelo mundo, possibilitada pela suposta remoção das fronteiras pela tecnologia, a qual proveu a existência e domínio de um ciberespaço.
- Leitura política: tendência ao livre acesso e circulação pela supressão das fronteiras, portanto, enfraquecimento do poder restritivo do Estado – Nação, como se não houvesse barreiras restritivas para determinados grupos migratórios ou como se a soberania não mais atuasse na manutenção das leis, da ordem pública, e sobre a jurisdição da propriedade da terra.
- Leitura cultural: haveria uma perda de identificação simbólica e afetiva com os lugares em que se vive, ou haveria uma identificação com vários deles, ou ainda tornar-se-ia mais flexível a mudança de referência espacial – identitária.

O autor nos remete ao entendimento de que, uma leitura mais detalhada desses vários processos territoriais nos faria perceber que estes ocorrem simultaneamente, tornando indispensável a sua abordagem de maneira paralela e integrada. Há um rebatimento imediato para cada aspecto acima apresentado, ocasionando uma reterritorialização, num “movimento concomitante e indissociável” (HAESBAERT, 2009, p.127).

Para exemplificar a crítica de Haesbaert, observe apenas a partir da perspectiva econômica a fragmentação e a fragilização que atingiram o campo do trabalho e da produção nas últimas cinco décadas, em várias partes do mundo. Isso poderia configurar aquilo que tradicionalmente é caracterizado como desterritorialização e apontada enquanto consequência da força da dinâmica econômica. Esta força econômica é pertinente e bastante evidenciada no processo que chamamos de globalização econômica, por meio da acumulação flexível e fluidez do mercado

financeiro. Por outro lado, limitar-se a ela impediria de ver a dimensão sócioespacial e as potencialidades e resistências nela contidas.

A exclusão, em sua dimensão sócio-econômica, deve-se justamente à “flexibilização” do capital pela incorporação de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra e pela precarização das relações de trabalho, à acumulação de capital concentrada no setor financeiro-especulativo, cada vez mais divorciada do seu setor produtivo, e à crise do Estado do bem-estar-social que não atua mais como válvula de escape em épocas de crise econômica, seja com garantias securitárias, seja com a própria geração de empregos.

O autor ainda conclui:

Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida (...) Além disso, a estrutura social em rede pode atuar tanto como um elemento fortalecedor do território (vide as redes de infra-estrutura no interior de um Estado – nação) quanto um componente fundamental na promoção da desterritorialização. (HAESBAERT, 2009, p. 132)

Paradoxalmente, a expansão da economia globalizada tem incitado a retomada dos localismos, regionalismos e nacionalismos, como estratégia de reestruturação diante das perspectivas do mercado mundial. Portanto, tem-se cada vez mais observado que os processos se complexificam porque é possível encontrarmos não apenas territórios ou redes isolados, mas territórios–redes que, por muitas vezes ainda estão imersos em estado de conflito (MARTINS, 1996) ou de flexibilização.

As considerações acima incitam a pensar em como os projetos de caráter regional, liderados por grandes empresas privadas aliadas ao poder público, têm seus territórios de produção expandidos, em detrimento da exclusão de pessoas que tinham sua territorialidade no trajeto das referidas empresas.

Por outro ângulo, pode-se explicar a desterritorialização enquanto processo que repercute numa reterritorialização em outra escala, justificando a indissociável relação entre redes e território, que ajuda a desfazer o novelo das causas e reflexos do modo de ordenar, além de detectar a extensão dos fenômenos.

A desterritorialização é uma questão que também caminha junto à identidade e Haesbaert (1999) trata da confusão que é feita no uso do primeiro conceito. Tem-se difundido a ideia acerca da desterritorialização como sinônimo do *desaparecimento dos territórios*, como se as relações sociais pudessem abrir mão destes últimos e prosseguir apenas surfando sobre relações imateriais, ou seja, em algum momento as ações subjetivas vão rebater no território.

Toda essa dinâmica territorial reafirmada deixa claro que a simples ameaça a perda territorial implica na reconstrução imediata de sua territorialidade, mesmo que o grupo permaneça no lugar. Dessa forma, entende-se que a desterritorialização movida pela expansão industrial corresponde a dinâmica reterritorializadora pela qual a comunidade passa, movimentos estes que nos obrigam a acompanhá-los de perto para perceber os momentos dos encontros e das rupturas.

## 2.3 TERRITÓRIOS MÚLTIPLOS

Após discutir a trajetória do conceito de território, desterritorialização e reterritorialização, apresenta-se a opção conceitual para a problemática aqui tratada, buscando-se apresentar os territórios múltiplos por meio de Haesbaert (2004a).

Haesbaert comentando os conceitos de território-zona e território-rede, parte do princípio de que estes correspondem a dois grandes “paradigmas territoriais”. Na lógica estatal capitalista, o autor entende que há o predomínio do controle de fluxos por meio do controle de áreas, quase sempre contínuas, com fronteiras mais bem definidas, delineando assim, políticas de ações territoriais sobre territórios - zona. Por outro lado, na lógica empresarial, ha um empenho maior no controle, prioritariamente das redes, objetivando eventualmente incorporar áreas contíguas.

Uma reflexão sobre estes dois paradigmas instiga a investigar situações em que ambas condições podem ser observadas numa mesma localidade, levando – nos a desvendar a condição territorial assumindo a presença desse cruzamento de territórios e, conseqüentemente, das tramas que daí surgem.

Neste trabalho, procurou-se perceber que o exercício do controle de área aqui analisada dá-se num contexto de planejamento territorial de uma jurisdição<sup>29</sup>, que se estrutura como um prolongamento dos “territórios-rede” objetivados pela lógica empresarial.

Em consequência tomamos para análise o reconhecimento de 2 condições territoriais que permeiam nosso recorte:

- I Herdaram-se os território – zona desenhado num contexto histórico de consolidação política dos Estados – nação.
- II Há uma imersão em territórios – redes delineados pela lógica empresarial por intermédio do controle de fluxos e de nós.

Se antes se podia afirmar que o capitalismo estava fundamentado em dois paradigmas, um mais voltado à lógica estatal por meio do domínio de áreas, e outro mais voltado à lógica empresarial pelo domínio de redes entre nós de interesse (HAESBAERT, 2004b), agora identifica-se a mesclagem desses dois paradigmas, na verdade, a união de forças voltada a obter o melhor proveito econômico possível da multiterritorialidade, a partir de um claro pacto entre Estado e capital privado, fortalecidos pelas armas produzidas pela Ciência e pelo Direito.

Utilizam-se as modalidades propostas pelo autor Haesbaert, (2004a) para identificar os “múltiplos territórios” identificados em nossa área de estudo, por meio de:

- a) Territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição territorial seja sucessiva ou concomitante;
- b) Territorializações efetivamente múltiplas: uma “multiterritorialidade” em sentido estrito construída por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários.

<sup>29</sup> O termo jurisdição abrange duas definições. Pode ser conceituado como o poder-função do Estado de solucionar litígios e aplicar a lei no caso concreto, e também como a área territorial dentro da qual tal poder pode ser exercido. Do ponto de vista da teoria da separação dos poderes surge a primeira definição, sendo a jurisdição a função típica do Poder Judiciário, que será exercida pela aplicação da lei no caso concreto a fim de solucionar conflitos entre as partes. Já no sentido amplo, jurisdição é sinônimo do território sobre o qual determinada autoridade exerce seu poder. (Disponível em <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/876/Jurisdiccao>> Acesso em 01 de maio de 2013).

Por conseguinte,

A propriedade da terra como fundamento do território é deslocada pela noção de soberania que é a ação de domínio sobre o espaço de pertencimento. Real ou imaginado. Sem as amarras da propriedade, o territorial surge com mais nitidez enquanto espaço de relações políticas entre as distintas representações que legitimam as ações de domínio sobre ele, por isto é que em cada território se encontram diversos sentidos de domínio, histórico e complexos - na maioria das vezes produzidos para além das fronteiras locais - diminuindo o caráter aberto, submetido a formas jurisdicionais. A jurisdição tem fronteiras difusas que não são físicas, isto é, são desterritorializadas, política e socialmente falando, razão pela qual o sentido de domínio se translada com os atores que deixam suas marcas nas localidades. Aparecem assim as jurisdições guerrilheiras, paramilitares, municipais, indígenas, afrocolombianas, ecológicas, judiciais, eclesiásticas etc., num mesmo lugar, configurando nele uma arena própria para a luta territorial. (ZAMBRANO, 2001, p. 17, apud HAESBAERT, 2004b, p. 9).

Zambrano e Haesbaert apresentam características semelhantes ao realizarem leitura sobre a dinâmica territorial na contemporaneidade, pois contemplam o convívio das múltiplas territorialidades e as disputas que as permeiam. Portanto, o território aqui considerado vai além da dimensão simbólico- cultural e identitária. Na verdade, ele também as contém e, o resultado dessa aproximação se realiza pelas novas dinâmicas territoriais alavancadas num movimento de coexistência, superposição, de supressão, de criação de elementos espaciais, o que caracterizaria um lugar enquanto território múltiplo.

Outra questão apontada pelos autores é ter clareza da abstração da territorialidade, no sentido analítico e também enquanto “símbolo”, por apresentar-se como uma eficaz estratégia político-cultural na luta pelos seus direitos. Finalmente, estamos convencidos de que abordar a multiterritorialidade é a melhor forma de contemplarmos a complexidade que permeia as dinâmicas reterritorializadoras que se desenvolvem sobre ações avaliadas aqui como ambientalmente injustas.

Haesbaert (2004a), ao defender a condição multiterritorial na vivência do indivíduo e dos grupos, exemplifica lembrando que experimentamos vários territórios em concomitância, exercendo, portanto, uma territorialidade múltipla. Ou seja, “toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (Haesbaert, 2004a, p. 344)”.

Com o propósito de demonstrar esta problemática, passamos então a compreender como esse processo é produzido e experienciado, de diferentes maneiras, pelos diversos sujeitos que compõem a sociedade.

Haesbaert aproxima-se do pensamento de Lacoste (1988), quando ambos percebem o “encaixe” de territórios em diferentes escalas, o que, para o segundo, é entendido como *espacialidade diferencial*. Para Lacoste (1988) há uma evidente diferença entre espacialidade rural e urbana, e as representações formuladas a partir destas realidades. Por outro lado, ele também mostra que a mobilidade nestes espaços produz outros territórios, superpostos, e com implicações diferentes, em decorrência da territorialidade que se exerce naquele instante. Ao mesmo tempo, este contato inter-territorial pode apresentar descontinuidade, complexificando o entendimento das ações que porventura tenham ocorrido em redes momentâneas, mas que lá deixaram suas marcas.

Compartilhamos então da preocupação de Haesbaert (2004b, p.11) no sentido do desafio de apreender nossa “experiência” espacial contemporânea, cientes dos descontínuos espaços e territórios sobrepostos pelos quais passamos. O desafio se estende a ações de resistência, as quais buscam na homogeneidade, um ponto de apoio ao mesmo tempo que também ampliam e constroem redes colaborativas como estratégias de luta.

Nestes termos, as multiterritorialidades concernem aspectos quantitativos acerca da disposição de uma diversidade de territórios, e qualitativos, afinal possibilita a combinação de inúmeros contextos territoriais. Entretanto, tal flexibilidade é, em geral, amplamente usufruída por aqueles mais privilegiados economicamente e que vislumbram potentes benefícios proporcionados pela condição da multiterritorialidade.

Dentro dessas novas articulações espaciais em rede, surgem territórios – rede flexíveis onde o que importa é ter acesso, ou aos meios que possibilitem a maior mobilidade física dentro da(s) rede(s), ou aos pontos de conexão que permitam “jogar” com as múltiplas modalidades de territórios existentes, criando a partir daí, uma nova (multi) territorialidade. (HAESBAERT, 2004b, p. 15).

Ou ainda como o próprio autor afirma, um novo tipo de “experiência espacial integrada” que consiste na multiterritorialidade no sentido estrito.

Resumindo, é evidente que esta disponibilidade de acessar territórios e territorialidades mostra-se como um instrumento poderoso, que permite “estar” e “intervir” em inúmeros lugares antecipadamente e simultaneamente, prolongando sua capacidade física e intelectual de agir em lugares longínquos e diversos. Portanto, para usufruir do potencial disponibilizado pela multiterritorialidade, considera-se a existência de uma multiplicidade de território e suas articulações em territórios-rede, ou seja, coexistência e articulação entre territórios – zonas e redes de conexão. A partir desde composto, faz-se também necessário, para maior entendimento e detalhamento, sistematizar as diferenciações internas, por meio:

- a) Dos agentes que participam da multiterritorialidade, seus objetivos, estratégias e escalas de ação;
- b) Do caráter mais simbólico e suas múltiplas identidades, ou o caráter mais funcional da multiterritorialidade.
- c) Das múltiplas “geometrias de poder” (MASSEY, 2008) da compressão espaçotempo e seu potencial.
- d) Do caráter contínuo ou descontínuo da multiterritorialidade, até que ponto ela ocorre por superposição, num mesmo espaço, de múltiplos territórios em rede.
- e) A combinação de “tempos espaciais” incorporada à multiterritorialidade, para Milton Santos (1978:211) o lugar seria o acúmulo de ações realizadas em tempos desiguais.

Enfim, nesta pesquisa, tem-se clareza das implicações políticas que o conceito de multiterritorialidade nos disponibiliza, principalmente diante das práticas de injustiça ambiental que têm atingido os pescadores de Ubu e Parati. A escolha do conceito parte do princípio que há um rico conteúdo simbólico-cultural carregado de sentimento topofílico resistindo às ações (des)reterritorializadoras dinamizadas por

grandes empresas do setor mineiro – siderúrgico e de petróleo e gás, em direção ao litoral sul-capixaba.

Neste sentido o conceito da multiterritorialidade busca contribuir como estratégia para que os pescadores locais ampliem as brechas já existentes na luta contra as investidas de domínio espacial pelas empresas Petrobras e Vale. Estas brechas podem ser encontradas na reformulação e construção de redes maiores, que ampliem também ações estratégicas de luta contra o que Haesbaert (2004a) intitula *territorialização precária*.

## 2.4 OS DESENVOLVIMENTISMOS

Tem-se percebido uma ação combinada entre Estado e empresas, a qual se revela ser sinônimo de estratégias usadas no avanço do domínio de empresas sobre novos territórios, oficializando o direito de propriedade privada sobre o lugar de interesse coletivo, no caso em estudo dos pescadores de Ubu e Parati.

Neste momento, o empreendedor se vale da associação do capital acumulado e das condições de controle da propriedade fundiária (ZANOTELLI et al., 2013), mobilizando todo um aparato burocrático e técnico necessário à definição dos eixos de expansão, reserva de espaço e posterior concretização do negócio desejado.

Nessa leitura, destacam-se três sujeitos participantes dessa ação multiterritorial, além dos pescadores artesanais:

- a) O Estado, que na instância municipal define os perímetros urbanos e rural, além de indicar as prováveis expansões urbanas nessas áreas ou loteamentos, por meio do macrozoneamento do município;
- b) Os empreendedores privados e públicos que usam o poder econômico para obter, em primeira mão, as vantagens e informações acerca das tendências à expansão, podem agir antecipadamente na obtenção de reservas de terras e no planejamento urbano-territorial e, até mesmo na gestão dos gastos públicos em infra-estrutura de seus interesses. Ressalta-se o fato do município de Anchieta apresentar 40% de suas terras nas mãos de 14 proprietários e que o município aumentou a sua zona de expansão industrial, a qual já conta

com grandes equipamentos industriais ligados ao petróleo e à siderurgia (ZANOTELLI et. al, 2013).

- c) Os grandes proprietários fundiários, os quais são responsáveis por uma boa parcela dos “vazios urbanos” abordados por Zanotelli et al (2013), onde identificou-se muitas áreas de pastos, manchas de mata e restinga, cujos proprietários parecem simular um uso para mantê-las à espera de valorização.

Enquanto toda essa articulação era construída, os habitantes locais davam continuidade a suas práticas cotidianas, desconhecendo a longa e sagaz trama multiterritorial prestes a envolvê-los.

O resultado do cruzamento desses três atores possibilita o avanço dos grandes projetos de “desenvolvimento”, contrapondo-se àquele que, a seu modo, se apropriam do lugar.

Deseja-se então, destacar a importância da estrutura fundiária enquanto mecanismo fundamental na viabilidade dos grandes projetos, pois ela constitui-se em um dos “nós” a serem desfeitos, mediante a conhecida trajetória de formação territorial brasileira, marcada pela concentração fundiária, desigualdade e violência.

Enfim, a injustiça que identificamos neste caso estudado não corresponde a um fato isolado, mas compõe uma concreta e longa história de invasões de povos europeus sobre territórios alheios. Nesta esteira, não podemos deixar de criticar o fato de que a expansão do capitalismo avançou em consonância com uma aura de missão civilizatória que servia de justificativa para a história do etnocídio e genocídio contra povos taxados de “primitivos”, “atrasados” ou “selvagens” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 12) e que até hoje, serve de justificativa para expelir comunidades originárias que ocupam territórios, cujo princípio é o valor de uso.

Na contemporaneidade, o reflexo da extensão dessa tal aura civilizatória pode ser claramente percebido nos ideais de desenvolvimento que revestem as políticas de governo do estado brasileiro, fundamentadas predominantemente em princípios econômicos, consumistas, assemelhando-se às perspectivas de sociedades primeiro

– mundistas (PORTO-GONÇALVES, 2006; HERCULANO, 2008). Os princípios das desigualdades e exploração foram e permanecem sendo indispensáveis à sustentação desse modelo de sociedade fortemente enraizado no mundo – moderno – colonial europeu, sendo as ideias de desenvolvimento e sustentabilidade também frutos desse modelo de sociedade.

Cientes dos diferentes matizes que fundamentam as discussões sobre desenvolvimento, procurou-se trabalhar a partir daqueles que vão além da esfera do consumo e que abrem para uma visão crítica sobre as condições de exploração capitalista e da exploração massiva dos recursos naturais, mostrando as estratégias que estão em jogo na geopolítica do desenvolvimento sustentável. Porto–Gonçalves (2006, p. 62) ao debater a ecologia política no Brasil, coloca o desafio ambiental no centro das contradições do mundo-moderno colonial enquanto desafio político de nos distanciar do projeto civilizatório da modernidade.

Desde os anos de 1960, apesar dos inúmeros questionamentos acerca dos efeitos do desenvolvimento nos países onde, aparentemente, havia sido bem sucedido, permanece a ambiguidade em relação à ideia do desenvolvimento, cuja característica central é se colocar como alternativa ao subdesenvolvimento, sem questionar as interrelações ocultadas neste dualismo.

Este pensamento é o que ainda alimenta os discursos que fundamentam as políticas de planejamento dos Estados Brasileiros, apresentando como solução complementar, a sustentabilidade, uma vez que os impactos são entendidos como inevitáveis dentro do discurso “desenvolvimentista”.

Portuguez (2010, p. 91) retrata bem as consequências do desgaste do modelo tradicional de acumulação sob critérios essencialmente econômicos.

En Brasil, la superficialidad y la percepción deformada de lo que viene a ser desarrollo hace que los políticos y empresarios hablen de programas de incremento del crecimiento integrado de la economía, sin que ellos tengan la menor noción de como hacerlos. Así, se ha vuelto común oír de la población en general, que desarrollo es algo que se quiere, pero no se sabe como conseguirlo.

Em 1972, a participação do Brasil na Conferência de Estocolmo consistiu em afirmar o interesse em superar a “poluição da pobreza”, mesmo que fosse necessário poluir o meio ambiente. Isso mostra a total postura acrítica de nossos representantes federais em relação ao perfil e consequências do modelo de desenvolvimento que imperava, uma vez que o foco das discussões girava em torno das desigualdades de nível de progresso entre os países.

Neste mesmo contexto político, ambientalistas que inicialmente apresentam uma dura postura crítica, abandonam a contra-cultura e passam a compor as discussões sobre alternativas “de” desenvolvimento ao invés de alternativas “ao” desenvolvimento (op. cit., 65).

Observou-se que não havia um questionamento sobre os “diferentes modos de sermos iguais” (op. cit. 64), mas sim um avanço da colonização do pensamento sobre os países sub-desenvolvidos. O universo discursivo que predominava (e que ainda tem muita força) era aquele que posicionava os países em pares dicotômicos, causando um grande constrangimento àqueles que eram classificados enquanto retrógrados ou não alinhados à trajetória da modernidade (MASSEY, 2009).

Com a globalização, uma nova arrancada ao desenvolvimento se realiza, reafirmando a articulação entre oligarquias financeiras e industriais do primeiro mundo, burguesias nacionais desenvolvimentistas, gestores estatais civis, militares, banco internacionais de financiamento, dentre outros agentes, os quais passam a compor uma rede de ação político-econômica mais forte e articulada, capaz de intervir localmente e globalmente.

Estes mesmos atores, no dizer de Porto-Gonçalves (op.cit, p. 67), são aqueles que numa aparente contradição, evocam o debate sobre as demandas por recursos não-renováveis. Todavia, o debate fica circunscrito às questões técnico – científicas e econômicas, desviando a atenção pública das incontáveis perdas e extinção de elementos da flora e fauna, indispensáveis ao sustento de inúmeros povos tradicionais que mantinham uma relação de maior proximidade com o meio ambiente que o circunscrevia.

Observa-se, assim, que há uma vasta ignorância sobre o que representa a globalização de uma mesma matriz de racionalidade sobre os elementos constitutivos do meio ambiente, camuflando os crescentes riscos e limites da concepção de desenvolvimento, que os países “em desenvolvimento” ainda perseguem.

Dessa maneira, com o advento do ambientalismo nos anos 60, cresce também a consciência de que há um risco iminente de consequências ambientais desastrosas, com alcance que varia do local ao global. O otimismo tecnológico que o século XIX nos deixou não garante a capacidade ilimitada de recuperação de um determinado sistema. Da mesma forma, o otimismo econômico do século XXI, não garantiu a superação da pobreza e das abissais desigualdades sociais no mundo contemporâneo (OLIVEIRA, 2003 [1972]; DAVIS, 2006).

É na segunda metade do século XX que o nosso país se insere totalmente na esteira dos países aspirantes a classificação de “desenvolvidos”, por meio do processo de industrialização “tardio”, ao mesmo tempo em que avança na urbanização dos territórios, e com isto, os desafios associados ao crescimento e concentração de pessoas e de atividades.

Mesmo cientes do significativo crescimento urbano nas cidades brasileiras e conexão destas com o mercado capitalista, ainda assim restam áreas não totalmente integradas ao capital em expansão, onde o uso comunal de recursos ainda se realiza, garantindo aos seus indivíduos certo nível de autonomia produtiva.

Todavia, a acumulação capitalista em tempos de globalização requer, cada vez mais, escalas maiores de produção, repercutindo na expansão do domínio territorial para instalação da infra-estrutura técnica produtiva e logística.

O controle da mobilidade, dos fluxos passou a ser estratégico nas ações políticas de expansão territorial, interferindo estrategicamente nas políticas de planejamento e gestão territorial. Como exemplo, observou-se a elaboração da Agenda Estratégica

Regional Sul<sup>30</sup> (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2010b), em função da pretensa interiorização do desenvolvimento em direção ao sul do estado.

Ressalta-se ainda o poder de intervenção de sujeitos privados que passam a gerir as políticas públicas. Esta parceria colabora ainda mais para que o investidor privado tenha acesso a todo canto do território, de forma legalizada, por meio da elaboração dos planos de governo e formação de redes internas de articulação que compartilham dos mesmos interesses econômicos do grande capital, os quais por sua vez, se interligam as redes que transpassam seus limites políticos administrativos.

Este modelo de gestão político – territorial mostra – se extremamente injusto, pois implica no impedimento da participação da sociedade desde a sua gestação. Além disso, inclui todos os múltiplos territórios num projeto único de “desenvolvimento”, desrespeitando as territorialidades pré-existentes.

Neste movimento, atores internos aos territórios também passam a fomentar ações estruturantes para viabilizar o encontro entre eles e os nós externos das cadeias produtivas que se formam. Essa ação, geralmente silenciosa, só é percebida quando é anunciada a chegada de grandes objetos técnicos, quando na verdade, a supressão de direitos fundamentais da Comunidade local já foi, há muito tempo, suprimida.

Na prática, tais ações promotoras de injustiça ocorrem por meio da elaboração de planos e projetos apoiados pelo Estado, com intuito de legitimar ainda mais as ações empreendedoras e expansionistas do mercado produtivo, validando – os enquanto destino único para sua sociedade no mesmo tempo que bloqueia o acesso e compartilhamento de poder político, na gestão multiterritorial, pois o privilégio desse poder acaba sendo monopolizado nas esferas do Estado e dos empreendedores privados.

---

<sup>30</sup> A referida Agenda dá ênfase à elaboração e implementação da carteira de projetos estratégicos preconizados no Plano ES-2025 e voltados à Região Sul. Nessa ocasião o município de Anchieta era abrangido pela região denominada Microrregião de Gestão Administrativa Metrópole Expandida Sul. Conforme lei 9.768 de 28/12/2012, a região passou a ser denominada Microrregião de Planejamento Litoral-Sul e passou a incluir os municípios de Presidente Kenedy e Rio Novo do Sul.

Outro fator útil à disposição do capital consiste no uso do marketing na divulgação da ideia de que é perfeitamente possível favorecer-se das novas condições trazidas pela reterritorialização promovida pelo grande capital. As políticas de geração de emprego e urbanização são ainda usadas como forte apelo à aceitação dos projetos de desenvolvimento econômico e industrial, mascarando as duras críticas daqueles que a eles se opõem.

Haesbaert (2004b) também chama a atenção para o fator desterritorializador que também pode ser facilitado pela rede que se cria pelo confronto e, ou pelo diálogo com agentes do capital, promovendo uma experiência multiterritorial possivelmente vivenciada ao nível individual. Isso também pode desencadear a ação reterritorializante, quando líderes estratégicos são submetidos à coação, suborno, ou simplesmente convencidos da superioridade das vantagens trazidas pelas vindouras dinâmicas econômicas. As consequências poderiam ser vistas numa possível mudança para uma postura de aceitação das novas condições tão propaladas pelo empreendedor e pela mídia.

Paradoxalmente, a apropriação da prática multiterritorial também permite ao grupo impactado percorrer outros mundos, juntando elementos para comparar e contrastar outras formas de práticas reterritorializantes. Como exemplo, observamos as redes de grupos de combate à injustiça sócioambiental, que promovem intercâmbio de informações e redes de luta coletivas, aproximando as possibilidades de uso favorável desse potencial multiterritorial, mesmo que tais grupos não saiam do território físico para interagir com outras territorialidades, mas acessam circuitos de informação virtual para se comunicar.

No caso do grupo pesquisado, observa – se uma constante busca pelo intercâmbio de informações com outros grupos de pescadores impactados. Contraditoriamente, este intercâmbio foi, algumas vezes, possibilitado pela própria empresa impactadora, por cumprimento de exigências estabelecidas nos documentos e estudos ambientais, os quais são realizados em decorrência das exigências ao longo dos processos de licenciamento ambiental<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Refiro – me às duas visitas técnicas ocorridas em outubro e novembro de 2012 realizadas a projetos sociais envolvendo atividades de piscicultura e maricultura financiadas pela empresa Petrobras. A realização das visitas

Vemos então, que as notórias condições de mobilidade, quer seja física ou virtual, têm disponibilizado ferramentas para que as comunidades mais pobres usufruam dessa multiterritorialidade, começando pelo simples acesso e interpretação da Constituição e leis dela derivadas, proporcionando brechas de reflexão e ação para jogar com a multiterritorialidade concreta, a favor dos direitos civis e ambientais dos povos tradicionais.

Nessa busca de alternativas no combate à *territorialização precária*, as redes também passam a compor a ação e a linguagem das comunidades mais simples, com menos recursos e menos poder político imediato. Tais combinações de nós em redes podem ser vistas em parceria entre a Comunidade e:

- a) Instituições educacionais e de pesquisa (EMESCAM e UFES);
- b) O Estado em todas as suas distintas esferas de atuação;
- c) Outros grupos ou movimentos sociais diversos envolvidos em conflitos ambientais, étnicos e territoriais (Associação de Moradores de Chapada do A e Monteiro, Associação de Catadores de Caranguejo);
- d) ONGs de cunho social e ambiental (Grupo de Apoio ao Meio Ambiente de Anchieta-GAMA e Rede Brasileira de Justiça Ambiental-RBJA);
- e) As empresas com as quais estão em conflito (Vale e Petrobras).

Esse modo de olhar permite ver o quão as vidas estão repletas de influências de outros espaços e escalas, tornando-as singulares, devido uma específica combinação de influências diversas, portanto, o território aqui sob análise, será visto num sentido multi-escalar e multi-dimensional, para assim nos aproximarmos de sua multiplicidade, procurando seu entendimento e buscando pensar em práticas de reversão da injustiça sócioambiental.

---

objetiva convencer aos pescadores locais a aceitar os projetos pré – prontos de compensação e ações mitigatórias devido aos impactos previstos, cumprindo assim, uma das etapas dos processo licitatório junto a órgãos públicos ambientais.

Uma vez que este trabalho propõe reafirmar o direito de proteção ambiental justa e equânime para as comunidades, assim como o acesso aos direitos civis e à sua implementação independente de sua condição social, econômica ou de nível educacional, pretende-se aqui mostrar o viés anti-democrático da ação multiterritorial, mas também mostrar seu potencial na defesa do reconhecimento, do respeito e dos valores dos diferentes grupos étnicos, e em especial, aqueles que integram-se à natureza de modo mais democrático e menos degradante.

### 3 ANCHIETA NO CENÁRIO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO

#### 3.1 ESBOÇO DA FORMAÇÃO HISTÓRICO – TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

A formação histórico-territorial do município de Anchieta passou por quatro principais momentos de crescimento urbano e econômico que alteraram, significativamente, as formas de uso e ocupação do solo (MENDONÇA, GOLTARA, 2012)<sup>32</sup>. São os períodos que se seguem: aldeamento e posterior fundação como vila em 1565 sob o domínio os jesuítas (século XV ao XVIII); o crescimento da atividade portuária no século XIX; a inserção no circuito do turismo a partir dos anos de 1950; a implantação de polo industrial e portuário nos anos de 1970.

Nota-se que nestes distintos momentos, houve a presença de conflitos em decorrência das incompatibilidades de diferentes formas de uso e ocupação pelos sujeitos aí inseridos. Dentre os principais embates, destacam-se as mudanças nos modos de vida dos seus habitantes originários desde a chegada dos colonizadores. E mais recentemente, nas últimas quatro décadas, a chegada dos grandes projetos industriais que interferem nas atividades ligadas a práticas de grupos étnicos minoritários, dentre estes, os que trabalham com a pesca artesanal.

Novas atividades de expansão industrial relacionadas à exploração de petróleo, gás e siderurgia, algumas já concretizadas e outras previstas para os próximos anos, tornam o patrimônio cultural e ambiental do município bastante vulnerável aos impactos previstos nos estudos ambientais que precedem a materialização dos objetos técnicos industriais. Neste momento, as perspectivas de grandes transformações em todo o município apontam para um possível novo período indicativo de importantes rupturas no modo de planejar e governar a cidade.

No que segue, fizeram-se breves reflexões sobre os respectivos períodos de “desenvolvimento” urbano e econômico de Anchieta.

---

<sup>32</sup> Informações obtidas na palestra *Transformações do uso do solo e conflito no litoral de Anchieta*, proferida no VII seminário de Pesquisa e Iniciação científica do Núcleo de estudos de Arquitetura e Urbanismo – NAU da Universidade Federal do Espírito Santo, sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eneida Maria Souza Mendonça.

### **3.1.1 1º período - Aldeamento e posterior fundação como vila em 1565 sob o domínio os jesuítas (século XV ao XVIII)**

Falar da História do Brasil em termos territoriais é resgatar a territorialidade dos primeiros habitantes, os índios. No município de Anchieta, não foi diferente. Os primeiros indígenas observados foram aqueles que habitavam as margens do Rio Benevente. Havia aproximadamente 12 mil índios em Reritiba (NEVES et. ali, 1995). Dentre as estratégias de dominação do território brasileiro, destacaram – se as práticas de escravização do indígena, pois era necessária tal mão de obra para viabilizar as práticas produtivas e exportadoras, para o abastecimento da Coroa Portuguesa.

Tais práticas exploradoras da mão de obra indígena foram fortemente combatidas pelos nativos, os quais distinguiam-se profundamente em termos de modo de trabalho, de apropriação do espaço e de convivência. Dentre os próprios grupos indígenas havia práticas culturais e de vida bastante diversas. O regime de servidão acabou sendo a forma relação de trabalho que a coroa portuguesa encontrou para manter a mão de obra nativa.

De uma maneira geral, apesar da ampliação e consolidação do domínio português sobre as terras brasileiras, as lutas eram constantes, evidenciando a história de resistência, revolta e protesto por parte dos indígenas (MARTINS, 1996, 26), o que significou o impedimento da submissão total ao colonizador, assim como permitiu a perpetuação de elementos de sua prática cotidiana e o surgimento de outras práticas decorrentes desse contato com diferentes grupos étnicos.

A inserção dos jesuítas fazia parte dessa estratégia de domínio territorial. Por meio da catequese eles introduziam os princípios do cristianismo no modo de pensar e viver dos indígenas se mesclam os e concomitantemente, promoviam aproximação e diálogo. Ente os indígenas, se mesclam os indivíduos de diferentes tribos, havendo uma grande confusão de identidades, além de modificações de costumes e tradições indígenas e também, nas tradições de origem portuguesa, validando portanto a experiência multiterritorial.

Considere-se pertinente o fato da expansão capitalista, desde o período colonial, ter contribuído para a proliferação dos híbridos, apesar das críticas concernentes à reafirmação dos princípios da modernidade (LATOURET, 1994 [1991]). Isso veio dificultar a leitura do que entendemos enquanto *grupo étnico*, ou seja, daquilo que entendemos por distintas identidades, tão contundente na formação histórico – territorial de nosso país.

É importante lembrar que, nos primeiros trezentos anos de nossa história, os índios foram a maioria no município de Anchieta, formando a maior parte de seu povo. Até hoje sua cultura se faz sentir em muitos nomes geográficos como Ubu, Iriri e Jabaquara, no modo artesanal de se fazer a pesca ou ainda no fabrico e uso da farinha de mandioca, que é um alimento tipicamente indígena. (NEVES et. al., 1995, p. 15).

Durante o processo de avanço da ocupação das terras indígena pelos portugueses, o exercício religioso e também administrativo realizado pelos jesuítas foi estratégico na contenção da “selvageria” daqueles que tinham seu espaço territorializado de maneira impositiva, encarregando-se de alocar os indígenas no tempo histórico ocidental europeu.

Dessa maneira, os jesuítas atuavam como uma espécie de mediador, contribuindo com o trabalho do colonizador na penetração do território, para a formação das articulações necessárias ao domínio territorial e contribuindo na mundialização do padrão de poder capitalista (QUIJANO, 2000).

Para reunir os índios, os padres varavam as florestas, a fim de trazê – los para as aldeias. Foi necessário também aprender a falar a língua tupi para poderem se comunicar com os indígenas. As cidades de Anchieta, Serra, Guarapari e São Mateus, por exemplo, nasceram de índios catequizados pelos padres da Companhia de Jesus. (...) Só as aldeias importantes, onde havia muitos índios reunidos, tinham colégio dos padres.” (NEVES et. al., 1995, p. 18).

Dessa forma, observam-se três grupos que concorreram, no início do processo colonizador, para a base da formação do povo espírito-santense, sendo eles, os indígenas, o colonizador português e os jesuítas. O trabalho destes últimos teve um importante papel na formação histórico-territorial do município de Anchieta, carregando em si, a religião e o nome de um dos mais famosos padres catequizadores da História do Brasil, o espanhol José de Anchieta.

O convívio do Padre José de Anchieta com os índios foi próximo e longo, o que pode ser observado nas obras artísticas literárias e teatrais por ele deixadas. Interessante observar que nos autos são descritas inúmeras passagens, nas quais há um total intercâmbio de papéis, onde índios de diferentes tribos e “níveis de civilização” eram integrados, interpretando atos característicos de suas culturas e também da cultura dos colonizadores, notáveis representações do espaço socialmente produzido, como podemos observar no trecho, logo abaixo, dentre suas numerosas obras (GONÇALVES, 1996, p. 5-6). De certa forma, podemos dizer que eventuais posturas de “amistosidade” descritas em algumas de suas obras podem ter contribuído para a flexibilização dos territórios indígenas.

“AUTO DA ASSUNÇÃO”<sup>33</sup>

LOCAL: Reritiba, hoje Anchieta, no Espírito Santo.

DATA: 15 de agosto de 1590.

CENÁRIOS: 1. No porto de Reritiba.

2. No adro da Igreja da Assunção.

3. Dentro da mesma igreja.

PERSONAGENS: Coro de Meninos.

Anjo da Aldeia (An.).

Diabo com companheiros (D1, DD).

6 selvagens que dançam.

2 índios civilizados que dançam.

TEMA: No porto um coro de meninos saúda a imagem da Assunção de Maria, antes de começar a procissão até a igreja.

- No adro da igreja, o Anjo convida Nossa Senhora a tomar posse da aldeia e protegê-la. O Diabo principal, à frente de vários companheiros, tenta impedir a entrada da Virgem; mas o Anjo o expulsa sem mais, com os companheiros.

- **Seis selvagens dançam uma dança portuguesa, e dois índios civilizados, para alegria dos primeiros, dançam uma à maneira da terra.**

- **Três representantes de tribos, tamoio, tupiniquim e tupinambá, vêm louvar a Virgem.**

- A imagem é introduzida na Igreja, e durante o desfile para o beijo de despedida. Se canta em honra de Maria uma canção.

ATOS: I Saudação no porto.

II Diálogo do Anjo e Diabo.

III Duas danças.

IV Louvores dos três representantes de tribos.

V Beijo da imagem e canto de Despedida.

LÍNGUA: Tupi. (...)

A cidade de Anchieta nasceu sob o nome de Reritiba<sup>34</sup>. A data de sua fundação é incerta, girando em torno de 1565 à 1579, sendo sempre comemorada dia 15 de

<sup>33</sup> Trecho do Teatro de Anchieta página 28 – Edições Loyola. (Pe. Viotti, apud GONÇALVES, 1996, P. 5-6).

<sup>34</sup> Em língua tupi, Reritiba ou Reigtyba significa lugar de muitas ostras, as quais alimentavam os ascendentes indígenas, como pode ser observado nos sambaquis de depósitos de ostras ainda encontrados em morros de Anchieta.

agosto, dia dedicado a Nossa Senhora da Assunção, considerada padroeira do lugar.

Em 1613, a Companhia de Jesus, no território do Estado do Espírito Santo de hoje, fixou-se em duas aldeias, “Aldeia dos Reis Magos” e ao sul “Aldeia de Reritiba”, as quais tinham um índio por capitão.

Vale lembrar que os territórios para implantar essas Aldeias não eram escolhidos aleatoriamente pelos colonizadores. Para tal, eram preferidos lugares considerados estratégicos, do ponto de vista da defesa e da viabilidade. Principalmente aqueles onde os colonizadores já encontravam a existência de certa infra-estrutura, como: caminhos, água potável, recursos alimentares, saberes dos nativos e situação geográfica estratégica para possibilitar a defesa do território (MATTOS, 2008, p.8).

Mattos (2009,) faz críticas ao silenciamento acerca de importantes partes da memória da cidade, agravado pela ocultação de materiais arqueológicos de lá retirados. A autora relembra ainda a maneira pela qual os índios eram tratados, pois, não eram considerados da mesma espécie que os colonizadores, pois eram considerados de uma raça “naturalmente” inferior.

Curiosamente é de se estranhar que ainda hoje encontram-se obras que descrevem os povos originários como tendo sido “agraciados pela oportunidade de terem seu nível cultural elevado graças a vinda do colonizador” e, mais recentemente, graças à implantação da indústria Samarco. Isto pode ser visto em Gonçalves (1996, p. 15). A tríade modernidade-colonialidade-racialidade perdura até os dias atuais.

Destaca-se ainda o fato de que há registros nas cartas de Padre Anchieta acerca de doações de terras de sesmarias a indígenas, assim como a atribuição de direitos aos índios cristãos, consentidos pelo Rei Dom Sebastião. (MATTOS, 2009, p.11). As atividades praticadas pelos indígenas abrangiam a aprendizagem da catequese, atuavam na defesa contra piratas ou invasores estrangeiros, prestavam ajuda de caráter público e de solidariedade política, além de trabalhar em obras de construção, dessa forma, o indígena apresentava significativa presença no mercado de trabalho local. Como exemplo, é citada a Igreja Nossa Senhora da Assunção e, ao lado, a Residência dos Padres, obras edificadas por índios catequisados.

Tal incorporação dos índios às atividades urbanas diversas da aldeia não significava que predominava um ambiente pacífico, tanto que em 1742, uma desavença entre um índio e um missionário da Companhia de Jesus, acabou virando um conflito político que se estendeu até o Ouvidor – Corregedor da Capitania do Espírito Santo. As consequências puderam ser vistas no início da fragilização diplomática entre índios, jesuítas e a própria coroa portuguesa, assim como a fundação do aldeamento Orobó-Py-uma (atual município de Piúma), região que passou a abrigar os índios fugitivos. “Na Aldeia de Iiritiba, muitas vezes eles reagiram questionando a falta de liberdade, a arbitrariedade dos tratamentos que recebiam, e as questões territoriais, sendo que estas perpassam toda a história” (NEVES, 1995, p. 18).

Na segunda metade do século XVIII, mais precisamente por meio da lei de 08.05.1755, atribuiu-se à aldeia a categoria de Vila, denominada Vila Nova de Benevente, nome escolhido em função do grande rio da cidade. Entretanto, o Ouvidor da Comarca só cumpriu o alvará em 1761, após a expulsão dos jesuítas. Durante quase três séculos, a presença jesuítica marcou as relações de poder que permeavam o território local.

Nesta ocasião, sabia-se que aos índios foram doadas terras inalienáveis, cujo tamanho variava de 6 à 12 léguas (GONÇALVES, 1996). Entretanto, Mattos (2009) analisa esta questão sob ponto de vista bem diferente.

Com a transformação das Aldeias em Vilas e implantação das novas di-retrizes, que legalizavam a entrada de grandes sesmeiros nos territórios indígenas, outro tipo de relação se instala. Mas, embora pressionados por todos os lados, contando com uma legislação dúbia e administradores corruptos, os índios da ex-Aldeia de Iiritiba muito lutaram para serem ouvidos sobre o esbulho de suas terras, e denunciar as formas como eram tratados. Documentos mostram que foram várias as tentativas feitas por eles, chegando mesmo a enviar Procuradores seus à Corte. (Op. cit., p. 26)

As informações acima mostram a ciência dos índios sobre os seus direitos, ao descreverem os limites de suas terras, denunciando expropriações, maltratos, precariedade e excesso de trabalho, além de apontar casos de corrupção. Entretanto, mesmo eles defendendo seus direitos fundamentados numa legitimidade, o interesse político-econômico da metrópole predominava, resultando em transferências das terras pretensamente “inalienáveis”, pelos administradores na

ocasião, a quem pudesse retribuir com favores políticos ou gerar mais dízimos, sendo essas ações reafirmadas pelo corpo jurídico da época.

Ao longo do século XIX, o Legado jesuítico da vila de Benevente construído nos 3 séculos anteriores se deteriorou, uma vez que foi um período em que este grupo teve seu poder político sensivelmente reduzido com a expulsão dos jesuítas a partir de 1759 e os indígenas evadiram para o interior, pois acreditavam ter perdido seus mediadores políticos.

A igreja N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. De Assunção tornou-se a igreja matriz da Vila e os cômodos da Residência dos Padres, logo anexo, passaram a abranger a Cadeia Pública, o Fórum, os aposentos do juiz da Vila, e hospedagem para pessoas importantes. O novo conteúdo reflete uma nova estrutura de poder que se territorializa.

Em 1771 criavam-se escola pagas pelos próprios habitantes, pois a condição urbana da vila carecia de um sistema educacional, o qual anteriormente era de responsabilidade dos jesuítas (GONÇALVES, 1996).

Em 1795, produzia-se açúcar, algodão, milho, café, arroz e praticava-se a pecuária, sendo esta produção voltada basicamente ao consumo local. Quanto ao transporte, este era garantido por animais e canoas. Tais atividades garantiam aos indígenas a sobrevivência, a independência e perpetuação de sua cultura, mas o sistema econômico-social introduzido pelo eurocentrismo (QUIJANO, 2000) instituiu um preconceito às modalidades de uso dos espaços pelos povos originários, classificando-os como “improdutivos”.

### 3.1.2 2º período - O crescimento da atividade portuária no século XIX até os anos de 1950.

No século XIX, destacaram-se alguns visitantes ilustres. (Quadro2).

Quadro 2 - Visitantes em Anchieta no século XIX e suas atividades.

Visitante	Data	Objetivos	Acontecimentos
Príncipe Maximiliano Alexandre Wied da Prússia.	1816	Observações e pesquisas	Levou exemplar da flora e fauna e um índio. Registrou o mal estado da cidade.
Auguste de Saint-Hilaire (francês)	1818	Observações e pesquisas	Denuncia mal-tratos e má remuneração aos indígenas, e descreve o mal-estado do patrimônio físico.
Eduardo Wilberforce (inglês)	1851	Combate ao tráfico negro	Descreve a cidade e as atividades portuárias.
Dom Pedro II (imperador do Brasil)	1860	Observação	Avalia o sistema educacional e deixa 500\$000 para restauros do patrimônio histórico.
Carlos Frederico Hartt (geólogo)	1865	Estudos de Geologia	Descreve as atividades portuárias.

Fonte: Elaborado por Josilene Corrêa (maio de 2013) a partir de informações disponíveis em Gonçalves (1996).

Interessante observar que no século XIX, a postura do europeu era coerente com o que Quijano (2000) denomina de sistema-mundo, onde a apropriação da natureza e dos saberes era o objetivo que norteava suas expedições além-mar. Ou seja, estes visitantes constituíam verdadeiros braços das monarquias centralizadas europeias na América Latina. O uso do saber dos nativos nas práticas expedicionárias ainda persiste nos dias atuais, como se observa na contratação de habitantes de Ubu e

Parati para trabalhar como guias-informantes e auxiliar no trabalho de coleta de sedimentos do fundo do mar para análise, principalmente quando há obras de dragagem para a manutenção do porto, ações estas que podem lhes trazer prejuízos futuros.

A desestabilização do lugar nesse período, com a saída dos jesuítas, também repercutiu na demografia na virada do século XVIII para o século XIX (Quadro3 ). De 3119 habitantes em 1724, passaram a 1707 no ano 1824 (GONÇALVES, 1996). Os censos mostram a redução de quase metade da população. Neste período, a extração da madeira passa a destacar-se, em detrimento da lavoura.

Quadro 03: Dados do censo demográfico dos séculos XVIII e início do século XIX

<b>ANO</b>	<b>HABITANTES</b>	<b>ECONOMIA (predominante)</b>
1724	3.119	Lavoura
1784	3.017	Lavoura
1824	1.707	Extração de madeira

Fonte: Elaborado por Josilene Corrêa (maio de 2013) a partir de informações disponíveis em Gonçalves (1996).

Com o avançar do século XIX, os negros também mostravam sua insatisfação por meio de rebeliões e apoio a causas libertárias, culminado em morte de capitães – mores e senhores de fazenda. Em 1850 a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz proíbe o tráfico negreiro e lança as prerrogativas do processo gradual da abolição, do qual se tem registros de 1872 em Anchieta (GONÇALVES, 1996). Contudo, com a legalização e mercantilização da propriedade das terras estabelecida em 1850 com a Lei de Terras, anulam-se algumas prerrogativas dos índios e seus descendentes e se impede a possibilidade de acesso às terras aos ex-escravos. Enquanto isso, as ideias favoráveis à proclamação da República circulavam nos jornais locais da época.

Gonçalves (1996) cita o fato de que em 1886, eram feitos os primeiros estudos para a construção de um porto, a ser localizado na Ponta dos Castelhanos, fato este que nunca se concretizou. Apesar disso, em 1890, a realização de estudos ainda mais precisos reafirmou a viabilidade da construção não apenas do porto, mas também a construção de uma ponte metálica sobre o rio Benevente, uma cidade na região portuária, além dos estudos para construção da estrada de ferro Benevente-Minas

que se ligaria à estrada de Ferro Leopoldina, como vê-se no trecho noticiado pelo “Diário Oficial “ de Vitória em 06 de outubro de 1890 -Ano I - nº 100.

“...VIAGEM DE INAUGURAÇÃO

Da estrada de Ferro de Benevente à Minas, que vai ser construída pela Companhia Geral de Estradas de Ferro do Brasil - às nove horas da manhã de quarta-feira de 24 de setembro, largou do ancoradouro o PAQUETE DO RIO PARANÁ, pertencente ao Loide Brasileiro, conduzindo a Diretoria da Companhia Geral de Caminhos de Ferro de Benevente à Minas , o Sr. Ministro da Agricultura, alguns convidados e representantes da Imprensa da Capital. (...). A concessão feita (...) para a construção da Estrada de Ferro Benevente à Minas abrange também a edificação de uma nova cidade do mesmo nome que ocupará uma área de 6 km quadrados de terrenos quase todos já comprados pela Companhia, todos de granito em decomposição e numa média de 10 metros acima do mar. A nova cidade será edificada a partir do lugar denominado ponta dos Castelhanos, terminando na cidade Velha e terá uma magnífico Porto, servido por uma ponte metálica, via dupla com 200 metros de extensão facilitando assim a entrada dos navios, tendo todos os aparelhos necessários para a carga e descarga dos mesmos. (...) A estrada assim construída terá seu ponto terminal na Estação de Santa Luzia de Carangola ao Rio de Janeiro. (...) O rendimento mínimo da estrada será avaliada por dados oficiais, será a do transporte de 2 milhões de arrobas de café. Dentro de um ano deverá estar inaugurado o tráfego até o quilômetro 29, na estação de Iconha,; dentro de 15 meses até o quilômetro 48, no Rio Novo; dentro de 18 meses até o quilômetro 74 em Itapemirim, dentro de dois anos até Santa Luzia de Carangola” (Apud GONÇALVES, 1996).

O insucesso dos investimentos previstos pode ser, em parte, atribuídos aos esforços do governo estadual em direcionar o escoamento da produção agrícola exportável para a capital, centralizando assim os investimentos econômicos (MENDONÇA; GOLTARA, 2012).

Tal projeto de expansão portuário-ferroviário veio à época em decorrência do projeto maior do governo republicano de expansão da monocultura cafeeira voltada à exportação. A este projeto ligava-se à política de ocupação territorial por meio do incentivo a imigração europeia. Essa mão de obra imigrante, predominantemente italiana, vai ser responsável pela estrutura de produção agrária e ocupação da Região denominada Alto Pongal, mais ao noroeste do município de Anchieta. Nessa ocasião, o Rio Benevente destacou-se como importante canal de circulação dos imigrantes.

Destacou-se ainda, nesse período, a presença do casarão da Fazenda São Martinho, onde se plantava café, local este que serviu também para o alojamento de colonos imigrantes que ficavam sob quarentena por exigências sanitárias. Surto de

cólera, varíola e febre amarela também marcaram o crescimento urbano da segunda metade do século XIX.

Em 12 de agosto de 1887, a vila de Benevente foi elevada a cidade pela lei provincial nº 6, sendo então designada de Anchieta, denominação esta ratificada pela Lei Estadual 1307 de 30/12/1921 (Quadro4).

Quadro 4 - Alterações dos nomes atribuídos ao município de Anchieta

DATA	NOME	CONDIÇÃO
Varia entre 1565 à 1579 (15 de agosto)	Reriritiba	Aldeamento
1761	Benevente	Vila
1887 (12 de agosto)	Anchieta	Cidade
1921 (30 de dezembro) Lei Estadual 1307	Anchieta (ratificação)	Cidade (ratificação)

Fonte: Elaborado por Josilene Corrêa (maio de 2013) a partir de informações disponíveis em Gonçalves (1996).

Já no século XX, em 1901, os municípios do Espírito Santo ganhavam sua autonomia e Anchieta teve o seu primeiro modelo de brasão criado pelo decreto de 23 de dez, nº 20 (Imagens 1 e 2 ).



Imagem 1 - Brasão de armas de 1901. O centro contém a data comemorativa da autonomia dos municípios do Espírito Santo; acima há 28 estrelas representando os 28 municípios na ocasião; à esquerda, um ramo de café; à direita, um ramo de cana-de-açúcar, os principais produtos.  
Fonte: GONÇALVES, 1996; NEVES et al, 1995.



Imagem 2 – Brasão atual do Município de Anchieta.  
Fonte: (NEVES, 1995).

Notam-se nos brasões, elementos da multiculturalidade presente no território anchietense, expressões das tensões entre as diferentes identidades que participaram da formação territorial do lugar.

No início deste século, destacava-se a região de Jabaquara, em Anchieta, pois sediava uma usina de mesmo nome, responsável pela produção de açúcar e aguardente, produtos estes escoados pelo porto de Benevente, por meio de uma locomotiva que transitava entre a região de Alfredo Chaves, Jabaquara e o centro de Anchieta.

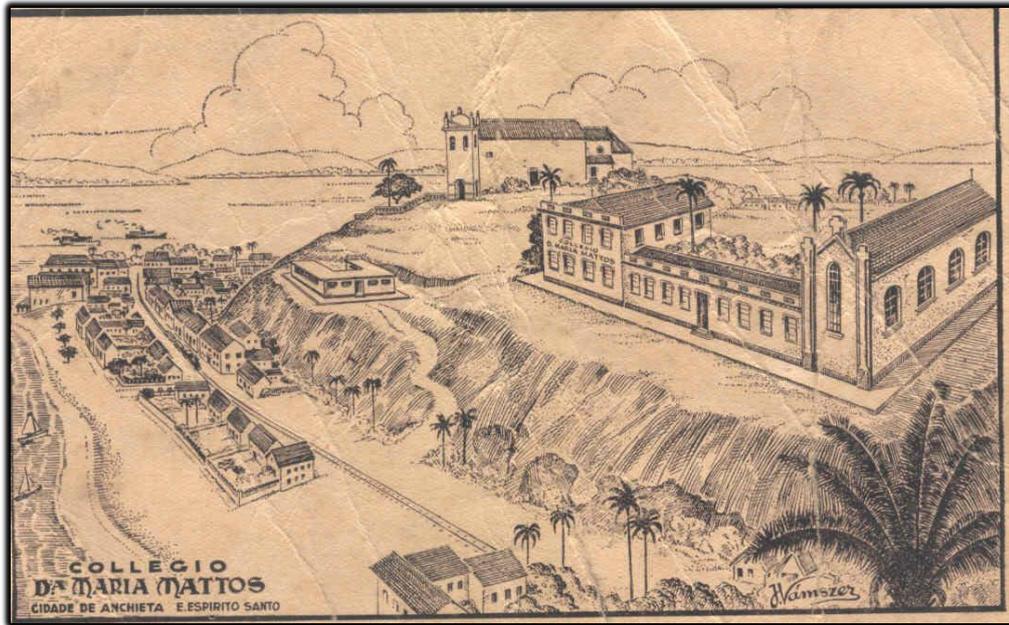
Nesta região onde se localizava a usina, havia um considerável nível de desenvolvimento infra-estrutural, pois detinha energia elétrica, armazém, padaria, pensão e dois clubes carnavalescos. A Usina ainda possuía lanchas e animais, meios pelos quais se transportavam mercadorias, passageiros e correspondências. O fluxo de pessoas e mercadorias entre Anchieta e Vitória também era realizado em pequenas embarcações e cavalos. A mão de obra da usina caracterizava – se por ser de lavradores regionais e nortistas. Em 1925, seus proprietários detinham o maquinário mais moderno da ocasião.

Poucos anos depois, com a crise de 29 e o prenúncio da industrialização nacional, a usina de Jabaquara, dentre outras pequenas indústrias e armazéns comerciais de café, açúcar, aguardente, de tecidos, calçados e outros, iniciam o processo de decadência, e junto, a economia local. No cenário estadual, a força e a legitimação da ideia da ideologia desenvolvimentista começa, lentamente, a desfavorecer a estrutura agrária existente no estado como um todo, sob o argumento da “crise do setor cafeeiro” (DARÉ, 2010).

Ainda na primeira metade do século XX, em 1929, os jesuítas retornaram à Anchieta, após 169 anos de ausência. Em 1932 com a chegada das Irmãs carmelitas, a educação passa a ser de responsabilidade destas, tendo como marco, a fundação do colégio para moças D. Maria Mattos (Imagem 3), o qual atendia essa

e outras regiões do estado, dando ao município uma movimentação de abrangência regional (MENDONÇA, GOLTARA, 2012).

Imagem 3 - Colégio para moça D. Maria Mattos é o prédio maior em primeiro plano. .



Fonte: <[http://4.bp.blogspot.com/\\_YnFI7fhF444/SoX4gW-DIOI/AAAAAAAAAKg/gXEUoI6hjPY/s1600-h/postal.jpg](http://4.bp.blogspot.com/_YnFI7fhF444/SoX4gW-DIOI/AAAAAAAAAKg/gXEUoI6hjPY/s1600-h/postal.jpg)>.

Com o Colégio, outros equipamentos urbanos surgiram posteriormente, a exemplo do famoso Hotel Anchieta, que servia para hospedar as famílias das estudantes, um pré – seminário, e em 1943 o Hospital Anchieta, seguido da inauguração da Praça Dom Pedro II, cinema ao ar livre, e estação de abastecimento de energia elétrica.

Já na década de 1940, as regiões de Mãe-bá, Ubu e Parati destacavam-se pela produção de areias monazíticas, as quais eram beneficiadas e enviadas à São Paulo, em função do seu valor nos setores químico, metalúrgico, eletrônico, terapêutico, dentre outros. Portuguez (1998, p. 25), ao falar a respeito do surgimento do turismo no Espírito santo cita esse momento:

No caso específico do fluxo espírito-santense, este passou a se projetar a partir de 1950, quando o litoral capixaba começou a exercer forte atração sobre a população de Minas Gerais, que passou a procurar as praias, sobretudo do Litoral Sul, motivados pelos boatos de um tipo raro de areia radioativa indicada para a cura de doenças diversas como o reumatismo, dores pelo corpo, ferimentos de difícil cicatrização, entre outros. Surgiu então, a tradição de se frequentar as cidades de Guarapari, Anchieta, Piúma, e Itapemirim, que juntamente com Vitória, Vila Velha e Serra (...) formaram a primeira

grande região turística do Estado: a chamada “Faixa Radioativa” do litoral do Espírito Santo.

Esse setor vai perdurar até os anos de 1960, quando os setores do turismo e industrial passaram a receber maiores incentivos.

De uma maneira geral, podemos afirmar que do século XVI à primeira metade do século XX, há muitas transformações nas dinâmicas territoriais do município, entretanto, elas são consideradas lentas quando comparadas àquelas que se sucederão no avançar da segunda metade do século XX.

### 3.1.3 3º período - A inserção no circuito do turismo a partir dos anos de 1950

Quando vêm turistas com *jet ski* pra cá é um tormento. Eles ficam passando por cima das nossas redes e isso afasta os peixes todos. Atrapalha o nosso trabalho! (Pescador D, 58 anos)

Gonçalves (1996), de uma maneira acrítica, ressalta o fato de que, em meados do século, a cidade era considerada “*um peso para o Estado*” por não possuir indústrias. Ou seja, resquícios da colonização do pensamento moderno – colonial ainda estão fortemente arraigados em autores contemporâneos que também se revertem em fortes argumentos à abertura de outras formas de exploração capitalista.

Gonçalves e Goltara (2012) relatam que desde a década de 1930, com a implantação do colégio D. Maria Mattos e a construção do Hotel Anchieta na década de 1940, houve um sutil despertar para as possibilidades de uso turístico das praias. Entretanto, este despertar não acontece de forma isolada e deve-se a um projeto maior para o segmento do turismo no Brasil. Empreendedores descobrem o potencial de ganhos provenientes da apropriação do ato de viajar. Todavia, os detalhes sobre o surgimento do turismo no Espírito Santo ainda é fonte de investigação, conforme ressalta Portuguez (2010, p.371).

No se sabe de forma cierta cuando comenzó la circulación de turistas por Espírito Santo, pues los datos existentes no son del todo

confiables, pues las fuentes no son reconocidas por los órganos administrativos del sector. Además, estos datos todavía no pasaron por um estudio sistemático, hecho que dificulto um mayor ahondamiento de esta discusión.

Em 1952, ocorre a inauguração da Ponte Cônego Pereira de Barros, construída em madeira na ocasião, atravessando o Rio Benevente e facilitando a conexão com o sul do estado. Esta ponte será renovada em 14/09/1989 (DER-ES, 2008).

No contexto federal, “a política voltada para o transporte rodoviário no Brasil, principalmente a partir dos anos 50, contribuiu para acelerar o ritmo de transformação da ocupação e do uso do solo em muitas cidades brasileiras” (MENDONÇA, GOLTARA, 2012). Desse modo, o turismo é apontado como uma alternativa de crescimento econômico para o município de Anchieta.

No cenário estadual da década de 1960, a monocultura cafeeira já não mais participava da pauta das articulações políticas centrais e dava lugar as ideias desenvolvimentistas que vão ganhar força principalmente na década de 1970. Na área rural do município surge em 1968 o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), o qual veio a ser considerado a mais avançada instituição de ensino agrícola do país, indicando os princípios do perfil de desenvolvimento baseado na produção no campo<sup>35</sup>.

Mais tarde, na década de 1970, a construção da Rodovia ES-060 colabora com a expansão da planície litorânea capixaba, sendo as regiões de Ubu, Castelhanos e Iriri, transformados em balneários de interesse turístico. Nesse período, destaca-se o surgimento de novos loteamentos, uma vez que despertou-se a possibilidade da especulação imobiliária na região, como podemos observar em condomínios inacabados até os dias de hoje.

---

<sup>35</sup>A entidade vem proporcionando ações nas áreas de educação, saúde e assistência social no meio rural desde a sua fundação pelo padre Humberto Pietrogrande, em 1968, no município de Anchieta e atualmente está presente em 58 municípios capixabas e 22 estados brasileiros por meio de 300 escolas. Destacou-se pelo uso da pedagogia de alternância, oriunda da França, que combina o trabalho no campo alternado com a frequência escolar. Fonte: <<http://www.al.es.gov.br/portal/frmShowContent.aspx?i=23657>> Acesso em julho de 2013.

A segmentação de mercado relativa ao turismo ganha importância e passa a ser estruturado por empreendedores que aí vêem uma boa oportunidade para obter lucros. Com isso, a rede territorial dos pescadores da Região de Ubu e Parati é atravessada, pois o crescimento do fluxo de pessoas aumenta, comprometendo o trabalho da pesca artesanal, que é feito bem próximo à praia, formando uma zona de atrito.

A especulação imobiliária também integra esse processo, uma vez que cria-se um mercado de terras para aqueles que desejavam obter um segundo imóvel com função turística, há registros da presença de loteamentos na região de Castelhanos e de Ubu, no início dos anos de 1970, tema este que será melhor visto no próximo capítulo.

Portuguez (1998, p. 38) aborda o interesse do turismo direcionado à área litorânea:

Como se viu, o litoral capixaba é, sem sombra de dúvidas, o berço do turismo estadual, sendo a área de maior atração turística, que tem na tropicalidade de seus muitos balneários o seu principal atrativo. A preferência pelo litoral é nítida na palavra dos turistas que visitam o Estado, conforme revelou a *“Pesquisa de Fluxo Receptivo”* realizada pela ex-Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDES, em 1994. Conforme este estudo, os turistas que visitam o Espírito Santo são fundamentalmente sudestinos, de modo que Minas Gerais contribui com aproximadamente 46,4% do fluxo total, sendo portanto, o maior centro emissor.

Em meados da década de 1980, um fato chama a atenção. A construção do Hotel Pontal de Ubu gerou um primeiro conflito no lugar, pelo direito de uso da área costeira.

Em meados dos anos de 1980, inicia – se a construção do Hotel Pontal de Ubu localizado há poucos metros das moradias isoladas de alguns pescadores (Imagem 4). Nesta ocasião, os empreendimentos turísticos já são prioridades nas políticas de gestão do município, ocasionando um primeiro conflito com os moradores originários.



Imagem 4 – Localização da antiga região ocupada por pescadores próxima ao Hotel Pontal de Ubu.

Fonte: Organizado pela autora.



Foto 3 - Vista panorâmica da praia de Ubu a partir do hotel Pontal de Ubu.

Fonte: Josilene Corrêa (dezembro de 2012)

Na ocasião havia alguns pescadores morando no sopé do elevado onde o empreendedor desejava construir o hotel, o que causava insatisfação por parte destes.

Nessa época já se aponta o início de uma política formal mais voltada ao setor turístico com ênfase no papel do município, o que vai culminar com uma lei de municipalização do setor, conforme vemos abaixo.

Decreto nº 130, de 30/03/94, que con base em la Ley nº 8.490, del 19/11/92, creó el Comité Ejecutivo para el Programa Nacional de Municipalización del Turismo del entonces Ministerio de la Industria, del Comercio y del Turismo. (PORTUGUEZ, 2010, p. 374)

Foi feita então uma articulação do empresário, dono do hotel, com a Prefeitura Municipal com o intuito de remover os pescadores que ali habitavam. Para a empresa hoteleira, era imprescindível que os pescadores se mudassem, pois o caráter do empreendimento exigia a privatização do espaço e o consequente “banimento” dos residentes locais, ou seja, a “higienização” da paisagem.



Foto 4 –Hotel Pontal de Ubu visto a partir do sopé da colina onde habitavam alguns pescadores.  
Fonte: Josilene Corrêa (28 de dezembro 2012).

Foto 5 – Ruínas de uma antiga moradia de pescador.  
Fonte: Josilene Corrêa (28 de dezembro 2012)..

Neste momento, uma nova territorialidade é construída, a partir do impasse estabelecido entre os pescadores que ali já habitavam há quase 10 anos e a empresa hoteleira, que buscava a legitimidade do direito de privatização do lugar, por meio da prefeitura municipal. Há uma nítida sobreposição de territórios e uma sequente disputa pela manutenção do poder sobre este: de um lado os pescadores, que lutavam pela manutenção do direito de posse e moradia, do outro, os proprietários do empreendimento, que brigavam pela exclusão dos pescadores e posterior privatização da área.

Instala - se aí o “território funcional” (HAESBAERT, 2004b), caracterizado pelo princípio da desigualdade, da exclusividade e do controle do território, para a obtenção do lucro, bem como o desencadear do processo de (des)reterritorialização, visto na segregação forçada dos pescadores, os quais vêm-se coagidos a migrarem e ocuparem um outro lugar.

Procurados pela prefeitura, os pescadores de Ubu e Parati foram continuamente coagidos a se mudarem do lugar, chegando até mesmo a receber multa da Capitania dos Portos do Espírito Santo. Uma verdadeira rede de cooperação cruzada entre agentes do Estado e empreendedores privados, da qual os pescadores não faziam parte.

Após algumas audiências junto ao Ministério Público, os pescadores foram convencidos a trocar a área apropriada por um terreno cedido pela Prefeitura, próximo a mesma região, aliado a promessa de que também receberiam o material necessário para a construção da residência, promessa essa que foi parcialmente cumprida.

Estes custos da remoção seriam compartilhados entre o empreendedor do Hotel e a Prefeitura municipal. Com a mudança de gestão municipal, a nova gestão não se dispôs a reafirmar o acordo verbalmente estabelecido na gestão anterior, cabendo aos próprios pescadores arcarem com parte dos custos da expropriação, afinal a busca pelo direito de gestão do território via-se limitada, pelas suas tênues relações com os agentes do Estado, nos seus diferentes níveis.

Com o crescimento do setor turístico no município, outros grupos passaram a frequentar o litoral do município. Banhistas e praticantes de esportes aquáticos também começam a compor novas tramas territoriais no mesmo lugar. Cruzando as redes de pesca, os turistas cruzavam também o território dos pescadores “bagunçando” a organização dos territórios pesqueiros, exigindo que estes se adequassem às novas territorialidades introduzidas pela economia do turismo. O encaixe de territórios é aí concretizado.

Apesar dos impactos decorrentes da inserção dos turistas, a reterritorialização dos pescadores se faz sem que haja drástico impedimento do exercício da pesca artesanal, permitindo de certa forma, a coexistências desses dois grupos no território.

Destacamos assim um primeiro momento (des)reterritorializante no lugar, cujo poder de apropriação dos pescadores passa a ser compartilhado com novos atores, mesmo que de forma conflituosa e com maior pluralidade de usos, estando a Comunidade alheia a participação do planejamento, ficando à margem de todo o processo de gestão municipal, porém sentindo diretamente os seus efeitos no seu espaço cotidiano. Isso nos incita a refletir sobre o papel do Estado que suprime por completo o protagonismo das Comunidades a serem diretamente afetadas no processo de gestão do lugar.

De uma maneira geral, na segunda metade do século XX, Anchieta destaca – se pela produção agrícola que abastece prioritariamente a demanda interna. Há registros sobre a importância da atividade da pesca e do apoio que o governo municipal forneceu aos pescadores com a construção do Mercado de Peixe na área central do município, fortalecimento da Colônia de Pescadores e apoio para construção de obras e viabilização de demandas importantes para este grupo, a exemplo do reparo gratuito de barcos.

#### **3.1.4 4º período - A implantação de polo industrial e portuário nos anos de 1970**

A devastação dos recursos naturais e a violência contra os povos sempre estiveram presentes no processo de formação territorial do município de Anchieta, como pudemos observar na contínua interligação que houve entre a escala local e global de atuação colonialista e imperialista.

Com o processo de descolonização que ocorre no pós II Guerra Mundial, tornam-se mais evidentes as denúncias das diversas formas de imposição de poder no mundo, que colocavam em evidência as histórias de destruição sócioambiental. Entretanto, em que pesem as “boas intenções”, os debates ainda foram marcados pelo etnocentrismo eurocêntrico, estimulando a ideia de que a solução para o subdesenvolvimento encontrava-se no seu oposto, ou seja, o desenvolvimento. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O que se nota é que o debate pelo direito a ser “desenvolvido” prescinde de reflexões sobre as relações sócioespaciais que possibilitaram a emergência dos países então classificados como “desenvolvidos”. No caso brasileiro, em nenhum momento se questionou o modelo impositivo de territorialização executada pelos impérios coloniais ou as especificidades dos povos ameríndios que aqui viviam.

No Brasil, com o apoio financeiro do Banco Mundial e outras instituições internacionais, é colocada em prática uma política de “desenvolvimento” apoiada

oportunamente por empreendedores internos que já vislumbravam a possibilidade de investimentos no segmento industrial.

E assim, o estado do Espírito Santo se insere nessa dinâmica mundial em “direção ao desenvolvimento”, experimentando na década de 1970, o momento de implantação de grandes plantas industriais. Tendo a Região Metropolitana da Grande Vitória como destino prioritário e, além desta, o município de Aracruz, com a produção de celulose e o município de Anchieta, com a Samarco produzindo as pelotas de ferro. No litoral norte, Portuguez (2010) destaca a implantação de empreendimentos atrelados ao setor de hidrocarbonetos, economia esta que também afetou intensamente as comunidades pesqueiras de Regência e Povoação e nos anos de 1990, atinge os povoados pesqueiros de Degredo, Pontal do Ipiranga e Barra Seca.

A implantação da Samarco em Anchieta destina-se à extração e concentração do minério de ferro do Complexo Alegria, em Minas Gerais, para então pelotizá-lo e exportá-lo pelo próprio porto em Anchieta, tendo suas obras iniciadas por volta de 1972.

De acordo com Gonçalves (1996), o lugar selecionado para a construção da Samarco abrigava fábricas de beneficiamento de Areia Monazítica na década de 40, registros de um outro momento da acumulação do capital (Cf. mapa 5) também explicitados por Portuguez (2010, P. 371), ao descrever semelhante processo em Guarapari e o reflexo regional que esse comércio de areia exerceu nas áreas adjacentes à Guarapari, uma vez que este município a partir dos anos 80 destaca-se como importante balneário turístico e tinha praias degradadas pela exploração da areia monazítica em épocas passadas.

Al final de la década de 1980, Guarapari y sus alrededores, experimento un momento delicado em su proceso de desarrollo vía turismo com la degradación de sus playas, hecho que se debe sobre todo a la extracción de arena para el aprovechamiento de los minerales torio y mesotorio, para la producción de energía nuclear, así como de cerio, que es utilizado en diversos ramos de la producción industrial. (PORTUGUEZ, 2010, p. 375)

Gonçalves (1996) afirma que os prédios onde manufaturavam-se as areias monazíticas localizavam-se próximo às enseadas de Mãe-bá, Ubu e Parati, região onde encontrava-se disponível sua matéria prima, fato este confirmado por um dos entrevistados nesta pesquisa que trabalhou em uma dessas fábricas.

A empresa Samarco construiu uma estrutura em dois estados brasileiros. As atividades de lavra, beneficiamento, transporte, pelotização e embarque são realizadas de forma integrada entre a usina de Germano, município de Mariana em Minas Gerais, e a usina industrial de pelotização localizada nem Ponta de Ubu, em Anchieta no Espírito Santo.

Quadro 05–Histórico das indústrias e infra-estrutura da Samarco 1972-2012.

ANO	ETAPA
1972-1975	Início das obras de construção da Samarco ( <b>1ª usina pelotizadora</b> , e mineroduto e porto)
1977	Início das atividades produtivas e produção de 2,6 milhões de pelotas em 1978.
1991	Início da construção da <b>2ª usina pelotizadora</b> .
1996	Inauguração da 2ª usina e produção de 14,93 milhões de toneladas de pelotas em 1997.
2000	Vale e B.H.P. compram a Samarco.
2005	Início da construção da <b>3ª usina pelotizadora</b> e do 2º mineroduto ligando a usina de Germano (MG) à usina de Ubu em Anchieta.
2008	Início do funcionamento da 3ª unidade pelotizadora, alcançando a produção de 21 milhões de pelotas de ferro e aumento de 54% da capacidade produtiva.
2012	Início das obras da <b>4ª usina pelotizadora</b> com previsão de 8,25 milhões de toneladas suplementares de minério de ferro, alcançando 30,5 milhões de toneladas/ano de pelotas. Acrescentam-se ainda as obras de construção de 3º mineroduto, o qual novamente atravessa a estação ecológica Ilha do Papagaio.

Fonte: elaborado por Josilene Correa a partir de informações obtidas em fontes diversas.

Em 1977 se iniciam as atividades produtivas da primeira usina da empresa em Ubu, sendo o concentrado de minério de ferro oriundo de Mariana, transportado em forma de polpa<sup>36</sup> por um mineroduto de 396 Km de extensão, o qual depois de decantada têm seus resíduos destinados à Lagoa de Mãe-bá. O Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) elaborado no processo de licenciamento da 4ª usina se refere ao processo numa linguagem “técnica” obscura.

Para recursos hídricos, além da área de implantação do empreendimento, foi considerada a Lagoa de Maimbá como área de influência direta. A lagoa de Maimbá é um recurso hídrico interior que já recebe todos os efluentes gerados na Samarco, quer seja de forma direta, pelo vertimento periódico da Barragem Norte, quer seja de forma indireta pelo aporte de águas subterrâneas. Para o presente projeto, a Lagoa de Maimbá também está sendo considerada como corpo receptor final dos efluentes líquidos. (SAMARCO. CEPENAR, 2008, P. 16)

Ou seja, ao longo desses 35 anos a empresa vem lançando milhares de metros cúbicos de efluentes na lagoa e no mar, ação esta simplesmente negligenciada pelos órgãos ambientais IEMA e IBAMA. Interessante ressaltar que mesmo diante das descrições e apresentadas pela própria Samarco sobre os impactos na lagoa de Mãe-bá, o IEMA autoriza, com certa “serenidade” o licenciamento ambiental o licenciamento da 4ª usina.

Apesar da inauguração da usina ter-se dado em 1977, é apenas em 1978 que a empresa inicia suas operações comerciais, vendendo 2,67 milhões de toneladas de pelotas e 152,96 mil de concentrado de minério fino, ação esta possibilitada pelo Porto de Ubu, anexo à usina. Em meados da década de 1980, a empresa bate recorde de produtividade em função da demanda internacional do mercado siderúrgico e em 1986 a empresa começa a pagar dividendos<sup>37</sup> aos seus acionistas.

---

<sup>36</sup>Corresponde a uma etapa posterior ao recebimento de polpa de concentrado oriundo da usina de Germano (MG). O minério em pó misturado a água passa pelo processo de decantação proporcionando a separação do minério da água. A água com poluentes e elementos químicos é decantada em bacias e, por meio de efluente, é descartada na lagoa de Mãe-Bá, dando então vazão ao mar por meio de comportas.

<sup>37</sup> O termo dividendo, obviamente, deriva do verbo dividir. Ele dá nome à divisão dos lucros de uma empresa entre seus acionistas, após os descontos de imposto de renda e contribuição social. Quando uma companhia vai bem e obtém lucro, ela é obrigada, por lei, a entregar pelo menos 25% desse lucro aos acionistas. Normalmente isso acontece uma vez por ano, após o fechamento do balanço (Fonte: IPEA, 2006)

A instalação da siderúrgica agregada ao porto ocasionou a especulação sobre as novas oportunidades de trabalho que o empreendimento promoveria. Com isso, a cidade passou a atrair um contingente populacional, gerando novos bairros e aumentando a demanda de habitação e serviços. Na ocasião, foi até criado um bairro para os trabalhadores da Samarco (Cf. mapa 1).

Veja o sentimento de surpresa diante da inserção inesperada dos novos objetos técnicos nos territórios dos pescadores, evidenciando a postura anti-democrática dos novos sujeitos que ali se territorializavam.

Na época era regime militar. A gente não sabia de nada não. Quando a gente viu já tavam metendo máquina pra tudo quanto é lado e a gente olhando um pra cara do outro sem saber o que fazer. (Sr. S, Pescador, 53 anos).

Nas décadas seguintes à construção da Samarco, a ocupação do solo no município se deu de forma bastante acelerada, a exemplo da região da praia dos Castelhanos (Cf. mapa 1), onde há registros de aumento significativo de população nos anos de 1990 (GONÇALVES, GOLTARA, 2012). A rede de conflitos, nessa época, passa a ser atrelada à empresa Samarco, além dos pescadores e agentes do setor turístico. Um novo território se estabelece, complicando ainda mais as relações territoriais pré-existentes.

Em 1991, inicia-se o processo de licenciamento ambiental da 2ª usina da Samarco em Ubu, cujo aumento de capacidade produtiva foi duplicada (SAMARCO/CEPEMAR, 2009) e suas obras finalizadas após 6 anos. Mesmo antes do término das obras da 2ª usina, no ano de 1996, o município encontrava – se dentre os 10 município com maiores arrecadações de ICMS em função da referida empresa pelletizadora (GONÇALVES, 1996), fato esse que é amplamente ovacionado pelo marketing da própria empresa. Mas, a partilha pelo o Estado do ICMS essencialmente em função do PIB dos municípios, não levam em conta o fato absurdo de que a empresa não recolhe ICMS sobre boa parte do que produz, pois a

produção é exportada (Lei Kandir<sup>38</sup>), causando assim uma discrepância: pela produção que não paga ICMS, permite drenar ICMS de outros municípios.

Em 1993, há o início das exportações para o mercado chinês por parte da Samarco e, ao contrário de se limitar às expressivas cifras que os noticiários divulgam, propõe intensificar as contradições inerentes ao seu vultoso crescimento na virada do século XX para o século XXI: a pressão sobre os recursos naturais e o acirramento das desigualdades sociais. Dentre as inúmeras consequências destacam-se também a padronização do ritmo de trabalho intensivo e extensivo, o aumento da concentração de renda e a danificação ao meio ambiente (JABOUR, 2008).

Em 1998 a empresa destacou-se por receber a certificação ISO 14001 para todas as etapas de seu processo. A ISO 14001 refere-se a um sistema de gestão ambiental que regula as etapas do processo de padronização e certificação de empresas em nível internacional, favorecendo as práticas de comércio internacional diante das crescentes exigências relativas a “sustentabilidade ambiental”. Ao contrário do valor positivo que a mídia insiste em atribuir a tais certificações, contrapõe-se um forte questionamento sobre os critérios requeridos na obtenção das mesmas (PORTO-GONÇALVES, 2006). O autor também atenta para o fato de que e quem define como são estabelecidos os instrumentos regulatórios dos impactos sócioambientais, pois muitos têm sido forjados, internacionalmente, sendo as mesmas grandes corporações transnacionais que afetam, em grande escala, o meio ambiente. Definitivamente, estes sujeitos sabem como ninguém fazer o “bom uso”, ou melhor, o “uso estratégico” da multiterritorialidade, pois determinam os princípios do que devem ser “ecologicamente aceitáveis” em escala mundial. As consequências podem ser vistas na apreensão coletiva de pautas definidas pelas grandes corporações, em detrimento das pautas vividas em nosso cotidiano.

Nota-se ainda o fato de que (PORTO-GONÇALVES, p. 348):

---

<sup>38</sup> Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996 apresentada pelo Deputado Antônio Kandir e aprovada pelo Congresso Nacional durante a sua gestão como Ministro do Planejamento do Governo Fernando Henrique Cardoso, substituiu o Decreto-Lei nº 406/68, estendendo a exoneração do ICMS para a exportação de produtos primários e semi-elaborados, numa ação estratégica de busca de reequilíbrio das contas externas do país. A Lei Kandir foi ainda “constitucionalizada” pela Emenda nº42/2003 concedendo imunidade do ICMS para toda e qualquer operação de exportação, garantindo aos exportadores o aproveitamento total do respectivo crédito (SOARES, 2007).

Ainda hoje, em que pese a forte e contraditória presença dos meios de comunicação de massa, o que se passa em escala local e regional, e mesmo nacional, situado no polo dominado da geografia política do sistema-mundo não é veiculado, apesar de sua gravidade. Assim, vivemos uma idade Mídia, que, em certo sentido, mais parece a Idade Média, na medida em que a mediação se faz de modo extremamente seletivo e unilateral, obscurecendo determinados fenômenos e iluminando outros.

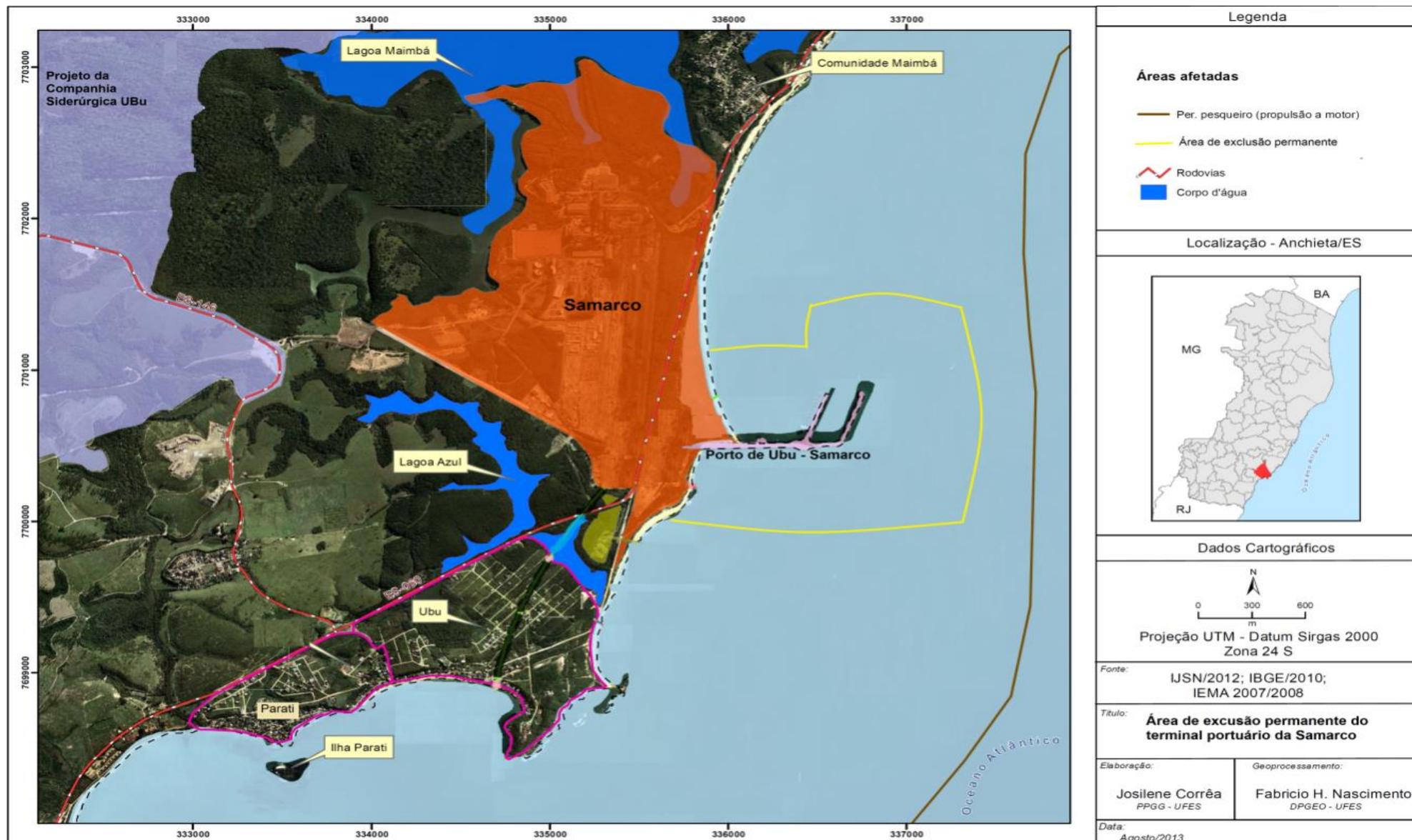
Reconectando à escala local, para os pescadores, a instalação do porto da empresa equivaleu a perda de parte do seu perímetro pesqueiros (Mapa 2) pois, uma vez construído o empreendimento, há um limite de restrição de 500 metros em seu entorno para quaisquer outras atividades que não sejam diretamente ligadas ao funcionamento do porto<sup>39</sup>. É a primeira grande perda de território pesqueiro para a Comunidade. No entanto, parte desses pescadores ultrapassam os limites oficialmente estabelecidos, o que tem lhes gerado punições por meio de multas.

Em 2000 a empresa Vale e BHP Billinton compram, cada uma, 50% da Samarco, passando a ser as suas novas proprietárias. Novas expectativas de expansão logo se confirmam com a criação de dois escritórios sendo um em Amsterdã (Holanda) e o outro em Hong Kong (China). Novos sujeitos passam a compor a rede de abrangência de negócio e poder da empresa.

Em 2002 são atingidos novos recordes de produção de 15 milhões de toneladas de concentrado de minério e 14,1 milhões de toneladas de pelotas por ano. Em 2005, a aprovação do projeto da terceira pelotizadora, novamente desenha uma curva crescente nas expectativas de expansão produtiva, com aumento de capacidade produtiva de 14,1 para 21,7 milhões de pelotas ao ano (aumento de 54%) e investimento de R\$ 3,1 bilhões. A este projeto também vincula-se a ampliação da capacidade da usina de concentrado de ferro de Germano, em Minas Gerais.

---

<sup>39</sup>A Lei NORMAM-08/DPC, capítulo 3, seção II, de 2003, impõe restrições severas à atividade da pesca num raio de 500 metros, ao redor de áreas portuárias e plataformas de petróleo, portanto, ao ser construída uma dessas estruturas, a restrição ao seu uso passa a ser contínua, estando o pescador sujeito a multas aplicadas pela Capitania dos Portos (MARINHA DO BRASIL. DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS, 2003).



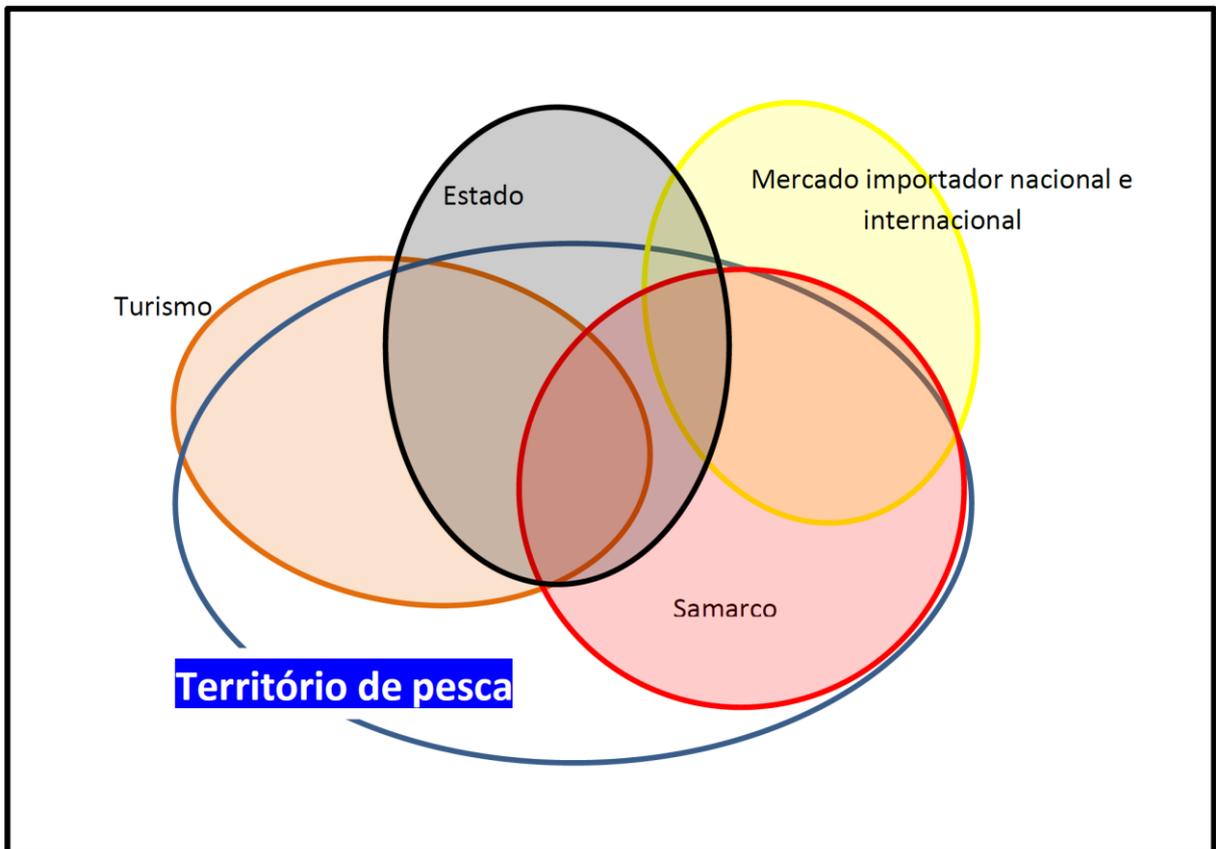
Mapa 2: Área de exclusão do terminal portuário da Samarco a partir de 1978.  
Fonte: Elaborado por Jossilene Corrêa e Fabrício Holanda (junho de 2013)

Atualmente a empresa Samarco realiza as obras referentes a 4ª Usina de pelotização com previsão de aumento da capacidade produtiva anual de 8,25 milhões de toneladas em 352 dias e de operação. A nova Usina de Pelotização será concebida com as mesmas dimensões da Terceira Usina de Pelotização da Samarco, que possui 768 m<sup>2</sup> de Área útil de Grelha (SAMARCO. CEPEMAR, 2008). Voltaremos a melhor detalhar este projeto no sub-capítulo 3.2.1.

Além dos projetos anunciados acerca da construção da CSU-Vale e do terminal marítimo da Petrobras, devemos acrescentar a Unidade de Tratamento de Gás-Sul da Petrobras (já concretizado), bem como a construção de gasodutos no município no município (em terra e no mar) pela Petrobras com impacto relevante sobre os pescadores de Ubu e Parati. Estes projetos de expansão industrial, ligados ou não aos existentes, serão tratados no sub-capítulo 3.2 e os seus efeitos sobre a comunidade de pescadores no capítulo 4.

A rede territorial dos pescadores de Ubu e Parati, em função das diferentes intervenções pode ser nos seus territórios de pesca tradicional, podem então ser caracterizadas da seguinte forma (Imagem 5):

Imagem 5 – Multiterritorialidades nos territórios de moradia e trabalho dos pescadores de Ubu e Parati (final do século XX).



Fonte: Elaborado por Josilene Corrêa (2013).

Na ilustração acima é possível observar os principais agentes territoriais que atuam diretamente nas áreas historicamente ocupadas pelos pescadores de Ubu e Parati e que vêm consolidando, cada vez mais sua territorialidade no lugar, contribuindo pra inserir valres predominantemente urbanos de uso do espaço.

Note que apesar dos pescadores estarem incluídos na dinâmica das relações de poder, estes estariam posicionados dentro de um paradigma territorial distinto de todos os outros sujeitos que aí atuam, os quais se caracterizam conforme apresentado no quadro 6:

Quadro 06 – Dois grandes paradigmas presentes no território dos pescadores

	<b>PARADIGMA TERRITORIAL 1</b>	<b>PARADIGMA TERRITORIAL 2</b>
<b>Sujeitos</b>	Pescadores	Empreendedores do segmento do turismo, Estado, Samarco, mercado consumidor de pellets.
<b>Objetivos</b>	Práticas simbólico-identitárias, fonte de recursos, valor de uso e abrigo físico.	Recurso enquanto valor de troca, controle físico para obtenção de produção e lucro.
<b>Ações</b>	Construção de redes de afetividade e segurança.	Disciplinarização e controle restritivo e excludente.
<b>Modos de uso e ocupação</b>	Coexistência de múltiplas identidades.	Princípio da exclusividade e unifuncionalidade.
<b>Acessibilidade multiterritorial</b>	Restrita, com pouquíssimo caráter potencial.	Alto potencial de compressão espaço-tempo para viabilizar seus negócios.
<b>Temporalidade</b>	Tempo próprio, único, construído ao longo de gerações.	Tempo da modernidade abrangente que incorpora forçosamente outros tempos.
<b>Modalidade do território</b>	Territorializações mais flexíveis, admitindo conjunção com outros territórios, sem pretensão de se fechar totalmente.	Territorializações efetivamente múltiplas, que usam a vasta conexão flexível que tem no território zonal e nos territórios em rede, para se apoderarem do território, penetrando em territórios mais flexíveis e determinando seus usos.

Fonte: Elaboração por Josilene Corrêa a partir de proposição de Haesbaert (2004a).

Numa breve conclusão deste sub-capítulo, observou-se aqui um cabo-de-guerra, onde de um lado encontra-se a Comunidade de pescadores e, no lado oposto,

agentes diversos que, apesar de diferentes objetivos, encontram-se unidos pelas vantajosas condições de uso do recurso multiterritorial, e alimentados pela mesma visão de mundo moderno.

### 3.2 A POLÍTICA ESTADUAL PARA ANCHIETA NOS ANOS 2000 NO PLANO DE “DESENVOLVIMENTO” ESPÍRITO SANTO - 2025

Apesar do Estado assumir o papel de destaque no título desse capítulo, ele não assume sozinho o papel de executor da política de desenvolvimento urbano-industrial para o município estudado a partir do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, o ES-2025. Pelo contrário, busca-se partir desse ator público, estabelecer os laços com os demais sujeitos que interferem na dinâmica territorial do lugar, apontando seus objetivos, funções, estratégias e escalas de ação.

A tese de Barbosa (2010), a dissertação de Alvarenga (2010) e pesquisas publicadas por Rauta et al (2009) nos disponibilizaram boas indicações sobre as redes e fluxos que permeiam o Estado, integrando-o ao mercado global, reduzindo o território ao campo restritivamente instrumental e promovendo sua modernização e especialização produtiva.

De um modo geral, pode-se dizer que diante de uma política desenvolvimentista, o Estado não hesitou em disponibilizar o território capixaba para os novos empreendimentos direcionando a infra-estrutura necessária ao funcionamento e expansão do setor produtivo.

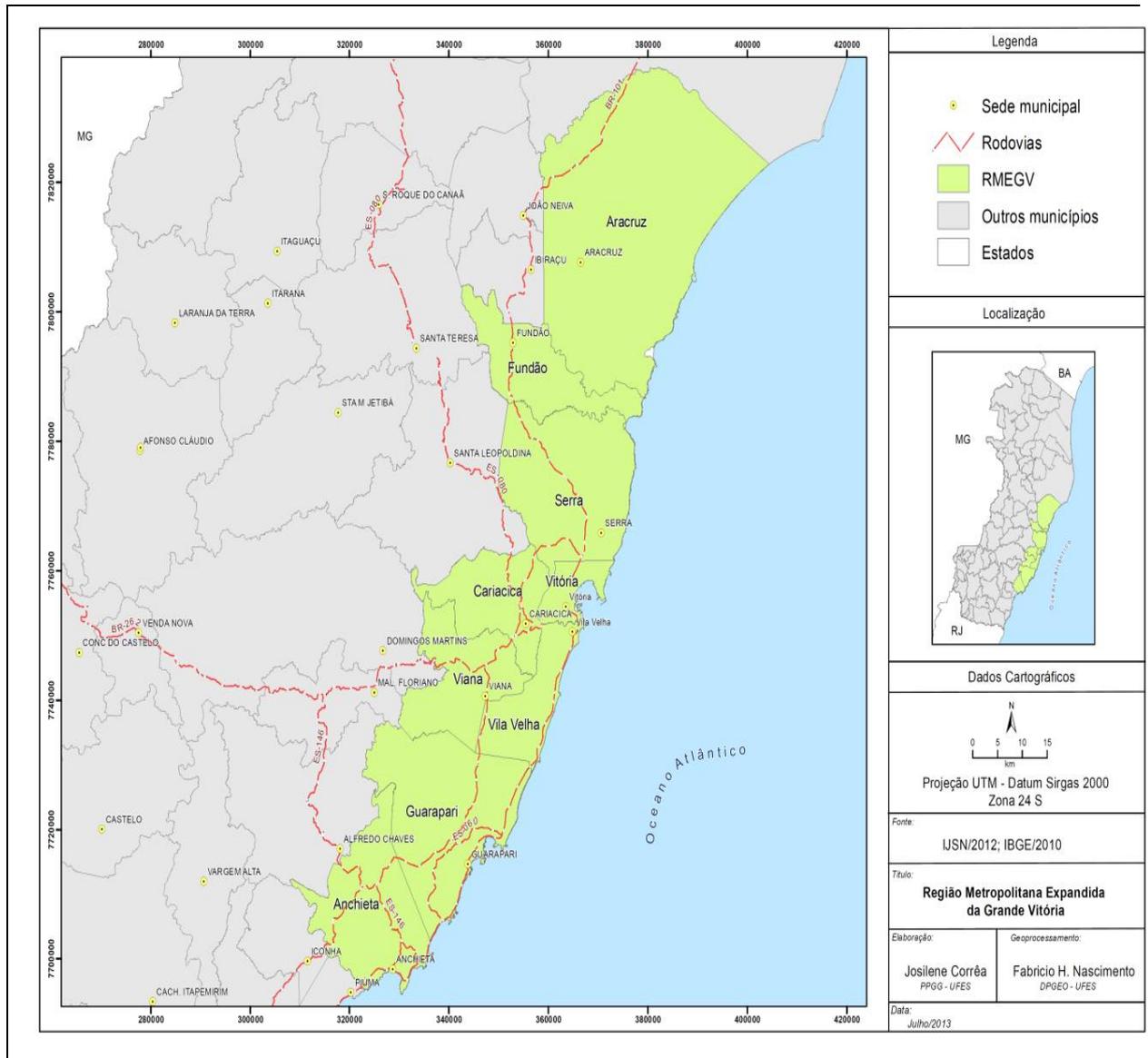
No processo histórico de desenvolvimento do estado do Espírito Santo, foi se acumulando sobre o espaço da RMGV, e da RMGV Expandida, uma série de novos atributos espaciais, condicionados pela organização da infra-estrutura urbana e disponibilidade econômica e tecnocientífica de cada época, resultando em ritmos diferenciados de crescimento e funcionamento interno, bem como em formas diversificadas e descontínuas de urbanização.

Na última década, podemos dizer que a RMGV tem se consolidado enquanto região metropolitana, centralizando uma vasta rede urbana, ao mesmo tempo em que se expressa em uma crescente e complexa teia de inter-relações econômicas e sociais (ZANOTELLI, 2010), associada aos conhecidos problemas das grandes aglomerações: a sobrecarga da infra-estrutura e dos serviços de atendimento ao público, restrição da mobilidade, especulação imobiliária, segregação e degradação sócioambiental, dentre outros.

As dinâmicas da urbanização e integração econômica extrapolaram os limites restritos ao perímetro institucional da RMGV, formado inicialmente pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana (Lei Complementar nº 58/95) e reestruturado pela Lei Complementar nº 318 de 18 de janeiro de 2005, abrangendo os municípios de Fundão e Guarapari. Com o incentivo mediado por políticas públicas e privadas, esta expansão vai além dos contornos geopolíticos prescritos, podendo ocasionar também a valorização de espaços contíguos às regiões destinadas aos empreendimentos.

Para este trabalho, tomou-se por base a nomenclatura adotada, depois de outros pesquisadores, por Zanotelli et al. (2013, p. 01), intitulada Região Metropolitana Expandida da Grande Vitória, abrangendo os municípios de Aracruz e Anchieta, pelo fato de ambas terem, respectivamente, importantes indústrias de celulose e siderurgia, além de terem “[...] uma integração e uma interdependência em termos industriais e de migração habitat-trabalho com os município da região metropolitana oficial[...]” (Mapa3).

Mapa 3 – Região Metropolitana Expandida da Grande Vitória.



Fonte: Elaborado por Josilene Corrêa e Fabrício Holanda (agosto de 2013).

Tal tendência à “urbanização” e ocupação dos espaços não constitui um processo isolado. Ao contrário, ele se realiza por meio dos amplos planos de desenvolvimento traçados pelo Estado, seguindo fielmente as diretrizes políticas nacionais de aceleração do crescimento econômico, políticas estas que se justificam pela necessidade de correção das desigualdades sócioeconômicas por meio de uma busca imaginária de equilíbrio entre os lugares, mas de fato há aí uma conjuntura de interesse da expansão do capital.

Do ponto de vista macro-espacial, destaca-se no ES nos últimos anos, que a disposição das grandes infraestruturas de transporte rodoviário, ferroviário, portuário, aeroviário, de energia e comunicação, tanto das existentes, quanto das que estão projetadas e em vias de serem expandidas sobre a faixa litorânea norte-sul do estado do Espírito Santo, vão de encontro aos previstos projetos portuários, petrolíferos e siderúrgicos.

O protagonismo recente da indústria do petróleo e gás do Espírito Santo, com os anúncios sucessivos de descobertas de novas reservas e a entrada em operação de vários campos de exploração, também fortalece a imagem coletiva de vultosos benefícios que o desenvolvimentismo industrial preconiza, aparentemente, para a sociedade como um todo. Tal fato parece nos trazer de volta a reflexão de Bahr (2000 [1969]) sobre o fator político do ideal coletivo de progresso que impulsiona e é impulsionado pelo nacionalismo, só que neste caso, numa leitura regional, neste momento em que se acirram as disputas pelo modo de partilha dos royalties provenientes da indústria do petróleo.

Recentemente, sentimentos nacionalistas, ou melhor, “regionalistas”, tem sido frequentemente acionados, forjando uma homogeneidade momentânea, desviando a atenção das duras desigualdades ocasionadas por investimentos geograficamente injustos, mas plenamente “democráticos” para os seus grandes investidores.

Do lado do fervor desenvolvimentista, há um notável silenciamento dos impactos sobre a configuração territorial desigual dos riscos sociais e tecnológicos oriundos do perfil dos investimentos e dos novos objetos técnicos que se espalharão espacialmente (GONÇALVES, 2011), articulando as infraestruturas logísticas de terra e *offshore*, passando pela construção de gasodutos, oleodutos, estações de tratamento de gás, terminais de embarque de produção local e terminais *supply* de apoio às plataformas marítimas.

Enfim, todo esse panorama de desenvolvimento pode ser vislumbrado mediante uma leitura crítica do plano ES -2025, que não hesita em reafirmar as prioridades que se concentram em tornos dos eixos altamente produtivos e de interesse do

capital privado, por conseguinte, comunidades de pescadores parecem não interessar ao capitalismo e nem ao Estado, fortalecendo toda uma racionalidade desenvolvimentista e economicista que abarca todos os interesses comunitários.

Para melhor compreendermos os objetivos que norteiam o Plano, vamos voltar um pouco no tempo para encontrar um importante “ator coletivo”, o qual participou ativamente na sua concepção, a ONG empresarial Espírito Santo em Ação.

O *Espírito Santo em Ação* (2013) é uma organização não governamental fundada em 2003 por empresários capixabas, com o objetivo de “revigorar a economia e fortalecer os Arranjos Produtivos Locais e participar na elaboração do Plano de Desenvolvimento ES 2025”. Atualmente participa fortalecendo as propostas por meio de ações que estejam alinhadas com as estratégias e metas do ES 2025.

Até o final do século XX, Rainha (2012, p. 19) afirma que a participação do empresariado em processos públicos decisórios ocorreu da seguinte forma:

[...] essa participação ocorreu, via Executivo, quase que exclusivamente através de uma entidade do sistema corporativista, a Findes e; iv) por uma série de questões, um grupo de empresários optou por criar uma nova entidade de representação empresarial, fora do sistema corporativista, denominada *Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação*. No início dos anos 2000, quando este se atentou para o fato de que o Espírito Santo vivia uma profunda crise político-econômico-institucional, há a retomada da mobilização do empresariado no estado. Da mesma forma, a instituição desses grupos era apoiada pelo Estado, uma vez que, os políticos então, também buscavam sustentação política – econômica no empresariado, o que favoreceu ambas esferas.

Preponderantemente, o Movimento é composto por empresários, mas não exclusivamente. Há ainda, consultores, profissionais diversos e outras personalidades que tenham interesse e julgam poder contribuir para o “desenvolvimento” do estado, segundo as diretrizes da entidade. Porém, a heterogeneidade na composição da entidade, em função da participação de sócios pessoas físicas e empresas representantes de diversos setores econômicos, não impede que haja preponderância de alguns membros no processo decisório interno.

Os principais membros e estrategistas da entidade alcançaram este posto por disporem de prestígio político, conhecimento técnico e grande capacidade de articulação com os atores políticos. São, portanto, figuras que fortalecem a instituição e interferem decisivamente nas propostas governamentais (RAINHA, 2012, p.140)

A participação do *Espírito Santo em Ação* nos processos de elaboração de planos de desenvolvimentos setoriais ou globais durante o governo Paulo Hartung mostra um claro direcionamento das ações da entidade junto ao Executivo, buscando atuar, principalmente, na área de planejamento governamental. Portanto, a principal frente de atuação do *Espírito Santo em Ação* não foi no processo de produção legislativa, mas sim no processo de formulação de políticas governamentais através de parcerias com o Executivo.

Analisando os projetos prioritários do Espírito Santo em Ação percebe-se que há interesses que despertam permanente atenção do grupo, sendo eles: logística, qualificação profissional, promoção de melhorias na gestão tanto do setor público quanto das próprias empresas, legislação ambiental, criação de polos de desenvolvimento (industriais). (Op. cit., p. 141)

Dentre estes, destacamos o último item, o qual preconiza decisivamente as perspectivas de investimento para a nossa área de estudo: o município de Anchieta.

A tese de Barbosa (2010, p. 135) apontou para o fato de que o movimento empresarial *Espírito Santo em Ação* mostrava-se como “um catalisador de ideias, organizador de debates e condutor de projetos e ações públicas que visam ao desenvolvimento do Estado”. Entretanto, basta observarmos as empresas representativas que integram o Espírito Santo em Ação e que financiaram ou definiram as ações contempladas no ES-2025 para entendermos as ações preconizadas.

As justificativas, para o “desenvolvimento” explicitadas nos documentos do Plano ES-2025 dizem respeito à “democratização das oportunidades de crescimento e à erradicação da pobreza”, aspirações da própria sociedade capixaba (afirmação esta que será contestada mais adiante), que vê neste revigoramento econômico tal oportunidade, realizada como etapa constitutiva do referido Plano em fevereiro de 2006.

Ressalta-se que no Plano ES - 2025 é recorrente a afirmação de que este fora elaborado conforme as aspirações da sociedade capixaba. No entanto, a “sociedade

capixaba” referida correspondeu a um universo de 105 pessoas abordadas individualmente ou em pequenos grupos, as quais foram consideradas atores relevantes para contribuir com suas expectativas sociais em relação ao futuro do Estado, por meio de “pesquisa qualitativa”.

A amostra de entrevistados contemplou atores pertencentes à Região Metropolitana de Vitória de diferentes instituições e algumas cidades consideradas representativas do interior, não estando incluído o município de Anchieta, o que implica numa primeira crítica à elaboração deste Plano de Desenvolvimento, uma vez que Anchieta contemplará vários projetos estruturantes de intervenção direta, estabelecidos no próprio Plano.

O resultado correspondeu a um mapeamento de aparentes “consensos” a partir da identificação dos pontos de convergência das “visões de futuro”, assim como os pontos de divergência que também teriam servido de base de informações para a construção de cenários variados.

A afirmação de “aspirações da própria sociedade” mostra-se contraditória pelo fato de que a comunidade de Ubu e Parati, estando numa área diretamente impactada, não foi consultada sobre as reais perspectivas de expansão e instalação de grandes empreendimentos e correlativos impactos territoriais. Sob o mesmo ponto de vista, Portuguez (2010, p. 122) analisa a questão da representatividade política de pescadores em Linhares (litoral norte do ES) quando diz que “este pequeño grupo de comunidades com poca representatividade política, está enfrentando grandes dificultades para hacerse oír em las ocasiones en que las políticas públicas son elaboradas em el município”.

A comunidade somente teve conhecimento dos conteúdos do planejamento territorial no momento que o uso do seu espaço foi restrito, pelas intervenções da Samarco, Vale e Petrobras, marcando então a intensificação do conflito no lugar.

Assim, com o anúncio dos investimentos e “esforços” públicos para a viabilização do desenvolvimento estadual por meio do ES-2025, à Anchieta é atribuída a condição

de um dos municípios que abrangem o eixo central de desenvolvimento capixaba, centralizado em torno da exploração de petróleo, gás e siderurgia.

Uma segunda crítica concerne ao fato do ES 2025 apresentar como metas o desenvolvimento do Estado por meio da redução das desigualdades sócioeconômicas. Primeiro, questionamos acerca do perfil de desenvolvimento que se quer para o Estado do Espírito Santo e que está contemplado no Plano. Tal perfil baseia – se fundamentalmente numa visão economicista de desenvolvimento, seguindo modelos políticos de países capitalistas altamente consumistas, a exemplo dos Estados Unidos.

Abraçado neste perfil de planejamento, o município de Anchieta passa a sofrer significativas alterações reterritorializantes, preparando-se para integrar, de maneira mais densa, uma cadeia produtiva mais complexa e com novos e diversos agentes potencialmente transformadores, ou nas palavras de Campos (2004), agentes que produzem verdadeiros *enclaves multiterritoriais*.

O município de Anchieta então encontra - se em evidência no cenário estadual capixaba, pois contempla área de interesse direto, por vários projetos estruturantes que compõem o Plano ES-2025, os quais serão citados a seguir (BARBOSA, 2010, P. 141).

Projeto de nº 44 – Desenvolvimento Urbano de Anchieta e Região de Impacto; sendo este capitaneado pelo projeto âncora de nº 36 intitulado *Planejamento e Gestão de Cidades*, cujo objetivo centra-se no *Desenvolvimento da Rede de Cidades*.

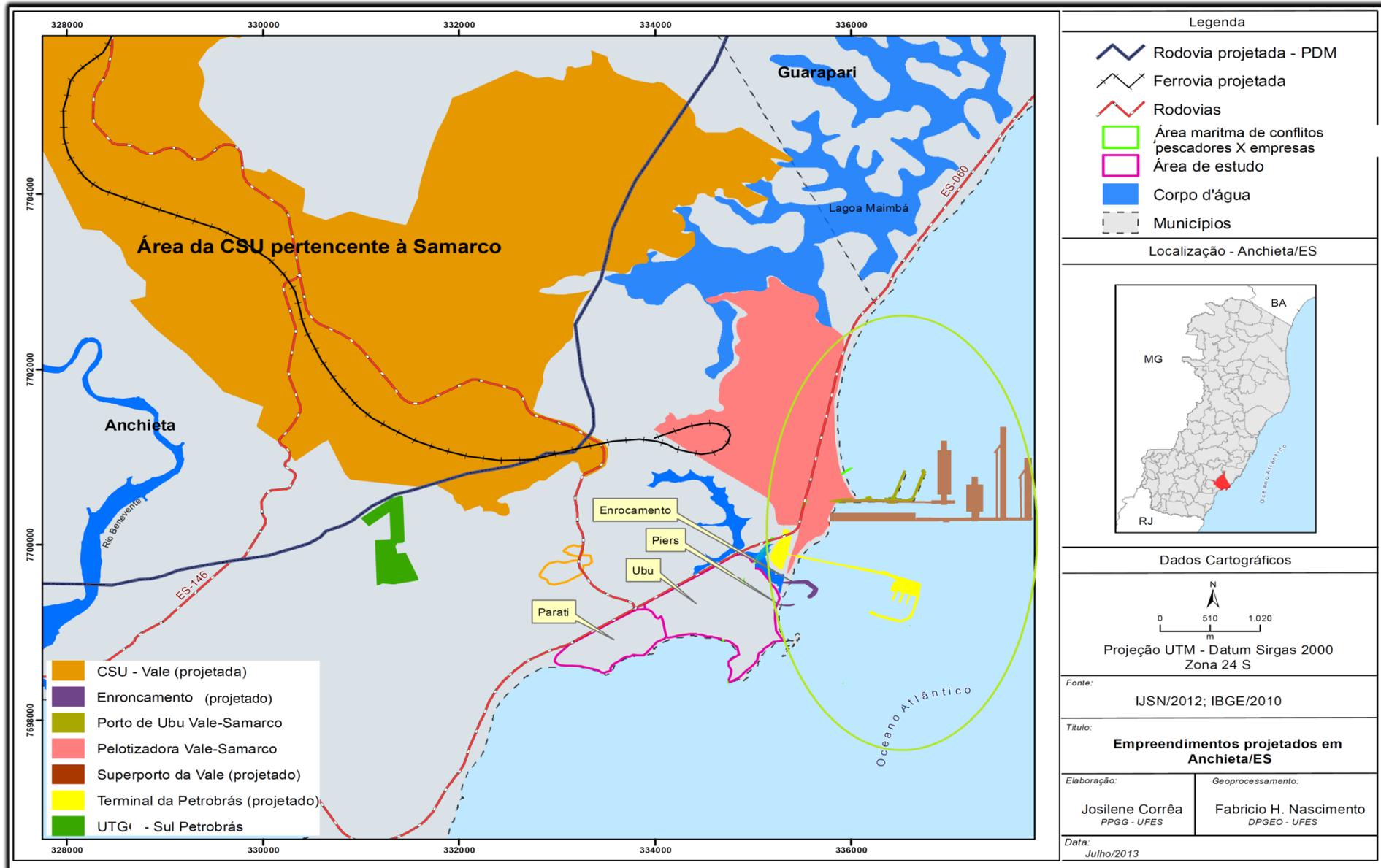
Projeto de nº 61 – Implantação do Polo Siderúrgico em Anchieta, capitaneado pelo projeto âncora de nº 55 intitulado *Promoção e Atração de Investimentos*, cujo objetivo é a agregação de *Valor à Produção, Adensamento das Cadeias Produtivas e Diversificação Econômica*.

Projeto de nº 70 – Desenvolvimento do Porto de Ubu e Projeto de nº 76 Construção da Ferrovia Litorânea – Sul; ambos ligados ao projeto âncora nº 68 intitulado

*Desenvolvimento do Porto Barra do Riacho, cujo objetivo é o Desenvolvimento da Logística.*

Interessante observar que na hierarquização dos Grupos de Projetos, todos os 4 projetos acima mencionados vinculam – se diretamente ao 1º dos quatro objetivos centrais do Plano ES – 2025, intitulado Diversificação Econômica Competitiva, refletindo as expectativas do grupo empresarial que o traçou.

Dentre os vários investimentos anunciados na segunda metade da década de 2000 para o território anchietense, se comentará mais adiante a ampliação da pelotizadora Samarco, já em andamento, os projetos de implantação da siderurgia CSU e de instalação de portos das empresas Petrobras e Vale (Mapa4).



Mapa 4: Empreendimentos existentes e projetados em Anchieta.

Fonte: Elaborado por Josilene Corrêa e Fabrício Holanda (junho de 2013) baseados em informações contidas em Barbosa (2010, p. 146; 156; 200).

Os efeitos destes projetos tiveram como consequência, com a sua simples divulgação, puderam se fazer sentir nos inúmeros impactos diretos no município e adjacências, destaca-se a especulação imobiliária, conforme já evidenciada por Barbosa (2010, p. 263).

Os investimentos previstos para o polo Anchieta e a descoberta de poços de petróleo ao longo da costa, já fizeram com que também o mercado imobiliário da região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) sofresse acelerado aquecimento na comercialização dos imóveis e, sobretudo, uma alta nas vendas e nos aluguéis, verificados especialmente nos anos de 2007 e 2008. Os números do censo imobiliário – estudo do Sindicato das Empresas de Construção Civil do Estado (SINDICOM-ES) também provam que o boom imobiliário se mostrou, neste período, em curva ascendente. Somente no primeiro semestre de 2007, a valorização foi de 13%, e, no acumulado, de 25%. Em comparação ao último censo imobiliário, divulgado em dezembro de 2006, o perfil predominantes dos compradores continua o mesmo: pessoas de classe média e média alta, que optam por apartamentos de 2 e 3 quartos – imóveis que representam 72% das unidades em construção.

Além da especulação imobiliária, destacam-se ainda a implantação de um polo do Instituto Técnico Federal (IFES) em Piúma, inaugurado em 2010, implantação de Corpo de Bombeiros próximo a localidade de Guanabara, cujas obras já foram iniciadas, além de cogitar-se a construção de um novo hospital em Anchieta, fazendo valer algumas das premissas contidas nos estudos para implantação do polo industrial (ESPÍRITO SANTO AM AÇÃO/SERENG, 2008), ao referir-se às prováveis atividades demandadas pelo polo industrial indicadas em relatórios técnicos de estudos conceituais de macrozonemaneto e projeto urbanístico para ocupação do polo.

Outros vetores estratégicos que possibilitaram aos empreendedores apropriarem-se do território pretendido e driblarem toda uma ampla e restritiva legislação ambiental disponível foram o Plano Diretor Municipal e a Agenda XXI local. O Plano Diretor Municipal de Anchieta constitui um instrumento normativo aplicável de planejamento e uma obrigação explicitada no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 /2001) – que tem por diretriz atender ao objetivo do desenvolvimento local.

Os municípios tiveram que incluir essa exigência nas suas leis orgânicas, e passariam a ter vantagens por ocasião da liberação de recurso estadual e da

concessão de outros benefícios em favor do desenvolvimento urbano e social. Com isso, na primeira década de 2000, houve uma proliferação de planos diretores, sendo muitos deles, realizados sob critérios qualitativos duvidosos.

Municípios abaixo de 20 mil habitantes estariam isentos dessa obrigatoriedade, exceto aqueles que tivessem algumas características específicas. O município de Anchieta, por estar impactado por projetos de grande envergadura, esteve obrigado a elaborar o seu PDM.

O Plano Diretor Municipal de Anchieta (Lei nº 013 / 2006) já previa o distrito industrial com capacidade para abrigar atividades de siderurgia, mineradoras, petrolíferas, de gás, além da necessária estrutura logística portuária. Portanto, como vimos, no plano legal, o Plano Diretor apresenta – se enquanto um documento de acolhimento dos interesses públicos acerca do polo industrial. Dentre os pescadores entrevistados, poucos se recordam das audiências públicas no período de elaboração do Plano, tanto que os pescadores aparecem marginalmente no documento.

Barbosa (2012) acrescenta ainda o fato de que a área do perímetro urbano anteriormente válida (antes de 2006) saltou de 2.987 para 14.425 hectares (2010, p. 153), fato este que nos faz pensar no uso do PDM enquanto vetor estratégico de obtenção de espaços de interesses aparentemente vazios (CAMPOS, 2004). governador Paulo Hartung após a aprovação do PDM, em 2007, criou o polo industrial e de Serviços de Anchieta por meio do Decreto Estadual 1.247 de 10/07/2007, após aprovação do PDM e, desapropriou 2,5 mil hectares de terra de 10 propriedades particulares (Barbosa, 2010, p. 141).

A Agenda XXI também foi elaborada na mesma época do PDM e veio atender as prerrogativas do Ministério do Meio Ambiente em Associar Desenvolvimento Sustentável, o que pressupõe integrar crescimento econômico, proteção ambiental e justiça ambiental, condição esta que se tem mostrado incompatível diante das inúmeras contestações aqui citadas.

O documento contempla a caracterização do município, dinâmica populacional, perfil econômico, características do uso e ocupação do solo, e perfil da gestão político-administrativa do município. Entretanto, o que nos parece é que temáticas tão complexas são apresentadas de maneira superficial no documento impresso, fazendo com que este se limite a registrar a “participação da sociedade”, uma vez que a construção da agenda foi feita em várias reuniões no período entre julho de 2005 a setembro de 2006.

De uma maneira geral, o documento aponta para investimento no setor de saúde, educação, cultura e infra-estrutura, com um forte apelo à reestruturação urbana e industrial sob os moldes das cidades capitalistas. Portanto, os projetos propostos na Agenda XXI, parecem mais legitimar as ações de interesse empresarial descritas num documento de pretensão caráter ambiental e de planejamento a médio e longo prazos. O documento então vem compor mais um importante vetor estratégico que permite ao empresariado invadir espaços comprovadamente sensíveis e ambientalmente valiosos (COELHO, 2010).

Abaixo são descritos os principais projetos contemporâneos pensados para a região de Anchieta, em particular, para a área próxima da área de estudo (Ubu e Parati). Três destes não foram efetivados (CSU, Superporto da Vale e Terminal Marítimo da Petrobras). Um está sendo construído (expansão da 4ª usina) e supõe uma expansão da capacidade do porto atual da empresa Samarco.

### **3.2.1 Expansão da Samarco**

A empresa Samarco apesar de não ser um sujeito local recente, também compõe o eixo de expansão projetado para o município, principalmente a partir de meados dos anos 2000, quando esta passa a estar sob o controle acionário, em partes iguais de capital da Vale S. A. (multinacional brasileira) e BHP Billiton (multinacional australiana), e constitui - se essencialmente em exportadora de pelotas de ferro para o mercado siderúrgico mundial, em particular o mercado Chinês (SAMARCO, 2012), o seu principal consumidor. Atualmente, a empresa é a 2ª maior exportadora nacional de pelotas de minério de ferro, sendo superada apenas pela Vale, sua partícipe (SAMARCO/CEPEMAR, 2009).

Direcionando nossas atenções à Vale, esta empresa atua em mais de 30 países, abrangendo os setores de mineração, logística, energia, siderurgia, e ferroviário, estando em primeiro lugar no setor de mineração brasileiro (Quadro7).

Quadro 07 - Balanço anual das vendas e lucros da empresa Vale S.A.

US\$ milhões	2010	2011	2012
Vendas	30.017,4	35.168,5	28.989,4
Lucro	13.239,0	14.897,0	1.984,7

Fonte: (Exame.com, 2013) Organizado pela autora.

Os lucros exponenciais da Vale são obtidos em detrimento de vultosos prejuízos sociais e ambientais não apenas no Brasil, mas em várias partes do mundo, conforme apresentado no Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012, publicado pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale (2012), uma rede internacional que procura evidenciar os problemas sócioambientais provocados pela empresa.

A empresa, por intermédio da Samarco, também detém o terminal marítimo localizado em Ubu, por onde escoam sua produção. Atualmente, a empresa goza de uma política nacional de desenvolvimento que aprova e incentiva o setor de mineração, participando das vantagens preconizadas na política nacional e estadual de expansão no mercado global. Assim as pretensões de expansão da Vale se estenderam à empresa Samarco, estando esta última, atualmente realizando a expansão do seu processo produtivo, intitulada projeto 4ª Pelotização, como já visto.

Para conhecermos melhor esse projeto e entendermos sua repercussão no território, tomamos como metodologia a análise dos documentos que compõem o processo de licenciamento ambiental<sup>40</sup> junto ao IEMA, começando pelo *termo de referência* (SAMARCO; CEPEMAR, 2008).

No glossário disponível no site do IEMA, encontramos:

<sup>40</sup>Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades de pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado que utilizem recursos ambientais e sejam consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou, ainda, daquelas que, sob qualquer forma ou intensidade, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições gerais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. Fonte: Disponível em: <<http://www.meioambiente.es.gov.br/default.asp#fluxograma>>. Acesso em jun. 2013.

**Termo de Referência** - Documento onde constam os tipos e modalidades de estudos ambientais e projetos a serem entregues ao Órgão Ambiental do Estado do ES para licenciamento de empreendimento de grande potencial poluidor. O IEMA poderá entregar na solicitação de licenciamento uma minuta básica, quando existente, e o teor total dessa documentação será complementado junto ao empreendedor, em reunião.

A partir desse conceito já podemos fazer algumas ponderações. A associação do termo de referência ao licenciamento ambiental nos remete a compreender que a questão ambiental aí se restringe ao cumprimento de uma vasta lista de procedimentos burocráticos, envolvendo estudos técnicos e pagamento de impostos, sendo o próprio termo de referência elaborado pelo próprio empreendedor, ou seja, ele próprio estabelece o teor da documentação a ser entregue ao órgão ambiental. Este padrão pode ser constatado também nos outros procedimentos relacionados na avaliação ambiental.

Com previsão de investimentos de 5,4 bilhões, o Termo de Referência do projeto 4ª Pelotização preconiza a capacidade adicional de 8,2 milhões de toneladas de pelotas ao ano, aumentando em 37% sua capacidade produtiva, cujo objetivo é aumentar a produção voltada para insumos para siderurgia em processos de alto-forno.

No referido documento, é estabelecido de imediato que se proponha a compatibilização do complexo industrial com o meio ambiente, quando na verdade, a compatibilização parece mais atender às necessidades de expansão do empreendedor, uma vez que a Vale-Samarco e BHP Billinton detêm 7,8 mil hectares, o que equivale a mais da metade do perímetro urbano do município, estando boa parte incluída em área de expansão industrial (BARBOSA, 199 e 200). Ressalta-se ainda o fato de estar em construção também o terceiro mineroduto com previsão de transporte de 20 milhões de toneladas/ano de minério de ferro e investimento de R\$ 1,6 bilhão. Com as expectativas exponenciais de crescimento da produção de pelotas de ferro, previu-se também a expansão do porto de Ubu, sendo este o projeto de nº 70 do Plano ES-2025. No entanto, este projeto ainda não se concretizou.

Na sequência, avançamos para a análise do Relatório Ambiental (2008), o qual corresponde a uma segunda etapa do processo de licenciamento. Neste documento, é ressaltado a geração de tributos municipais e federais, cujos investimentos estão estimados em R\$ 1.926.700,00 (um milhão novecentos e vinte e seis mil e setecentos reais) (SAMARCO; CEPEMAR, 2008).

Neste mesmo relatório ressalta-se ainda a formação de parcerias com entidades municipais e não-governamentais na região do empreendimento, incentivando a formação de redes sociais de interesse na própria área impactada.

De uma maneira geral, o que se observa no próprio relatório ambiental, é uma ciência dos visíveis impactos ambientais, porém os poluidores contrapõem as perdas ressaltando repetidamente o aumento de renda por parte da população, além das ações ditas “mitigadoras” e que nem sempre são concretizadas.

Diante dos já conhecidos e relatados problemas de poluição atmosférica ligados ao empreendimento (RAMOS, SILVA e ATAIDE (2009), DORNELLAS (2011), GOMES e BIASUTTI (2012), a empresa contempla em seu RIMA medidas mitigadoras para conter a poluição, porém as medidas não contemplam diretamente os moradores de Ubu e Parati, os quais são comprovadamente os que mais sofrem com a poluição do ar, conforme pesquisa realizada por GOMES e BIASUTTI (2012), pesquisa esta que contrapõe-se às informações contidas no RIMA (SAMARCO. CEPEMAR, 2008, p. 35), o qual alega “ que as máximas médias (níveis de concentração de poluentes) previstas ainda se encontram abaixo dos limites legais nas comunidades mais próximas do empreendimento”. Ou seja, a socialização dos impactos ambientais não serve de parâmetros para se democratizar a divisão dos vultosos lucros que a empresa arrecada.

Dessa forma, o que não fica evidente no plano as recorrentes reclamações acerca do aumento da poluição atmosférica, apontadas no próprio Relatório, mas logo são banalizadas pelas medidas compensatórias previstas na própria legislação ambiental.

### **3.2.2 Companhia Siderúrgica Ubu (CSU) e Superporto da Vale**

É importante observar que havia uma disputa política acerca de onde seria o porto e a Usina CSU, pois também se cogitava a possibilidade de todo o projeto do polo se localizar no nordeste brasileiro.

A planta, no nordeste, ficaria em São Luís, no Maranhão, numa área próxima ao porto de Ponta da Madeira. A pressão de grupos ambientalistas e do Ministério Público do Maranhão para que a usina ficasse em outro local acabaram por inviabilizar o projeto no Nordeste.

A agilidade do governo do Estado em negociar com a CVRD e a Baosteel (empresa chinesa) redirecionou o projeto da siderúrgica para Anchieta. O plano inicial das duas empresas era implantar uma unidade com capacidade para produzir até 7,5 milhões de toneladas por ano de placas de aço.

Em julho de 2007, o desempenho da siderurgia brasileira foi o segundo melhor entre os dez principais produtores de aço, ficando atrás somente da China. Das 2,9 milhões de toneladas produzidas em julho, 650 mil foram exportadas. O restante foi vendido no mercado interno, fatos estes que engrandeciam a proposta do projeto.

No período da construção previa-se a contratação de cerca de 15 mil trabalhadores e de 3 mil a 5 mil quando a siderúrgica entrasse em operação. O vice-presidente da Baosteel, Zhao Kun, garantiu que o objetivo da empresa era fazer as contratações no Estado, mas se isentam de falar da priorização da contratação da mão de obra do município diretamente impactado ou dos tipos de empregos que seriam disponibilizados.

Este empreendimento é bastante polêmico e remonta às constantes tentativas da empresa chinesa Baosteel de implantá-lo, desde 2007, em parceria com a empresa Vale. Os constantes contatos entre governador, empresários e negociantes chineses mostram o interesse do governador Paulo Hartung. Entretanto, de maneira surpreendente, em 2008 foi anunciada a recusa de autorizar o empreendimento, por parte do governo do Estado.

A posição contrária do Governador desse Estado, em relação ao projeto da Siderúrgica da Baosteel/Vale, teve como base um documento intitulado Avaliação Ambiental Estratégica ou AAE. Contraditoriamente, este mesmo documento foi elaborado pelo mesmo grupo de empresariado que expunha notório interesse no projeto, mas que até então não haviam se posicionado contra o mesmo.

A elaboração da AAE teve suas bases em estudos preliminares de ocupação do polo indicados Termo de Referência<sup>41</sup> para Implantação do Polo Industrial e de Serviços de Anchieta. Entretanto, sua elaboração não se relaciona a nenhuma etapa do processo de licenciamento exigido pelos órgãos ambientais, com vias ao planejamento do Polo Industrial e de Serviços de Anchieta.

A AAE está associada a estudos prévios acerca das perspectivas e possíveis desafios impostos pela envergadura do empreendimento. Ressalta-se o fato de que este documento, contraditoriamente, foi financiado pelo Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação por meio da contratação de um grupo de consultorias privadas (Cepemar, Futura e Sereng).

Nesta avaliação, um fator limitante foi a bacia hidrográfica do Rio Benevente, que foi diagnosticada insuficiente para suprir as necessidades previstas com o aumento de população do município nos próximos anos (ESPIRITO SANTO EM AÇÃO/CEPEMAR, 2008). O gasto pelo empreendimento de 1.800 m<sup>3</sup> de água por hora, previsto na primeira etapa, aumentaria ainda mais essa insuficiência. Ou seja, logo haveria falta d'água para abastecer o consumo de água potável pela população. E isso seria ainda mais grave na fase de sua expansão.

---

<sup>41</sup> O Termo de Referência contempla as diretrizes gerais da Resolução CONAMA nº 001/86 contemplando os dispositivos legais sobre as peculiaridades do empreendimento e da área onde se pretende instalar um projeto, norteando os trabalhos relativos ao EIA/RIMA do empreendimento que se pretende licenciar. Neste caso, o Termo de Referência do Polo serviu prioritariamente para o Governo e empresariado realizar os estudos necessários à viabilização de Plano Diretor de Ocupação do Polo, sendo estes estudos técnicos rateados entre empresas SERENG Engenharia e Consultoria S.A., FUTURA Consultoria e CEPEMAR Consultoria e Meio Ambiente, de acordo com as temáticas consideradas pertinentes a cada uma, sendo a última, a mesma responsável pela elaboração do Termo de Referência e Relatório de Impacto Ambiental, ambos apresentados ao IEMA.

Pesquisa realizada por Coelho (2010) também alerta sobre as alterações geomorfológicas no baixo curso da Bacia do Rio Benevente, indicando os riscos de inundação provenientes da construção do empreendimento.

Outra justificativa do governo, para negar a instalação do projeto da Siderúrgica da Baosteel/Vale, foi o nível de contaminação já existente do ar atmosférico, provocado pelas usinas de pelletização da Samarco – contaminação do ar nos limites máximos permitidos por lei com danos irreversíveis na saúde da população anchietense, especialmente naquela que reside no seu entorno, causando doenças alérgicas e pulmonares, tais como asma e bronquite, por respirar e inalar material particulado e outros poluentes dispersos na atmosfera (RAUTA RAMOS; SILVA; ATAÍDE, 2009). Essa posição do governo se baseou na mesma Avaliação Ambiental Estratégica do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta/ES, mas o que se suspeita é que o governo já sabia que a empresa chinesa havia mudado seus planos de investir na siderurgia em função da crise de 2008. De maneira oportuna aparentemente, o governo Hartung quis transmitir a imagem de “protetor do meio ambiente”.

Apesar das inúmeras críticas já realizadas em relação ao projeto e o recuo da empresa chinesa e do governo sobre a siderúrgica, em 2009 a Vale retoma as discussões acerca da siderúrgica, e em agosto de 2009 apresenta o Termo de Referência do empreendimento. Mas, apesar das investidas iniciais para a viabilização da siderurgia, felizmente a Vale, no dia 31 de janeiro de 2013, publicou a decisão de arquivar a Companhia Siderúrgica Ubu. Entretanto, isto não deve desviar nossa atenção para futuras possibilidades de retomada do projeto.

É interessante observar que dentre os estudos prévios realizados para implantação do polo realizados pelo Espírito Santo em Ação e Futura (2008), encontram-se estudos acerca dos grupos que, de alguma forma, serão atingidos pelo projeto. Esses estudos foram produzidos sob o argumento de se aprimorar o processo de gestão ambiental, mitigando o inevitável pacto sócioambiental previsto. Entretanto, a pesquisa é apontada como uma ação tática que as grandes empresas têm investido por meio do mapeamento das lideranças política e grupos de oposição aos empreendimentos, sob o argumento da gestão participativa. O que tem observado é que estas etapas constitutivas dos processos de licenciamento tem se concretizado

mais como uma etapa burocrática necessária a legitimação do empreendimento e negação dos prejuízos futuros causados às comunidades, pois como estavam presentes nos espaços de debates sobre os projetos, é como se dessem o direito às empresas de negarem as reivindicações de indenizações futuras, no mesmo tempo que já preveem as possíveis lideranças a enfrentarem. Percebe-se, assim, a astúcia do empreendedor e a tentativa de antecipação das possíveis ações de oposição.

Agregado ao projeto de construção da CSU encontra-se o projeto de construção do Superporto da Vale, também abandonado, uma vez que pretendia conectara siderúrgica à rede logística de transporte multimodal, por meio de grandes navios. Mas também poderia atender possíveis outras empresas, a exemplo das do setor de mármore e granito, produtos esses que seriam transportados pela também projetada ferrovia litorânea-sul (Cf. mapa4) integrando a disponibilidade de recurso, beneficiamento e transporte. Dessa forma, fica evidente a interdependência dos empreendimentos, portanto, constituindo uma só força que se impõe na gestão territorial do município.

A pretensão era que o novo porto tivesse calado de 28 a 30 metros, o que o colocaria como o primeiro terminal de águas profundas do país. Hoje, o porto com maior profundidade é o do Maranhão, também operado pela Vale, que possui 23 metros de calado.

Durante a divulgação inicial do projeto de construção do porto, foram feitas inclusive visitas ao município de Anchieta por parte de representantes executivos das empresas Vale e Baosteel em 2007, quando esta última ainda cogitava a parceria com a primeira. Outros “intercâmbios sociais” também foram registrados em reuniões com o então Governador do Estado, Paulo Hartung, com o Secretário de Desenvolvimento, Guilherme Dias, e o então prefeito de Anchieta, Edival Petri.

O porto seria construído próximo ao que já existe e é operado pela Samarco, que tem calado de 18 metros (Cf. mapa 4). Nessa mesma época a previsão era de que a estrutura portuária ficasse pronta até o final de 2011, quando deveria entrar em funcionamento a nova siderúrgica, o que de fato não ocorreu.

### **3.2.3 Unidade de Tratamento de Gás (UTG-Sul) e Terminal Marítimo da Petrobras**

Dentro do Plano ES-2025, a Petrobras apresenta lugar de destaque, pois tem participado da elaboração do plano desde a sua concepção, inclusive no que se refere ao apoio financeiro.

A Petrobras decidiu implantar em Anchieta sua base portuária (Cf. mapa 4) para atender as plataformas que já operam e, as que pretendem, nos próximos anos, fazer operar na bacia do ES, sendo que atualmente boa parte desse atendimento é realizado pela base de Macaé e Companhia Portuária de Vila velha. Esta base de apoio foi planejada desde 2006, caracterizando-se por ter sido o estopim das efetivas manifestações dos Pescadores Artesanais de Ubu e Parati.

Com a expectativa de crescimento do setor petrolífero, a empresa já vem atuando no sentido de estruturar o território para as previstas necessidades logísticas exigidas neste ramo. Entretanto, de acordo com os relatos dos pescadores diretamente impactados pela plataforma de prospecção e estudos da Petrobras, houve arbitrariedade e desrespeito por parte da empresa.

O projeto prevê um porto na Praia denominada de Além pela própria empresa, mas que corresponde a mesma praia utilizada pelos pescadores há gerações, para a realização de suas atividades de pesca (Cf. mapa 4).

O terminal, que se pretende construir na Praia do Além, próximo ao Porto da Samarco, terá uma ponte de mais de 500 metros que ligará a costa a uma ilha que será montada para atender as embarcações que passarão a levar todo tipo de material para as plataformas de pesquisa, exploração e produção de petróleo e gás nas Bacias de Campos e do Espírito Santo. A previsão de inauguração do porto era de 2014, mas até o momento as obras não se iniciaram, estando o início destas previstas, inicialmente, para 1<sup>a</sup> de janeiro de 2013.

Como base logística voltada à exploração do pré-sal a Petrobras planejava o seguinte cronograma na área de portos: em 2014 a inauguração do porto de

Ubu(ES);em 2015, a expectativa é de que entre em operação um porto em Santos (SP); em 2016 a construção de um porto em Itajaí (SC). Além destes portos, se iniciou a construção em 2011/2012 do Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) que ocupará uma área de 82,5 hectares no município capixaba, onde serão construídas sondas de perfuração e navios plataforma para os campos do pré-sal.

Com mais de 57.000 funcionários (EXAME, 2011) e todas essas perspectivas prescritas pela empresa Petrobras, observa-se o raio de abrangência logística que ela detém, fortalecendo não apenas a sua estrutura de produção e comércio, mas também os laços de dependência sócioeconômica que a mantém com um grande poder de intervenção em variados níveis espaciais.

Destacamos ainda alguns números que fazem dessa empresa um segmento que tem facilidade na flexibilização dos territórios quando se é necessário (Quadro8).

Quadro 08 - Balanço anual das vendas e lucros da empresa Petrobras

US\$ milhões	2010	2011	2012
Vendas	116,000,00	97.828,6	109.703,13
Lucro	16.395,5	14.328,3	7.930,6

Fonte: (Exame.com, 2013) Organizado pela autora.

A Petrobras, assim como a Vale, caracteriza-se pelos investimentos vultosos e ousados e que requerem usos de grandes espaços, especialmente na zona costeira, causando bastante desorganização dos territórios originalmente construídos pelas populações que habitam nas zonas costeiras do Brasil e do Mundo.

É uma empresa com grande representatividade também no que tange aos impostos gerados para os governos federal, estadual e municipal, além das participações especiais e royalties - gerados pela exploração do petróleo, para os municípios e estado – a empresa encontra-se pelo menos desde 1995 (Exame, 2012) na primeira posição no ranking das maiores empresas do país, e é a primeira do mundo em tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas (PETROBRAS, 2013). Com isso, a esta empresa também estão atrelados graves conflitos sócioambientais,

pois a exploração de hidrocarbonetos pressupõe inúmeros riscos de amplas proporções (GONÇALVES, 2011).

Outro significativo empreendimento vinculado à Petrobras correspondeu à construção da Unidade de Tratamento de Gás-Sul Capixaba no município de Anchieta (Cf. mapas 1 e 4) inaugurada em 26 de outubro de 2010, projeto este de nº 59 no Plano ES-2025, o qual visa integrar à logística de infra-estrutura indispensável a viabilização de energia para as unidades industriais existentes e previstas.

Esta unidade industrial é responsável pela recepção e transporte do gás produzido em plataformas de exploração de petróleo produzido no Parque das Baleias, litoral do Espírito Santo, objetivando abastecer tanto o mercado local quanto o nacional, pois também está atrelada ao Plano Nacional de Antecipação da Produção de Gás – PLANGAS (PETROBRAS, 2006) sendo este um projeto de aumento da exploração, produção e transporte de gás natural no Sul-Sudeste, para abastecimento do mercado consumidor nacional, especialmente as usinas termelétricas, garantindo a base energética necessária à “política de desenvolvimento” proposta pelo Governo Federal. Para o Governo Brasileiro, o projeto oferece vantagens no sentido de reduzir a dependência comercial do consumo do gás produzido na Bolívia, país este que tem promovido uma incisiva política de reapropriação de empresas consideradas estratégicas para o Governo (ANTUNES, 2007), estando a Petrobras suscetível a tais ações por parte do Governo Boliviano.

A UTG-Sul tem capacidade de processar diariamente até 2,5 milhões de metros cúbicos de gás, ligando-se ao Gasoduto Sudeste-Nordeste, vindo assim concretizaras políticas de ampliação e diversificação da indústria do petróleo proveniente do pré-sal. O gás é então comprimido na plataforma FPSO Capixaba, a qual produz óleo e gás, e é enviado por um gasoduto submarino de 87 quilômetros até a UTG-Sul, atravessando não apenas o território anchietense, mas também o território material e simbólico dos pescadores de Ubu e Parati, no momento que cruzou “as pedras de sururu” da região de Ubu, conforme veremos mais adiante no capítulo 4.

Além dos impactos causados na fauna da localidade, alerta-se também para os riscos existentes neste tipo de atividade energética, remontando a questões mais amplas acerca do direito de gestão sobre os territórios suscetíveis a sua instalação (GONÇALVES, 2011), abrindo campo de disputa pelo direito daqueles diretamente e continuamente expostos a riscos.

Portanto, o projeto de instalação da UTG-Sul, além de ocasionar impactos ambientais e consequentes impactos sociais, demanda também ações de infraestrutura de apoio logístico e de segurança, repercutindo em novos elementos no espaço urbano e seu consequente adensamento, como podemos ver na obras já iniciadas de uma unidade do Batalhão do Corpo de Bombeiros no município de Anchieta, próximo a região da praia de Guanabara.

Por fim, destaca-se o fato de que apesar de nem todos os empreendimentos projetados no Plano ES-2025 terem sido implantados, é notório que grandes mudanças já podem ser observadas no plano de ordenamento territorial do município ditado pela Lei Complementar do Município de Anchieta nº 13 de 28/11/2006, reafirmando a força do PDM enquanto vetor estratégico no encaminhamento das ações táticas orientadas nos estudos preliminares do Plano de Ocupação do Polo, principalmente aquelas referentes ao “desenvolvimento” parte urbano, uma vez que este comporta a rede logística importante ao sucesso dos empreendimentos.

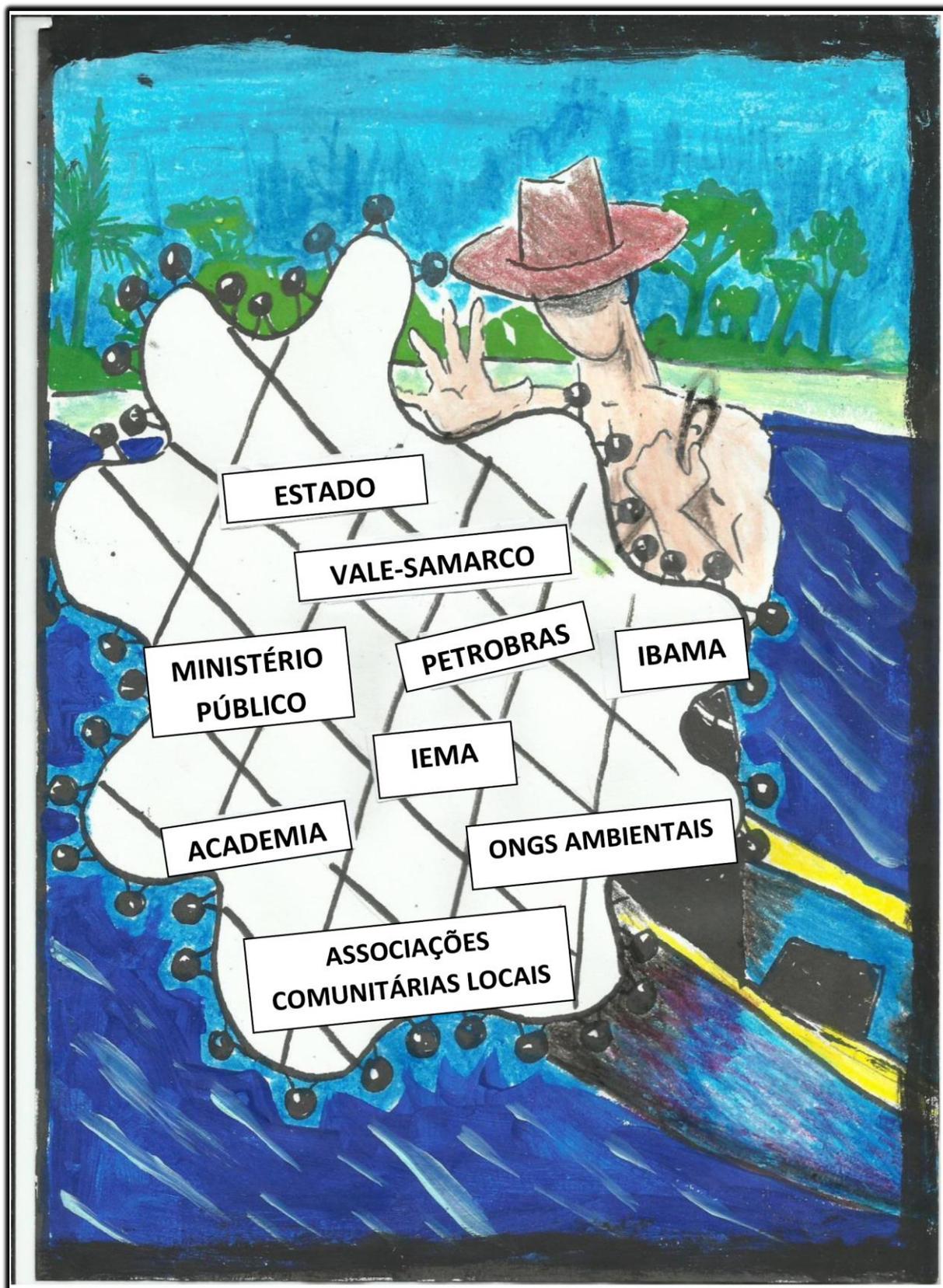
Expostas as divergentes condições de reterritorialização impostas à Comunidade, propõe-se agora apresentar os agentes que compõem os (Imagem 6) e os agentes que compõem os territórios dos pescadores, no combate à reterritorialização precária a qual têm sido submetidos (Imagem 7).

Imagem 6 – Agentes formadores dos Territórios-redes dos empresários industriais para a viabilização do polo industrial em Anchieta.



Fonte: Organizado por Josilene Corrêa e arte de Henrique Viana (junho de 2013).

Imagem 7 - Agentes formadores dos territórios-redes dos pescadores de Ubu e Parati.



Fonte: Organizado por Josilene Corrêa e arte de Henrique Viana (junho de 2013).

Observando a imagem 6, identificam-se os principais agentes articuladores dos projetos industriais para Anchieta, os quais, dentro da mesma lógica de mercado, mantém uma rede fluida de apoio que se move em todos os sentidos pelos múltiplos territórios em nível local e global, abastecida pela disponibilidade de altos investimentos. Essa larga abrangência e alcance sobre os territórios facilita a destruição das fronteiras territoriais dos pescadores do lugar, os quais desprevenidamente apresentavam uma atitude flexível a entrada de novos sujeitos.

A construção das rede-territorial de apoio aos pescadores (Cf. imagem 7) já se forma com uma desvantagem inicial em relação à rede do polo industrial, pelo fato de surgir em resposta à invasão territorial já efetivada dos agentes empresariais, o que exige da Comunidade um reação rápida para frear a desterritorialização, e que na prática tem se mostrado um gigantesco desafio mediante a surpresa, tensão e medo que se instala com o conflito.

Com a tomada de consciência dos agentes parceiros das empresas, os pescadores se mobilizam e passam a acessar órgãos públicos e instituições que legalmente detinham o poder de arbitrar a favor deles, porém percebem que dentre os “nós” da supostas redes de apoio à resistência há aqueles que já compõem as redes dos empresários, o que muitas vezes inviabiliza certas ações de contraposição aos empreendimentos.

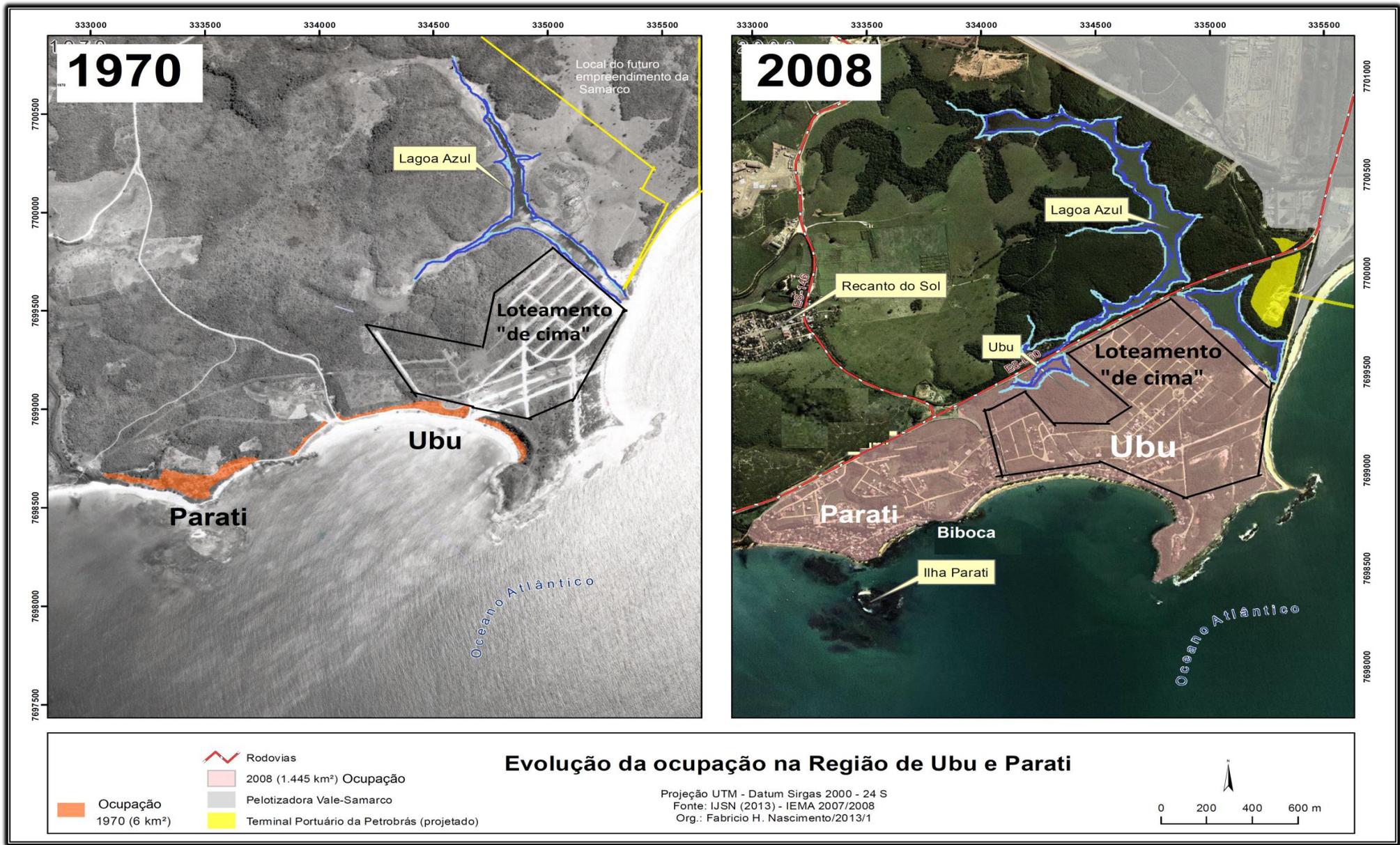
Em síntese a ação multiterritorial das grandes empresas tem se mostrado potencialmente eficaz no “des-envolvimento” da Comunidade em questão, evidenciada no avanço dos projetos portuários, industriais e petrolíferos para o lugar, inclusive provocando nos pescadores o uso de instrumentos de mitigação dos impactos provenientes da parceria com as próprias empresas impactadoras.

#### **4 A COMUNIDADE DE PESCADORES DE UBU E PARATI**

A região de Ubu e Parati corresponde a um trecho que margeia aproximadamente 1,5 Km do litoral do município de Anchieta, o qual era originalmente habitado por índios, dos quais muitos pescadores são descendentes (MATTOS, 2009) assim como observou-se também traços da descendência portuguesa, conforme alguns relatos feitos durante as entrevistas, onde foi apontada a miscigenação entre os ascendentes indígenas e portugueses.

Durante conversas informais e sondagens em locais públicos, notou-se um reconhecimento da identidade sócio territorial dos pescadores por parte dos outros moradores do bairro, onde ouvem-se comentários do tipo “aqui é muito tranquilo, pois é uma antiga região de pescadores”.

Conforme podemos observar no mapa 5, os pescadores habitavam os limites do cordão arenoso, bem próximo à praia, sendo estes também os limites da ocupação nas regiões de Ubu e Parati em 1970, fato este que também justifica vários relatos da proximidade de graus de parentesco entre os pescadores, além de haver um certo isolamento, em relação a outros núcleos e ocupação.



Mapa 5 - Evolução do processo de ocupação da Região de Ubu e Parati (1970 e 2008).

Fonte: Elaborado por Josilene Corrêa e Fabrício Holanda (junho de 2013).

Durante os trabalhos de campo, obtiveram-se relatos também acerca das condições de vida do lugar na década de 1970, demonstrando a presença de atributos apropriados para o sustento de suas famílias com os frutos extraídos da terra, mas principalmente, aqueles diretamente extraídos do mar, visto que o acesso ao pescado era fácil e em grande quantidade.

Você tinha que ver como era aqui! A gente chegava a mirar<sup>42</sup> as redes três, quatro ou mais vezes num dia. Podia largar a rede lá em qualquer lance<sup>43</sup> que vinha xaréu, xixarro, sarda, robalo e utras qualidades...agora, dependendo da época, a gente não consegue nem tirar o sustento pros filhos comerem! (Pescador P, 63 anos)

Eu me lembro que tinha muito peixe mesmo, não faltava nunca. Eu ainda me lembro do papai levando a gente pra pescar com ele e ele contando as histórias de como era difícil para transportar os peixes pra cidade. Às vezes ia a pé e às vezes no lombo do cavalo e, quando chegava lá, às vezes trocava por outros tipos de comida ou algo que a gente tivesse precisando. (Pescador M, 81 anos).

Usufruir da integração do território, do habitar com o território da pesca facilitava a rotina cotidiana da vida e dos trabalhos por eles desenvolvidos, conforme relatam, respectivamente, os pescadores S (53 anos) e P (52 anos):

Daqui nós víamos a sarda malhar. Ficava tudo bem pertinho. Eu amarrava o botinho aqui com a corda amarrada, aí o vento abria pra fora, então eu vinha com o barquinho tirar o peixe. Isso era gostoso demais! Mas isso aqui tudo vai acabar.

A rede, nós mirávamos ela de 3 a 4 vezes por dia. Na época da sarda, a gente mirava a rede 4 a 5 vezes num dia. Na (época) da anchova era assim também. Não faltava peixe! Tinha o ano todo.

Entre o saudosismo e a frustração, foram ouvidos diversos fatos que auxiliaram na caracterização e entendimento do lugar apropriado por esses pescadores até o início dos anos de 1970. Nessa época, os pescadores artesanais predominavam na região, tendo sido a região de Ubu a primeira a ser ocupada, conforme a seguinte fala:

<sup>42</sup>Coletar o pescado que era capturado nas redes de pesca.

<sup>43</sup> Lance: denominação dada ao ponto de referência para a delimitação das áreas de pesca entre os pescadores artesanais. Por exemplo, em um lance, ou seja, naquele ponto, pode haver 1, 2, 6 ou até mais pescadores que instalam suas redes, dependendo das condições oferecidas pelo ambiente natural e alcance do lance. Em média, cada rede seria um pescador ou uma família, o qual amarraria sua rede na rede do companheiro, e assim, sucessivamente, formando um cordão único de redes de pesca.

É uma biboca que separa Ubu e Parati. Aquilo ali era um caminho que tinha umas pedras que segundo a história, foi onde o (o corpo do) Padre Anchieta caiu. Mas aquilo era só um caminho, era mato e só tinha um caminho. Não tinha luz, era a lua que clareava pra gente. Em Parati me falaram que Ubu foi primeiro (...). Depois começou a existir o Parati. Alguém foi pra lá e fez uma casinha lá no meio do mato. Ai outro alguém foi e outro alguém foi. Mas, tudo quase na mesma época. (Pescador N, 62 anos).

Foto 6 - Vista panorâmica da enseada de Ubu (1980).



Fonte: Acervo da biblioteca do IJSN.

Foto 7 - Vista panorâmica da praia de Ubu. A seta mostra o Hotel Pontal.



Fonte: Josilene Corrêa (maio de 2012).

Observando a imagem de 1970 (Mapa 5), nota-se que a densidade de ocupação e a quantidade de residências são maiores em Ubu, enquanto no Parati, as casas apresentavam uma distância maior entre elas.

Do caminho inicialmente aberto, os moradores começaram a abrir a rua, ampliando e sedimentando essa área de acesso, constituindo-se assim as duas localidades, conforme o processo de ocupação se estendia. Interessante observar que os moradores mais antigos afirmam que antigamente dizia-se “tem que acabar com a biboca pra não dividir Ubu e Parati”, evidenciando a relação de integração entre os dois lugares (Fotos 8 e 9).

Foto 8 - Rua Mario Pereira das Neves, principal rua de Ubu paralela à costa.

Note as casas apenas no lado esquerdo da rua.



Fonte: a autora (maio de 2012).

Foto 9 - Trecho que interliga as duas comunidades, historicamente chamada de “biboca” pelos moradores.



Fonte: Josilene Corrêa (maio de 2012).

Como pode-se observar, a Rua Mario Pereira das Neves (Foto 8), a rua à beira mar de Ubu, apresenta casas apenas em uma lado da calçada, defronte à praia. Diferentemente de Ubu, a rua principal de Parati, denominada Manoel Miranda Garcia, apresenta casas em ambos os lados da rua, indicando um maior estreitamento desta quando comparada a rua principal de Ubu (Foto 10).

Foto 10 - Entrada da região de Parati, com acesso pela R. Mario Pereira das Neves que inicia em Ubu.



Fonte: Josilene Correa (maio de 2012).

Observa-se na faixa de propaganda, logo na entrada do Parati, a divulgação da festividade denominada “Passos de Anchieta” a qual vem a ser uma

manifestação cultural do município que ocorre todo ano desde 1998. Corresponde a uma caminhada que parte da cidade de Vitória até a cidade de Anchieta, ressignificando os mitos acerca da presença do Padre na região no século XVI, compondo mais um forte elemento no segmento do turismo.

Foto 11 - Faixa de propaganda da celebração dos “Passos de Anchieta” na Rua Manoel Miranda Garcia, entrada de Parati.



Fonte: Josilene Corrêa (maio de 2012).

A região de Parati apresenta maior suscetibilidade à erosão<sup>44</sup>, como podemos concluir a partir das descrições de moradores.

Isso aqui tava todo destruído. Foi ai que eu pedi pela associação para restaurar isso tudo aqui. Tava quase tudo caindo isso aqui. Aí eles fizeram isso aqui. Já fizeram em nome da Associação. Mandaram a carta, reconhecendo a gente e dizendo que tinham aceito o pedido da Associação, e que logo ia ser restaurada a biboca. Aqui tinha uma água quando a maré tava seca, era uma água doce, um poço, a gente passava

aqui em baixo por causa da água. Agora da onde era eu não sei. Mas agora não tem mais, depois que as máquinas entraram aqui, o pocinho sumiu. (Pescador S, 53).

<sup>44</sup> De acordo com Albino, Girardi e Nascimento (2001), esta área da costa litorânea espírito-santense é abrangida pela Formação Barreiras, sendo composta por falésias e terraços de abrasão marinha, com tendência a retrogradação. Neste trecho correspondente ao acesso e entrada da região de Parati, observa-se uma elevação na altitude do relevo em relação à região de Ubu associada à presença de um imediato trecho de costão rochoso. Como há ausência de cordão litorâneo que separa o costão rochoso e a encosta, a ação das ondas torna-se mais destrutiva agravada pela retirada da vegetação para a abertura do caminho que dava acesso ao Parati.

Tais ações motivaram a Associação de Pescadores de Ubu e Parati – APUP a fazer uma solicitação formal de restauração da área à Prefeitura em 2007, visto que, cada vez mais a estrada se estreitava.

Ouvindo as histórias dos antigos moradores, observou-se que a “biboca” constitui um importante elemento paisagístico para os pescadores, revelando fatos sobre o seu processo de ocupação e o desaparecimento de formas e elementos naturais com o avançar do crescimento urbano, a exemplo da presença de um pequeno poço descrito na fala anterior.

A Samarco foi quem doou as pedras e a Prefeitura fez a manutenção da rua, mas aquela subida já existia (Cf. foto 9). Você tá vendo que não são pedras naturais. É a mesma pedra lá do porto. Ele colocou porque a rua tava sendo engolida pelo mar. O mar batia aqui em cima, com o temporal, o mar batia aqui em cima. Então pedimos também à Samarco que fizesse essa contenção de pedra. Aí ela botou varias caçambas de pedra. (Pescador S, 53)

A APUP tem executado um trabalho diversificado na região. Em particular, as lutas que remetem aos direitos dos pescadores artesanais diante das grandes empresas. Estas últimas interferem diretamente na gestão da produção do espaço da localidade. A Associação realiza assim reivindicações de cunho específico, junto aos órgãos públicos de governo e instituições particulares.

Na realidade, a APUP fez o ofício pedindo que fizesse uma restauração maior, pra poder ficar mais amplo aqui, que passava dois carros folgados, mas aí ela não fez por questão do IEMA. O IEMA não autorizou mais que isso aqui. Aqui era perigoso, porque quase um ônibus caiu aqui. Ai como a Associação de (Moradores) Parati não tinha registro, eu resolvi fazer um ofício pela Associação de Pescadores. (Pescador S, 53)

Assim, procurou-se manter a morfologia original do trecho, uma subida que indica a diferença de altitude em relação à Ubu, sendo então feito um

calçamento de cimento, e uma barreira de contenção na encosta suscetível a erosão (Cf. foto 9).

A relação de consideração entre os habitantes de Ubu e Parati pode ser também notada quando as pessoas “atravessam a biboca” e adentram o lugar, pois, durante o trabalho de campo, ouviram-se falas do tipo “Me dá licença de entrar no Parati!”, apontando a atitude de respeito no território alheio.

Atualmente, os pescadores e suas famílias, povo “originário”, moradores de Ubu e Parati, compartilham o lugar com vários outros sujeitos: turistas, empresas e pessoas de distintas regiões e com distintos perfis sócioeconômicos que ocupam o lugar de forma eventual ou continuamente.

Para melhor entendimento das mudanças no lugar, faremos a síntese das mudanças ocorridas nas condições de habitação, trabalho, renda e educação dos pescadores, finalizando o capítulo com as relações conflituosas que vêm alterando significativamente as atitudes e valores em relação ao território de trabalho.

#### 4.1 O LUGAR DO HABITAR E DO ESPECULAR

Os bairros de Ubu e Parati fazem parte de um conglomerado urbano formado por duas comunidades contíguas. Há ainda outros segmentos sociais morando aí além de pescadores: funcionários públicos, trabalhadores terceirizados da Samarco, prestadores de serviços diversos, comerciantes que dispõem de produtos e serviços básicos urbanos, além de pessoas que possuem uma casa secundária no balneário, usada para o lazer e férias.

Os residentes permanentes da região de Ubu e Parati totalizavam em 2012 1.206 pessoas (IBGE, 2010), dos quais, aproximadamente 217 são pescadores (17,9%)<sup>45</sup>. Isto contrasta com a paisagem de 1970 (Cf. mapa 5), apontando um notório crescimento da área ocupada desde então. A associação desse crescimento demográfico às mudanças na paisagem de áreas pesqueiras também foi observado por Souza (2010).

---

<sup>45</sup> Dados obtidos a partir dos Documentos da APUP (2008).

As dinâmicas de deslocamento e integração do interior com a capital também foram observadas pela autora, ao apresentar o relato de um pescador que imigrou para Vitória proveniente de Anchieta.

Não foi possível precisar a quantidade de habitantes na região no ano de 1970, mas foi feito um esforço em quantificar o número aproximado de residências a partir da análise da fotografia aérea de mesma data, o que nos dá condições para fazer uma sucinta comparação com o número de domicílios particulares e coletivos, do último censo (IBGE, 2010), apontando um notável crescimento no número de construções.

Tabela 4 - Dados comparativos acerca de número de domicílios em 1970 e 2010 em Ubu e Parati

ANOS	Domicílios
1970	90 (valor aproximado)
2010	850

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise de fotografia aérea de 1970 e no último censo do IBGE (2010).

Note que o número de domicílios em 2010 é quase 10 vezes superior ao ano de 1970, sendo que uma parte dos domicílios é ocupada de maneira temporária, ou seja, caracterizam-se como as segundas residências, conforme vemos abaixo.

Tabela 5 – Situação de ocupação dos domicílios em 2010 em Ubu e Parati

	<b>PARTICIPANTES</b>
Domicílio permanentemente ocupados	460
Domicílios não ocupados (uso ocasional)	390
<b>Total de domicílios</b>	<b>850</b>

Fonte: Elaborada pela autora com base no último censo (IBGE, 2010) .

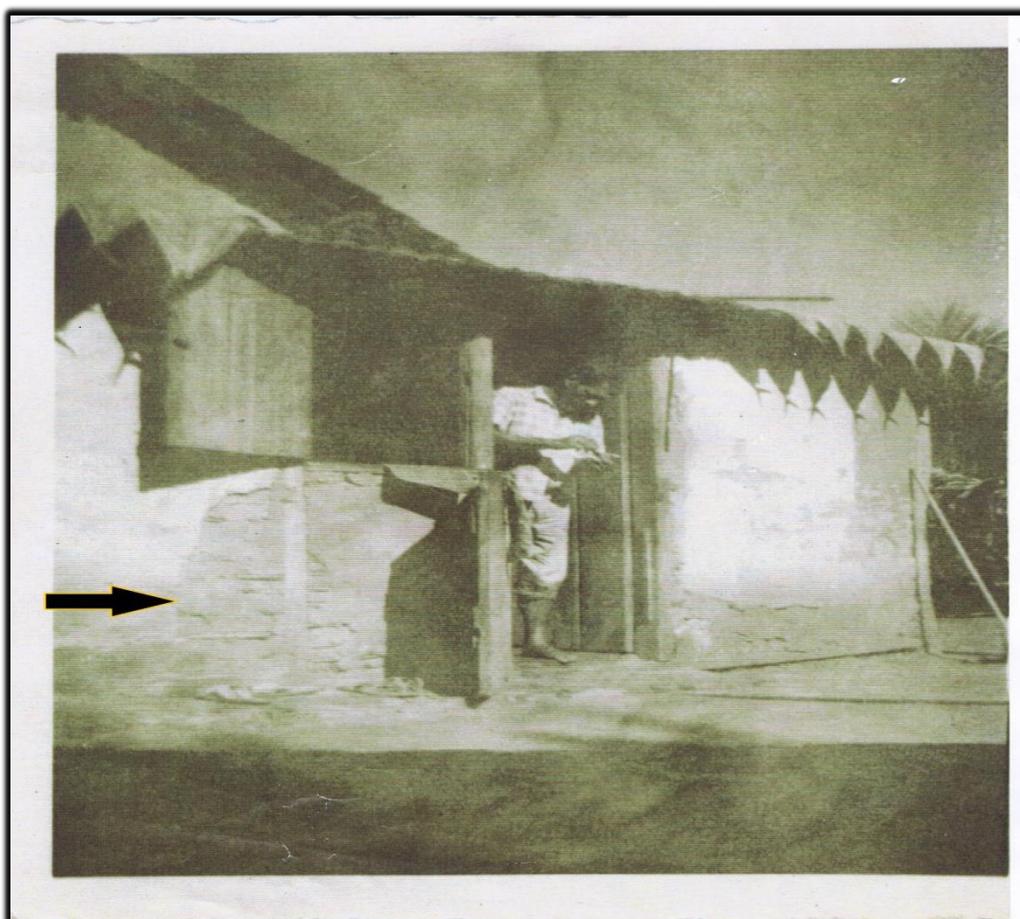
Se considerarmos o fato de que a média de habitantes por residência no Espírito Santo gira em torno de 3 pessoas, isso daria uma previsão de 1.380 habitantes em Ubu e Parati, um pouco superior aos dados do IBGE sobre a população dos dois lugares em 2010, ao considerar somente os domicílio

permanentemente ocupados. Ou seja, mesmo os domicílios “permanentes ocupados” são sub-ocupados em relação à média estadual.

Tais números fortalecem os indicadores referentes à grande quantidade de domicílios vazios e ou sub-ocupados existentes na localidade, reforçando o papel do lugar enquanto balneário turístico do estado. Além disso, ressalta-se o fato de que a quantidade de “domicílios não ocupados” seria suficiente para suprir o déficit habitacional registrado no município, que é de 259 domicílios (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2008).

As seguintes descrições dos moradores nos apontam as mudanças no modo de morar de seus antigos habitantes, como descreve o Pescador T, 54 anos, ao dizer que “a batinga era o material usado para fazer as casas dos pescadores, a madeira a gente usava para fazer a estrutura”.

Foto 12 – Casa feita de “batinga”.



Fonte: Fotografia cedida por membro da Comunidade de pescadores (196?).

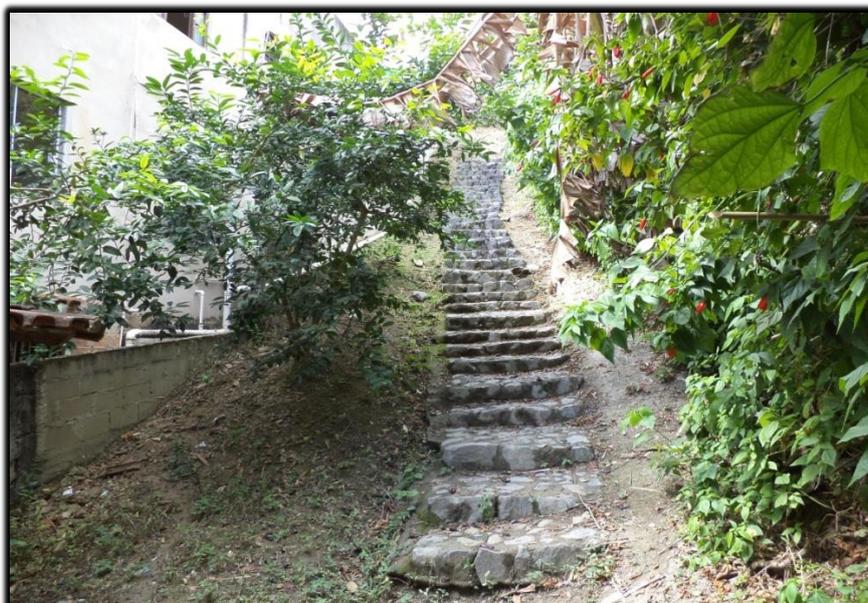
A região de onde tirava-se a “batinga”<sup>46</sup>, matéria prima fundamental para a construção das casas, localizava-se na região de Ubu, na área hoje privatizada pelo hotel Pontal, conforme vemos abaixo (Foto 13 ).

Foto 13 - Antiga área de onde se retirava a “batinga” e que hoje é área privada de acesso ao Hotel Pontal.



Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2013)

Foto 14 - Morro de onde se retirava a “batinga” para construções das casas dos pescadores de Ubu e Parati.



Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2013)

---

<sup>46</sup> Os pescadores descrevem a batinga como um barro fácil de modelar e com a resistência necessária para o preenchimento da estrutura das paredes, na construção das casas.

Dentre os pescadores que habitam a região, há o predomínio daqueles originários do lugar, informação esta declarada pelos pescadores entrevistados, dado este também reafirmado nos resultados dos questionários aplicados. Assim, apenas dois pescadores vieram de outras regiões, no entanto, esta imigração deu-se no mínimo há mais de 30 anos. Veja as tabelas abaixo.

Tabela 6 - Tempo de moradia em Ubu e Parati.

	<b>PARTICIPANTES</b>
Sempre morou	12
Migrou para a região	02
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

Tabela 7 - Origem dos pais e avós dos entrevistados.

	<b>PARTICIPANTES</b>
Região de Ubu e Parati	12
Interior de Anchieta	01
Outras regiões	01
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

Um dado recorrente nas entrevistas foi o fato de muitos dos pescadores que habitavam à beira mar venderem suas casas, mudando-se para onde eles denominavam de “loteamentos aqui de cima”, área esta que corresponde a área de expansão da ocupação de Ubu e Parati (Cf. mapa 5).

Dentre os loteamentos atualmente existentes, destacamos a presença do loteamento visível na fotografia aérea de 1970 (Mapa 5), a beira da Lagoa de Ubu, descrito por um entrevistado, o que já indica ações no sentido de obtenção de lucros provenientes da renda da terra por aqueles que se antecipavam em territorializar espaços passíveis de serem especulados no futuro.

Acho que aquele loteamento era de quando eu era garoto porque eu me lembro das máquinas cortando as árvores, fazendo as estradas, e a gente gostava de fazer carrinho de lata para ir atrás das máquinas brincando de carrinho. Mas me

falaram que aquele loteamento é desde 1945 e eu lembro bem eles cortando a estrada, mas eu já era garoto. Eu nasci em 1957. É um loteamento bem antigo esse aí.

Apesar das muitas vendas de casas do lugar original que ocupavam os pescadores, a maioria estabeleceu-se na própria região, às proximidades de onde moravam, na área identificada como “loteamento de cima”, conforme observou-se no mapa 5, ressaltando-se o fato de que muitas dessas áreas terem sido ocupadas prescindindo dos critérios legais de uso e ocupação do solo. Mas alguns relatam ter conhecimento de alguns colegas que migraram para Guarapari, Vitória e Rio de Janeiro e lá continuaram exercendo a atividade da pesca, pois obtinham informações de que as condições de trabalho estavam melhores nessas localidades.

Os motivos que justificam as vendas das antigas casas variam, conforme vemos nos trechos abaixo.

Se um vende, tira a nossa liberdade. Fica muito difícil pra gente que fica porque não consegue mais guardar nossos equipamentos, como antes. E acabamos ficando mais retraídos. Aí acabam vendendo tudo e mudando lá pra cima. (Pescador de Ubu, N, 42 anos)

Isso aqui foi vendido numa época boa, entendeu? O pessoal foi pra Guarapari achando que ia ser melhor lá. Porque tinha movimento, aqui sempre foi paradinho, só dava movimento no verão, quando o veranista vinha. Na internada era sossego total. Só pescador, só casa de pescador. Então quando vinham os veranistas, tinha gente que fechava a casa e ia embora pra casa de parente porque não gostava quando veranista vinha pra cá. Alguns já tinham um terreno em Ubu (loteamento de cima). Tem pescador que pescava em Abrolhos e já fez uma casinha melhor. Alguns foram embora pra o Rio. Aquela casa ali era de pescador, um cara de Alegre comprou, destruiu a casinha velha e construiu outra. (Pescador S, 53 anos)

Dentre as diversas informações prestadas pelo entrevistado, destacamos o fato de que alugar a casa para veranistas constitui, desde os anos de 1960, uma fonte de renda extra para os pescadores, sendo que hoje, fica mais evidente a importância do segmento do turismo na paisagem do lugar, como

foi visto nos inúmeros imóveis disponíveis para aluguel temporário, especialmente em Ubu.



Foto 15 - Casa disponível para aluguel permanente ou temporário em Ubu.

Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2013)



Foto 16- Imóvel de antigo pescador à venda em Ubu.

Fonte: Josilene Correa (junho de 2013)

Um sucinto levantamento feito acerca da proporção de pescadores que ainda habitam à beira mar da enseada de Ubu, detectou-se que a cada 5 casas, em média, encontra-se uma casa de pescador.

Nas imagens abaixo, destacamos algumas casas de pescadores que mudaram-se para um dos “loteamentos de cima”, o que corresponderia à área de expansão da ocupação urbana.



Foto 17- Casa de pescador em área de expansão de Ubu.

Fonte: Josilene Corrêa (dezembro de 2012)



Foto 18 - Casa de pescador em área de expansão de Ubu.

Fonte: Josilene Corrêa (julho de 2013)

Os conteúdos das fotos acima (Cf. fotos 17 e 18) nos dão algumas pistas acerca das diferentes condições sócioeconômicas dos pescadores, pois percebeu-se que aqueles que possuem melhores instrumentos de trabalho, a exemplo de barcos maiores, possuem habitações maiores e melhor estruturadas que aqueles que não possuem barco ou possuem um barco menor.

Assim como as casas, alguns entrevistados relataram que possuíam um pequeno comércio à beira mar, do tipo “quiosques” para atender aos turistas, porém, muitos destes também foram vendidos, uma vez que “os ganhos não compensavam os custos”, afirmam alguns.

No Parati a situação não foi diferente, conforme informações obtidas de um pescador.

Aqui no Parati muita gente também já vendeu tudo. Mas aqui tem uma vantagem maior que Ubu porque logo na chegada faz casa de um lado e casa do outro, então ali eles se aglomeraram mais, ficam mais unidos. (Pescadora R, 56 anos)

Outro dado interessante é que apesar de muitos pescadores terem vendido seus imóveis originais, a maioria afirma dispor de um imóvel próprio.

Tabela 8 – Situação dos entrevistados quanto a moradia.

	<b>PARTICIPANTES</b>
Possuem imóvel próprio	11
Não possuem imóvel próprio	03
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

Entretanto, questionamentos acerca do título de propriedade revelaram que muitos desses pescadores não possuem o título formal, afirmando que apresentam o comprovante de água e de luz como documento de identificação

de sua propriedade. Essa situação pode fragilizar as condições de vida desses pescadores, os quais ficam suscetíveis a políticas perversas que os podem destituir do direito sobre o lugar ocupado, situação muito comum entre os povos originários que não têm o título formal da propriedade.

De uma maneira geral, Parati e Ubu possuem alguns equipamentos urbanos a exemplo de escolas de ensino fundamental, academia popular, posto de saúde, comércios, igrejas, dentre outros. Todavia, identificaram-se relatos acerca da insatisfação quanto ao atendimento no posto de saúde, uma vez que este possui um quadro restrito de especialidades para atendimento da população local, além do fato de que o atendimento ocorre em dias alternados. Uma escola de ensino médio também tem sido uma reivindicação dos moradores para que os estudantes possam continuar os estudos ali mesmo em Ubu e Parati. Apresentamos abaixo alguns desses equipamentos urbanos.



Foto 19 – Quadra de esporte em Parati e Centro de Convivência.  
Fonte: Josilene Corrêa (maio de 2012)



Foto 20 – Academia popular em Parati. Note casa à venda no segundo plano da imagem.  
Fonte: Josilene Corrêa (julho de 2013)



Foto 21 – Escola municipal em Ubu.  
Fonte: Josilene Corrêa (maio de 2012)



Foto 22 – Estação de abastecimento de água da CESAN em Ubu.  
Fonte: Josilene Corrêa (maio de 2012)

A quadra apresentada na foto 19 possui um anexo que constitui um centro de convivência para os pescadores de Ubu e Parati, local onde frequentemente ocorrem as reuniões comunitárias.

Ao longo destes 18 meses de pesquisa de campo pode-se constatar que algumas residências estão passando por reformas já com o intuito de construir mais cômodos e, no futuro, disponibilizá-los para aluguel comércios, em virtudes das ventiladas expectativas de crescimento urbano e demográfico do lugar, sendo isto observado entre os próprios pescadores.

Analisando as mudanças ocorridas ao longo dos últimos 40 anos, observou-se uma certa estabilidade multiterritorial que transpassa do século XX para o século XXI, estabilidade essa justificada pela possibilidade de manutenção das atividades de pesca e da permanência no lugar, apesar da redução da qualidade e quantidade do pescado.

Entretanto, as condições de perpetuação desse modo de trabalho e de vida tem se reduzido diante do surgimento de novos agentes de transformação territorial, a partir do século XXI. Maiores e mais poderosos, estes novos agentes, como vimos, constituem a materialização do processo de expansão desenvolvimentista, em direção ao litoral sul do Espírito Santo, fundamentados principalmente no setor siderúrgico e petrolífero, setores estes considerados de importância estratégica no mercado capitalista mundial.

Da mesma forma, a grandiosidade destes empreendimentos vai impactar intensamente territorialidades até então não totalmente vinculadas ou totalmente dependentes do grande mercado do capital. Mais que isto, estes empreendimentos não apenas desestruturam toda uma territorialidade construída, mas também vêm atuando, juridicamente no sentido de excluir, definitivamente, o acesso dos pescadores artesanais de Ubu e Parati a pontos de pesca que serão de uso exclusivo dos portos e das atividades industriais que ali se expandirão e / ou serão construídas.

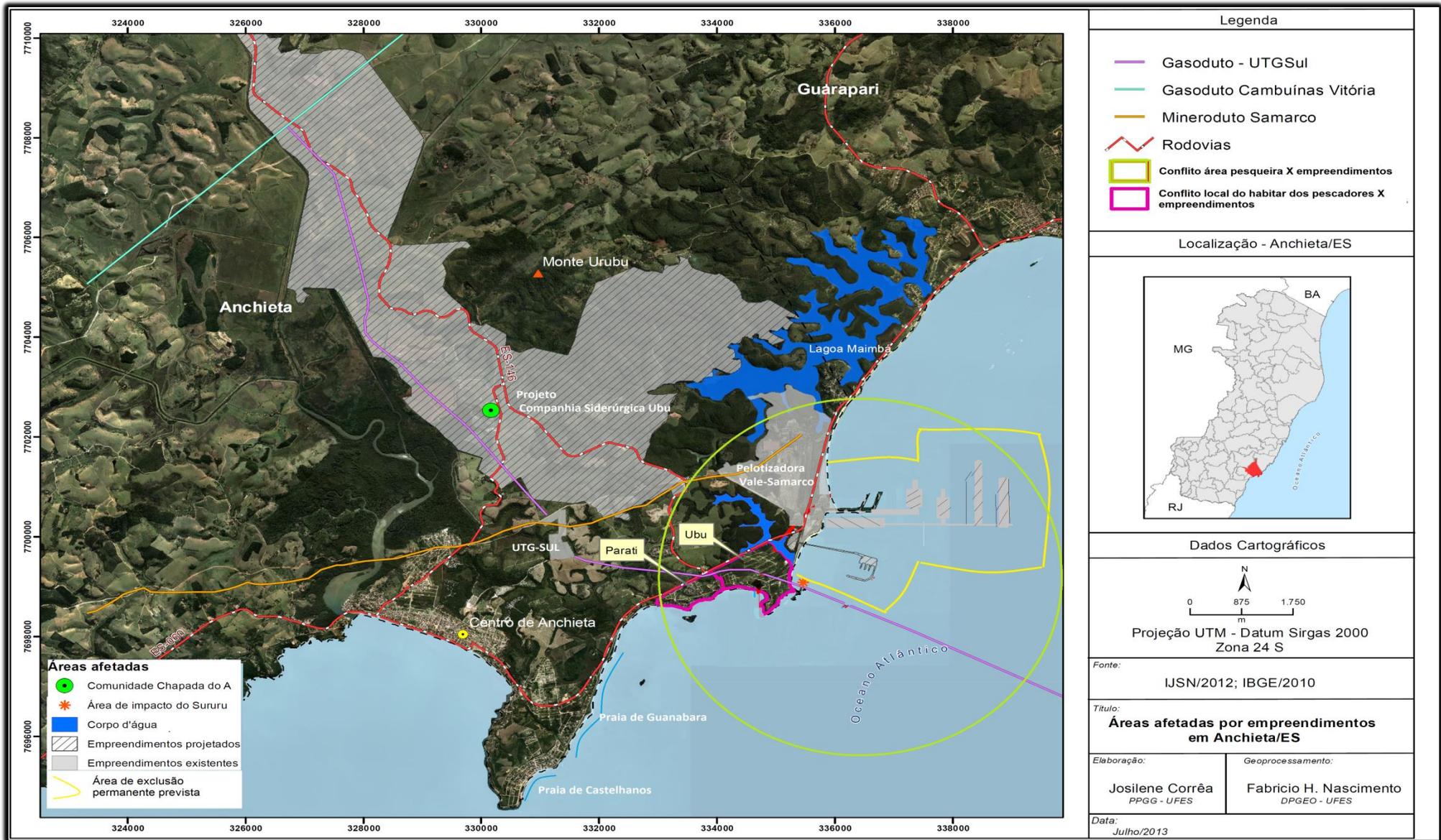
Desde o fim da década de 1970, os impactos da des(re)territorialização têm sido sentidos, inicialmente com a instalação da indústria mineradora da Samarco. Antes da construção da empresa Samarco a área apropriada pelos

pescadores se estendia desde a orla do centro de Anchieta até a orla de Guarapari (Mapa 6).

A obra de construção desta empresa perdurou de 1972 à 1977, marcando a primeira grande perda de área de trabalho dos pescadores da região no período para a primeira grande indústria instalada no município. Mal sabiam os pescadores que este fato apenas preconizaria sua desterritorialização, por meio da criação de novas áreas de exclusão durante e após as obras, na medida em que grandes projetos industriais e portuários se multiplicariam na costa espírito – santense.

Hoje, o ar que circula na localidade já chega ao nível máximo de difusão de material particulado permitido por lei. Mas, mesmo assim, o IEMA liberou a construção da Quarta Usina, sem que a empresa tenha sequer cumprido todas as exigências e condicionantes relativas à construção e funcionamento da Terceira Usina (RAMOS; SILVA; ATAIDE, 2009).

Além das reclamações referentes ao comprometimento do trabalho da pesca, o lugar da habitação dos pescadores tem sido severamente afetado pela poluição do ar.



Mapa 6 – Áreas afetadas pelo polo industrial de Anchieta. A elipse engloba os territórios do habitar e do trabalho, ambos afetados pelos grandes empreendimentos.

Fonte: Elaborado por Josilene Corrêa e Fabrício Holanda (junho de 2013).

Tabela 9 - Principais reclamações dos pescadores quanto à atuação das grandes empresas, exceto as relativas a questões financeiras.

<b>RECLAMAÇÕES</b>	<b>PARTICIPANTES</b>
Poluição do ar e da água	10
Mudança da correnteza	02
Não há reclamação	02
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

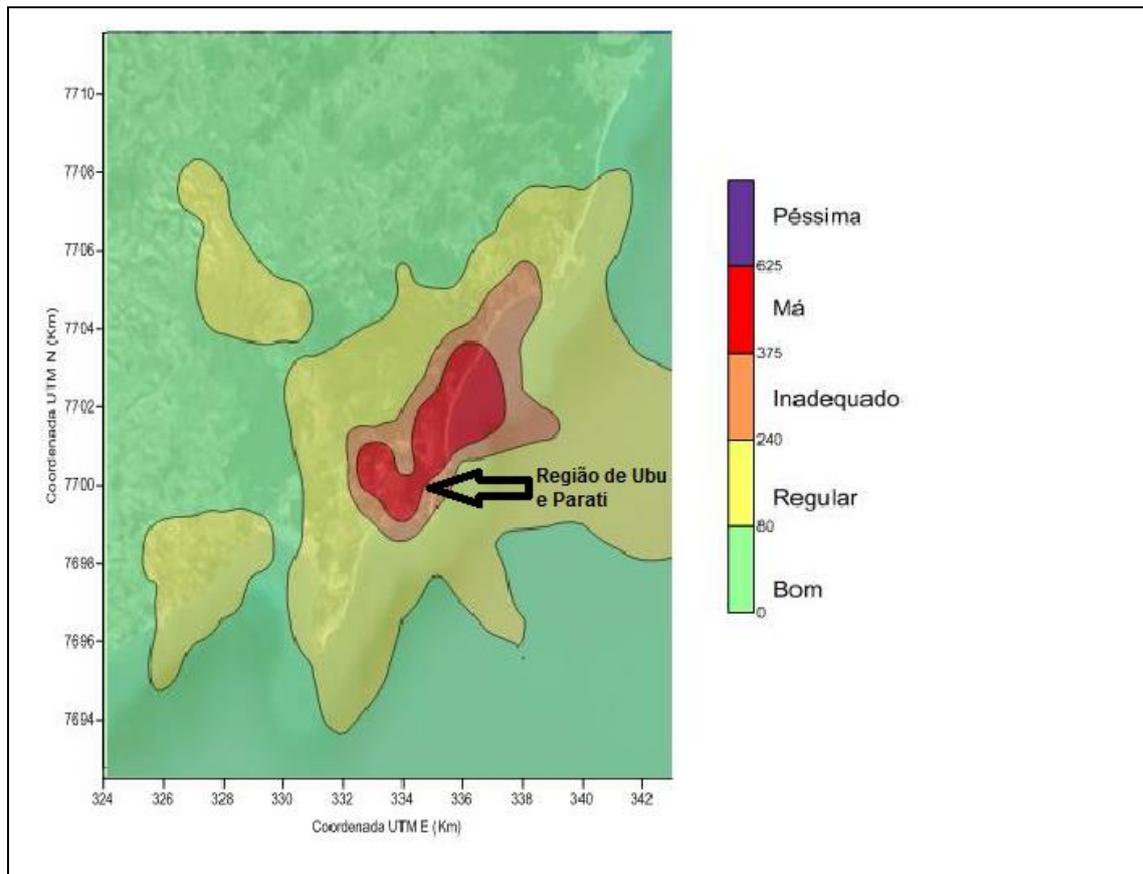
Pesquisas realizadas por Gomes e Biasutti (2012) e Ataíde (2011) avaliaram as consequências do processo de produção da empresa Samarco sobre a qualidade do ambiente na região, considerando as possíveis fontes de poluentes atmosféricos no local e o impacto sobre a saúde daqueles que dele compartilham, dando-nos consideráveis parâmetros para avaliarmos os reflexos das atividades industriais sobre esses pescadores.

Ataíde (2011) já apontava que a concretização do conglomerado industrial ligado à siderurgia, petróleo e gás aumentaria os já conhecidos efeitos destrutivos sobre a natureza e sobre a saúde de seus trabalhadores.

Da mesma forma, Gomes e Biasutti (2012) indicam os riscos sociais baseando-se em modelos matemáticos de avaliação da qualidade do ar, obtendo resultados estatísticos indicativos da qualidade do ar da área da empresa, assim como da área no seu entorno, mais especificamente na região de Ubu e Parati.

O estudo avalia a concentração de Partículas Totais em Suspensão – PTS, as quais correspondem a partículas de material sólido ou líquido que ficam suspensas no ar, na forma de poeira, neblina, aerossol, fumaça, fuligem, etc, podendo causar prejuízos à saúde. (IEMA 2007, apud GOMES e BIASUTTI, 2012).

Imagem 8 - Classificação da região de estudo considerando as partículas totais em Suspensão em 2012.



Fonte: Adaptado de GOMES; BIASUTTI, 2012.

Note que em relação ao nível de PTS, a região onde localiza-se Ubu e Parati apresenta uma qualidade “Má”. Mesmo na comunidade de Mãe-bá ela é também “Má”, enquanto em Guarapari, sua classificação apresenta-se entre “Regular” e “Inadequada”.

Estes resultados reforçam os resultados presentes na Avaliação Ambiental Estratégica, estudo este realizado por ocasião dos estudos de implantação do Polo Siderúrgico em Ubu, onde aparecem altos níveis de concentração de PTS na região de Ubu e Parati, quando comparados a regiões mais distantes das instalações da empresa Samarco (ESPIRITO SANTO EM AÇÃO/CEPEMAR, 2008).

Os moradores de Ubu e Parati, em parte pescadores artesanais, apresentam problemas de saúde em decorrência da elevada difusão de material particulado originário da indústria de pelotas de ferro Samarco (Foto 23). Agrega-se a isso, o ruído constante produzido por esta empresa, que incomoda a vida cotidiana da comunidade.

Foto 23 – Os impactos da poluição do ar no espaço de habitação dos moradores da região de Ubu e Parati.



Fonte: APUP (outubro de 2009)

A gente tem que limpar a casa toda hora, senão não dá conta! E as crianças agora vivem com problema de alergia. Fora quando a gente vai limpar casa de veranista que tá tudo coberto de pó de minério. (Pescadora, 42 anos)

No entorno do porto da Samarco ainda circulam navios e rebocadores que também provocam barulho e poluição, a exemplo de resíduos derramados no solo e no mar. Os danos ambientais são acrescidos com as dragagens e os descartes feitos dentro do próprio mar pela draga e pela água do lastro dos navios que também é poidora.

Sabe qual é o problema, essas empresas não querem saber de nada não. A gente chama eles (a empresa) pra conversar, e eles dizem que pescador só quer indenização. Sabe o que é? É que eles são obrigados a dar a compensação, mas não a indenização. Porque

senão eles vão admitir que deram prejuízo pra gente. (Pescador T, 54 anos)

A partir do mês de julho de 2008, destacamos o fato da Vale, por meio de empresas terceirizadas, ter dado início a um ciclo de reuniões públicas em cada comunidade da periferia de Anchieta para divulgar o seu projeto para a construção de uma Siderúrgica, projeto que será posteriormente, e provisoriamente, abandonado pela empresa .

A luta contra a instalação dessa Siderúrgica estava sendo levada por diferentes segmentos sociais de Anchieta, e com o apoio de outros representantes da sociedade civil, agregando diferentes atores da localidade e movimentos sociais de todo o estado do Espírito Santo, principalmente a comunidade de Chapada do A, que seria fortemente afetada, com sua remoção, caso a Siderúrgica se concretizasse (Cf. mapa 6).

Com a resistência encontrada em Chapada do A, os moradores dessa localidade deram início a processos legais na luta pelo direito de permanência no lugar por meio do reconhecimento de sua ancestralidade indígena (MATTOS, 2010), com o apoio dos pescadores de Ubu e Parati e também de movimentos sociais. Há previsão de que a União declare a área como território indígena, o que a princípio restringiria as expectativas de se construir qualquer grande empreendimento na Chapada do A.

Agregam-se, aos impactos relatados, os efeitos das atuais operações empreendidas pela Petrobras, com a construção da Unidade de Tratamento de Gás, já em operação, e do Gasoduto (Cf. mapa 6), que une esta unidade às plataformas de exploração de hidrocarbonetos em alto mar, mais os efeitos das perfurações, a partir do final de 2006 e início de 2007, e durante todo o ano de 2008, necessárias ao estudo para construção do Terminal Marítimo (ainda em projeto), tendendo a acelerar o elevado grau de deterioração do meio ambiente. Além disso, há a contaminação da lagoa Mãe-Bá e de Ubu localizadas no entorno da Samarco, cujo leito de água

recebe até os dias atuais os seus resíduos, bem como o mar que recebe estes e o material colhido pelas dragagens do Porto de Ubu.

#### 4.2 O LUGAR DO TRABALHO

O trabalho da pesca representa a principal fonte de renda dos pescadores artesanais de Ubu e Parati (RAMOS; SILVA; ATAIDE, 2009). Tais dados podem ser reafirmados nos dados dos questionários aplicados para esta pesquisa (Tabela 10).

Tabela 10 - Dependência econômica dos pescadores de Ubu e Parati em relação à atividade da pesca.

	<b>PARTICIPANTES</b>
Depende totalmente	10
Depende parcialmente	04
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

Mesmo sendo a pesca a principal fonte de renda dos pescadores, eventuais atividades informais, a exemplo de aluguel de casas ou quartos para turistas durante o verão, a venda em quiosques, a costura, o artesanato, e trabalhos domésticos, também contribuem para a renda dessas famílias.

Tabela 11 - Atividades profissionais dos familiares dos pescadores.

	<b>PARTICIPANTES</b>
Possuem familiares que trabalham ou trabalharam em empresas prestadoras de serviços terceirizados à Samarco	12
Possuem familiares que trabalham na pesca	07
Possuem familiares que trabalham no comércio	03
Possuem familiares que trabalham no funcionalismo público	02
Possui familiar que trabalha na Samarco	01

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

Um dado importante a ser considerado é o fato de que praticamente todos os entrevistados já trabalharam ou possuem um familiar que já trabalhou ou trabalha para as empresas prestadoras de serviços da Samarco. Tais dados confirmam as pretensões de muitos pescadores sobre a carreira profissional que desejam aos seus filhos, conforme tabela abaixo.

Tabela 12- Incentivo a sucessão quanto ao trabalho da pesca.

	<b>PARTICIPANTES</b>
incentiva os filhos a serem pescadores	05
não incentiva os filhos a serem pescadores	09
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

Tais dados indicam a contradição entre os impactos causados pela empresa e a necessidade de ganhos salariais quer seja pelos pescadores ou pelos seus familiares. Nota-se ainda um fator de cooptação por parte da empresa que, ao empregar mão de obra local, estabelece uma dependência que pode fragilizar a rede de contestação à empresa, apesar das críticas sobre as más condições de trabalho e perfil de empregos com baixos salários, onde atuam os habitantes do município de Anchieta (ATAÍDE, 2011).

Tabela 13 - Renda mensal do pescador de Ubu e Parati e de sua família.

	<b>RENDA DO PESCADOR</b>	<b>RENDA FAMILIAR DO PESCADOR</b>
até um salário mínimo	04	01
de 1 a 2 salários	09	03
de 2 à 3 salários	01	09
de 3 à 4 salários	00	01
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

A renda mensal individual do pescador com a pesca tem variado em torno de meio a 3 salários mínimos. Entretanto eles ressaltam que este valor não é contínuo, uma vez que a quantidade de peixe não apresenta uma constância ao longo do ano, sendo que isso é repetidamente associado (pelos entrevistados) a desestabilização do mar a partir da instalação e atividades da empresa Samarco (década de 1970), agravando-se devido a perfuração da orla pelas empresas Petrobras e Vale (a partir de 2006) para estudos geotécnicos.

Os pescadores afirmam que antes da empresa o mar produzia ao longo do ano todo, tendo cada espécie seu momento específico de reprodução, conhecimento este adquirido em função dos longos anos de execução do trabalho da pesca.

Em área contígua ao território da habitação, encontrava-se, como já visto, o território do trabalho de seus moradores originais. Estes, não eram apenas desfrutados pelos habitantes do lugar, mas também por pescadores de regiões adjacentes, a exemplo de pescadores habitantes do centro de Anchieta, de Mãe-bá e de Meaípe, validando a pluralidade de identidades e de usos coletivos do território simbólico descrito por Haesbaert (2004b).

Para os pescadores era importante realizar suas atividades de trabalho o mais próximo possível da praia por questões de segurança e de otimização de tempo, dentre outras facilidades provenientes da proximidade com a terra firme. Nas áreas mais distantes, denominadas de “por fora”, eles podiam também realizar atividades de pesca com linha, objetivando aumentar a produção ou a variedade do pescado, o que dependeria também da estrutura da embarcação.

Relatos de pescadores mais velhos mostram que, antes da década de 1950, havia uma produção predominantemente voltada ao consumo local, o que nos traz ao encontro de Martins (2006) ao ressaltar a prioridade da produção de subsistência, ao retratar os povos originários do Brasil. Vejamos a fala a seguir.

Antes da década de 50, meu avô pescava aqui mesmo e comercializava também por aqui, mas só que o comércio aqui era muito pouco. Não era aquele comércio igual tem hoje em qualquer lugar. Antigamente consumia aqui mesmo, trocava por banana, trocava peixe por farinha, coisinha assim muito pouco mesmo, ficava tudo por aqui mesmo na época do meu avô. (Pescador M, 81 anos)

Há falas de outros pescadores sobre a variedade da produção agrícola, a exemplo da jaca, lima, abacate, mexerica, cana, milho, banana, café, aipim, mamão, laranja, manga, cajá, mexerica e pitanga. Havia ainda a criação de

animais, tais como galinha, peru, pato, cabrito, vaca e cavalo. Nessas histórias, há uma recorrência acerca da prioridade do auto-sustento, quanto ao objetivo da produção. Entre a rotina das tarefas cotidianas, misturavam-se as alegrias do lazer. Veja.

A gente tinha cabrito. Os pais arrumavam coisa além pra gente fazer, porque tinha a brincadeira, mas também tinha o serviço. Os pais botavam a gente pra correr atrás dos cabritos e a gente cercava (os animais) pra não deixar eles escaparem, era uma alegria pra gente, sabe. (Pescador T, 54)

Com o avançar do século XX, a produção voltada ao comércio passou a ganhar maior importância, em vista à intensificação da urbanização e dos novos valores e condições a ela atrelados. O fornecimento de pescado à capital Vitória se expandiu, havendo relatos que confirmam a venda do pescado para Guarapari e Vitória. A Vila Rubim e o Mercado da Capixaba eram os dois lugares de maior interesse para se vender o pescado na capital.

A ampliação desse comércio deve-se também à abertura de estradas e maior acesso e facilidade ao transporte nos anos de 1970. No entanto, a melhoria das condições e dos meios de transporte ainda assim conviviam com as tradicionais formas de transporte, seja no uso de barcos, de cavalos ou da própria força humana.

Quando a gente chegava da rede, já chegava e já vendia. Aqui tinha uma conserva que era um galpão com um caixote de madeira onde congelava o peixe, né! Cheio de gelo e pó de serra, que nem isopor tinha na época, onde colocava o peixe, para conservação do peixe fresco até que gelava aquele peixe e partia pra Vitória de carro. (...). Mas antes, na época dos portugueses, eles levavam de barco. A nossa equipe aqui levava de cavalo para o interior, no sal, ou senão na jubaia, que era um pau enfiado com peixe daqui até aqui, levados pra Anchieta, ou ia até Guarapari a pé, ou ainda andava a pé, 19 quilômetros até Guarapari indo pela praia pura. Era cansativo pra caramba. Uma vez eu fui com o meu pai e me arrependi, cheguei em casa quase morto! Meu pai era muito ligeiro, andava rápido pra caramba e eu cheguei quase morto em casa. (Pescador S, 53 anos)

Às atividades da pesca associavam-se as atividades artesanais do preparo dos instrumentos de trabalho, as quais abrangiam a construção de barcos e redes, dentre outros instrumentos de captura de pescados e mariscos em geral.

O nosso barco era de 4 metros no máximo. No início era só de remo, na minha época nos anos 50. Em 55 já tinha barco a vela e a motor também. Nós depois tivemos um barquinho a motor. Na época do meu pai os barcos eram mandados fazer. Nós chegamos a mandar fazer em Vitória e em Guarapari, mas também nos temos o construtor que mora aqui perto, ele é carpinteiro. (Pecador aposentado M, 81 anos)

O aprendizado do trabalho da pesca era geralmente feito em família (Foto 24), assim como a arte da manutenção e produção de seus utensílios de trabalho.

Foto 24 – Trabalho da pesca artesanal aprendido em família. Filho, mãe e pai lavam rede de pesca.



Fonte: Josilene Corrêa (fevereiro de 2013).

Mas também houve casos em que alguns pescadores tiveram esse aprendizado com colegas e os mais velhos da comunidade (Tabela 14).

Tabela 14 - Forma de aprendizado do trabalho da pesca pelos pescadores.

	<b>PARTICIPANTES</b>
Aprendeu com os pais ou avós	10
Aprendeu com outros membros da comunidade	02
Aprendeu com o cônjuge	02
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

O “saber e fazer” que envolvia a elaboração das redes de pesca é bastante curioso. Estas eram produzidas com matérias primas que não são mais usadas atualmente, a exemplo das espécies de plantas denominadas popularmente de *tucum* e *gravatá*.

Na época do meu avô, na verdade, até a época do meu pai aqui não tinha nada dessa rede (feita de nylon). Então quando meu pai foi fazer uma, eu observei e aí eu comecei a trabalhar com ele. (...) Na época deles, os materiais a gente tirava daqui da região mesmo, perto da lagoa de Ubu. Ou o tucum que era tirado na região de Belo Horizonte, aqui mesmo no município de Anchieta. O tucum ficava perto de lagoa e o gravatá era nativo (...) quer dizer, aquela que dá em qualquer lugar. Tinha bastante mesmo. Cheguei a usar o gravatá e o tucum junto com meus pais, agora o tucum tinha melhor preferência porque era mais resistente. (Pescador M, 81 anos).

O tratamento do gravatá consistia no processo de coleta de um tipo de planta, a união desta para a formação de maços e sua posterior imersão na Lagoa Azul durante aproximadamente uma semana, ou como foi dito “botava de molho igual a mandioca e tinha que esperar apodrecer” (Pescador D, 58).

Após o processo de putrefação da planta, suas fibras eram limpas para dar início a uma outra etapa da confecção da rede, a qual consistia no preparo dos fios a serem unidos até alcançarem um nível de resistência considerável e comprimento suficiente. Este procedimento era feito em uma máquina artesanal chamada de “carrinho com fusos”. Dessa forma, associando o trabalho artesanal ao trabalho manual, os fios eram

produzidos e posteriormente transformavam-se em redes feitas puramente pelo trabalho manual de todos os pescadores que habitavam essa região, homens ou mulheres.

Num período aproximado de 60 dias, as redes eram produzidas e sua durabilidade média girava em torno de 4 anos. Esse trabalho era compartilhado pelos membros da família, independente do gênero, ou seja, uniam-se as mãos assim como uniam-se as pessoas, para a execução do trabalho, sendo os frutos deste usufruído também por todos os seus componentes, pois em geral, as redes pertenciam à *família* uma vez que a pesca também era realizado com o apoio de seus membros.

Quanto ao beneficiamento do tucum, este apresentava um procedimento bastante semelhante, exceto para a etapa da putrefação à beira da lagoa. A fabricação de uma rede dependia do tipo de pescado que se pretendia, daí surgiam diferentes tipos de rede, interferindo portanto no ajuste da grossura dos fios, por exemplo, a fabricação da *puçá*, que consiste num instrumento de pesca de camarão, demandava a elaboração de um fio mais delicado. “Era o tempo de correr atrás de camarão, usando puçá” relembra o pescador M de 81 anos e o Pescador N de 45 anos.

Agora a gente compra, né? Mas antigamente eu e meu pai fazíamos a *puçá* e eu e o meu irmão saíamos daqui pra apanhar camarão lá no Castelhana. Aqui pertinho não tem camarão porque aqui é o seguinte: se você botar um *balão* (*puçá*) pra pegar camarão o balão vai pegar na pedra e vai rasgar e não vai ter produção de camarão. Na verdade, aqui tem muito camarão e tem a lula também, só que na nossa região tem muita ponta de pedra, já lá no Castelhana é só lama com fundo liso e sem pedra. A *puçá* era feita do próprio tucum naquela época, ainda (...) ainda tem a *puçá* de siri que tinha que ser bem resistente senão, quando a gente tirava d'água, o siri tinha feito um buraco e não tinha produção.

A gente é que ainda faz as redes. A gente só compra o fio de nylon. Esse aqui é o nylon que eu te falei que apareceu depois. Mas antes do nylon, usava-se o fio de seda, o barbante e antes o tucum e o gravatá. O nylon é bastante resistente, mas ainda tem peixe que estoura esse nylon. Essa rede (mais grossa) também pega anchova, xaréu, com nylon de 0,1mm até 1,4mm. Já pra sarda é um nylon mais fino e menor com 0,5mm ou 0,6mm.

Como pode-se observar, a disponibilidade de matéria-primas e suas condições de uso estavam diretamente ligadas ao que o lugar oferecia, suprindo satisfatoriamente àquela Comunidade. Além do que o lugar lhes oferecia as condições necessárias à auto-sustentação eram também atribuídas aos saberes acumulados ao longo de gerações, sendo estes também possibilitados pelo estar, sentir e viver intensamente o lugar, ou seja, os resultados da percepção (TUAN, 1980[1974]) construídos em cada dia-a-dia do habitar, trabalhar e do se divertir.

Dentre os conhecimentos provenientes dessa relação entre o grupo e meio ambiente, destacamos aqueles relativos à análise das condições climáticas para o exercício da pesca, conforme pode-se observar nas seguintes falas:

No verão o peixe malha mais na beira da pedra, já no inverno o peixe malha mais por fora. A gente mata muito peixe de tarrafa no verão: xixarro, galo e goibira. No tempo da sarda a gente podia comprar fiado, e dizia “amanhã eu tô com a rede em Aracapaba”, então eu podia comprar de manhã que a tarde eu pagava. Às vezes eram duas pessoas pra tirar peixe da rede. Tinha muito peixe mesmo. Agora, mês de janeiro, não, janeiro não era tão bom não, mas dezembro, fevereiro, março e abril era muito bom. Era muita sarda. Era tradição mesmo, as pessoas se envolviam mesmo era com a sarda. Outros peixes não tinham muito valor não! Anchova, xixarro não tinham muito valor não. Mas a sarda era mais valorizada na época, a não ser o robalo que era o nosso peixe mais caro. Sem contar que a gente tinha uma lagoa como escape, porque quando o temporal dava, a gente pescava na lagoa, agora acabou o robalo e a tainha. (Pescador A, 58 anos).

Havia ainda pescadores da região que migravam para outras regiões, para exercer a atividade da pesca industrial, evidenciando o princípio da fluidez territorial, ressaltada por Haesbaert (2004a) sempre presente na vida das sociedades.

Eu com 16 anos de idade em 1950, ai eu sai fora daqui, deixei meus pais aqui. Primeiro eu fui pra Vitória, de Vitória eu fui pro Rio de Janeiro, depois eu fui pra Porto Seguro, depois eu fui pra Bahia, sempre trabalhando com a pesca. Ai eu aposentei em 86 e fiquei viúvo em 2007 e a vida continua. (...) Se eu sair daqui eu posso ir para Guarapari, pra Vitoria, pra qualquer lugar, bem tranquilão.

Dentre as regiões de destino para o exercício do trabalho da pesca, destacou-se o arquipélago de Abrolhos, localizado no litoral sul da Bahia, pois na região há barcos que realizam lá o trabalho pesqueiro, usando mão de obra da Comunidade.

Trabalhei durante dois anos indo pra Abrolhos direto, mas a experiência foi ruim, porque eu ficava muitos dias fora de casa e ganhava pouco. Sabe, quando você sai da terra e vai pro mar, nossa (suspiro) dá uma tristeza tremenda! Depois eu vi que aquilo não era pra mim e decidi ficar por aqui mesmo. (Pescador J, 29 anos)

Os pescadores que já migraram para outras regiões a fim de continuar exercendo o trabalho da pesca afirmam ter como perspectiva o aumento dos ganhos financeiros, pois tinham a expectativa de que o trabalho na pesca empresarial lhes proporcionaria maiores rendimentos que a pesca artesanal, resultado este que não foi obtido por todos aqueles que se aventuraram. Eles ainda argumentam que não tinham o desejo de sair do lugar, afirmando que se houvesse uma empresa de pesca na região, não haveria necessidade de ficar longos períodos distantes da família, pois lá havia muito peixe.

Além das longas jornadas de trabalho e longos períodos fora<sup>47</sup>, ouviram-se também relatos acerca das difíceis condições de trabalho às quais os trabalhadores que atuavam na pesca empresarial eram submetidos, tendo muitas vezes sua saúde comprometida. Algumas pescadoras relataram ainda que quando os maridos se ausentavam por semanas, elas sentiam-se seguras por saberem que elas próprias podiam ir em busca do alimento

---

<sup>47</sup> Tais períodos variavam, em média, de 4 dias a 4 semanas.

para seus filhos, uma vez que o lugar lhes dispunha de boas condições para a cata do sururu e também do peixe da lagoa de Ubu.

Quando os nossos maridos viajavam pra longe e ficavam muitos dias, assim fora, a gente mesmo ia ali rapidinho, pegava peixe na lagoa, pegava sururu, trazia e já tinha comida pra dentro de casa!  
(Pescadora H, 61 anos)

Para aqueles sujeitos que optavam em permanecer na região de Ubu e Parati, desenvolveram-se peculiares práticas de territorialização, com o intuito de melhor usufruir dos recursos existentes por meio do estabelecimento de uma forma de controle da distribuição dos espaços, considerada mais democrática. Esta estratégia de organização territorial comunitária era denominada de *sistema de lances de pesca repartidos* ou simplesmente *lance repartido*, sendo este, uma forma de distribuição de espaços individualizados de pesca.

Todos os pescadores de Ubu e Parati apropriavam-se de cada lance de acordo com as condições bio-físicas do ponto, podendo ser feito um cordão de rede com vários pescadores. Não é nossa pretensão aqui detalhar esta questão, mas sim destacar os elementos simbólicos aí originados e os conflitos aí presentes, conforme veremos no subcapítulo a seguir.

Atualmente, os principais instrumentos de trabalho utilizados na pesca são os barcos de propulsão manual, também chamados de caícos, além de barcos maiores de motor, denominados de bateiras, com capacidade de até 20 toneladas. Os outros instrumentos são as redes de pesca, as linhas, o pote, a tarrafa, a puçá, a gaiola, a cavadeira, espinhel, garatéia dentre outros (Quadro 9).

Quadro 09 – Principais instrumentos de trabalho utilizados na pesca artesanal dos pescadores de Ubu e Parati.

INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
<i>Caíco</i>	Barco de propulsão manual, também conhecido como barco a remo com 3 m de comprimento, com capacidade para 500 kg brutos.
<i>Bateira</i>	Barco a motor, o qual varia entre 6 a 10 metros de comprimento e com capacidade que varia de 4 a 20 toneladas brutas.
<i>Rede de espera</i>	Rede a ser instalada em um lugar fixo para capturar peixes ao longo de um dia, sendo retirada apenas no dia seguinte.
<i>Rede de fundo</i>	Rede usada para capturar peixes no mesmo dia.
<i>Linha</i>	Usada na captura individual do pescado.
<i>Pote</i>	Cano de aproximadamente 40 cm de altura e 15 cm de raio usado na captura do polvo.
<i>Tarrafa</i>	Usada na captura de lagosta e siri.
<i>Puçá</i>	Rede de pesca de malha melhor usada na captura de camarão e siri.
<i>Gaiola ou covó</i>	Usada para capturar peixes menores que servirão de iscas para a pesca de espécies maiores.
<i>Cavadeira</i>	Cano longo de metal ou madeira usado para arrancar o sururu da pedra onde ele se reproduz. É geralmente usado com um balde de plástico comum para armazenamento do marisco coletado.
<i>Espinhel</i>	Grande quantidade de anzóis unidos em vários pontos apropriados.
<i>Garatéia</i>	A garatéia é um instrumento de ferro ou madeira usada na fixação das redes em terra firme, no mar ou em rochas.
<i>Cordas</i>	As cordas servem para manter estendido o cordão do lance, substituindo portanto uma rede de pesca, caso esta precise ser retirada.

Fonte: Organizado por Josilene Corrêa (julho de 2013).

Foto 25– Barco de aproximadamente 3,5 metros amarrado a um barco à motor com aproximadamente 8,5 metros de comprimento.



Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2013).

Foto 26 - Rede de espera em primeiro plano e rede de fundo em segundo plano.



Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2013).



Foto 27 - Pote, instrumento usado na captura de polvo.  
Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2013)



Foto 28 – Gaiola ou covo, instrumento usado na captura de iscas para pesca.  
Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2013)



Foto 29 – Balde e cavadeira.  
Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2013)

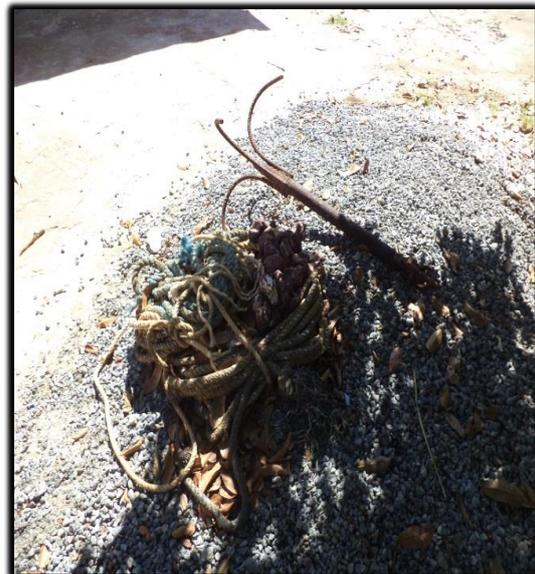


Foto 30 - Garatêa e cordas.  
Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2013)

Outro dado a ser considerado é que o tamanho do barco torna-se importante fator no processo produtivo, interferindo nas condições de captura do pescado, conforme o seu tamanho, assim como o fato do pescador possuir ou não uma embarcação própria e outros equipamentos, como pudemos constatar na relação entre a renda e aspecto de algumas residências no subcapítulo anterior. Veja a tabela a seguir.

Tabela 15- Situação em relação à embarcação.

	<b>PARTICIPANTES</b>
Possui barco de remo	09
Possui 1 barco de remo e 1 a motor	02
Não possui barco próprio	03
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

Tabela 16 – Principais instrumentos de trabalho.

	<b>PARTICIPANTES</b>
Possuem rede de espera, rede de fundo e linha	08
Possuem balde e cavadeira	05
Possui rede de espera, rede de fundo, linha e espinhel	01
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

As políticas do Governo Federal têm interferido nas mudanças nas formas de uso e na escolha dos utensílios a serem usados na atividade da pesca a exemplo da substituição do uso do fio de seda pelo fio de nylon. De acordo com alguns pescadores, a alteração do uso do fio de seda para o fio de nylon foi promovida por uma política do governo federal que determinou a supressão do uso do primeiro.

Antigamente se utilizava a rede de nylon de seda, mas há uns 4 ou cinco anos atrás, o Governo Federal andou comprando as redes de seda para nós não usarmos mesmo. Ele (governo) pagou o pescador para recolher aquilo (rede). (Pescador S, 53 anos)

O Governo Federal, na figura do IBAMA (2010) argumentou que a rede “de seda” ou polietileno, além de ser mais onerosa, danificava os corais. As redes foram então recolhidas por meio de compra, pois os pescadores na maioria das redes só usavam o nylon, uma vez que este material apresenta mais durabilidade que o fio de seda.

Mas é importante assinalar que estes novos elementos modificam a arte ligada a produção de barcos e redes de pesca que também constituem uma fonte de renda para os pescadores, pois aqueles que os produzem, os vendem a outros pescadores. É claro que pode-se invocar a menor fadiga na confecção das redes, contudo se perde um elemento artesanal importante.

Aparentemente, hoje, o cenário da pesca para os pescadores apresentaria-se mais promissor no que tange à infraestrutura existente para armazenar e escoar o pescado, distanciando-se daquele de seus ascendentes de meados do século passado, pois há tecnologia para viabilizar o transporte do pescado para sua comercialização, como a indústria frigorífica e a possibilidade de ampliar a exportação. Entretanto, esses pescadores afirmam que carecem de infra-estrutura indispensável à ampliação da melhoria das condições de trabalho, a exemplo da construção de atracadouro proposto pela Associação de Pescadores de Ubu e Parati, o qual será mais detalhado a diante.

Por outro lado, as dificuldades de melhorias das condições de trabalho desses pescadores são também, como vimos, atribuídas à insistência em priorizar as políticas desenvolvimento do setor industrial, mais especificamente aquelas relativas à produção siderúrgica e petrolífera, políticas essas altamente impactantes para a sociedade e para o meio ambiente. Portanto, quando o Plano ES-2025 prevê a diversificação econômica ela na verdade se restringe aos segmentos provedores de mercadorias de peso na balança de exportação brasileira (Quadro10) e exclui modos de economia alternativos que proporcionem certa independência e boas condições de sustentabilidade ambiental à comunidade do lugar.

<b>Carteira de investimentos BNDESPar</b>		
<b>Ano</b>	<b>Segmentos</b>	<b>% de participação dos investimentos</b>
2002	Petróleo e gás, mineração e energia	54%
2012	Petróleo e gás, mineração e energia	75%
2012	Petróleo e gás, mineração e energia, papel e celulose e alimentos (frigoríficos)	89%

Quadro 10 – Composição da carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações S.A.

Fonte: Palestra de Juliana Mallerba realizada no dia 29 de agosto de 2013 na Serra-ES durante o V Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental – Energia e conflitos sócio-ambientais (28 à 31/08 de 2013).

Vale a pena então reafirmar a relevância da pesca artesanal enquanto segmento a ser incentivado, uma vez que:

- perpetua uma complexidade de valores e saberes culturalmente construídos ao longo de gerações, assim como os elementos do meio natural que os sustentam;
- contribui para a política de auto-sustentabilidade possibilitada pelas condições de renovação dos recursos naturais atreladas à pesca artesanal;
- caracteriza-se por compor uma rede flexível que permite o compartilhamento dos espaços, mesmo para com sujeitos de distintas matrizes sócio-culturais ou provenientes de outras localidades.
- em números oficiais, corresponde a 45% do Produto Interno Bruto do setor pesqueiro (MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2011).
- fixa as pessoas nos seus lugares de origem evitando assim, o êxodo rural e as mazelas dele derivadas;

Dentre os desafios do setor pesqueiro no Brasil, apontam-se o alto grau de analfabetismo e a baixa escolaridade dos pescadores, informações estas também apontadas nos questionários (Tabela 17).

Tabela 17 - Nível de escolaridade dos pescadores de Ubu e Parati.

	<b>PARTICIPANTES</b>
1º grau incompleto	08
1º grau completo	03
2º grau incompleto	01
2º grau completo	02
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Questionários aplicados a 14 pescadores e pescadoras de Ubu e Parati (2013).

Todavia, as populações “tradicionais” de pescadores têm seu “saber-fazer” artesanal, o que não se aprende nas escolas formais e cujos valores apresentam relevância para sobrevivência das pessoas do lugar.

Criado em 2003, o Ministério da Pesca constitui-se enquanto órgão de “formulação, coordenação e implementação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e fomento das atividades de pesca e aquicultura, cujo objetivo central é articular atores e ações com vistas a desenvolver o setor pesqueiro” (MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2011).

Entretanto, questiona-se aqui o fato de que as políticas implementadas pelo governo têm associado o sucesso do setor pesqueiro ao crescimento econômico da produtividade, desprezando importantes aspectos sócio-culturais ligados a prática da pesca artesanal e que poderiam ser considerados, uma vez que a pesca empresarial pode colocar em risco inúmeras espécies marinhas (IBAMA, 2010).

Para saber quem é pescador ou pescadora profissional artesanal, o Ministério da Pesca e Aquicultura criou o Registro Geral da Pesca (RGP). Toda pessoa que faz da pesca a sua profissão ou o seu principal meio de vida pode obter este documento. Todavia, a Pescadora L (57 anos) relata um caso curioso.

Uma amiga contou que quando ela foi tirar a carteirinha de pescadora ela teve dificuldade, pois o responsável disse

que ela não tinha “cara” de pescadora. Quer dizer que pescador tem que ter cara, ou tem que ser feio?

A estereotipação do pescador foi tema de debate em palestra realizada junto a Superintendência Estadual da Pesca, ocorrida em junho de 2013, onde pescadores expressam insatisfação em ter que apresentar um “perfil de pescador” condizente com uma imagem de pescador difundida.

Com o RGP, o pescador ou pescadora profissional artesanal tem acesso aos programas sociais do Governo federal, como microcrédito, assistência social e o seguro desemprego, que é pago nos meses do Defeso<sup>48</sup>. Ressalta-se aqui o fato de que todos os pescadores entrevistados afirmam que são beneficiados com o defeso, valor este que corresponde a um salário mínimo.

Por outro lado, outra grande reclamação dos pescadores consiste no constante conflito em relação aos órgãos de fiscalização pública, os quais atendem a parâmetros estabelecidos no Código de Pesca - Lei 11959/09, cujo Art. 31, § 1 prescreve:

**Art. 31.** A fiscalização da atividade pesqueira abrangerá as fases de pesca, cultivo, desembarque, conservação, transporte, processamento, armazenamento e comercialização dos recursos pesqueiros, bem como o monitoramento ambiental dos ecossistemas aquáticos.

Os Artigos 32 e 33 do Código de Pesca ainda acrescentam:

**Art. 32.** A autoridade competente poderá determinar a utilização de mapa de bordo e dispositivo de rastreamento por satélite, bem como de qualquer outro dispositivo ou procedimento que possibilite o monitoramento a distância e permita o acompanhamento, de forma automática e em tempo real, da posição geográfica e da profundidade do local de pesca da embarcação, nos termos de regulamento específico.

**Art. 33.** As condutas e atividades lesivas aos recursos pesqueiros e ao meio ambiente serão punidas na forma da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e de seu regulamento.

---

<sup>48</sup> Período de quatro meses em que não se pode pescar para permitir a reprodução das espécies.

Bem sabe-se que as atividades da pesca podem ameaçar certas espécies em função da captura predatória voltada ao comércio, no entanto, os pescadores afirmam que até os anos de 1970 não havia escassez de pescado e os ciclos reprodutivos das espécies eram naturalmente respeitados.

Conversando com os pescadores, percebe-se que há uma total violência contra os modos tradicionais de trabalho e de vida dessas pessoas que viveram gerações trabalhando e se auto-sustentando sem ocasionar significativos impactos ao meio ambiente, uma vez que a legislação impõe severa restrição a captura de determinadas espécies historicamente pescadas.

As consequências podem ser vistas em atitudes do tipo “pescar escondido”, pois os valores tradicionais impedem a aceitação de tais imposições. Por outro lado, as frequentemente multas a ele aplicadas fazem com que muitos pescadores optem por “jogar fora o pescado” com receio de serem multados pelo IBAMA ou pela Capitania dos Portos, conforme as falas de pescadores durante a Palestra sobre Licença de Pesca para Embarcações, realizada no dia 27 de junho de 2013 na Câmara Municipal de Anchieta<sup>49</sup>. Nesta palestra encontravam-se inúmeros representantes de organizações vinculadas ao setor pesqueiro, os quais expuseram suas dificuldades em cumprir as exigências estabelecidas para obtenção da Licença de Pesca, especialmente aqueles que enquadram-se na categoria de pesca artesanal, mas têm que definir previamente as espécies que pretendem capturar para a obtenção da Licença.

Um outro pescador de Ubu também expõe a mesma problemática.

---

<sup>49</sup> A referida palestra foi organizada pela Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento, Colônia de Pescadores Z-4 de Anchieta, IFES e INCAPER, cujos debates giraram em torno das regras concernentes a obtenção de licença de pesca, além da divulgação de informações acerca do Plano Safra da Pesca e Aquicultura (2012/2013/2014) o referido Plano consiste na disponibilização de 4,1 bilhões em linhas de crédito e investimentos por meio de Ações do Ministério da Pesca e Aquicultura voltadas a ampliação da cadeia produtiva da indústria do pescado para atendimento da demanda nacional e mundial. Sob os recorrentes rótulos do desenvolvimento sustentável, geração de emprego e inclusão social, o Governo Federal reforça o valor da segmentação da pesca dentro da lógica de mercado competitivo e lucrativo, incentivando ações empreendedoras por parte dos pescadores.

Esse meu barco tem 15 anos e eu [o] mandei fazer em Guaxindiba (litoral norte do Rio de Janeiro). Você precisa ver que problema que me deu pra trazer esse barco pra cá! A Capitania dos Portos queria que eu dissesse que tipo de peixe eu ia pescar nesse barco e eu disse “o que Deus me mandar”. Eu nunca tinha tido problema com isso porque a gente mandava fazer o barco e trazíamos, nós mesmos, navegando pelo costão. Aí eu primeiro tentei alugar uma carreta, mas o barco não coube. Depois eu tive que alugar uma balsa, pedir a um conhecido que era capitão da marinha para fazer a vistoria na embarcação para que eu então pudesse ter autorização pra sair com o barco do estaleiro. (Pescador D, 58 anos)

Durante a Palestra, foram feitas algumas perguntas a pescadores que ali estavam sobre o interesse em obter uma das linhas de crédito do Ministério da Pesca, e eles responderam ter receio de não conseguirem a produção e rendimentos suficientes para o pagamento dos créditos obtidos, pois os prognósticos dos órgãos de pesquisas, planejamento econômico e de meio ambiente nem sempre são compatíveis às análises dos pescadores, seja quanto às adequadas condições de produção de espécies, quer seja quanto às garantias do sucesso do empreendimento. Além disso, esta temática pouco captou a atenção dos que ali estavam, tendo sido as multas e as restrições da atividade pesqueira, as questões centrais da maioria dos debates.

Ainda durante a palestra, observou-se a preocupação de líderes de organizações de pesca em se articularem para formar uma rede de luta coletiva em âmbito regional, uma vez que alí encontravam-se grupos de pescadores que trabalhavam no litoral-sul do Espírito Santo.

Como já visto, as dificuldades em manter o trabalho da pesca artesanal também motivaram os pescadores de Ubu e Parati a iniciar a elaboração de projetos próprios de autodesenvolvimento, tentando inserir-se melhor e ampliar a cadeia de mercado de peixe e compensar a rarificação do pescado devido a poluição e as atividades industriais e portuárias. A seguir apresentaremos seus principais projetos.

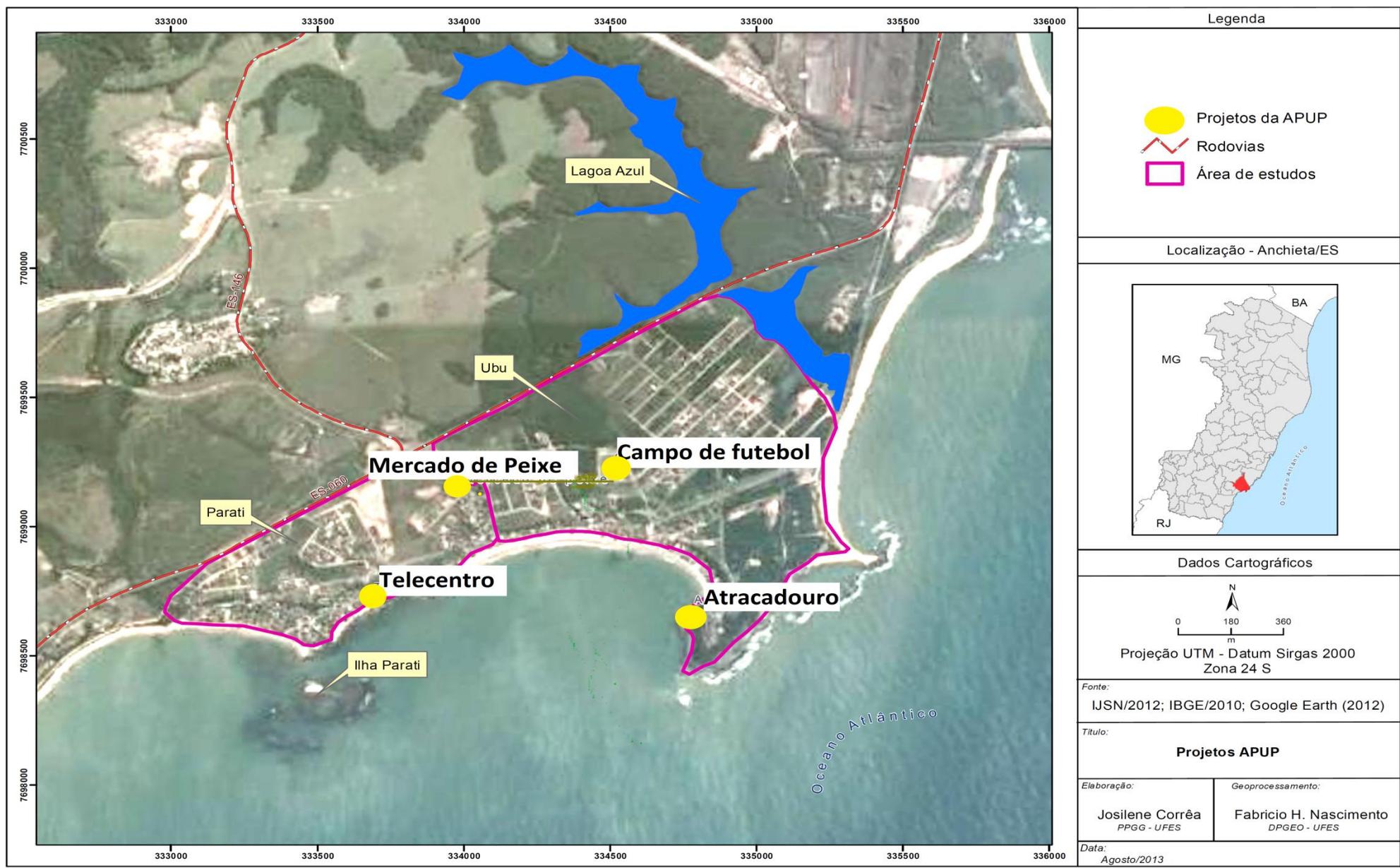
### **a) Atracadouro e mercado de peixe**

Esse projeto correspondeu à construção de um Atracadouro anexo a um local onde se construiria um Mercado de Peixe em Ubu, tendo este o apoio técnico da empresa Samarco e da Secretaria Municipal da Pesca ao longo de sua fase de elaboração. Todavia, o projeto teve a licença negada por parte do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, uma vez que foi exigida a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental, estudo este que a Comunidade não teria recursos para financiar e nem o apoio de nenhuma instituição para fazê-lo.

A alternativa encontrada para que eles adquirissem pelo menos o licenciamento do Mercado de Peixe, foi posicionar a obra a 500 metros da praia, situação esta que presumia maior facilidade para obtenção de terreno e licenciamento junto à prefeitura de Anchieta, sendo então o projeto do Atracadouro temporariamente abandonado.

Assim como em outras regiões litorâneas, os caícos ficam “estacionados” nas calçadas e nos bancos de areias da praia, ficando suscetíveis às intempéries do tempo e as ações depredatórias de turistas que prejudicam os pescadores de Ubu e Parati, diferentemente dos incômodos insetos e abutres que importunam os pescadores de Povoação, no litoral de Linhares (Portuguez, 2010). Como diz um pescador:

Jogaram meu barco nas pedras... Fiquei quase dois meses sem meu barco esperando a menina (filha) me ajudar a consertar (...). Eu gastei quase uns R\$ 2.500,00 para consertar ele todo, comprando uns equipamentos pra eu mesmo consertar. Sabe o que é isso? As pessoas vem pra cá e não entendem as coisas, não entendem que se isso tava aqui é porque alguém deixou isso aqui! É porque isso é importante para alguém. E esse alguém fui eu criatura de Deus! (Pescador S, 53 anos).



Mapa 7 - Projetos da Associação de Pescadores de Ubu e Parati.  
Fonte: Elaborado por Josilene Correa e Fabrício Nascimento (agosto de 2013).

Foto 31 – Barco de remo e rede de pesca expostos na calçada da praia de Ubu.



Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2013).

Foto 32 – Barcos de remo estacionados ao longo da calçada da praia de Ubu.



Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2013).

O atracadouro portanto, serviria para ancorar as embarcações dos pescadores locais e armazenar as embarcações menores. A intenção era que o atracadouro também servisse como ponto de apoio para escoar a produção de peixe do lugar e de regiões de pesca adjacentes, aumentando a dinâmica econômica do lugar.

Confirma-se aí uma verdadeira ironia em proibir os pescadores de fazer um pequeno atracadouro para compensar os impactos das empresas que invadiram ou estão invadindo seus territórios ancestrais de pesca com grandes portos industriais.

Finalmente, em março de 2007, a municipalidade doou o terreno e as providências foram tomadas para que a Petrobras financiasse o projeto<sup>50</sup>, sendo ainda exigidas algumas readaptações de localização no projeto inicial. Após as readaptações foi possível obter o licenciamento da obra do Mercado de Peixe e o financiamento junto à empresa Petrobras, porém, até o momento a obra não foi concluída.



Foto 33 - Fachada do Mercado de Peixe.

Fonte: Josilene Corrêa (janeiro de 2013)



Foto 34 – Obra inacabada do Mercado de peixe.

Fonte: Josilene Corrêa (janeiro de 2013)

O projeto de construção do atracadouro ainda faz parte dos planos atuais dos pescadores de Ubu e Parati, tendo eles reenviado a solicitação de pedido de licença ao IEMA, associado ao pedido de autorização para construção de uma fábrica de gelo, realidade essa já conquistada pelos pescadores de Regência (Portuguez, 2010).

---

<sup>50</sup> O financiamento da construção do Mercado de Peixe foi viabilizado pelo Edital 2007 do projeto social Petrobras Ciranda Capixaba, o qual financia iniciativas comunitárias de regiões de área de influência das Unidades de Operações de Exploração e Produção da empresa.

Há ainda um projeto em discussão com a Petrobras referente à criação de alternativas de trabalho e renda, como por exemplo, um atelier de costura industrial para as esposas e filhos de pescadores de Ubu e Parati há pelo menos 5 anos. Entretanto, há inúmeras controvérsias acerca das reais condições de que um projeto como esse atenderia a todas as famílias de pescadores impactadas pelos diversos empreendimentos.

Foto 35 - Associação de Pescadores em reunião com o Secretário de Meio Ambiente e Secretário de Pesca para discussão acerca de proposta de Projeto de Maricultura a ser implantado enquanto medida compensatória por impactos já causados pela empresa Petrobras.



Fonte: Josilene Corrêa (março 2013)

Há um impasse inicial também acerca da localização do suposto projeto de criação em cativeiro, uma vez que o lugar inicialmente pensado para o projeto é o mesmo cogitado para a ampliação do Projeto Tamar.

Na opinião dos pescadores de Ubu e Parati o projeto Tamar acaba dando uma importância exagerada à uma espécie como se as demais não tivessem o direito a proteção, expondo isso na última reunião junto à Samarco, na discussão acerca dos impactos decorrentes das dragagens. No Estudo Ambiental (SAMARCO/APLYSIA, 2013) constava que um dos critérios usados

na definição da data de realização das 7ª dragagem seria o período de reprodução das tartarugas. Por outro lado, a principal solicitação dos pescadores no Estudo não foi sequer considerada nos estudos apresentados pela empresa. Tal solicitação foi que o descarte do material da dragagem fosse disposto há 22 milhas de distância da costa, o que é considerado uma boa margem de distância para se evitar os impactos em sua área pesqueira.

Na opinião dos pescadores, o projeto Tamar acaba atribuindo uma importância exagerada à uma espécie como se as demais não tivessem o mesmo direito à proteção, desviando a atenção dos graves impactos recorrentes nos processos de dragagem.

Até a década de 1980, os pescadores de Ubu e Parati relatam que não tinham como foco a captura das tartarugas, mas quando estas vinham nas suas redes, elas viravam uma “deliciosa moqueca”. Os pescadores alegam que a tartaruga sempre foi capturada para a prática da subsistência, o que não seria razão suficiente para um super projeto de preservação intensa e restritiva aos pescadores. Contudo, ouvindo uma conversa informal entre uma bióloga e um colega, esta contou que prestava serviço a uma empresa terceirizada que participava do monitoramento da orla sul-capixaba. Os resultados obtidos nos trabalhos de monitoramento indicavam que os pescadores encontravam-se no topo da lista dos predadores das tartarugas, sendo a captura nas redes de pesca a principal causa de suas mortes. Buscou-se referências para se ter acesso a este relatório, mas nada foi encontrado a princípio.

É bem verdade que as redes podem ocasionar a morte de tartarugas, porém o que se questiona é o reconhecimento da importância de uma espécie em detrimento de outras, desviando a atenção das inúmeras outras mortes de espécies com tamanha importância ecológica e social, a exemplo do impacto sobre sururu e polvo em função das atividades de dragagem e estudos geotécnicos, sendo denunciado e registrado pelos pescadores, e posteriormente encaminhado ao IBAMA, IEMA e ao Meio Ambiente Municipal.

Quanto aos prejuízos sociais, estes são ainda mais complexos, pois remetem estudos ainda mais abrangentes, que revelem as relações de interdependência entre a espécie e o viver do grupo. A tradicional separação entre homem e

natureza ainda encontra-se presente em muitos estudos e pesquisas, ocultando uma forte relação de interdependência e de preservação mútua ainda presente em modos de vida de comunidades tradicionais.

Por outro lado, o que não pode ficar oculto é a evidente prática de injustiça ambiental que se coloca. Como podem os pescadores serem acusados e punidos pela matança ou captura de espécies de animais proibidas por lei enquanto a Petrobras e a Vale-Samarco ficam impunes diante dos já relatados e registrados impactos ao meio ambiente e à Comunidade do lugar? Sem contar que pescadores que trabalham na empresa Samarco, prestando serviço em suas plataformas, afirmam que visualizaram vários animais marinhos mortos nos tubos da draga. Onde encontram-se estas estatísticas de mortandade?

Há ainda vários outros relatos a serem considerados, a exemplo de pescadores que observaram, na água do mar, uma espécie de espuma coberta com algo parecido com pó de minério nas redondezas do porto de Ubu, ou ainda aqueles que perceberam trechos do mar com a temperatura acima da regular, ou aqueles que afirmam que durante as atividades de dragagem há a presença de um material que se fixa nas redes de pesca dificultando a captura de peixes e também a sua limpeza<sup>51</sup>. Estas são apenas algumas das denúncias dos pescadores relatam e que certamente mereciam a atenção e acompanhamento por parte dos órgãos públicos ambientais.

#### **a) Renda Básica de Cidadania**

Um segundo projeto da APUP correspondeu à elaboração de um Projeto de Lei determinando o pagamento de uma renda básica mensal para os pescadores artesanais atingidos pelos grandes projetos em Anchieta. O referido projeto foi

---

<sup>51</sup> A limpeza das redes é uma etapa fundamental no trabalho da pesca. As redes precisam ser lavadas a cada 3 a 4 dias e é feita mediante a sua colocação na areia da praia para que o atrito entre ela e a água do mar retire os sedimento que ficam fixados nela. Posteriormente a rede deve permanecer ao sol para secar. Caso a rede passe do tempo necessário da lavagem, torna-se mais difícil a sua limpeza. Com as atividades da dragagem do Porto de Ubu, os pescadores afirmam que o “mar é revirado” e os sedimentos que surgem nas redes se fixam mais que normalmente.

elaborado em 2009, mas só foi assinado pelo atual prefeito no dia 19 de janeiro de 2013.

Foto 36 - Reunião convocada pela APUP para assinatura do Projeto de Lei de Renda Básica de Cidadania ao Pescador Artesanal Impactado por grandes projetos.



Fonte: Josilene Corrêa (janeiro de 2013)

A luta pela renda básica foi fruto de uma articulação com um dos vereadores para aprovação de um projeto de lei, na Câmara do Município de Anchieta, obtendo recurso de um fundo especial a ser gerenciado por um grupo gestor, incluindo representantes dos pescadores artesanais, pelo qual pretende-se assegurar uma renda básica aos pescadores e pescadoras afetados pelos grandes projetos em suas áreas pesqueiras.

Essa proposição buscou apoio na legislação brasileira (parágr. 1º do artigo 14, da Lei nº 6938 de 1981) a qual obriga o poluidor a ressarcir os prejuízos causados, além de políticas públicas de responsabilidade social, a exemplo da “Renda Mínima de Inserção”, vigente na França, sobre a qual Ramos (2009) se

debruça, em busca de fundamentos que justifiquem a postura do Estado Social quando o desemprego e as más condições de trabalho que apresentam-se enquanto realidade. Conseqüentemente, a renda básica concedida aos trabalhadores mais empobrecidos ou excluídos do mercado de trabalho é considerada um avanço, apesar de nem sempre compensar outras perdas decorrentes das mudanças que se sucedem. Essa reivindicação, apesar de já ter sido assinada pelo prefeito, ainda não está em vigor, demandando um acompanhamento constante da APUP para que o decreto se efetive e o pescador comece a receber o benefício.

O argumento desse projeto baseia-se na visível redução das atividades vinculadas à pesca artesanal em função das práticas impactantes decorrentes dos grandes empreendimentos ou ainda em decorrência da restrita possibilidade de inserção do pescador no mercado de trabalho que se difunde no município, ligado diretamente ou indiretamente ao segmento industrial, pois de uma maneira geral, os pescadores entrevistados que trabalharam diretamente ou indiretamente para a Samarco lá ficaram temporariamente e quando se desvincularam da empresa, retomaram as atividades de pesca.

Por outro lado, os mais jovens que possuem menos vínculo com a pesca, têm buscado emprego “nas firmas” como eles mesmos falam, dando pistas sobre a configuração do mercado de trabalho cada vez mais ligado às atividades industriais e urbanas.

### **c) O Telecentro e a fábrica de vassouras**

Um dos projetos conquistados pela APUP correspondeu à concessão de instalação de um telecentro dentro de um programa de financiamento do Governo Federal intermediado pela Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca e do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo-MEPES. O Telecentro Comunitário inclui-se nas políticas do Ministério das Comunicações

enquanto programa no âmbito da Secretaria de Inclusão Digital<sup>52</sup>, voltado a promoção do acesso a Tecnologias da Informação e da Comunicação. Dessa forma, os telecentros correspondem a espaços públicos, sem fins lucrativos, providos de computadores conectados à internet em banda larga, onde podem ser realizadas atividades de educação, cultura e lazer, dentre outras, por meio do uso de ferramentas tecnológicas pelas comunidades atendidas (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2011).

Novamente, a localização geográfica provocou algumas divergências, sendo estas e outras posteriormente sanadas e o convênio finalmente assinado em 2008. No entanto, apesar do início dos procedimentos burocráticos para a concretização do projeto, ele teve andamento durante aproximadamente dois anos, sendo então interrompido por questões políticas e burocráticas, ocasionando um desgaste por parte dos membros da APUP devido à morosidade do processo de instalação e funcionamento, a exemplo dos computadores que no momento da instalação já apresentavam defeitos, demandando mais um tempo de espera por parte dos associados.

No prédio do telecentro funcionou temporariamente uma máquina de fabricação de vassoura de garrafa pet, um dos “grandes” projetos sociais implementados pela Samarco para a Comunidade. Contraditoriamente, os pescadores que trabalharam na produção das vassouras afirmam que nem a empresa financiadora do projeto se prontificou a comprá - las.

---

<sup>52</sup> A Secretaria de Inclusão Digital (SID) do Ministério das Comunicações, criada em 2011 ([Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011](#)), tem como principal atribuição a formulação, execução e articulação de políticas públicas relativas à inclusão digital no âmbito do Governo Federal (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2011).

### a) O Campo de Futebol

A construção do campo de futebol de Ubu foi motivo de discordância entre a Associação de Moradores de Ubu e a Associação de Pescadores de Ubu e Parati, uma vez que ambas associações queriam ser reconhecidas enquanto apoiadoras de sua concretização.

Foto 37 – Campo de Futebol em Ubu em obras.



Fonte: Josilene Corrêa (janeiro de 2013).

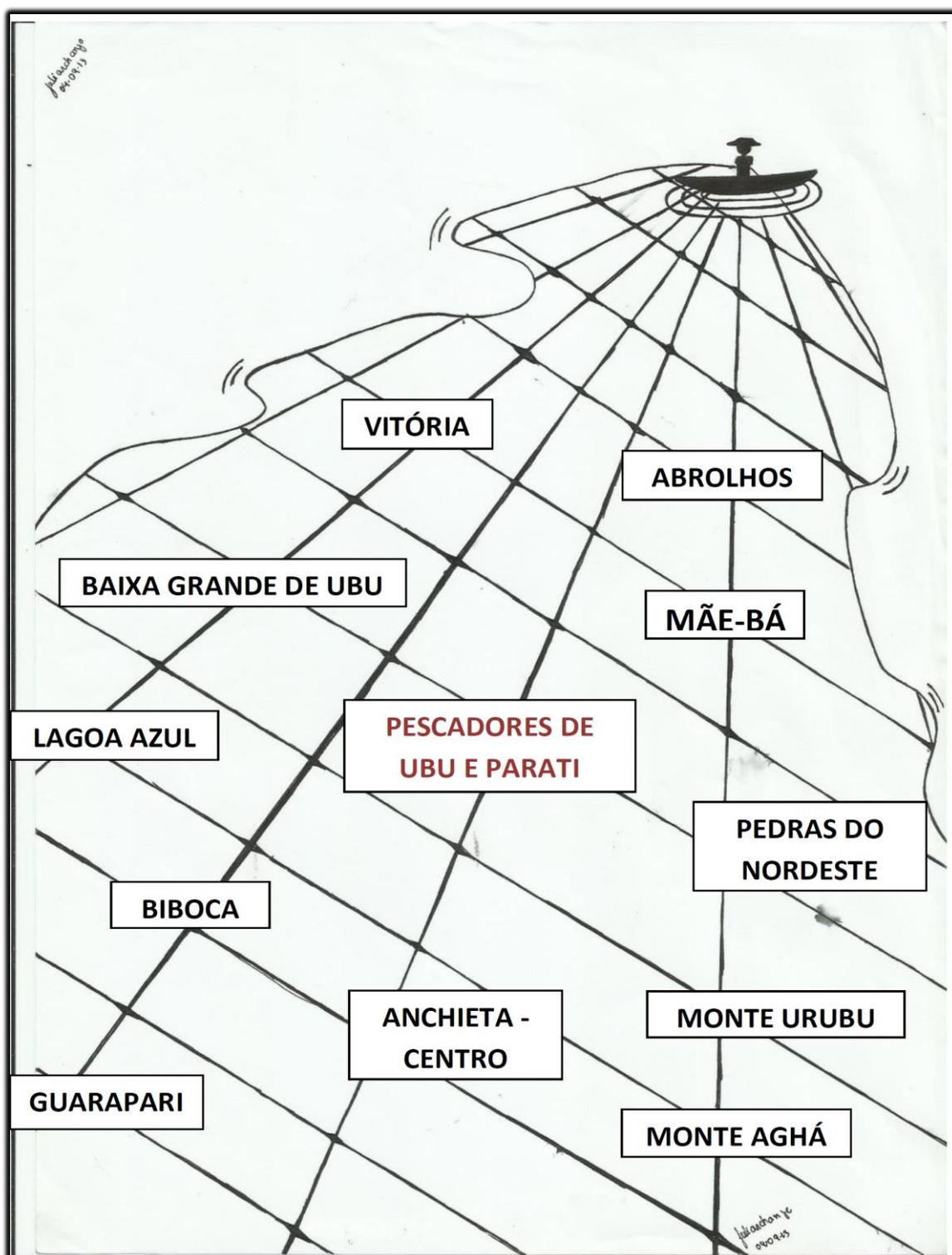
Do ponto de vista da APUP o lugar onde se encontra hoje o campo é um espaço historicamente usado pela Comunidade de pescadores e moradores de Ubu e Parati para jogar bola dentre outros eventos. Além disso, a APUP alega que foi ela que fez o requerimento para obtenção da área, conseguindo inicialmente 25 terrenos e depois mais dois, totalizando 27.

Todavia, a obtenção de mais dois terrenos tornou-se um empecilho para a delimitação do campo uma vez que a secretaria Municipal de Meio Ambiente e IBAMA não permitiriam a retirada da vegetação que ali se encontrava, motivando a APUP a pagar alguns moradores para retirarem a vegetação durante os feriados, evitando assim o flagrante.

O projeto de construção do campo de futebol prevê a construção de alambrado, dois vestiários, uma cantina, além de um colégio grande em anexo, o qual foi uma requisição da Comunidade somando-se às demais obras indicativas do visível crescimento urbano do lugar.

Diante do quadro apresentado sobre o território do habitar e o território do trabalho dos pescadores de Ubu e parati, julgou-se que as práticas de trabalho, lazer, vivência, sociabilidade e sentimentos da Comunidade até o início dos anos de 1970, confirmaram a aproximação da topofilia às redes territoriais por ela vivenciadas, sendo alguns de seus importantes elementos geográficos mostrados na ilustração abaixo.

Imagem 9 – Rede territorial dos pescadores de Ubu e Parati até o início dos anos de 1970. Os “nós” indicam importantes lugares da sua territorialidade.



Fonte: Elaborado por Josilene Corrêa e Julia Archanjo (junho de 2013).

Destacou-se também o fato de que as diferentes territorialidades vividas pela Comunidade podem ser percebidas por importantes momentos de ruptura da

mediação espacial nas relações sociais, os quais foram descritos como fator de fragilização da identidade territorial desses pescadores, os quais detinham naquele lugar as condições para a manutenção da sua sobrevivência biológica, cultural e sua independência econômica.

Longe de ser sentimental, notava-se um brilho no olhar daqueles que descreveram a importância do lugar na sua história, no mesmo tempo em que descreviam a história do lugar, atribuindo-lhe um valor inestimável e uma atitude de indignação e tristeza diante da zona de tensão aí instalada, desde a instalação da indústria Samarco nos anos de 1970, sentimento este intensamente agravado com o anúncio da construção do terminal portuário da Petrobras e da Vale, afetando definitivamente a territorialidade até então formada.

### 4.3 O LUGAR DOS CONFLITOS

Os pescadores residentes na região de Ubu e Parati relataram repetidamente os efeitos nocivos do perfil do desenvolvimento econômico-industrial que vem se estabelecendo desde os anos de 1970, prejudicando suas condições de vida e de trabalho.

Desde quando começou esta história de porto, a gente não teve mais sossego porque a gente não sabe o que vai ser da gente. Se a gente vai poder continuar ou não. Se a gente vai ter que arrumar um trabalho diferente pra fazer. Eu só sei que a paz de Ubu e Parati acabou! Isso aqui era um paraíso!  
(Pescador, S 45 anos)

Iniciamos este sub-capítulo apresentando um quadro síntese (Quadro 11) contendo a sequência cronológica de eventos marcantes para a Comunidade facilitando o esclarecimento quanto a sequência da dinâmica multiterritorial que a tem atingido.

Em busca do entendimento do processo histórico e fatos marcantes, tomamos como referência principal os conflitos entre os pescadores e as empresas Petrobras, Samarco<sup>53</sup>, Vale e o setor do turismo, tendo este último e, parcialmente a Samarco, já abordados em capítulo anterior.

---

<sup>53</sup> Lembremos o fato de que a empresa Samarco foi comprada pela empresa Vale no ano de 2000, mas como ela tem uma história própria antes de ser englobada pela Vale, ela é, em alguns momentos, tratada separadamente neste trabalho.

**QUADRO 11 - CRONOLOGIA DOS EVENTOS MARCANTES NA COMUNIDADE DE PESCADORES DE UBU E PARATI EM  
RELAÇÃO A GRANDES EMPRESAS E O SEGMENTO TURÍSTICO**

PERÍODO	PESCADORES	SAMARCO/VALE	PETROBRAS	TURISMO
Década de 1970	Falecimento do Sr. Magno Muqui, antigo líder dos pescadores da região; restrição de trecho de área pesqueira devido as obras de instalação do Porto de Ubu.	Início das obras para construção da empresa Samarco Mineração (1973), abrangendo usina e porto; 1ª dragagem para obras de aprofundamento do calado (1976); inauguração da usina pelotizadora (1977); mudança na paisagem; início da operação comercial da Samarco Mineração (1978).	1ª produção de óleo em águas rasas na bacia do Espírito Santo.	Restringia-se a algumas casas de veranistas na localidade, ou seja, ainda é incipiente.
Década de 1980	Ações de remoção de pescadores de área de interesse do segmento turístico.	2ª Dragagem para manutenção do porto da Samarco Mineração, em Ubu (1985).		Construção do Hotel Pontal de Ubu; mudança na paisagem.
Década de 1990	Redução do pescado e surgimento de espécies marinhas mortas na praia.	3ª Dragagem para manutenção do porto da Samarco (1992); projeto de construção da 2ª usina de pelotização em Ubu (1997).		Aumento do número de turistas na praia atrapalha a rotina de trabalho dos pescadores.
2000		Vale compra a Samarco, e passa a ter 50% dessa empresa com a empresa australiana BHP Brasil LTDA.		Conflitos entre pescadores X turistas permanecem.
2001/2002	Pescadores identificam uma quantidade grande de espécies de peixes, mariscos e tartarugas mortas na praia.	4ª Dragagem para manutenção do porto da Samarco.		Conflitos entre pescadores X turistas permanecem.
2003		Governo do Estado do Espírito Santo divulga sua intenção em estreitar laços comerciais com a China por meio da CVRD.		Conflitos entre pescadores X turistas permanecem.
2004		Vale e Baosteel assinam acordo de intenção de construção de siderúrgica no Maranhão.		Conflitos entre pescadores X turistas permanecem.
2006	Fundação da Associação de Pescadores de Ubu e Parati- APUP; restrição de uso de área de pesca no período de nov. de 2006 à fev. 2007 e consequentes impactos financeiros aos pescadores.	Vale divulga a o megaprojeto de polo siderúrgico e portuário em Anchieta na época denominado Companhia Siderúrgica Vitória (C.S. V). Elaboração do PDM de Anchieta e alterações dos limites do zoneamento industrial do município.	Instalação da plataforma da Petrobras de estudos geotécnicos de viabilidade de construção de um porto, mudança na paisagem.	Conflitos entre pescadores X turistas permanecem.
2007	Desaparecimento do polvo a uma distância de 2 a 3 milhas da costa; prejuízos com equipamentos de pesca provocados por atividades de estudos de viabilidade portuária, realizadas pela Petrobrás e Vale; elaboração dos projetos de Atracadouro, Mercado de Peixe e Telecentro	5ª Dragagem para manutenção do porto da Samarco; assinatura de protocolo entre a Baosteel, Vale e Governo do Estado do ES para construção da C. S. V., indicando o declínio do acordo que previa a siderúrgica para o Maranhão; Decreto Estadual de criação do Polo Industrial e de Serviços em Anchieta.	Petrobras se recusa a se reunir com os pescadores para discutir os impactos da sondagem para a construção de área portuária; implantação de UTG-Sul, rede de gasoduto e instalação de terminal marítimo de apoio à produção offshore da Petrobras, estão incluídos no Decreto de criação do Polo.	Conflitos entre pescadores X turistas permanecem.

(continua)				
PERÍODO	PESCADORES	SAMARCO / VALE	PETROBRÁS	TURISMO
2008	Restrição de parte da área de pesca devido operação das empresas Petrobrás e Vale no período entre jan. à nov. de 2008; prejuízos financeiros; surgimento de tartarugas mortas na praia do Além; recebimento de indenização da Petrobrás em função do impactos provocados em 2006.	Inauguração da 3ª Usina Pelotizadora e 2º mineroduto com perspectiva de aumento de 54% de sua produção e emprego de quase 6 mil trabalhadores durante as obras; estudos geotécnicos na Praia do Além para construção de porto de parceria entre Vale e empresa chinesa Baosteel; Companhia Vale do Rio Doce S.A. muda a razão social para Vale S.A.	Pagamento de indenização aos pescadores de Ubu e Parati.	Conflitos entre pescadores X turistas permanecem.
2009	Perda do ecossistema do sururu ocasionado pela instalação de gasoduto da Petrobrás; formação inicial do Fórum de Ubu enquanto estratégia de articulação da sociedade civil para se debater acerca da temática sócioambiental e cultural, com todos os atores da região.	6ª Dragagem para manutenção do porto da Samarco com registros de impactos ao pescado; abertura oficial de diálogo entre a Vale e as comunidades de Anchieta visando processo de licenciamento da C.S.V.; Vale e Baosteel anunciam em janeiro a desistência de projeto da C.S. V., mas 7 meses depois a Vale retoma o projeto sob o nome de Companhia Siderúrgica Ubu (C.S.U.).	Obras de instalação de gasoduto que liga a UTG-SUL a plataformas de exploração de petróleo no Parque das Baleias; anúncio de investimentos grandiosos em retroáreas no ES, pela Petrobras (A Gazeta, 2009).	Conflitos entre pescadores X turistas permanecem.
2010	Participação em reuniões temáticas para esclarecimentos e contestação dos Estudos de Impacto Ambiental do projeto CSU; elaboração do projeto de Renda Mínima Mensal para os Pescadores Artesanais Atingidos pelos Grandes Projetos em Anchieta.	Vale fecha 2010 com lucro líquido recorde de R\$ 30,1 bilhões, 4% superior ao de 2008.	Inauguração da Unidade de Tratamento de Gás Sul-Capixaba no município de Anchieta.	Conflitos entre pescadores X turistas permanecem.
2011	Elaboração de Cartografia Sócioambiental junto a Liga Brasileira de Responsabilidade Sócioambiental -LIBRES e assinatura de auto-declaração de identidade de Povo Tradicional.			Conflitos entre pescadores X turistas permanecem.
2013	Assinatura do Projeto de Renda Mínima Mensal para os Pescadores Artesanais pelo prefeito.	Reuniões junto à Comunidade para definir projetos de compensação; contestação à 7ª Dragagem para manutenção do porto da Samarco (jul. à out. de 2013).		Conflitos entre pescadores X turistas permanecem.

Fonte: elaborado pela autora, junho de 2013.

Refletindo sobre a memória individual e coletiva, a história mais recente do grupo que compõe a geração atual<sup>54</sup> nos ajuda a perceber no que se fundamentam as expectativas dos pescadores de Ubu e Parati, considerando sua interpretação das opiniões e dos fatos a partir do presente (MEIHY, 2002).

Apresentamos agora, os resultados provenientes da análise das entrevistas associadas às formas tradicionais de usos do território marítimo dos pescadores e às formas “modernas”, que se localizam prioritariamente na orla adjacente às regiões de Ubu e Parati, territorialmente organizadas por meio do lance repartido, conforme introduzido em capítulo anterior.

Os lances, como já visto, eram pontos distribuídos ao longo da costa mais próxima ao cordão litorâneo das enseadas de Ubu e Parati e adjacências, especialmente na estação do verão, que para os pescadores vai de dezembro a abril. Para que esses lances fossem democraticamente distribuídos, determinavam – se algumas regras básicas de convivência e execução do seu modo de trabalho:

-1º que o tamanho das redes de pesca fosse igual para não “invadir” o lance do companheiro;

-2º que houvesse um revezamento diário dos lances de pesca, uma vez que, dependendo da localização do lance, sabia – se da variação da qualidade das condições biofísicas e dos diferentes resultados produtivos.

-3º ao final do mês, ao longo do verão, havia um sorteio para a redistribuição dos lances, de maneira que não houvesse privilégio para aqueles que eventualmente se beneficiassem de melhores condições biofísicas da área do lance.

Leia-se a descrição do pescador sobre o sistema de lance repartido.

Até 90, cada pescador tinha a sua rede então vamos supor assim: se eu coloquei minha rede aqui às 06:00h da manhã de hoje, amanhã às

---

<sup>54</sup> Neste trabalho, considera-se a geração atual o grupo de pescadores que tem compartilhado o território com as referidas grandes empresas, dentre outros segmentos econômicos, sentindo-se prejudicados pelos mesmos, seja pela perda de território de trabalho, seja pela perda da qualidade do meio ambiente em seu entorno. Estes oscilam entre a faixa etária dos 30 aos 80 anos.

06:00h da manha eu tiro minha rede pra dar a vez ao companheiro e assim por diante. Se tivesse 20 pescadores a gente ia fazendo isso. Não tinha só pescador de Ubu como também pescador de Parati. O povo trabalhava junto na pesca de rede, mas na pesca de linha cada um procurava seu rumo. (Pescador D, 58 anos)

Nota-se o fato de que o sistema de lance repartido não era atribuído a todas as áreas pesqueiras de Ubu e Parati, mas apenas nas áreas mais disputadas, conforme vê-se no mapa 8.

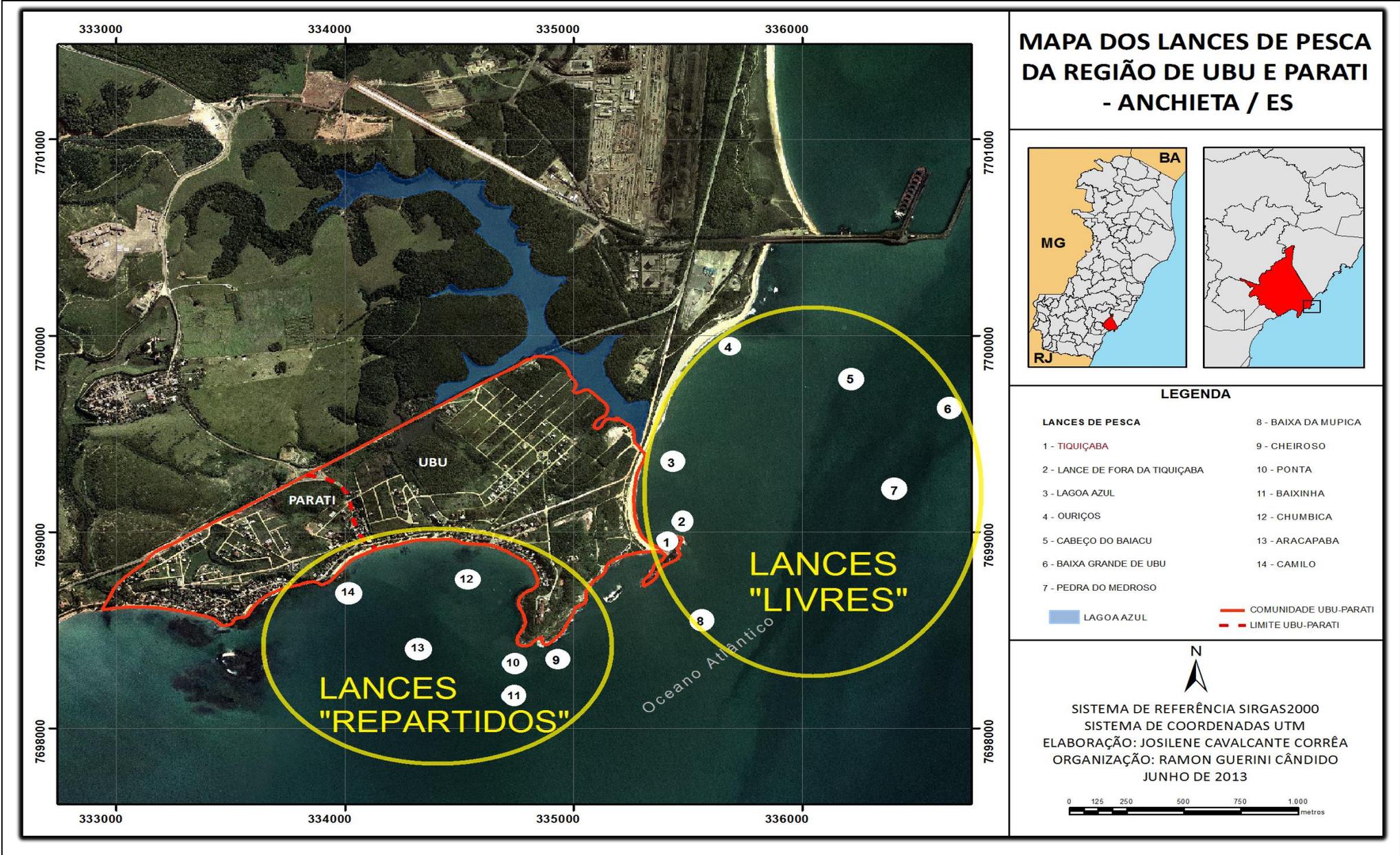
Além da produção obtida por meio da pesca no lance repartido, havia também a possibilidade de se produzir por meio da pesca com linha, puçá e em áreas de lances “livres”, estando estas modalidades livres de regras da gestão territorial coletiva. Era possível também utilizar os pontos de pesca fora daqueles englobados nos “lances repartidos”. No entanto, os pescadores relembram que isso era opcional devido à fartura do pescado até o início dos anos de 1970.

O responsável pela gestão do espaço era um fiscal da colônia chamado de Magno Ribeiro Muqui, que correspondia a uma liderança responsável pelo funcionamento do sistema do *lance repartido*. Observe o relato de um pescador comparando o sistema de organização atual com o sistema que perdurou até a década de 70.

À noite podia amarrar quantas redes quisesse e na internada também, mas às 6 horas da manhã o fiscal Magno vinha tirar a rede e colocava em cima da pedra. Ele era um homem muito rígido, tinha que respeitar. Se a rede fosse maior, ele tirava para não engolir o outro lance. (Pescador D, 58 anos).

Cada pescador tem uma rede, duas ou mais. É! Nós estamos organizados nestas condições. Atualmente, quem tem (lance) não cede para o outro. Mas todo mundo respeita esse direito. Porque antes, é seguinte, como eu te falei isso aqui é uma estaca! Se a minha rede fosse maior que essa aí, não ia pra lá não. O fiscal da colônia vinha puxar ela aqui pra cima, amarrava lá na bóia, puxava o resto pra cima, tinha que tirar daqui, senão perdia a rede. Ele não deixava sobrar pra lá não, para não engolir o lance. Então, era assim que funcionava.”

(Pescador A, 58 anos)



Mapa 8 – Lances de pesca dos pescadores de Ubu e Parati: lances repartidos e lances livres.  
Fonte: Elaborado por Josilene Corrêa e Ramon Cândido (junho de 2013).

Nesse modo de trabalho bastante marcante na prática de trabalho dos ascendentes dos atuais pescadores, vem reafirmar a topofilia constituída a partir das práticas de trabalho e de experiências por elas proporcionadas (TUAN, 1980 [1974]), como podemos observar nos relatos abaixo:

Sinto saudade daquela época em que a gente vivia em paz, tranquilo, não tinha barulho, não tinha poluição, a gente se organizava e dava tudo certo, cada um no seu lance. Quando tinha algum problema era só chamar o Seu Magno que ele resolvia tudo. (Pescador P, 63 anos)

De acordo com as entrevistas, o sistema de lance repartido era um sistema herdado das gerações anteriores e perdurou até a década de 70, momento no qual o Sr. Magno, líder dos pescadores, ficou adoentado. Mesmo com a enfermidade do Sr. Magno e sua posterior morte em 1975, o sistema de distribuição das áreas de pesca, por meio dos lances, permaneceu. Todavia, a rotatividade dos espaços não foi mantida, ou seja, quem ocupava, na ocasião, os primeiros lances de pesca, considerados os melhores, se recusou a sair.

Os primeiros “lances de terra ou de pesca” apresentam a vantagem de estarem mais próximos à praia, o que confere aos pescadores maior facilidade de acesso. Já os demais pescadores, fixam suas redes a partir do primeiro lance formando um cordão de redes, sem uma sequência necessariamente rígida.

Numa conversa informal com uma pescadora de 75 anos, nota-se uma evidente insatisfação pela supressão do sistema de lance repartido, quando desabafa dizendo que “antigamente o mar não tinha dono, mas hoje o mar tem dono (...) até isso, porque os lances ali são de Fulano, Cicrano e Beltrano, é só deles. Ali ninguém mexe, quer dizer que já tá lacrado!”, fala ironicamente a pescadora, sentindo-se desprivilegiada com as mudanças nas regras de uso do espaço marítimo.

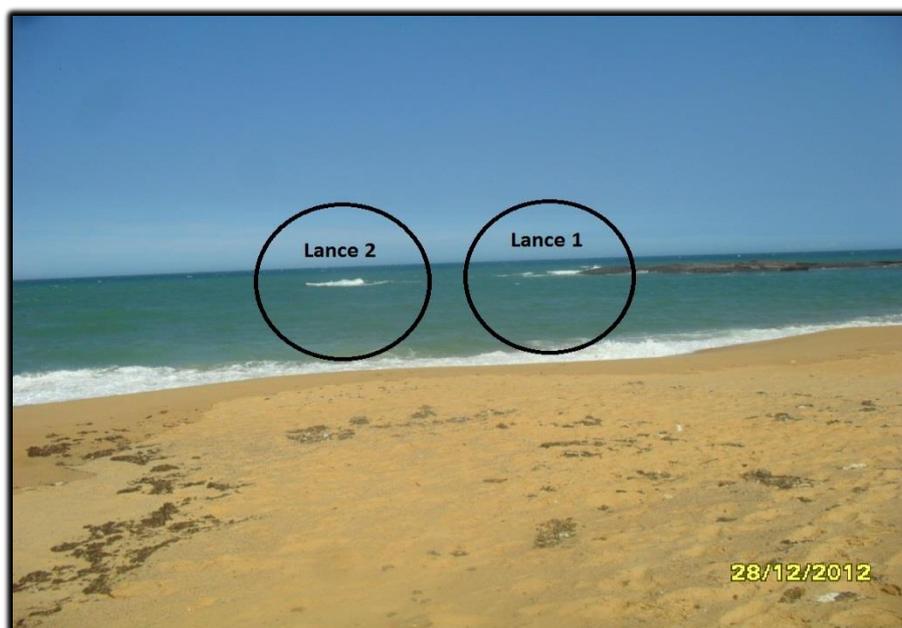
Para esclarecermos melhor a distribuição dos lances, selecionou-se a Praia de Tiquiçaba, Praia da Lagoa e Praia dos Ouriços para cartografarmos seus pontos de referência, assim como, mapear os referenciais paisagísticos suscetíveis à perda,

caso os empreendimentos portuários previstos venham a se concretizar (Mapa 9). Isso significa que há inúmeros outros lances a serem urgentemente cartografados em direção ao Parati, entretanto não coube a esta pesquisa o papel de fazê-lo.

Para a identificação dos pontos de pesca, contou-se com a disponibilidade de um pescador artesanal, o qual disponibilizou seu barco de remo, além de prestar as informações relativas aos pontos de pesca. Utilizou-se também um GPS<sup>55</sup>, máquina fotográfica e gravador para registros da descrição das paisagens assim como das representações simbólicas a elas remetidas. Segue agora o detalhamento dos referenciais paisagísticos simbólicos da referida Comunidade, a partir da percepção visual, conforme sugerido por Tuan (1980[1974]) associando-a a interpretação dos relatos obtidos. Fonte: Josilene Corrêa (dezembro de 2012).

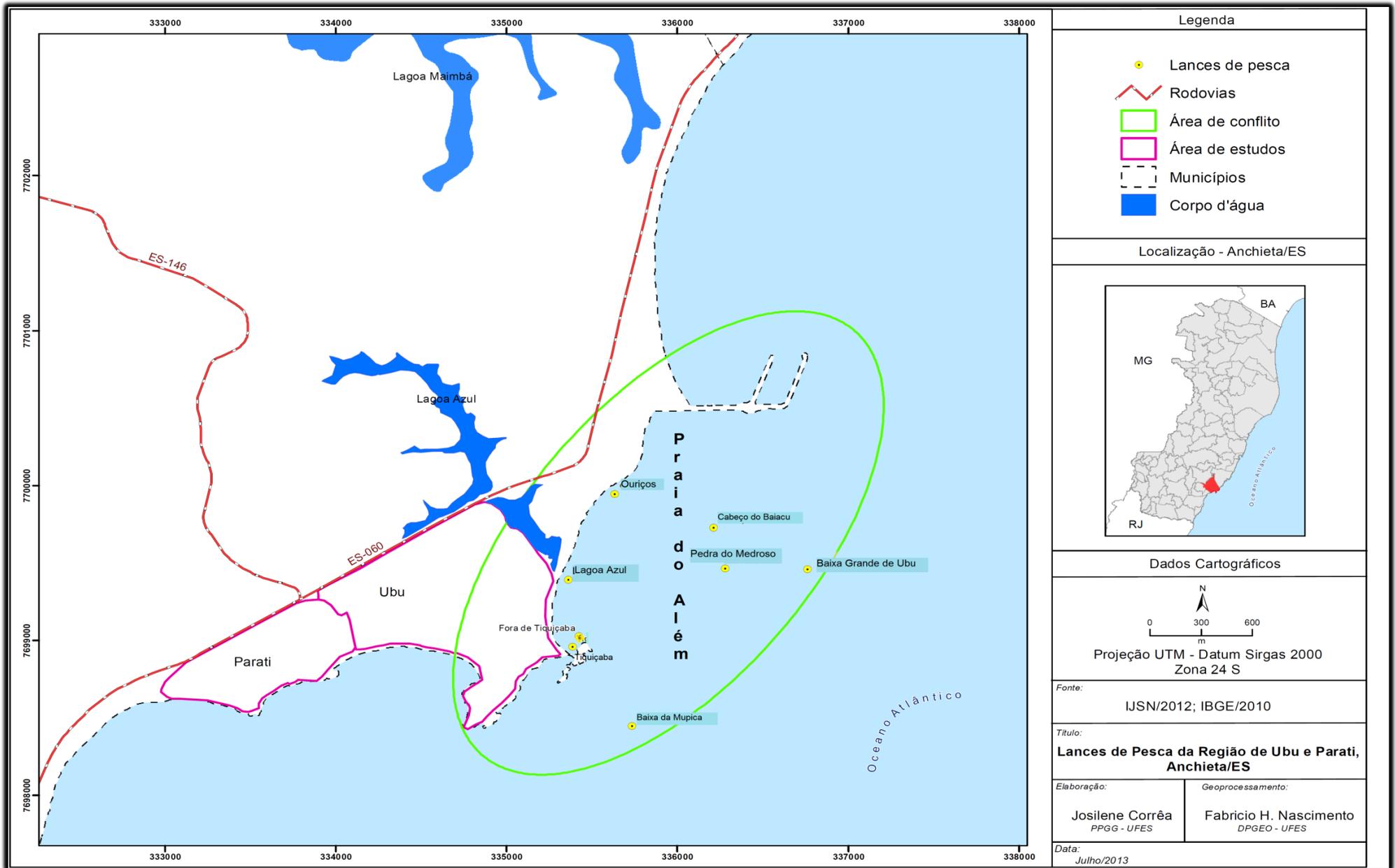
a) *Lances 1 e 2 – Tiquiçaba e Lance de Fora da Tiquiçaba* (Cf. Mapa 9)

Foto 38 - Lance 1 corresponde à Tiquiçaba; lance 2 corresponde ao lance de Fora da Tiquiçaba.



Fonte: Josilene Corrêa (fevereiro de 2013).

<sup>55</sup> GPS corresponde a um aparelho de recepção de sinais de satélite, os quais servem para a identificação das coordenadas geográficas, a serem inseridas, posteriormente, em programas de computador, disponibilizando a identificação das localidades pretendidas.



Mapa 9 – Lances de pesca da Comunidade de Pescadores da região de Ubu e Parati.  
Fonte: Elaborado por Jossilene Correa e Fabrício Nascimento (agosto de 2013).

A intenção inicial era fazer todos os registros fotográficos dos lances a partir do sentido mar-terra. Entretanto, não foi possível fazer o registro destes dois lances, com vista a partir do mar.

Este trecho de praia constitui importante área do trabalho da pesca para todos os pescadores artesanais da região, sendo inclusive utilizado para “estacionar” ou “guardar” barcos nas suas areias.

Meu pai com 86 anos dizia que isso aqui era Tiquiçaba, meu avô que eu também conheci dizia que isso aqui era Tiquiçaba, outras pessoas que já morreram com noventa e tantos anos também sempre falaram que isso aqui era Tiquiçaba, esse finado Magno dizia que era Tiquiçaba, aí não tem como dizer outra coisa. (Pescador S, 53 anos)

As razões da toponímia do lugar são incertas, entretanto o nome Tiquiçaba é reconhecido pelos habitantes da região, sendo este alterado para Praia do Além, quando houve os estudos geotécnicos realizados pela Petrobras em 2006, aparecendo assim nos registros dos documentos referentes aos estudos.

Até 2005, havia apenas a Colônia de Pescadores de Anchieta (Z 4) e uma liderança comunitária local, insuficientes para o encaminhamento das lutas, que algumas vezes exigia o confronto direto com as empresas responsáveis pela deterioração do meio ambiente e das condições de trabalho e de vida.

O problema da colônia é que ela não tava representando nossos direitos. Ainda tinha [o fato de] que eu demorei mais de ano pra receber minha carterinha do Ministério da Pesca. Aí, como tava demorando, eu fui na Colônia lá de Guarapari pra ver se resolvia. Com uma semana eu tava recebendo minha carteirinha. Aí eu decidi ficar registrado lá mesmo. (Pescador S, 54 anos)

Um instrumento de luta se inaugurou nessas comunidades em 2006: a Associação de Pescadores de Ubu e Parati, com Estatuto e Ata de criação, registrados em Cartório e CNPJ. A Associação luta pela defesa das condições de vida e de trabalho dos pescadores associados, em sua maioria, pescadores artesanais.

São realizadas reuniões ordinárias para discussão acerca das dificuldades e problemas enfrentados, principalmente com as empresas Samarco, Petrobras e Vale, além dos organismos dos governos federal, estadual e municipal (com destaque para IEMA, IBAMA e Capitania dos Portos). Nestas reuniões são definidas a estratégia de ação e os encaminhamentos das lutas requeridos para cada situação, dando-se preferência aos mecanismos que levem à negociação.

Uma das primeiras lutas da Associação foi referente ao conflito criado, já no século corrente, no momento da instalação da Plataforma Itapuã, da Petrobras em 2006, para a realização de estudos geotécnicos para a construção de terminal portuário e de gasoduto. Inadvertidamente, os pescadores depararam – se com a plataforma instalada na Praia de Tiquiçaba, Lagoa e Ouriços, da mesma forma que tiveram seus materiais de trabalho parcialmente destruídos pelo deslocamento da plataforma.

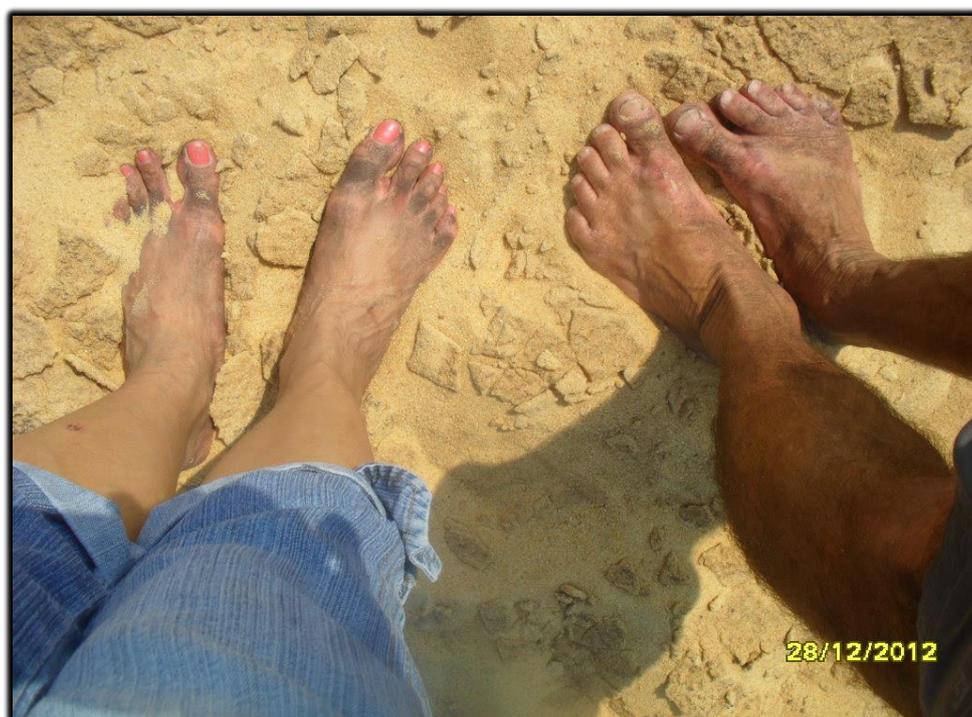
Os impactos da plataforma não foram inicialmente reconhecidos pela Petrobras, bem como pelo próprio IEMA e outras entidades responsáveis pelas operações, não levando em consideração os danos provocados na pesca artesanal, dando início então, a uma série de questões político – jurídicas em torno do direito a indenização.

A luta foi finalmente resolvida somente em fevereiro de 2008, com o pagamento de uma indenização pelos danos causados aos pescadores em função das dificuldades financeiras que duraram quatro meses por falta da possibilidade de pesca (de outubro de 2006 a fevereiro de 2007), solução que foi antecedida por várias reuniões de conciliação.

Depois que a Petrobras chegou aqui, tudo mudou... quando era só a Samarco, no início, não tinha tanto problema! Mas depois também começou a dar problemas por causa das dragagens! (Pescadora U, 52 anos)

Muitos moradores também reclamam do fato da areia não apresentar a mesma coloração que possuía antigamente, como podemos observar na fala da pescadora F, de 51 anos, a qual diz que “a praia tinha uma areia muito branquinha, dava gosto de ver. Agora, é só pó de minério, uma judiação!”

Foto 39 - Pés cobertos de pó de minério durante atividade de campo na Praia de Tiquiçaba.



Fonte: Josilene Corrêa (dezembro de 2012).

Na localidade de Ubu e Parati há alguns trechos de pontões rochosos, sendo um deles historicamente chamado de *Pedra do Nordeste*. Estas “pedras” contemplam uma paisagem de variadas espécies, conforme descreve o Pescador S (53 anos), ao dizer “tem cardo e manacarua, que em Minas é chamada de saborosa”. Estas espécies localizam-se nas encostas rochosas e parecem desenvolver-se melhor no clima seco, segundo a observação do mesmo Pescador, ao afirmar que, “dependendo da ocasião ela cresce e fica

maior ou menos grande, por exemplo, ela não gosta de muita chuva não, ela prefere tempo seco! Olha como ela gosta de quentura! Em pleno janeiro”.

Foto 40 – Exemplar de flora do lugar. “Cardo” é como essa planta é chamada pelos moradores da região.



Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2012)

A Pedra do Nordeste, ou simplesmente “pedras” como descrevem os pescadores, era o local de onde obtinha-se o marisco sururu, na verdade, os rochedos que compõem o costão de Anchieta à Guarapari abrangiam o seu ecossistema.

Em 2009 ocorre a 6ª dragagem do Porto de Ubu para aprofundamento do calado do porto para e facilitar o fluxo dos navios. Nesta ocasião ocorre também a perfuração do gasoduto marítimo pela Petrobras. Nessa ocasião, uma grande quantidade de sururu morto foi trazida à praia, situação esta denunciada pelos pescadores à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, IBAMA e IEMA. No entanto, nenhum desses órgãos fiscalizadores se prestou a averiguar e dar encaminhamento às denúncias, sob o argumento de que a empresa havia sido licenciada para tal atividade. Ora, mostra-se ai uma clara contradição pois, se um pescador é pego com algumas lagostas na época do

defeso, ou é pego com uma tartaruga, este é imediatamente multado e tem a sua produção recolhida, enquanto a dragagem e perfuração dos grandes empreendimentos matam milhares de mariscos e outras espécies que são mortas no processo de sucção da draga e nada acontece com as grandes empresas, conforme relatos de funcionários que aí trabalharam.

Durante a penúltima dragagem do Porto da Samarco em 2009, uma quantidade significativa de sururu morto foi levada à praia de Tiquiçaba. (Foto 41).

O sururu morreu tudo. Foi pena você ter vindo na maré alta, porque na maré baixa você vê tudo, não tem mais sururu não, só tem aqueles esquentações na pedra, mas os que a gente come mesmo, morreu tudo. Foi ali que eu fiz as fotos, pegando isso tudo até o Hotel Pontal. E eles (as empresas) ainda falaram (ironicamente) “você fez essas fotos na lua?” Aí eu disse, se tiver Hotel Pontal na lua, então eu tive lá (na lua)! (Pescador S, 53 anos)

Foto 41 - Grande quantidade de sururu trazido às areias do mar de Ubu/Anchieta, resultante da dragagem realizada pela Samarco em agosto de 2009.



Fonte: APUP (2009)

Após a dragagem da Samarco, um outro fato que contribuiu decisivamente para que o sururu fosse dizimado foi quando ocorreu a perfuração das rochas na

Praia de Tiquiçaba, para instalação do gasoduto subterrâneo ligado às obras de construção da Unidade de Tratamento de Gás – Sul Capixaba (Cf. mapa 6), empreendimento este da Petrobras no município de Anchieta, como já descrito em capítulo anterior.

Com as obras de perfuração das rochas, houve a destruição completa do ecossistema do sururu, ocasionando um grande impacto às marisqueiras, que há gerações faziam a coleta de sururu naquela localidade, pois estas rochas constituíam a área de reprodução do marisco sururu e, após a perfuração subterrânea dessas rochas os mariscos não mais se reproduziram até o momento.

Como se não bastasse o impacto acima relatado, a construção do gasoduto implica na introdução de novos objetos espaciais, demarcando visivelmente a nova territorialidade que se forma pela penetração cada vez maior de grandes empresas, o que por outro lado rebate na des(re)territorialização dos pescadores, que passam a terem suas condições de reprodução de vida e de trabalho, cada vez mais limitados pelas novas funções atribuídas ao seus tradicionais territórios.



Foto 42 – Placa informativa da instalação do gasoduto na Praia de Tiquiçaba.

Fonte: APUP (novembro de 2009)



Foto 43 - Placa de identificação da presença do gasoduto na localidade de Ubu.

Fonte: Josilene Corrêa (14 de dezembro de 2012)

Foto 44 - Área de reprodução do sururu afetada pelas perturbações ocasionadas em seu ecossistema , em função das atividades industriais.



Fonte: Josilene Corrêa (dezembro de 2012)

Esta destruição dos nichos de sururu, até hoje não foi avaliada nem pela empresa Samarco e nem pela empresa Petrobras que também é apontada como responsável pela destruição do ecossistema do sururu. Até hoje, ambas se recusam a assumir o crime sócioambiental.

É uma luta. Ao todo são 219 processos contra a Petrobras, Samarco e Vale. A gente tá esperando ver se eles vêm negociar com a gente, porque é mais fácil que pelo Ministério Público! (Pescador S, 54 anos)

Este fato veio à tona várias vezes durante as entrevistas realizadas com os pescadores sempre envolvidos por um sentimento de pesar, conforme percebe-se na fala da pescadora:

Eu não queria nunca que essas empresas tivessem vindo pra cá. Se a minha mãe tivesse viva ela ia ter um sofrimento muito grande porque ela adorava ir para as pedras tirar sururu. [...] Ela levava a gente com ela e a gente adorava brincar de catar os “buzinhos”. Rapidinho ela vinha e fazia comida pra gente. Tinha até um italiano que vinha aqui e

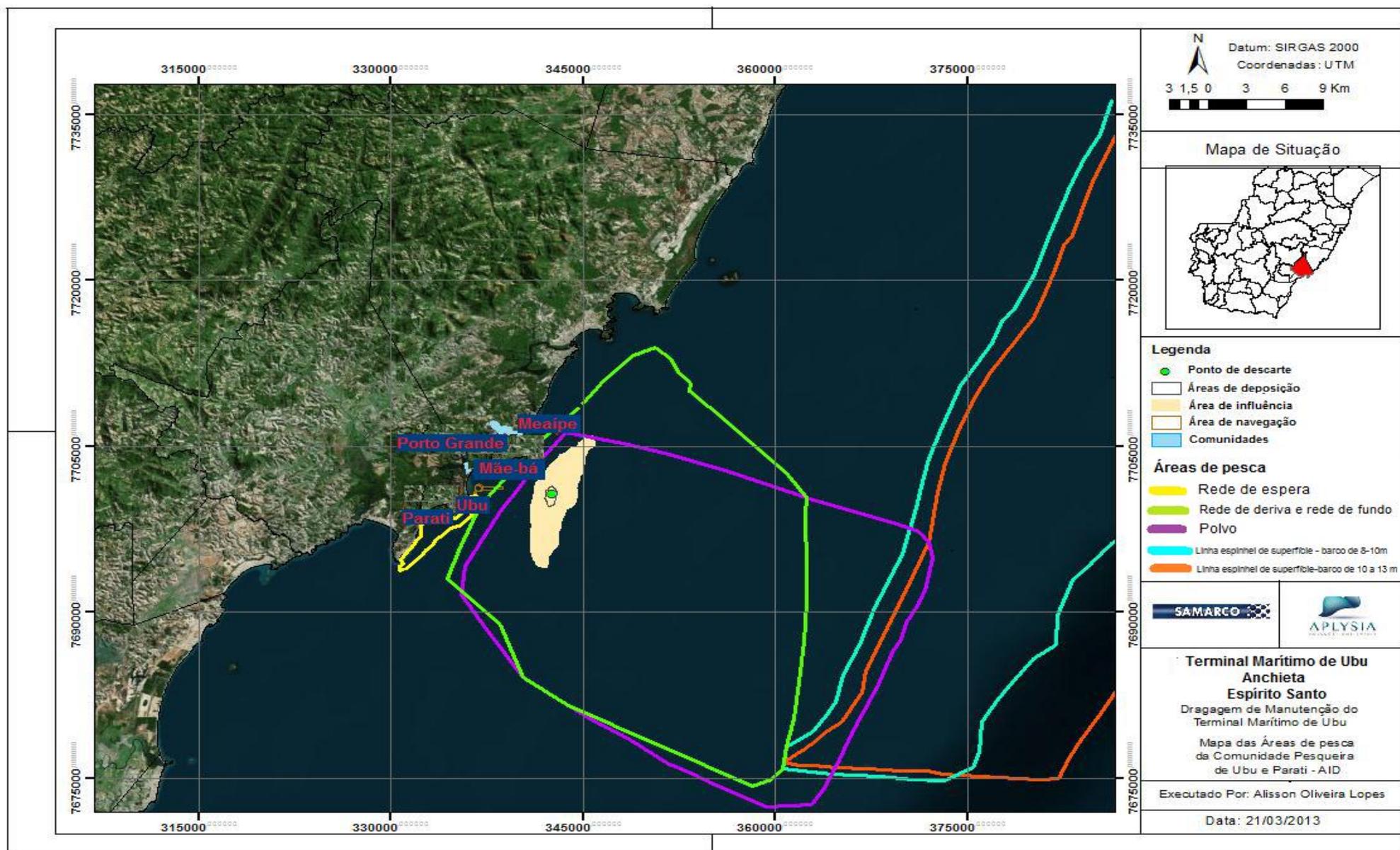
sempre dizia “aqui é uma terra abençoada porque ninguém passa fome”. (Pescadora L, 57 anos)

Com esta destruição das áreas onde se reproduzia o sururu, outro circuito territorial foi quebrado, pois as mulheres que atuavam na coleta desse marisco passaram a migrar para Iriri (Cf. mapa 1), praia localizada próxima a fronteira sul de Anchieta, local que possui “pedras de sururu” onde elas podem continuar exercendo seu trabalho, o que implica em custos com transporte e no aumento do esforço físico, ao transportar sacos de aproximadamente 30 quilos do marisco. Outra alternativa por elas encontrada foi a inserção na economia informal<sup>56</sup>, trabalhando como diaristas, costureiras, tomando conta de imóveis de veranistas ou serviços temporários no setor terciário, conforme conversas informais obtidas durante a atividades de observação participante. Ressalta-se o fato de que foram as mulheres, dentre os pescadores entrevistados, aquelas que dependem parcialmente da pesca (Tabela 10).

Neste momento está ocorrendo a 7ª dragagem do Porto de Ubu, tendo havido no dia 12 de julho de 2013 uma reunião para discussão do cumprimento das compensações obrigatórias em função dos impactos provenientes dessa atividade.

---

<sup>56</sup> Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2006), a economia informal abrange uma diversidade de trabalhadores que enfrentam desvantagens, de intensidades variáveis no contexto nacional, urbano ou rural. A economia informal absorve trabalhadores que, de outra forma, não teriam trabalho e nem rendimento, ou seja, há uma necessidade absoluta de obtenção imediata de renda. Eles podem trabalhar por conta própria ou serem assalariados. As mulheres encontram-se no grupo caracterizado por abranger as primeiras vítimas dos déficits de trabalho digno. Segundo a OIT (2006, p. 10) “a expansão da economia informal pode muitas vezes ser imputada a políticas macro-econômicas e sociais inadequadas, ineficazes, mal-planejadas ou mal implementadas, em muitos casos formuladas sem consulta tripartida”.



Mapa 10 – Impactos da 7ª dragagem do Porto de Ubu sobre as áreas de Pesca da Comunidade de Ubu e Parati (Anchieta)

Fonte: SAMARCO/APLYSIA (julho de 2013)

A partir da análise do mapa 10, é possível observar os impactos diretos da dragagem em área de pesca dos Pescadores de Ubu e Parati, além dos já relatados impactos ambientais observados na mortandade de espécies marinhas que aparecem na praia após dragagens feitas anteriormente, mas que nunca foram avaliados pelos órgãos ambientais IEMA ou IBAMA. Há ainda uma evidente contradição quando a empresa diz que suas ações são estabelecidas partir do “respeito e diálogo com as Comunidades”, quando na verdade, por meio da observação participante, ouviu-se comentários do tipo “Tá feito! Tá feito!” por parte de alguns funcionários da Samarco, no momento que os pescadores contestavam o relatório de impacto da 7ª dragagem, indicando as ações impositivas da empresa.

As reivindicações dos pescadores consistem em pagamento de indenização pelos 3 meses do período da dragagem, sendo que, a empresa foi tácita ao responder que o reembolso em dinheiro se contrapõe ao “Código de Ética” da empresa.

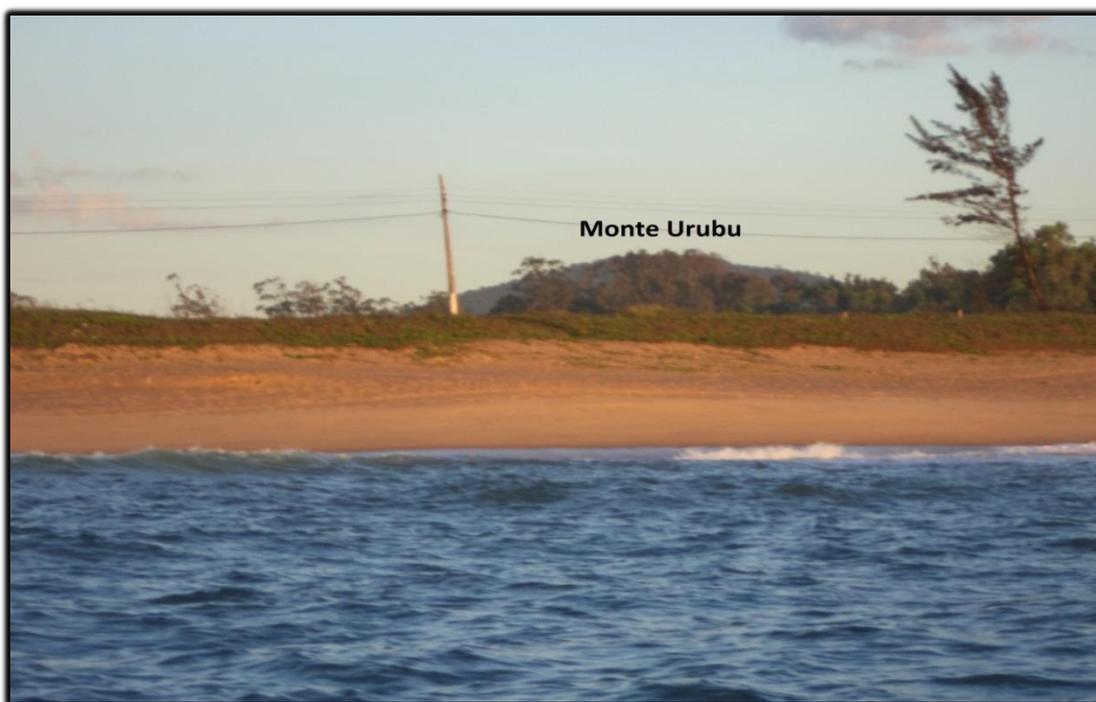
Em outras situações de confronto entre os pescadores de Ubu e Parati e as empresas Vale e Petrobras pelo pedido de indenizações em dinheiro decorrentes de impactos sócioambientais, houve a mediação pela Promotoria de Justiça de Guarapari, a qual atende ao município de Anchieta. Todavia, relatos dos pescadores revelam ações de intimidação por parte da Promotoria, pois numa ocasião em que os pescadores negaram o ressarcimento de impactos por meio de cesta básica ou compensações indiretas, o Promotor declarou que isentaria a empresa de cumprir a compensação.

Conclui-se então a notória falácia da aplicação das leis de compensação da atividade pesqueira ai implementadas, pois na prática essas “compensações” têm se resumido a reuniões informativas acerca da “imposição dos projetos” e dos projetos disponíveis para que a Comunidade possa ser “contemplada”. Uma vez aceito o projeto, a Comunidade legitima assim as ações dos empreendedores e dos órgãos licenciadores, contabilizando mais uma empreendimento bem sucedido e contribuindo para que a empresa seja reconhecida como “ambientalmente sustentável”.

a) *Lance 3 – A lagoa Azul ou Lagoa de Ubu (Cf. mapa 9)*

Dentre as paisagens marcantes que evocam o sentimento topofílico por parte dos pescadores, destaca-se a Lagoa de Ubu ou, como também é conhecida, a Lagoa Azul. Além de ela ser uma referência paisagística, a ela estão relacionadas muitas histórias, as quais revelaram a importância deste corpo hídrico para a Comunidade do lugar (Foto 45).

Foto 45 - Lance 3 denominado de Lagoa; importante referencial paisagístico usado como auxílio na definição do pontos de pesca. Atrás do cordão de areia, encontra-se (não visível) a Lagoa de Ubu ou Lagoa Azul.



Fonte: Josilene Corrêa (fevereiro de 2013).

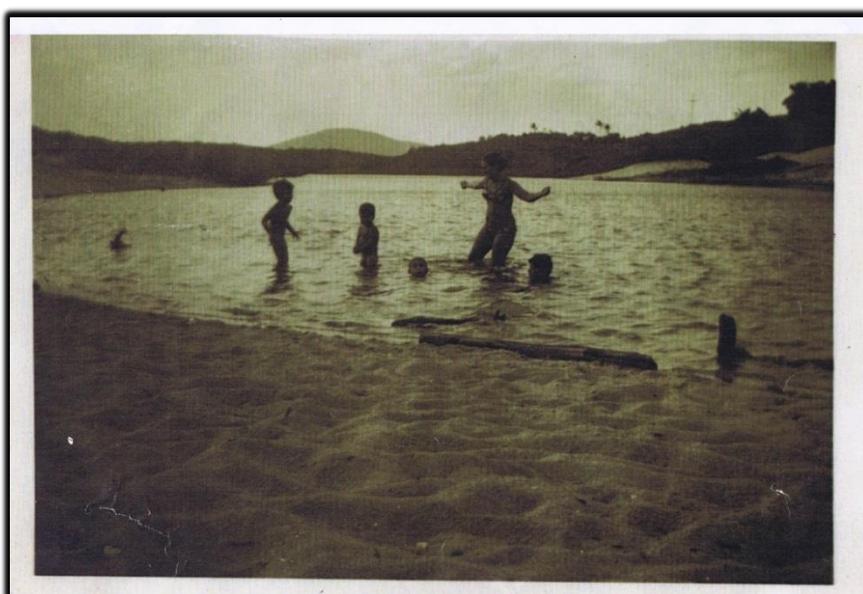
Foto 46 – Separação entre a Praia da Lagoa e a Lagoa Azul olhando do continente para o mar. Note, ao fundo, o movimento dos navios.



Fonte: Josilene Corrêa (junho de 2013)

A referida lagoa era utilizada para a lavagem das roupas na época em que não havia água encanada, conforme ouviu-se da pescadora F de 56 anos, a qual afirmou que “quando a gente era criança, vinha todo mundo pra cá para lavar as roupas, então, enquanto as mães faziam as tarefas, a gente brincava nos morros de areia. Era como se fosse uma prainha”.

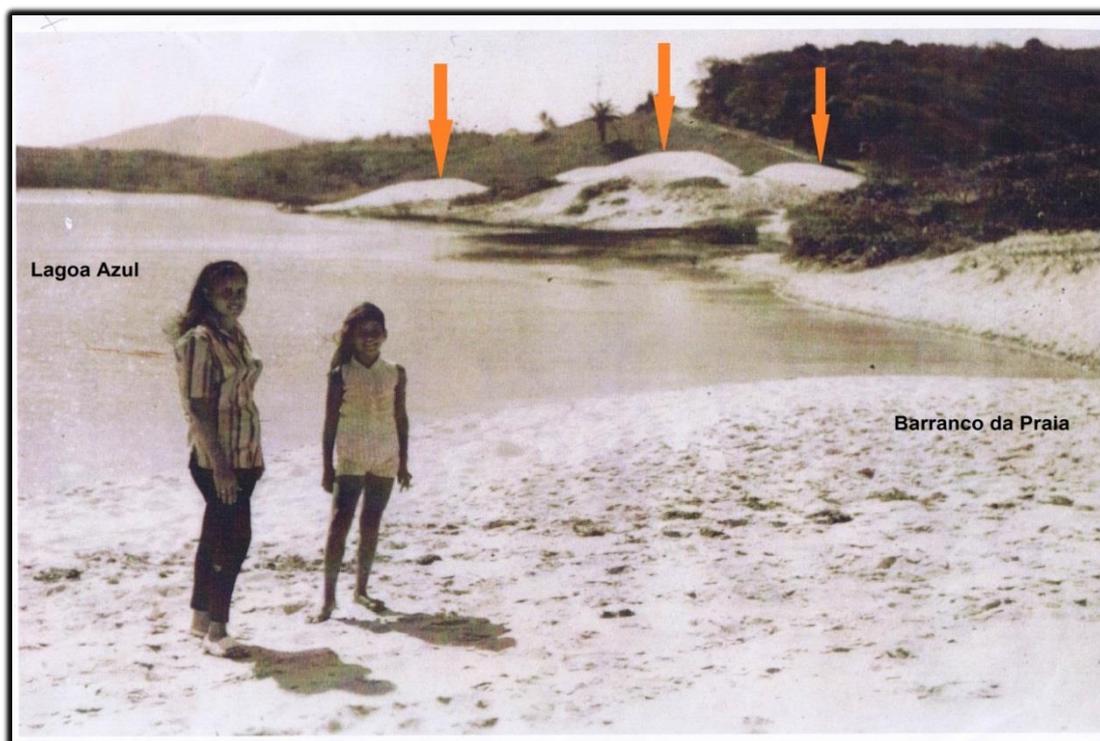
Foto 47 – Crianças e adulto brincando na lagoa Azul. Ao fundo, note o Monte Urubu.



Fonte: Fotografia cedida por um membro da Comunidade de Ubu e Parati (196?).

Os moradores também descrevem a presença de morros de areias, bastante comuns no litoral capixaba (ALBINO, GIRARDI, NASCIMENTO, 2001) e um cordão de areia elevado “ou barranco da praia” que a cercava e a separava, naturalmente do mar. Em período de sol, a lagoa virava uma praia para o lazer dos pescadores, conforme alguns relatos descritivos.

Foto 48 – Morros de areia existentes antes da instalação da empresa Samarco.



Fonte: Fotografia cedida por um membro da Comunidade de Ubu e Parati (196?).

Essa lagoa apresenta a extensão de aproximadamente meio quilômetro e teve parte de sua margem asfaltada à época da construção da Samarco, pois ela é margeada por um trecho da Rodovia do Sol. Com isso, houve a quebra de um importante ritual histórico realizado pelos pescadores de Ubu e Parati, evento este ocorrido por ocasião da época de “furar a lagoa”, sendo tal ritual repetido a cada 3 ou 4 anos.

Quando a lagoa tava muito cheia a gente furava ela [...] Isso acontecia a cada 3 ou 4 anos. Aí a gente se reunia e ia todo mundo pra lagoa. Cavava até a água da lagoa escorrer para o mar. Isso renovava a água da lagoa, limpava. Até me lembro um dia que um cachorro foi levado pela enxurrada, porque era muito forte a força. Depois que furava era uma festa. (Pescador P, 63 anos).

Eu me lembro de uma vez quando nós fomos furar a lagoa. A gente era tudo criança e eu me lembro que ia todo mundo, a mamãe levava a gente. Depois que os homens conseguiram furar a lagoa aparecia muito peixe, aí, os peixes ficavam presos nos matos, então ficava um monte de gente pegando aqueles peixes (Pescador N, 45 anos).

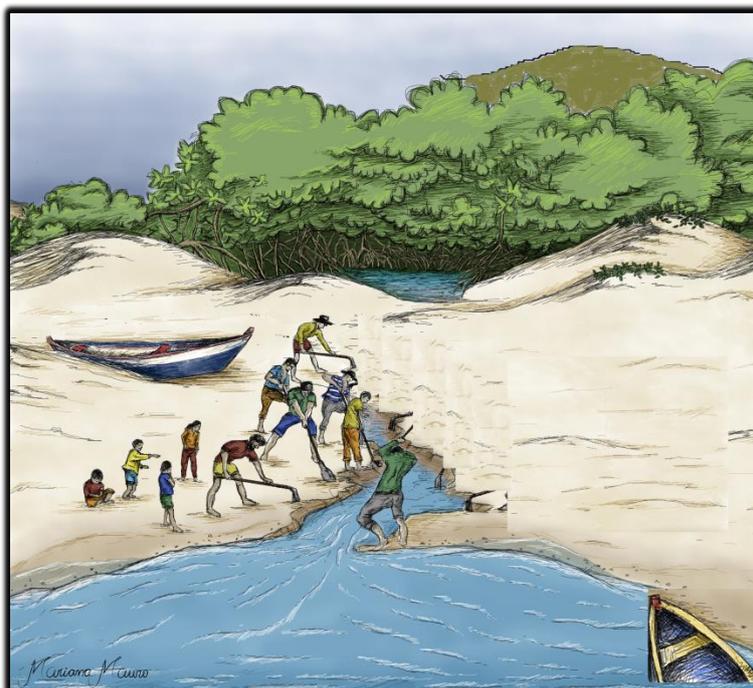
Quem autorizava a “furar a lagoa” era o Sr. Magno e bem na época da chuarada porque a Capitania não podia saber senão eles não autorizavam. Quando eles vinham ver a gente dizia que a chuva tinha estourado a lagoa (Pescadora N, 61 anos).

Quando a lagoa estava muito cheia, os pescadores se reuniam para drenar a lagoa porque a consideravam muito cheia e “suja”, o que dificultava a realização de algumas tarefas ali realizadas.

A gente tinha liberdade de ir andando até a lagoa. Quando a gente furava a lagoa a água ficava limpinha, boa para lavar roupa e tomar banho. Agora com essas empresas acabou tudo. Tá tudo diferente. Ela tá muito cheia e suja (Pescadora L, 57 anos).

Pra fazer a drenagem a Comunidade se reunia e cavavam uma vala do mar até a lagoa (Imagens 10 e 11).

Imagem 10 - Desenho elaborado a partir das histórias orais de descrição do rito do “furar a lagoa”. Vê-se o início das atividades de escavação.



Fonte: Trabalhos de campo realizados para esta dissertação (2012/2013) e arte de Mariana Mauro (maio de 2013).

Imagem 11 – Momento em que abre-se o canal de contato entre o mar e a lagoa era finalmente aberto.



Fonte: Trabalhos de campo realizados para esta dissertação (2012/2013) e arte de Mariana Mauro (maio de 2013).

Por ocasião da morte de um homem na lagoa, fortaleceu-se a justificativa para a retirada dos quiosques e colocação de tubos de ferro para inibir o acesso das pessoas à lagoa para evitar acidentes, no mesmo tempo em que inibia o acesso de pessoas à empresa, por este trecho da lagoa.

Há ainda relatos que afirmam que no final na década de 60, houve a pretensão de se construir um empreendimento imobiliário á beira da lagoa, havendo inclusive o início das obras de estruturação da base do prédio, mas o projeto não teve prosseguimento.

b) *Lances, 4, 5 e 6 - Ouriços, Cabeço do Baiacu e Baixa Grande de Ubu – (Cf. mapa 9)*

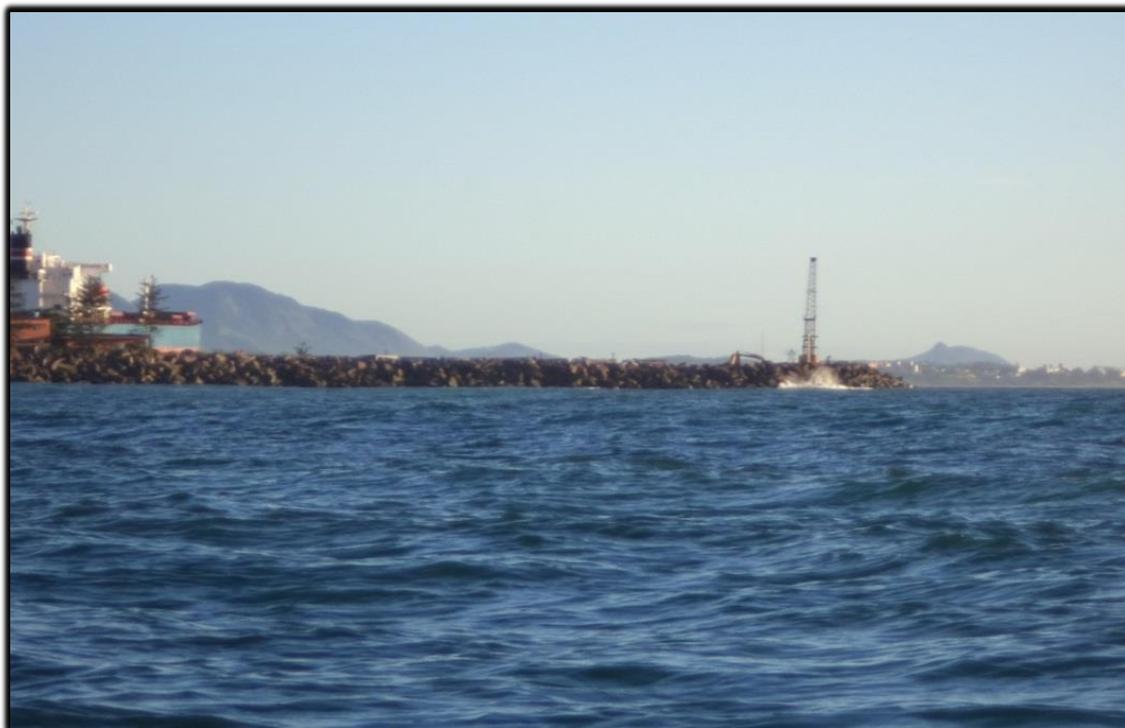
Seguindo em direção à área portuária da Samarco e pretensamente pertencente à Petrobras, localizamos primeiramente os Ouriços e o Cabeço do Baiacu, observados nas fotos abaixo (Fotos 49 e 50).

Foto 49 - Lance 4 denominado de Ouriços e tanque da Petrobras em verde, o qual passou a ser utilizado como referencial paisagístico dos pescadores.



Fonte: Josilene Corrêa (fevereiro de 2013).

Foto 50 – Lance 5 denominado de Cabeço do Baiacu; no centro encontra-se o Porto de Ubu misturando-se à paisagem de serras ao fundo.



Fonte: Josilene Corrêa (fevereiro de 2013).

Os “cabeços”, nome dado ao lance, são os rochedos normalmente submersos quando a maré está alta e as “baixas” onde estouram as ondas na superfície do mar. De acordo com os pescadores, esses rochedos correspondem a berçários responsáveis pela reprodução do robalo, anxova, sarda, xixarro, xaréu, lagosta, mero, badejo, garoupa São Tomé, covadinha, dentre outras espécies por eles apontadas.

Ao observarmos as paisagens nas fotos 49 e 50 ficam mais evidentes as marcas do processo de desterritorialização por parte das empresas que têm invadido os tradicionais territórios pesqueiros e vêm imprimindo na paisagem as marcas dessa perda de parte do território de trabalho dos pescadores.

A (des)reterritorialização desses pescadores é reforçada por vetores estratégicos de consolidação de leis de ordenamento territorial que têm predominantemente beneficiado a ação de grandes investidores industriais, a exemplo das leis de restrições à pesca voltadas a preservação da fluidez necessárias às atividades portuárias (Cf. mapa 6).

Contraditoriamente, estes novos enclaves técnicos inseridos na paisagem passam a compor os referenciais paisagísticos dos pescadores, misturando-se na paisagem com os elementos naturais.

O lance a ser mostrado a seguir corresponde a Baixa Grande de Ubu (Foto 51).

Foto 51 – Lance 6 denominado de Baixa Grande de Ubu; berçário de reprodução de inúmeras espécies marinhas, segundo os pescadores.



Fonte: Josilene Corrêa (fevereiro de 2013).

O lance acima apontado constitui área principal dos pescadores de Ubu e Parati, além de outras comunidades de pescadores que habitam as adjacências da região costeira, conforme o relato a seguir.

Essa área é muito importante para os pescadores de Ubu e Parati, mas também das comunidades de pescadores Mãe-bá, Meaípe e de Anchieta, que também vêm na época do polvo, da pescadinha, da lagosta também. Mas agora a gente tá pescando lagosta mais de cova porque de rede não pode mais. Nossa região não tem a permissão de pescar lagosta em alto mar, então a gente só pode pescar na beirada. Meaípe tem permissão de pescar (lagosta) mas a gente não. (Pescador S, 53 anos)

Na direção da Baixa Grande de Ubu, há marcações no asfalto (Foto 52) indicando os vestígios dos estudos de onde se pretende construir o Porto da

Petrobras, coincidindo também com outros lances, a exemplo do lance da Lagoa (Cf. mapa 9).

Foto 52 – Marcações no asfalto realizada pela empresa Petrobras indicando lugar onde se pretende construir terminal portuário.



Fonte: Josilene Corrêa (dezembro de 2012).

O Pescador N de 45 anos critica:

Hoje em dia a produção já não garante mais o nosso sustento, e as empresas ainda querem acabar com tudo! Se eles destruírem um cabeço, uma baixa, não tem como construir outro não. E depois eles ainda dizem que a gente é que tá exterminado as espécies.

O mesmo Pescador complementa:

Ainda tem a perseguição do IBAMA Eles não sabem o que produz o mar. Tem a extinção porque calha de as empresas virem tudo pra cá e acabarem com tudo. Não tem mais o mês certo de você trabalhar e de produzir. Ainda acusa o pescador de colocar um material que põe em extinção os peixes. O pescador trabalha com o material certo na época certa e toda a época dão os peixes certos nas épocas certas. Hoje em dia não dá mais. E ainda pressionam o pescador e dão multa.

Lá as pessoas pescavam de tarrafa e pescavam lagosta de rede, mas agora não pode mais. Aí a gente tem que respeitar o direito senão o IBAMA pega a gente com razão. Não pode

pescar nem de rede e nem de cova, só a partir de 1 milha pra fora é que você pode pescar. Antigamente, a gente tinha certeza de sair de casa e voltar com a comida do dia, mas agora, a gente não sabe nem se volta porque o Ibama fica perseguindo a gente. (Pescador T, 54 anos)

Como já foi visto, as multas constituem um sério problema não apenas para os pescadores da região de Ubu e Parati, mas também para todos os pescadores que atuam na costa brasileira e que têm partilhado dessa multiterritorialidade marcada pelos conflitos com grandes empreendimentos de diversos segmentos. Isso pode ser verificado na participação em eventos, cuja temática envolvia os direitos dos pescadores artesanais, como no II Seminário Nacional de Espaços Costeiros, ocorrido em Salvador em junho de 2013 e palestra intitulada Licença de Pesca para embarcações, ocorrida na Câmara da Prefeitura Municipal de Anchieta também no mês de junho do ano corrente.

Em ambos os eventos, foi possível conhecer os problemas relativos à multiterritorialidade vivenciada por centenas de pescadores, os quais têm tido sua territorialidade negada ou flexibilizada a favor das políticas de desenvolvimento econômico apontadas pelo governo federal, e concretizadas pelos órgãos públicos em parcerias com empresas privadas de diferentes segmentos, porém tendo estes em comum os altos ganhos financeiros.

*c) Lances 7 e 8 - Pedra do Medroso e Baixa da Mupica (Cf. mapa 9)*

Apresentemos agora os dois últimos lances a serem registrados e suas principais características:

Foto 53 – Lance 7 denominado de Pedra do Medroso; no fundo o Monte Urubu reafirma a sua importância enquanto referência paisagística para os pescadores.



Fonte: Josilene Corrêa (fevereiro de 2013).

Foto 54 - Lance Baixa da Mupica. Ergue-se à esquerda o Monte Aghá, localizado no município de Piúma, município que faz fronteira com Anchieta.



Fonte: Josilene Corrêa (fevereiro de 2013).

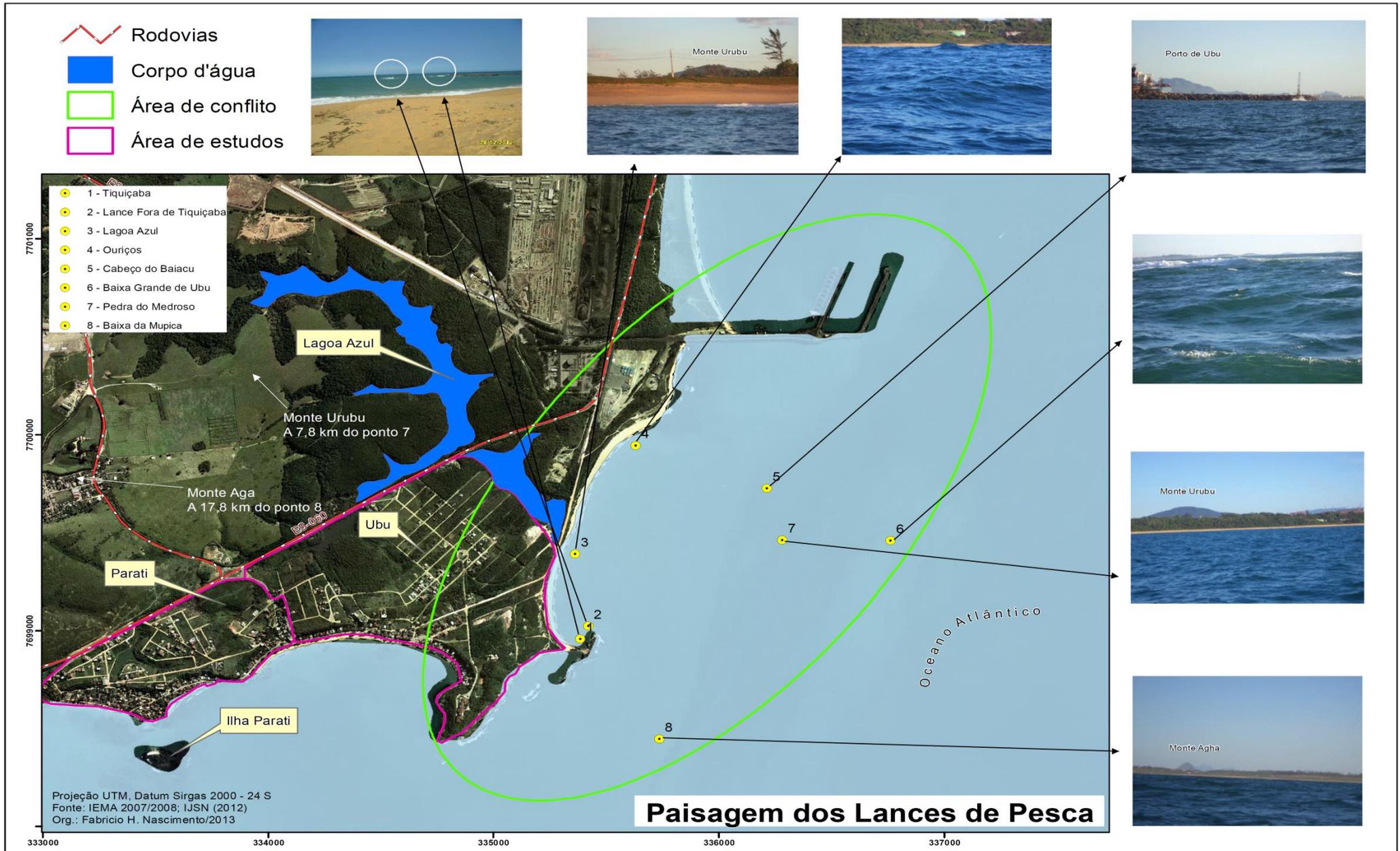
Na foto 53 observa-se a reincidência do Monte Urubu enquanto referencial paisagísticos dos pescadores da região, e na foto 54, a presença do Monte Aghá, localizado a aproximadamente 18 quilômetros do ponto do lance Baixa da Mupica.

É notório que a construção simbólica desses referenciais da paisagem, assim como os seus usos foram possibilitados não apenas pelas condições disponibilizadas pelo sentido da visão, mas a partir da integração com os demais órgãos dos sentidos acionados nas práticas de aprendizagem com o mar, na observação do clima, nos diálogos e troca com os companheiros, enfim tudo aquilo que está presente em seu meio sócioambiental, e que, com maior ou menor intensidade, contribuindo para formação das relações topofílicas construídas com o lugar.

Neste contexto então, observamos que as condições essenciais de sobrevivência e de segurança afetiva, encontradas na região, permitiram a fixação do pescador ao longo de gerações nessa localidade relativamente isolados, contribuindo decisivamente para a atribuição de valor e atitude de luta pelo direito de apropriação do lugar, enquanto parte indispensável do território múltiplo vivido (Mapa 11).

De uma maneira resumida, as lutas em curso dos pescadores são pela preservação dos pontos pesqueiros, pelo ressarcimento dos prejuízos causados pela Vale e Petrobras com as perfurações no litoral da pesca para sondagem geotécnica de construção de portos, bem como junto à Samarco pelos danos provocados pelas dragagens de seu porto no período de 04 de junho a 24 de setembro de 2009 e entre junho e outubro de 2013, além das outras dragagens já realizadas em anos anteriores.

Estas lutas assumiram também a forma jurídica na medida em que as empresas se recusam a adotar uma solução compatível com as exigências dos pescadores. Estas reivindicações são mínimas diante das sequências de ações destrutivas do lugar por parte das referidas empresas que vêm impondo seu domínio sobre o território.



Mapa 11 - Síntese das paisagens dos lances de pesca da Praia de Tiquiçaba, Lagoa Azul e Ouriços.

Fonte: Elaborado por Josilene Corrêa e Fabrício Nascimento (maio de 2013).

## 5 CONCLUSÕES

Ao fim desta pesquisa, pode-se dizer que as proposições e metodologias nela encontradas possibilitaram a obtenção das informações necessárias ao desvendamento da problemática inicialmente apresentada. No entanto, os limites desta pesquisa podem ser vistos nas inúmeras outras questões suscitadas, conforme surgiam novos sujeitos e outras problemáticas que de alguma forma, mereciam um olhar mais atento, como no caso do problema geracional que se apresenta, uma vez que os próprios pescadores optam por não incentivar os filhos a perpetuarem seu modo de trabalho. Nesse contexto, coloca-se aí uma importante questão acerca da visão dos jovens sobre o lugar, principalmente daqueles que não compartilham das atividades da pesca.

Por outro lado, identificam-se as inúmeras mudanças impositivas pelas quais os pescadores de Ubu e Parati têm passado nas últimas 4 décadas e os desafios que se colocam perante tais mudanças, em decorrência da necessidade de uma readaptação rápida diante das novas dinâmicas territoriais aí presentes.

Com as ações (des)reterritorializadoras aí identificadas, não é apenas mais um território que se perde, mas toda uma história tecida por inúmeras outras histórias de diferentes sujeitos que daquele espaço partilharam e obtiveram simultaneamente o seu sustento e a sua razão de vida.

O avanço do capital sobre os territórios desses povos também tem configurado exemplos concretos de práticas de injustiça ambiental, cujas mudanças no modo de trabalho e de vida têm implicado na distribuição desigual nas consequências negativas inerentes ao modo de produção capitalista, sendo que tais consequências carecem ser, o quanto antes, levantadas.

No caso dos pescadores de Ubu e Parati, destacamos a redução das condições de manutenção do trabalho da pesca, a inserção no mercado de mão de obra de baixa qualificação e consequentes baixos salários, a redução

do acesso a áreas e paisagens simbolicamente e funcionalmente importantes, além da exposição a riscos tecnológicos incutidos na instalação de objetos técnicos, além da redução da qualidade do ambiente em função do aumento da poluição do ar e das águas marinhas e fluviais.

Dessa forma, foi possível perceber, na paisagem, muitas evidências dessa nova realidade multiterritorial que tem recaído sobre a Comunidade. É bem verdade que estar neste território múltiplo tem gerado alguns ganhos relativamente positivos, a exemplo da geração de postos de trabalho no município, crescimento econômico, ampliação das condições de mobilidade e acesso a equipamentos urbanos importantes como escolas e hospitais. No entanto, contabilizam-se também inúmeros prejuízos a exemplo de restrições temporárias da pesca sem ressarcimento dos meses não trabalhados, degradação ambiental de flora e fauna locais, prejuízos com equipamentos de trabalho destruídos em função de trabalhos de prospecção das empresas, instituição de legislação ambiental que restringe parte das atividades tradicionais dos pescadores, aplicação de multas por órgãos ambientais, principalmente pelas tentativas de uso de áreas agora dominadas pelas empresas.

Como se não bastassem as ações invasivas de grandes indústrias, o segmento do turismo, o qual poderia ser apresentado como alternativa de desenvolvimento econômico, foi planejado para atender a grupo de empresários externos ao lugar, tirando a possibilidade do protagonismo da comunidade local e conseqüente poder de gestão das políticas vinculadas ao setor turístico, apesar de algumas possibilidades de ganhos eventuais em função do aluguel de casas para o veraneio, da venda de pescado ou da venda de produtos pelos pescadores que possuem quiosque na praia.

Nesta realidade, constata-se que tais mudanças não são fruto de decisões geradas no seio dessa Comunidade, mas sim de grupos de empreendedores capitalistas indiferentes à territorialidade que ali existia, cujas metas concentravam-se sobre lucrativos projetos de base industrial pesada.

Observou-se ainda uma constante negligência dos órgãos ambientais, em todas as esferas do Estado, mostrando-se por vezes receosa ou tendenciosa diante da força política, econômica que é imposta pelos sujeitos que se beneficiam da expansão industrial. Uma verdadeira rede de coação que sutilmente se instala na sociedade.

As consequências decorrentes desses impactos são vistas na abertura de frentes de resistência social provocadas, quer seja pela injustiça social, quer seja pelas injustiças ambientais a elas diretamente associadas, alimentando as lutas por modos alternativos de apropriação da base material da sociedade, somando – se às discussões acerca da extinção de recursos, postura esta louvável do ponto de vista dessa pesquisa.

Muitos foram os questionamentos suscitados a partir dessa pesquisa. Contudo, colocam-se aqui dois questionamentos aos órgãos ambientais IBAMA e IEMA. Quando os referidos órgãos irão avaliar os impactos ambientais denunciados pelos pescadores de Ubu e Parati?

Embora compreendamos a força do âmbito econômico que alimenta os projetos de desenvolvimento, e o seus distintos potenciais de ação das redes multiterritoriais que envolvem os Pescadores de Ubu e Parati, busca-se agora apontar caminhos para ampliar o potencial da dimensão política – cultural e multiterritorial do lugar e abrir campo para se pensar além do destino único que tem sido traçado para esse território, numa atitude de resistência à reterritorialização precária (Haesbaert, 2004b).

Do ponto de vista geográfico, coloca-se aqui como ponto de partida a proposição de um ordenamento territorial do ponto de vista da Comunidade receptora dos empreendimentos ou mesmo aquela que não está suscetível a nenhum grande projeto, podendo assim colocar-se como protagonista diante das possíveis mudanças. Assim, sugere-se para pesquisas posteriores.

- Mapeamento e estudo das territorialidades das demais comunidades de pescadores do município de Anchieta e demais áreas do litoral sul do Espírito

Santo, tomando por princípio os grupos que compartilham dos mesmos territórios pesqueiros, numa perspectiva de construção de redes de apoio mútuo em defesa dos territórios pesqueiros;

- Identificação e pesquisa sobre outras comunidades em Anchieta, passíveis ou já reconhecidas como “tradicionais” para a produção de formas de representação cartográfica que materializem os relatos orais sobre as velhas e novas formas de usos das áreas historicamente ocupadas, colocando em evidência a paisagem e modos de subjetivação que as justificam a partir da perspectiva das pessoas sobre o lugar;
- Estudo de viabilidade de requalificação do trabalho da pesca artesanal voltado a um sistema territorial de produção e gestão coletiva fundamentada em princípios de sustentabilidade ambiental e cultural, como alternativa à predatória promoção de cadeia produtiva lucrativa;
- Levantamento imediato e detalhado dos impactos nos ecossistemas locais das áreas de pesca apontados e registrados pelos pescadores;
- Estudo linguístico e elaboração de glossário, ambos vinculados a práticas territoriais de usos dos espaços;
- Estudo dos processos erosivos na região de Parati e estudo geomorfológico da Lagoa de Ubu, de Mãe-bá e do Córrego Parati para um possível uso auto-sustentável;
- Levantamento dos riscos tecnológicos aos quais estão suscetíveis os habitantes de área de influência dos grandes projetos industriais em Anchieta.

Acredita-se que estes caminhos acima sugeridos possam oportunizar mais debates sobre as diferentes construções discursivas acerca dos diversos modos de apropriação do território existentes, assim como o reconhecimento e legitimação de territorialidades que mantêm práticas menos destrutivas e mais democráticas de uso dos espaços.

## 6 REFERÊNCIAS

A GAZETA. **Investimentos da Petrobras no ES serão 60 vezes superiores aos destinados há uma década.** 27/01/2009.

GAZETA-ON LINE. **Gasoduto sul capixaba:** duto de 10 polegadas e duto de 1,1 mil metros. 2009. Disponível em <<http://www.intech-engenharia.com.br/julho-2013/capa.php>> Acesso em 16 de dez., 2012.

ACSERALD, Henry (Org.). **Cartografias sociais e território.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, Rio de Janeiro, 2008.

ACSERALD, H.; MELLO, C.C do A.; BEZERRA, G.. **O que é justiça ambiental?** Garamound. Rio de Janeiro, 2009.

ALBINO, Jacqueline; GIRARDI, Gisele; NASCIMENTO, Kleverson de. **Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro-Espírito Santo.** 2001. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_sigercom/arquivos/es\\_erosao.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_sigercom/arquivos/es_erosao.pdf)> Acesso em 11 de ago. 2013.

ALENCAR, A. **Ativistas ambientais denunciam aumento do número de homens armados na Baía de Guanabara.** O Globo Rio. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/mortes-intrigam-pescadores-artesanais-de-mage-5337191>>. Acesso em 12 de julh., 2013

ALVARENGA, Andréa Curtiss. **Reflexões sobre as consequências da implantação de grandes empreendimentos no município de Anchieta- ES.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós - Graduação em Arquitetura e Urbanismo-PPGAU. Universidade Federal do Espírito, Vitória, 2010.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1983].

ANTUNES, J. **Evo Morales e a farsa das nacionalizações na Bolívia**. In: World Socialist Web Site. 22 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.wsws.org/pt/2007/may2007/por1-m22.shtml> > Acesso em 02 ago. de 2013.

APARECIDA DE SOUZA, M. A. **Recompondo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação**. In: **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL ATINGIDOS PELA VALE. **Relatório de insustentabilidade da Vale 2012**. 2012. Disponível em: <<http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2012/06/relatorio-insustentabilidade-vale-2012-final1.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2013

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO. **Professores, gestores e alunos do MEPES são homenageados**. Disponível em Fonte: <<http://www.al.es.gov.br/portal/frmShowContent.aspx?i=23657>> Acesso em julho de 2013.

ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE UBU E PARATI. 2009. Disponível em: [http://www.redecomunaverde.org/rede/index.php?option=com\\_content&view=article&id=51&Itemid=12](http://www.redecomunaverde.org/rede/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=12). Acesso em: 2 mar. 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB) Seção Vitória. Coletivo 2010-2012 **RELATÓRIO DE ATIVIDADE DE CAMPO: Anchieta-ES** Data: 19/05/2012 Realização: AGB, seção Vitória-ES Parceria: Centro Acadêmico Livre de Geografia (CALGEO-UFES). Vitória.

ATAIDE, SORAYA GAMA. **Capital, Trabalho, Saúde e meio Ambiente: uma relação destrutiva analisada numa indústria de pelotização**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

ATIVA. **Relatório de Impacto Ambiental Usina Termelétrica (UTE) Sudeste**  
1. Vitória, jul. 2011. Disponível em: <

[http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RIMA\\_UTE\\_sudeste1.pdf](http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RIMA_UTE_sudeste1.pdf)>

Acesso em 02 ago. 2013.

BARBOSA, Isabela Batalha Muniz. **O lugar no contexto das redes globais: o Pólo Industrial de Anchieta, ES** - Uma paisagem em transformação. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000 [1969], p. 25-67.

\_\_\_\_\_. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BATTESTIN, Simone. **Ser jovem e ser agricultor**: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Viçosa. Minas Gerais, 2009.

CAMPOS, Marta Machado. **Vazios operativos da cidade**. Territórios interurbanos da Grande vitória. Tese de Doutorado. UNICAMP / SP, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: **Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 283-350.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo, Contexto, 2001.

COELHO, André L. N. **Uso de produto de sensoriamento remoto para delimitação de área efetivamente inundável**: estudo de caso do baixo curso do rio Benevente – Anchieta. In: Revista Geográfica Acadêmica, V.4, nº2 (xii

2010), p. 53 à 63. Disponível em: <<http://www.rga.ggf.br/index.php?journal=rga>> Acesso em: dez., 2011.

COHEN, Marianne. As práticas sócio-ecológicas frente à seca: limites e contradições no exemplo do Cariri Paraibano. In: CASTRO, E. & PINTON, F. (Orgs.). **Faces do Trópico Úmido**. Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém, Editora CEJUP, UFPA-NAEA, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Processo, Forma e Significado**: uma breve consideração. 2009. No prelo.

\_\_\_\_\_. **O urbano e acultura**: alguns estudos. p. 141-165

\_\_\_\_\_. Perspectivas da urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: **As cidades e a urbanização no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2011.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESPÍRITO SANTO- DER-ES. **Diretoria de Planejamento e Logística**. Atualizações do DER-ES em 2008. Disponível em: <<http://www.der.es.gov.br/download/DenominacoesRodovias.pdf>> Acesso em: 25/06/2013.

DICIONÁRIO JURÍDICO. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/876/Jurisdicao>>. Acesso em 01 de maio de 2013).

DORNELLAS, Fabiola dos Santos. **Poluição do ar atmosférico e doenças respiratórias em pescadores de Anchieta-ES**. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM. 2011.

DOSSIÊ sobre impactos e violações da Vale é lançado no Rio de Janeiro. Século Diário, Vitória, 2010. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com/exibir\\_not.asp?id=5536](http://www.seculodiario.com/exibir_not.asp?id=5536)>. Acesso em: 17 mar. 2013.

ECOAGÊNCIA. **Atingidos pela Vale denunciam impactos causados pela mineradora** (17/04/2013). Disponível em <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRIVONIUsRmcX1GeXJFbKVVB1TP>>. Acesso em 29 de maio de 2013.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Planejamento. Instituto Jones dos Santos Neves. **Sistema Gestor Metropolitano**. Coletânea de Legislação. Vitória, 2001. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120829\\_sistemagestormetropolitano.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120829_sistemagestormetropolitano.pdf). Acesso em 24 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **LEI COMPLEMENTAR Nº 318**. Vitória, 18 jan. 2005. Disponível em: <[www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com\\_attachments...id...](http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_attachments...id...)>. Acesso em: jul. 2013.

\_\_\_\_\_. CEPEMAR. **Companhia Siderúrgica Ubu**: proposta de Termo de Referência para elaboração do EIA - Estudo de Impacto Ambiental e RIMA - Relatório de Impacto Ambiental do projeto de implantação de uma Usina Siderúrgica em Anchieta/ES. 2008. Disponível em: <<http://www.meioambiente.es.gov.br/default.asp>> Acesso em outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025**. Agosto de 2006. Disponível em: <http://www.espiritosanto2025.com.br/>. Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

ESPIRITO SANTO EM AÇÃO/FUTURA. **Ferrovias Litorânea Sul e Polo de Anchieta**. Polo (Vol. 1). 2008.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Avaliação Ambiental Estratégica**. Polo industrial e de serviços de Anchieta. Cepemar. Futura. Novembro de 2008, 329 p.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO/ SERENG. **Polo Industrial e de Serviços de Anchieta**. Serviço de elaboração de estudos conceituais básicos para a implantação do polo. Anchieta. 2008.

FERNANDES, Dalvani; TURRA NETO, Nécio. **Metodologia de observação participante: usos em geografia**. Disponível em: <[www.unicentro.br/pesquisa/anais/seminario/.../pdf/artigo\\_167.doc](http://www.unicentro.br/pesquisa/anais/seminario/.../pdf/artigo_167.doc)>. Acesso em: 27 mai. 2013.

FERREIRA, J. S. W. **O mito da cidade global**. O papel da ideologia na produção do espaço urbano. São Paulo: UNESP / VOZES, 2007.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte –ES. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009. 522f.

FONSECA, S C. P. de. **O ideário republicano de Antonio Borges da Fonseca**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

FRANÇA, Caroline J. ; OLIVEIRA JUNIOR, Adilson P. et al. Espírito – Santo: dinâmica urbano – regional do Estado. In: **Dinâmica Urbano – Regional: Rede Urbana e suas Interfaces**. IPEA / IJSN. Brasília, 2011.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Cultura: produto e prática sócio-espacial urbana. In: Geografares. **Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia**. Universidade Federal do Espírito Santo. nº 7, Vitória, 2009. (p. 51- 62)

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, E. L. M.; BIASUTTI, Saulo. **Avaliação do Desempenho dos Modelos de Qualidade do ar:** Região de Anchieta, ES. UFES. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental). Centro Tecnológico. Departamento De Engenharia Ambiental. Vitória. 2012.

GONÇALVES, Emiliana. **Anchieta.** Cidade dos Sonhos. Vitória. 1996.

GONÇALVES, Felipe Pinto. **Atividade energética e riscos no litoral de Linhares:** problemas e perspectivas para a gestão do território. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória. 2011.205 f.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: **Manifestação da Cultura no Espaço.** Editora da UERJ, Rio de Janeiro. 1999, Pág. 167-189.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização:** do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** (2004b). Disponível em [http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogério\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf) Acesso em: novembro de 2012.

HAESBAERT, R. Epílogo: Hibridismo, mobilidade, e Multiterritorialidade. Abordagem Cultural da Geografia numa perspectiva Geográfico-Cultural Integradora. In: SERPA, Ângelo. (Org.) **Espaços Culturais, Vivências, Imaginação e Representações.** Salvador: UFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos.** São Paulo: Contexto, 2009.

HARVEY, David. **Condição Pós – Moderna:** Uma Pesquisa sobre as Origens da mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 1992 [1989].

HERCULANO, Selena. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. In: **INTERFACHES.** Revista de gestão integrada em saúde do

trabalho e meio ambiente. v.3, n.1, Artigo 2, jan./ abril 2008. Disponível em <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/view/89/114>> Acesso em 22 de junho de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. MMA. 2010. Recursos **Pesqueiros**. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/institucional/recursos-pesqueiros>. Acesso em junho de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anchieta**. Espírito Santo – ES. Histórico. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/espiritosanto/anchieta.pdf>> Acesso em: 7 de novembro de 2013.

II SEMINÁRIO NACIONAL ESPAÇOS COSTEIROS. 3 a 6 de junho de 2013. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Grupo Costeiros, Salvador.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Perfil Básico Municipal**. Anchieta. 2008.

\_\_\_\_\_. **Investimentos previstos para as microrregiões do sul do Espírito Santo 2009-2014**. Vitória, ES, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Agenda Regional Estratégica do Sul – 2011-2021**. Vitória, ES, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Implantação de projetos de grande porte no Espírito Santo: análise do quadro socioeconômico e territorial na fronteira de expansão metropolitana sul capixaba**. Vitória, ES, 2011.

\_\_\_\_\_. **Macrorregiões de Planejamento do Estado do Espírito Santo**. Disponível em <[http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com\\_content&view=article&id](http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id)>

=2644:Macrorregioes\_Planejamento.png&catid=307&Itemid=253> Acesso em 11 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. **Institucional**. Disponível em <[http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=99&Itemid=208](http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=99&Itemid=208)>. Acesso em maio de 2013.

\_\_\_\_\_. **Investimentos anunciados para o Espírito Santo**. 2012-2017. Vitória, ES, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Sinopse por setores. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>> Acesso em: 16 ago. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO). **Sistema Internacional de Unidades**: SI. Disponível em [www.inmetro.gov.br/infotec/publicacoes/si\\_versao\\_final.pdf](http://www.inmetro.gov.br/infotec/publicacoes/si_versao_final.pdf) Acesso em 2 de junho de 2013.

IPEA. **O que é dividendo?** Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2121:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2121:catid=28&Itemid=23)> Acesso em 05 de maio de 2013.

JABBOUR, E.: "**Três décadas de reformas**: um pouco sobre o sobre a estratégia e os desafios do projeto chinês" en Observatorio de la Economía y la Sociedad de China Nº 09, diciembre 2008.

LACOSTE, Yves. **A Geografia** – isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988 [1976].

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994 [1991], 153p.

LEI DE PROIBIÇÃO DE IMPORTAÇÃO DO FIO DE SEDA. Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1362506157.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1362506157.pdf) Acesso em junho de 2013.

LEMOS, Haroldo Mattos de. **Normas ISO 14000**. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em [http://www.abnt.org.br/imagens/ApresentacoesRio2017\\_06/17\\_06\\_Haroldo%20Mattos%20de%20Lemos.pdf](http://www.abnt.org.br/imagens/ApresentacoesRio2017_06/17_06_Haroldo%20Mattos%20de%20Lemos.pdf) Acesso em 27 de abril de 2013.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 [1973].

\_\_\_\_\_. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

LIGA BRASIL DE RESPONSABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL/LIBRES. **Cartografia Socioambiental Ubu-Parati**. Cartilha. Anchieta, 2011.

MARIANA, Aguiar. **Mudanças no litoral em 38 anos**. Jornal A Tribuna. Vitória, ES, 2 de novembro de 2011.

MARINHA DO BRASIL/ DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS. Normas da autoridade marítima para tráfego e permanência de embarcações em águas jurisdicionais brasileiras-NORMAM-08/DPC. 1ª Revisão. 2013. **Capítulo 3 - Tráfego de Embarcações - Seção II - Informações Sobre o tráfego 0312 - Restrições à Pesca e à Navegação**. Disponível em [https://www.dpc.mar.mil.br/normam/N\\_08/normam08.pdf](https://www.dpc.mar.mil.br/normam/N_08/normam08.pdf) > Acesso em: 07 de jun. 2013

MARTINS, J. de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2008. 312 p.

MATTOS, Sonia Missagia. **Anchieta Nosso Patrimônio**. Editora da UCG. Goiânia, 2006.

\_\_\_\_\_. **Aldeia de Iiritiba**: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo. *Habitus*, Goiânia, v.7, nº 1/2, p. 5-44, jan./dez. 2009.

MEDEIROS, Manaira. Presidência da República recebe pedido formal de investigação sobre espionagem da Vale. Texto disponibilizado em 11 de jun. de 2013a. Disponível em: <[http://ongadb.blogspot.com.br/2013/06/lider-politico-de-aracruz-pode-ter-sido\\_12.html](http://ongadb.blogspot.com.br/2013/06/lider-politico-de-aracruz-pode-ter-sido_12.html)> Acesso em: 14 jun. de 2013.

\_\_\_\_\_. Novo dossiê da Vale aponta investigação a militantes dos movimentos sociais no Estado. Texto disponibilizado em 11 de jun. de 2013b. Disponível em: <<http://ongadb.blogspot.com.br/2013/06/confirmado-lider-politico-de-aracruz.html>> Acesso em: 14 jun. de 2013.

\_\_\_\_\_. Gustavo De Biase pede explicações à Vale. Texto disponibilizado em 11 de jun. de 2013c. Disponível em: <<http://ongadb.blogspot.com.br/2013/06/coordenador-estadual-da-rede.html>> Acesso em: 14 jun. de 2013.

\_\_\_\_\_. **Valdinei Tavares quer levar caso de espionagem aos organismos internacionais**. Texto disponibilizado em 11 de jun. de 2013d. Disponível em: <<http://ongadb.blogspot.com.br/2013/06/valdinei-tavares-fala-pela-primeira.html>> Acesso em: 14 jun. 2013.

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de História Oral**. 4ª edição. São Paulo: Loyola, 2002, 246p.

MENDONÇA, E. M. S.; GOLTARA, G. B. . **Transformação do uso do solo e conflito no litoral de Anchieta - ES**. In: XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2012, Porto Alegre. Anais do XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. v. 1. p. 1-11.

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES. **Inclusão Digital**. 2011. Disponível em <<http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/acoes-e-programas>> Acesso em 12 ago. 2013.

MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim Estatístico da pesca no Brasil-2010**. Brasília, fev. 2012. Disponível em: <[http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes\\_e\\_Estatisticas/Boletim%20Estat%20C3%ADstico%20MPA%202010.pdf](http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%20C3%ADstico%20MPA%202010.pdf)>

MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Código de Pesca** - Lei 11959/09, 2013. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/apresentacao> > Acesso junh., 2013.

NEVES, Luiz. G. S. et. ali. **História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Anchieta**. Prefeitura Municipal de Anchieta. Administração 1993-1996. Vitória: Brasília Editora Ltda, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003 [1972].

OLIVEIRA. R. A. de. **Gasoduto Sul Capixaba**. Imagem extraída do site <[http://www.esteio.com.br/?pagina=servicos/executados/cartografia\\_dutos/utg\\_sul.php](http://www.esteio.com.br/?pagina=servicos/executados/cartografia_dutos/utg_sul.php)> Acesso em 12 outubro de 2012.

OLIVEIRA, Tayla. **Primeira reunião do Orçamento Participativo em Anchieta**. Jornal folha da cidade. Disponível em: <[http://www.folhadacidade.inf.br/ler.asp?cod\\_editoria=1&cod\\_materia=6781#.U\\_hjUu5S5fIU](http://www.folhadacidade.inf.br/ler.asp?cod_editoria=1&cod_materia=6781#.U_hjUu5S5fIU)> Acesso em 25 jul., 2013.

\_\_\_\_\_. **Comunidade de Anchieta é beneficiada com quadra poliesportiva**. Folha da Cidade, Disponível em <[http://www.folhadacidade.inf.br/ler.asp?cod\\_materia=6842#.U\\_hjNXpS5fIV](http://www.folhadacidade.inf.br/ler.asp?cod_materia=6842#.U_hjNXpS5fIV)> Acesso em 20 ago. 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT.** Brasília: OIT, 2011. 1 v.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-OIT. **A OIT e a economia informal.** Lisboa, 2006. Disponível em: <[http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia\\_informal.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf)> Acesso em 2 ago. 2013

PETROBRAS / E & P. PLANGÁS. **Plano de Antecipação da Produção de Gás.** 18 de out. de 2006. Disponível em: <<http://www.onip.org.br/arquivos/Cafe12MSantana.pdf>> Acesso em: 7 de jul. 2013.

PETROBRAS. **Petrobras inaugura unidade de tratamento de gás no Espírito Santo.** Fatos e Dados. 26 de outubro de 2010. Disponível em <http://fatosedados.blogspot.com.br/2010/10/26/petrobras-inaugura-nova-unidade-de-gas-no-espírito-santo/>. Acesso em: 24 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. **Energia e Tecnologia.** Disponível em <http://www.petrobras.com.br/pt/energia-e-tecnologia/>. Acesso em abril de 2013.

PORTO-GONÇALVES Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

PORTO, Janete. **Campos de Cachalote e Baleia Franca recebem licença do IBAMA.** Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=85983>>. Acesso em: 1 de ago. de 2013.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo e desenvolvimento socioespacial.** Reflexões sobre a experiência do agroturismo no estado do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia. São Paulo, 1998. 168f.

\_\_\_\_\_. **Desarrollo local y estrategias de supervivencia de las comunidades de pescadores del litoral norte del estado de Espírito Santo.** Tesis de Doctorado. Universidad Complutense de Madrid. Programa de Doctorado del Departamento de Geografía Humana. Madrid. 2010. (613 p.)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA / SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE. **Plano Diretor Municipal de Anchieta.** Prefeitura Municipal de Anchieta, 2006.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder y Classification Social.** In: Journal of the-World Systems Research., VI 2 Summer/Fall, 2000 (p. 342-386).

RAMOS, Maria Helena Rauta; SILVA. A. I. da; ATAIDE, S. G. (Orgs.) **Desenvolvimento local, saúde e meio ambiente: o impacto dos grandes Projetos em Anchieta/ES, na Região Metropolitana da Grande Vitória e em Macaé/RJ.** EMESCAM, Vitória-ES, 2009.

RAMOS, Maria Helena Rauta. **Fundamentos para a reivindicação de renda mínima, encaminhada pela associação de pescadores de Ubu e Parati/Anchieta/ES.** 2009.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **O fato metropolitano – enigma e poder.** In: etc, espaço, tempo e crítica. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas. 01º de Setembro de 2007, nº 2 (5), vol. 1. Acesso em Jan. 2013. Acesso em <<http://www.uff.br/etc>>

ROSAS, S. C. **Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José.** ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

SAMARCO S.A. CEPEMAR. **Sugestão de termo de referência específico para elaboração do eia – estudo de impacto ambiental e rima – relatório de impacto ambiental do projeto de instalação da 4ª usina de pelotização em ponta Ubu. vitória, abril 2008. disponível em:**

<[http://www.meioambiente.es.gov.br/download/tr\\_004\\_08\\_samarco\\_usina\\_rev\\_02.pdf](http://www.meioambiente.es.gov.br/download/tr_004_08_samarco_usina_rev_02.pdf)>. Acesso em: maio. 2013.

\_\_\_\_\_. CEPEMAR. **RIMA - Relatório de Impacto Ambiental do projeto da 4ª usina de pelotização em Ponta de Ubu, ES**. Vitória, abril 2008. Disponível em: [http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RT\\_409\\_09\\_RIMA.pdf](http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RT_409_09_RIMA.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual de Sustentabilidade-RAS2011**. 2012. Disponível em <<http://site1367955529.hospedagemdesites.ws/relatorio2011/mapa-do-mineroduto/>> Acesso em 17 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. APLYSIA. **Estudo Ambiental**. Dragagem de manutenção. Terminal Marítimo de Ubu. 2013.

A SAMARCO QUER CONHECER VOCÊ. Disponível em <<http://www.samarco.com.br/uploads/ae3z5e.pdf>>. Acesso em junho de 2013.

SAMITRI. **Histórico**. Disponível em < <http://www.samitri.com.br/port/fr-hist.htm>> Acesso em 15 de maio de 2013.

SANTOS, Milton. **Território, Globalização e Fragmentação**. Hucitec, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. Hucitec, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].

\_\_\_\_\_. **Por Uma Outra Globalização** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Orçamento 2014**: audiência pública da Microrregião Litoral Sul em Marataízes – Espírito Santo. Disponível em <http://governos.ning.com/video/or-amento-2014-audi-ncia-p-blica-na-regi-o-litoral-sul-em-marata>> Acesso em 18 de maio de 2013.

SORAYA GAMA DE ATAÍDE. **Capital, trabalho, saúde e meio ambiente**: uma relação destrutiva analisada em uma indústria de pelotização. Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2011

SENADO FEDERAL. **Decreto n. 759 - de 18 de Setembro de 1890**. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=51899&norma=67713>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

SHEPPARD, Eric. Produção de conhecimento através do Sistema de Informações geográficas crítico: genealogia e perspectivas. In: **Cartografias sociais e território**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2008.

SOARES, David Gonçalves. **Pescadores e Petrobras**: Ação Coletiva e Justiça Ambiental na Baía de Guanabara. Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade. ISSN 2238-1627, Nº 3, junho de 2012. Disponível em [www.uff.br/revistavitas](http://www.uff.br/revistavitas)>. Acesso em 27 de maio de 2013.

SOARES, Murilo Rodrigues da Cunha. **Lei Kandir**: um breve histórico. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa. Estudo. Novembro de 2007. Disponível em [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1441/lei\\_kandir\\_soares.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1441/lei_kandir_soares.pdf?sequence=1)> Acesso em 20 de setembro de 2013.

SOUZA, Lucia Helena Pazzini de. **Praia do Suá** : mudanças e permanências na paisagem / Lucia Helena Pazzini de Souza. – 2010. 201 f. : il. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**. Um Estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. DIFEL, São Paulo, 1980 [1974].

\_\_\_\_\_. Geografia Humanística. [1976] In: **Perspectivas da Geografia**. Difusão Editorial S.A. (DIFEL), São Paulo, 1982.

TURRA NETO, Nécio. **Metodologias de Pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil**. In: RA'E GA. O espaço geográfico em análise. Nº23 (2011) p. 340-375, Curitiba, Depatº. De Geografia, UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/24843/16655>

VAINER, Carlos – 2009. **Pátria, empresa e mercadoria**: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. B. A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos. Petropolis: Vozes, 5.ed. p. 75-103.

VARGAS, P. S. P. O corredor infraestrutural e logístico do Espírito Santo e desafios para o desenvolvimento local. In: RAMOS, Maria Helena Rauta; SILVA. A. I. da; ATAIDE, S. G. (Orgs.) **Desenvolvimento local, saúde e meio ambiente**: o impacto dos grandes Projetos em Anchieta/ES, na Região Metropolitana da Grande Vitória e em Macaé/RJ. EMESCAM, Vitória-ES, 2009.

VIEIRA, Luciane Cristina Zanol. **A ferro e fogo**: análise dos conflitos ambientais em Anchieta, ES. Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2009. 230 f.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Imagens da natureza e da sociedade”. In: **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, pp. 319-344.

\_\_\_\_\_. “Imagens da natureza e da sociedade”. In: **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, pp. 347-399.

YIN, Robert R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. Ed. Bookman. Porto Alegre, 2001.

ZANDONADI, Denise; BRIDI, Rita. **Governo retira siderúrgica de UBU por poluição e falta d'água**. Gazeta online, Vitória, 28 nov. 2008. Disponível em: <[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2008/11/479565-governo+retira+siderurgica+de+ubu+por+poluicao+e+falta+dagua.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2008/11/479565-governo+retira+siderurgica+de+ubu+por+poluicao+e+falta+dagua.html)>.

Acesso em: 11 dez. 2012.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **Autonomia e interdependência das cidades: a Região Metropolitana da Grande Vitória – Brasil**. 2011. No prelo.

\_\_\_\_\_.; FERREIRA F. C. , ANTONIO, L. M. , BERGAMASHI, R. B. **A renda da terra na região Metropolitana de vitória – ES – Brasil**. Abril de 2013. No prelo.

WEBER, Max. **Relações comunitárias étnicas**. In: Economia e Sociedade. São Paulo: Editora UnB, 2004 [1910]), p. 267-277.

## ANEXO I

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA- ANCHIETA/ES (Data: \_\_\_/\_\_\_/2013)

Homem ( ) Mulher ( )

Nome: \_\_\_\_\_

Comunidade: ( ) Ubu ( ) Parati ( ) Outra? \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Idade : \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_

**1- Qual é sua escolaridade? (colocar na linha a série exata)**

a) ( ) 1º grau incompleto (1ª a 8ª série) \_\_\_\_\_

b) ( ) 1º grau completo (1ª a 8ª série)

c) ( ) 2º grau incompleto (ensino médio) \_\_\_\_\_

d) ( ) 2º grau completo (ensino médio)

e) ( ) 3º grau incompleto (curso superior/faculdade) \_\_\_\_\_

f) ( ) 3º grau completo (curso superior/faculdade)

g) ( ) Pós Graduação \_\_\_\_\_

**2- Há quanto tempo mora no lugar acima citado?**

a) ( ) Sempre morei.

b) ( ) Moro há \_\_\_\_\_ anos. \_\_\_\_\_

**3- Seus pais ou avós também eram da Região de Ubu e Parati?**

a) ( ) Sim

b) ( ) Não

c) ( ) Outra região. Qual? \_\_\_\_\_

**4- Atualmente, você depende:**

a) ( ) Totalmente da pesca artesanal.

b) ( ) Parcialmente da pesca artesanal. A outra atividade é \_\_\_\_\_

e) ( ) Não tem nenhum vínculo com a pesca.

**5- Como quem você aprendeu o trabalho da pesca artesanal?**

a) ( ) Com os pais

b) ( ) Com os avós

c) ( ) Colegas

d) ( ) Outra forma? Qual? \_\_\_\_\_

**6- Antes de 2006, sua família dependia:**

a) ( ) Totalmente da pesca

b) ( ) Parcialmente da pesca

e) ( ) Não tem nenhum vínculo com a pesca

(cont.)

**7- As pessoas que NÃO trabalham na pesca artesanal, realizam quais atividades e em qual empresa?**

Pessoa 1: profissão \_\_\_\_\_, empresa \_\_\_\_\_

Pessoa 2: profissão \_\_\_\_\_, empresa \_\_\_\_\_

Pessoa 3: profissão \_\_\_\_\_, empresa \_\_\_\_\_

Pessoa 4: profissão \_\_\_\_\_, empresa \_\_\_\_\_

Pessoa 5: profissão \_\_\_\_\_, empresa \_\_\_\_\_

**8- Possui algum benefício, bolsa, projeto social, financiamento ou programa do governo ou empresa privada?**

a) ( ) Sim . Qual? \_\_\_\_\_

b) ( ) Não

**9- A renda mensal do pescador artesanal é:**

b) ( ) Até 1 salário mínimo (R\$ 678,00)

c) ( ) De 01 a 02 salários mínimos (de R\$ 678,00 até R\$ 1.356,00)

d) ( ) De 02 a 03 salários mínimos (de R\$ 1.356,00 até R\$ 2.304,00)

e) ( ) Acima de 3 salários (acima de R\$2.034,00)

**10- A renda mensal de sua família é:**

b) ( ) Até 2 salários mínimo (R\$ 1.356,00)

c) ( ) De 02 a 03 salários mínimos (de R\$ 1.356,00 até R\$ 2.034,00)

d) ( ) De 3 a 4 salários mínimos (de R\$ 2.034,00 até R\$ 2.712,00)

e) ( ) De 4 a 5 salários mínimos (de R\$ 2.712,00 até R\$ 3.390,00)

f) ( ) acima de 5 salários mínimos (acima de R\$ 3.390,00)

**11- Quantos membros há na sua família, compartilhando os ganhos e as despesas (contando com você): \_\_\_\_\_**

a) Quantos adultos? \_\_\_\_\_

b) Quantos dependentes ou crianças? \_\_\_\_\_

**12- Desses quantos ainda permanecem na atividade da pesca?**

a) ( ) Todos

b) ( ) Alguns permanecem. Quantos? \_\_\_\_\_

c) ( ) Nenhum

**13- É membro da Associação de Pescadores de Ubu e Parati?**

a) ( ) Sim, desde \_\_\_\_\_

b) ( ) Não

c) ( ) Já fui

**14- É membro de outra associação? Qual?**

a) ( ) Sim, \_\_\_\_\_

b) ( ) Não \_\_\_\_\_

(Cont. )

**15 – Possui imóvel próprio?**

- a) ( ) Sim  
b) ( ) Não  
c) ( ) Outros \_\_\_\_\_

**16 – Possui barco próprio? Qual o tipo?**

- a) ( ) Sim \_\_\_\_\_  
b) ( ) Não \_\_\_\_\_  
c) ( ) Outros \_\_\_\_\_

**17 – Qual o tipo de pesca, ou seja, quais instrumentos você utiliza e quais tipos de peixes ou mariscos?**

- 1º mais importante: \_\_\_\_\_  
2º \_\_\_\_\_  
3º \_\_\_\_\_  
4º \_\_\_\_\_

**18 – Utiliza a área em disputa de outras formas, além da pesca? Como?**

\_\_\_\_\_

**19 – Diante do atual risco de perda do direito de uso de parte da área de pesca na Região de Ubu, para a empresa Petrobras, o que você preferiria?**

- a) ( ) Permanecer como está, utilizando a área.  
b) ( ) Ser indenizado pela perda da área de alguma forma.  
c) ( ) Outros \_\_\_\_\_

**20 – Você incentiva seus filhos a continuarem realizando a atividade da pesca como modo de trabalho?**

- a) ( ) Sim. \_\_\_\_\_  
b) ( ) Não. Eu incentivo meu filho a \_\_\_\_\_  
c) ( ) Não tenho filhos.  
d) ( ) outros. \_\_\_\_\_

**21-Você é incentivado pelos pais ou avós a continuar realizando o trabalho da pesca como modo de trabalho?**

- a) ( ) Sim. \_\_\_\_\_  
b) ( ) Não. Eu sou incentivado a \_\_\_\_\_  
c) ( ) Meus pais estão ausentes. \_\_\_\_\_  
d) ( ) Outros. \_\_\_\_\_

**22-Além dos já registrados impactos financeiros, quais são as outras consequências negativas originadas a partir da vinda das grandes empresas?**

- a) \_\_\_\_\_ Empresa: \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_ Empresa: \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_ Empresa: \_\_\_\_\_  
d) \_\_\_\_\_ Empresa: \_\_\_\_\_

## ANEXO II



Centro de Ciências  
Humanas e Naturais  
Programa de Pós-Graduação  
Mestrado em Geografia

## TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A pesquisa denominada Territorialidades e Resistências da Comunidade de Pescadores de Ubu e Parati ao Polo Industrial de Anchieta (ES) visa investigar os modos de vida dos pescadores das referidas comunidades, seus locais de trabalho, atividades desenvolvidas e suas referências culturais, para registrar e compreender os impactos desencadeados pela atuação de grandes empresas na Região de Ubu e Parati, principalmente após 2006. Para isso, pretende-se entrevistar pessoas que desempenhavam e ou ainda desempenham a atividade da pesca na área em disputa, para caracterizar as transformações no lugar a partir da interferência de grandes empresas na região que era antes apropriada por pescadores locais.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento de publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante.

O pesquisador responsável pela pesquisa é a mestrandia JOSILENE CAVALCANTE CORRÊA, aluna do Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatada pelos telefones: (27) 3323-2306 e 9504-4030; ou ainda pelo correio eletrônico josileneccorrea@yahoo.com.br.

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador/a do documento \_\_\_\_\_, residente na  
Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Comunidade de \_\_\_\_\_,  
declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, informo que a Universidade ficará com a guarda do material após o término da pesquisa.

Eu, entrevistado, também informo que:

- ( ) permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa  
( ) não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Anchieta, \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
Entrevistado

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora Josilene Corrêa